



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 113ª reunião, realizada em 26 de julho e 1º de agosto de 2024

1 Em 26 de julho e 1º de agosto de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e
4 suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público:
5 Elisa Borges Moreira, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da
6 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Barbara Queiroz Abras Franco, da Secretaria de Estado
7 de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro e Paulo Eugênio de Oliveira,
8 da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da
9 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa e Rubens Gilberto da Silva,
10 da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro
11 Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafeté Couto e Denise Bernardes Couto, do
12 Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindixtra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação
13 Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia
14 da Biodiversidade (IHMBio); José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto
15 Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1)**
16 **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 113ª
17 reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
18 Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria
19 do Planeta: “Eu queria primeiro saudar todos os nobres conselheiros desta Câmara, desejar a todos os ouvintes pelos
20 canais de comunicação também um ótimo dia, uma ótima reunião. Eu gostaria, senhor presidente, de ressaltar que
21 a Zeladoria do Planeta, enquanto sociedade civil neste Conselho, representando o cidadão, nós defendemos aqui os
22 processos, analisamos os processos nesta casa e de maneira nenhuma CNPJ, pessoas físicas. Isso quem tem que julgar
23 é o juiz, são as leis. Nós estamos aqui como conselheiros para analisar os processos dos empreendedores que
24 apresentam os processos, unicamente, exclusivamente, para verificar os impactos que esses processos têm no meio
25 ambiente. Então defender que esses impactos sejam plausíveis, devidamente compensados, dentro de uma
26 realidade. E jamais, nunca, estamos aqui para defender os interesses de determinados grupos, pessoas ou entidades.
27 Nós estamos aqui para defender o meio ambiente e todo o impacto em toda a nossa sociedade como um todo, e não
28 especificadamente A ou B. Então dentro dessa lógica nós desejamos a todos uma ótima reunião. E gostaria, senhor
29 presidente, antecipadamente, de solicitar a inversão de pauta, já que nós temos um processo de interesse público
30 muito notório e para que a gente dê prosseguimento aos demais processos sem prejuízo. Muito obrigado.”
31 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro Fernando. João Hilário, Assemg,
32 gostaria de se manifestar? Acho que não, acho que o senhor levantou a mão, mas só parabenizando o Fernando pela
33 manifestação. Mais nenhum conselheiro...” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Senhor presidente, só espero
34 que esteja me ouvindo. É só para confirmar a minha presença, oralmente, porque o som não saiu; ver se está
35 funcionando. E bom dia. Confirmada a presença.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia, João...
36 Obrigado, João.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agora,
37 sim item 4, Comunicado da Secretaria Executiva, nós temos um comunicado do IGAM. Pois não, Livia.” Livia
38 Costa/IGAM: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, conselheiros e conselheiras. Primeiro vou pedir licença para
39 compartilhar a minha tela. Meu nome é Livia Costa, eu sou analista do IGAM e também estou como coordenadora
40 do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, o PMSH. Acredito que a maioria sabe, estamos sempre por aqui para convidá-
41 los a participar das diversas etapas do plano. E hoje, mais uma vez, venho convidá-los para as oficinas que ocorrerão
42 do dia 19 ao 23 de agosto, de 8h30 ao meio-dia. Estamos na quarta etapa do PMSH, que é essa fase de banco de
43 projetos, a nossa principal fase do plano. O objetivo dessas oficinas é discutir com a sociedade esse banco de projetos.
44 Ele trará ações voltadas para a segurança hídrica e revitalização de bacias hidrográficas. Essas oficinas vão ser virtuais
45 e serão divididas em cinco dias, de acordo com as Regiões Hidrográficas aí de Minas Gerais. A programação

46 detalhada, e as inscrições também podem ser feitas nesse link que eu compartilho na tela ou então por meio do
47 QRCode que está também na tela. Eu gostaria então de reforçar o nosso convite e a importância da participação de
48 todos na construção desse plano. E contamos com a participação de todos. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael
49 de Oliveira Trovão: “Agradeço Lívia. Se você puder compartilhar no chat o link... Considerando a reunião e a
50 quantidade de inscritos, nós preparamos também e vamos ter um comunicado da Secretaria Executiva. Eu vou passar
51 a palavra à Dra. Jeiza. Dra. Jeiza, pois não.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Bom dia, senhor presidente.
52 Bom dia senhores conselheiros e a todos que estão nos assistindo pelo YouTube. Algumas orientações para os
53 senhores, já constam também no Regimento Interno e no manual que fica disponibilizado para todos acessarem as
54 reuniões. Só para reforçar para os senhores. Nós solicitamos aos inscritos – tivemos um grande número de inscritos
55 – que se atentem ao Art. 67, § 2º, do Regimento. Só para registro, Art. 67, ‘o tempo de duração para manifestação
56 de conselheiros e interessados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos artigos 36 e 43’, que é o tempo
57 que os senhores têm para se manifestar: 5 minutos, prorrogáveis a mais um. Havendo necessidade, o presidente
58 poderá colocar em votação os outros 5 minutos pelo Conselho. ‘§2º - O inscrito que estiver participando
59 remotamente deverá sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado,
60 sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.’ Então, senhores, o que nós solicitamos? Àqueles que se
61 manifestarem no item de pauta, solicitamos por gentileza que retirem-se da sala, aguardem até o próximo item para
62 que sejam chamados para se manifestar, para que possamos ter o controle e aceitar os demais a entrar na sala para
63 se manifestar, garantindo assim a manifestação de todos os inscritos, conforme Regimento Interno. Outro ponto
64 importante também que gostaríamos de salientar aos senhores é a questão em relação à manifestação. Se você se
65 inscreveu duas vezes no mesmo item de pauta, o Regimento Interno, Art. 45, é bem específico: somente poderá se
66 manifestar uma única vez no item específico de pauta, quando o presidente chamá-los para se manifestar. Então se
67 houver inscrição de pessoa jurídica e pessoa física, como que faz? Você deve escolher por qual você vai se manifestar,
68 se por pessoa física ou se por pessoa jurídica. Então nós solicitamos que todos se atentem, por gentileza. E como que
69 eu faço até que seja chamado para manifestação na sala? Acompanhe no YouTube, conforme estão todas as
70 orientações. Então acompanhe pelo YouTube. No momento em que os senhores forem se manifestarem no item de
71 pauta, nós vamos chamá-los, aceitá-los; os senhores vão estar na sala de espera, e nós vamos aceitá-los para que
72 possam se manifestar. Mas, enquanto, isso é necessário que acompanhe pelo YouTube. Nós contamos com a
73 compreensão e colaboração de todos para que a reunião flua corretamente. Muito obrigado, senhor presidente.
74 Bom dia, boa reunião a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço os esclarecimentos da Dra. Jeiza,
75 são esclarecimentos fundamentais em virtude da quantidade de inscritos nesta reunião. Creio que nem todos os
76 inscritos têm familiaridade com os nossos procedimentos. São procedimentos previstos no Regimento Interno, na
77 Deliberação Normativa 247, onde nós iremos obedecer. Então os inscritos, após a manifestação... Lembrando que
78 cada inscrito se manifesta apenas uma vez. Eu abro exceção para o inscrito falar mais de uma vez quando há uma
79 dúvida por parte do Conselho. Afinal, as manifestações, em sua maioria, são para subsidiar o voto do conselheiro.
80 Então quando há uma dúvida por parte do conselheiro ele solicita que seja ouvido o inscrito novamente em algum
81 ponto que precisa de esclarecimento, eu passo a palavra novamente, eu chamo o inscrito novamente para se
82 manifestar. Mas o direito é apenas uma vez, pelo prazo de 5 minutos; 1 minuto é por questão minha, eu posso
83 conceder mais 1 minuto; e 5 minutos adicionais são pelo Conselho, eu coloco em votação. Lembrando que após a
84 manifestação o inscrito deverá deixar a sala. Nós temos um grande número de inscritos, então, para poder fluir bem
85 a reunião, para que a condução seja adequada, por favor, aqueles que se manifestarem, por favor deem licença da
86 sala. Se não derem licença da sala, iremos retirar. Simples assim. Então eu peço compreensão àquelas pessoas que
87 se inscreveram.” **5) EXAME DA ATA DA 112ª REUNIÃO.** Por motivo de inversão de pauta pela Presidência, este item
88 foi analisado na parte final da reunião em continuidade, conforme transcrição registrada no item que antecede o
89 item ‘12) Assuntos Gerais’. Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à
90 inversão da pauta, eu vou atender a solicitação do conselheiro. Aqui nós temos o processo da Fleurs, o 6.1, ele será
91 o primeiro a ser discutido. Eu passo então o exame da ata da 112ª reunião ordinária, de 28/6/2024, para o último
92 ponto da pauta. Então nós deixaremos a ata para o final. Conforme previsão do Regimento Interno, eu questiono se
93 algum dos conselheiros se dá por suspeito ou impedido de que trata o Regimento Interno, Deliberação Normativa
94 COPAM 247 ou a Lei 14.184. Nenhum conselheiro se dá por suspeito ou impedido. Conforme previsão regimental,
95 eu vou ler a pauta como um todo, e os senhores, caso tenham algum destaque, o faça após a leitura do referido
96 item.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Fleurs Global**
97 **Mineração Ltda. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Unidade de Tratamento de**

98 **Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro; Postos revendedores, postos**
99 **ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos**
100 **revendedores de combustíveis de aviação. Raposos, Nova Lima e Sabará/MG. PA/SLA/Nº 284/2022. SEI/Nº**
101 **1370.01.0061024/2021-70. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR/PLS). Retorno de vistas**
102 **pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da**
103 **Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural**
104 **Zeladoria do Planeta; Francisco de Assis Lafetá Couto, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de**
105 **Minas Gerais (Sindiextra); e Thiago Rodrigues Cavalcanti, Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg).**
106 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “OK. Então nós não temos votação em bloco para nenhum processo.
107 Retornamos então, senhores conselheiros, ao item 6.1, Fleurs Global Mineração Ltda. Lembrando aos inscritos para
108 aqueles dois processos, 8.1 e 9.1, que tínhamos inscritos de forma independente, como o processo foi objeto de
109 vista, não entramos em debate nos referidos processos. Caso tenham interesse, deverão se inscrever na próxima
110 reunião. Então item 6.1, Fleurs Global Mineração Ltda. Eu vou seguir a lista dos conselheiros conforme disposto na
111 nossa pauta. Vamos começar pelo conselheiro Heleno Maia. Pois não, conselheiro. O senhor tem 10 minutos,
112 podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio:
113 “Senhor presidente, até por questão de agilidade do processo, eu não vou nem me alongar, até mesmo porque o
114 relato de vistas é bem claro. Só aquelas informações que eu precisaria mesmo de ter, aquelas perguntas que foram
115 feitas no relato de vistas. Ter um esclarecimento maior, haja vista que no relatório técnico não abordou esses
116 assuntos. Somente isso, senhor presidente. Não vou alongar até porque o número de inscritos, para que não atrase
117 ainda mais esta reunião. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Eu
118 passo para o Fernando Benício. Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do
119 Planeta: “Senhor presidente, no cumprimento de nossas obrigações estatutárias na defesa do meio ambiente,
120 estivemos presentes ao empreendimento realizando visita técnica para verificar, principalmente, se o
121 empreendimento afetaria o mosaico natural da serra do Curral, que é o que se entende do pico Belo Horizonte e
122 serra do Curral, patrimônio do povo de Minas Gerais. Observadas todas essas instâncias, da distância, dos impactos,
123 nós consideramos também tecnicamente que o empreendimento está apto para operar. E acompanhamos o Parecer
124 Único do Estado, senhor presidente. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço,
125 Fernando. Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, meu
126 relato de vista foi em conjunto, juntamente com o conselheiro Thiago e com o conselheiro Fernando, está bem
127 explícito, e nós estamos de acordo com o Parecer Único da SEMAD.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.
128 Obrigado. Dr. Thiago, pois não.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Como o Francisco já disse, o
129 parecer foi conjunto, Ciemg, Zeladoria do Planeta e Sindiextra, e o nosso parecer acompanha o Parecer Único da
130 FEAM. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Dr. Thiago. Eu vou explicar para os senhores,
131 para os inscritos, antes de voltar ao Conselho. Nós temos um grande número de inscritos para este item de pauta.
132 Qual vai ser a nossa dinâmica? Eu vou chamar de dez em dez, porque senão nós vamos lotar a sala. Após a
133 manifestação, conforme lido pela nossa assessora regimental, os inscritos deverão deixar a sala, dar espaço para os
134 novos inscritos, para um bom andamento da nossa reunião. Peço encarecidamente que após a manifestação deixem
135 a sala. Se a sala ficar carregada, nós vamos ter que retirar. Então, por favor, após as manifestações, deixem a sala,
136 conforme previsão do Regimento; está previsto no Regimento. Lembrando que o inscrito fala apenas uma vez. O
137 prazo de 5 minutos será respeitado aos inscritos para sua manifestação; 1 minuto pela Presidência, e os outros 5
138 minutos eu tenho que colocar em votação. Ok? Eu vou pedir à assessoria para ir colocando, para os senhores terem
139 ideia da colocação em relação às inscrições, os primeiros dez que serão chamados. Pode projetar tudo e deixa um
140 tempo para quem estiver no computador, tirar uma foto, tirar um print. Só para dar um tempinho para a pessoa tirar
141 um print. Então acho que dá para dar um print. Ok. Então agora vamos apresentar... Projeta os dez primeiros. E por
142 favor aceitem os dez primeiros. Lembrando aos inscritos, todos os inscritos terão oportunidade de fala. Eu retornarei,
143 como em todas as reuniões eu faço: àqueles que não se manifestaram eu retorno, sem problema algum, para
144 manifestar posteriormente. Então todos os inscritos terão chance de se manifestar. Os primeiros dez já estão
145 entrando? Eu retorno a palavra ao Conselho, se tem algum destaque em relação às vistas apresentadas, algum
146 destaque adicional, antes de passar a palavra para os inscritos. Lembrando que na nossa dinâmica os inscritos se
147 manifestam, e após a manifestação dos inscritos eu passo a palavra à equipe responsável pela análise do processo.
148 Jeiza, faz a chamada para mim em relação aos inscritos. Lembrando aos inscritos, 5 minutos para se manifestar.”
149 Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de

150 Oliveira Trovão: “Pois não, conselheiro.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “No meu
151 relato de vista, eu peço para baixar em diligência. Qual foi a decisão do senhor nesse sentido?” Presidente Yuri Rafael
152 de Oliveira Trovão: “Conselheiro, então antes de chamar os inscritos... Eu ia até falar isso posteriormente. Já entrando
153 nessa questão, conselheiro, eu ia falar após a manifestação dos inscritos, mas eu falo aqui neste momento e já solicito
154 a manifestação da DGR. O meu papel aqui como presidente de um Conselho é manifestar em função do Estado. Não
155 é Yuri, a pessoa física do Yuri, CPF tal, que está manifestando em relação à sua vontade, e sim aquilo que o Estado
156 representa, ou seja, em outras palavras, como agente público, eu falo em nome do Estado. Então só relembro
157 aos conselheiros e aos inscritos que não têm muita familiaridade com o processo de licenciamento ambiental como
158 que é feito um processo de licenciamento ambiental, como é pautado. Os processos são analisados pelas URAs ou
159 pela DGR, e os processos são pautados. Eles são indicados, encaminhados à assessoria de comunicação dos Órgãos
160 Colegiados pelo menos 20 dias antes de cada reunião. Até então eu não tenho ciência de quais os processos serão
161 pautados. A análise de cada processo cabe à DGR ou à respectiva URA. Vinte dias antes, é encaminhada uma pré-
162 pauta para a Assoc. A Assoc, de posse dessa pré-pauta, faz uma pauta que é disponibilizada para os senhores.
163 Somente então eu tenho ciência daqueles processos que irão ser pautados. Lembrando que a análise de cada
164 processo é realizada pela respectiva URA ou pela DGR. Não cabe a mim como presidente estar analisando processos
165 de uma determinada URA, a não ser a do Norte, da qual eu sou diretor de controle processual. Presume-se até então
166 que quando um processo é pautado ele está apto a ser deliberado, seja pelo deferimento, seja pelo indeferimento.
167 As minhas decisões aqui no Conselho, senhores conselheiros, aos inscritos, aqueles que nos acompanham, são
168 pautadas pela análise do órgão ambiental, não é a minha opinião pessoal; são pautadas pela opinião do órgão do
169 Estado. E quem representa o Estado em um dado parecer? Aquela respectiva URA ou a DGR. O senhor solicitou a
170 baixa em diligência em relação ao processo da Fleurs Global. Isso também já tinha sido solicitado, a retirada do ponto
171 de pauta, anteriormente, e eu até manifestei naquela oportunidade que naqueles pedidos de retirada do ponto de
172 pauta não era possível em virtude de que aquele pedido em si traria a própria discussão do processo. Mas o senhor
173 agora, em uma nova solicitação, faz a solicitação da baixa em diligência em virtude da comunidade quilombola que
174 ali está. Então para minha decisão – como eu disse, a decisão é minha, mas o embasamento é dado pela equipe
175 técnica que analisou o processo – eu solicito então que a DGR se manifeste quanto à baixa em diligência, se ela é
176 pertinente ou não. O que significa baixa em diligência? Isso está no Regimento Interno, Deliberação Normativa
177 COPAM 247. É todo questionamento feito pelo conselheiro no momento da reunião que não pode ser sanado
178 durante a sessão de julgamento. Esse é o conceito que está lá em ‘baixa em diligência’, que foi o que o senhor me
179 solicitou. Então eu passo o questionamento, a dúvida – sem prejuízo de uma tomada de decisão posterior – à DGR,
180 à equipe da DGR que fez a análise. É pertinente a baixa em diligência, é possível que os esclarecimentos, as
181 solicitações, feitos pelo conselheiro Heleno Maia sejam sanados durante esta reunião? Ou seja, nós temos respostas
182 para os questionamentos? Em caso afirmativo, o processo será mantido em pauta. Em caso negativo, iremos baixar
183 o processo em diligência neste momento, conselheiro; neste momento baixaremos o processo de pauta. Sem
184 prejuízo, conselheiro Heleno, de posteriormente, após as discussões, o senhor entender, ‘presidente, dadas as falas,
185 as manifestações, eu entendi que os meus questionamentos não foram sanados’. Eu vou retornar esses mesmos
186 questionamentos à DGR para serem sanados. E caso não sejam sanados nós podemos até verificar, posteriormente,
187 a nova baixa em diligência ou retirada do ponto de pauta. Então neste momento eu solicito à DGR para me subsidiar
188 sobre a necessidade ou não de baixa em diligência.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Bom dia, senhor presidente.
189 O conselheiro Heleno Maia trouxe alguns questionamentos sobre a existência de comunidades tradicionais no raio
190 inferior a 8 km do empreendimento, questionando especificamente sobre algumas questões relacionadas ao RTID,
191 que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dessas comunidades, dessa comunidade, especificamente,
192 comunidade do Manzo, e questionando alguns pontos específicos sobre os procedimentos adotados em relação à
193 avaliação do órgão ambiental dentro do procedimento de licenciamento ambiental. Então eu vou trazer as respostas
194 aos questionamentos do conselheiro, que entendo que são pertinentes e podem ser devidamente abordadas no
195 âmbito desta reunião. A primeira pergunta que ele traz é se o Manzo está registrado no Incra e possui Relatório
196 Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Nós fizemos a análise em relação a esse ponto posto pelo conselheiro.
197 Essa comunidade possui certificação na Fundação Palmares, mas não consta em nenhum sistema oficial de qualquer
198 órgão que tutela essas avaliações a existência de RTID para delimitação da influência das comunidades para o
199 processo de licenciamento ambiental. Então objetivamente respondendo a sua pergunta, conselheiro, ainda não
200 existe Relatório Técnico de Identificação e Delimitação aprovado nos portais de Transparência Ativa de qualquer uma
201 das entidades que tutelam essa avaliação. Quanto à segunda pergunta que você trouxe: a consulta livre, prévia e

202 informada é feita por qual órgão do poder público, qual o procedimento para realização dessa consulta, existe alguma
203 norma para a definição dos protocolos, consultas e procedimentos? Nós trazemos a resposta em âmbito estadual,
204 conselheiro Heleno Maia, porque é uma informação que é tutelada não só em âmbito estadual, mas como também
205 em âmbito federal. Em âmbito estadual, a secretaria competente para tutelar comunidades quilombolas é Sedese,
206 dentro de uma articulação institucional com outros órgãos de participação em procedimentos públicos. Posto isso,
207 não existe qualquer regulamentação vigente atualmente que tutele a forma de regularização da CLPI. Então não
208 temos em âmbito estadual qualquer forma de delimitação dessa avaliação. Sua terceira pergunta: a Portaria
209 Interministerial Conjunta 60 é de observância compulsória em licenciamento de competência estadual? Essa resposta
210 é uma resposta bastante objetiva: não são de observância obrigatória em âmbito estadual normas de entes diversos
211 para regulamentar procedimentos seja em âmbito federal, seja em âmbito municipal, no caso; não vincula a atuação
212 do Estado dentro do seu procedimento de licenciamento ambiental. Não obstante, o próprio Estado, dentro de uma
213 lógica de funcionamento da Deliberação Normativa 217, editada por este próprio Conselho, estabelece alguns dos
214 conceitos da Portaria Interministerial 60 como fatores de restrição dentro do processo de licenciamento ambiental.
215 Então não por conta da aplicação da Portaria Interministerial 60 por si, mas por uma opção normativa de trazer
216 alguns conceitos para a Deliberação Normativa 217. Não obstante, dentro da lógica de um procedimento de
217 licenciamento ambiental, o Estado possui competência para delimitar seus procedimentos e avaliações e definir a
218 forma de condução do processo de licenciamento, com autonomia em relação a instruções normativas e atos
219 normativos expedidos por entes diversos. É importante deixar claro que isso não se confunde com lei em sentido
220 estrito. Portaria interministerial não é uma lei em sentido estrito, por isso ela não é de observância obrigatória.
221 Diferente de leis federais, estaduais, municipais, que aí sim são leis em sentido estrito, e haveria uma necessidade
222 de observância em qualquer âmbito, porque ninguém pode se obstar de cumprir qualquer determinação legal. Então
223 esse é um ponto de relevância para essa avaliação. A portaria interministerial regulamenta procedimentos em âmbito
224 federal. Por fim, seu quarto questionamento: audiência pública, uma vez amplamente divulgada a toda a sociedade,
225 é aberta ao povo, oportuniza a participação e manifestação de todos, inclusive de membros da comunidade
226 quilombola? A resposta a esse seu questionamento é sim, a audiência pública é aberta a qualquer cidadão, seja ele
227 quem for, logicamente que respeitados os procedimentos previstos na deliberação normativa que rege o
228 procedimento da audiência pública. Mas qualquer cidadão tem possibilidade de participação nessas audiências
229 públicas; ela é aberta a qualquer interessado. Então também existe a possibilidade de comunidades quilombolas
230 fazerem o uso da audiência pública como um instrumento de participação social. Inclusive, temos exemplos práticos
231 aqui em que a audiência pública foi palco de discussões e participações de comunidade quilombola de forma muito
232 recente. Então, sim, é possível, e que não se faça qualquer tipo de limitação de participação em audiência pública
233 por qualquer cidadão, a legitimidade é ampla, e qualquer pessoa pode participar dessas reuniões. Então entendo
234 que os questionamentos postos aqui estão devidamente esclarecidos, conselheiros, e entendo que, dentro dessa
235 lógica das perguntas expostas aqui pelo senhor, nós temos condição de trazer esses esclarecimentos ao Conselho.”
236 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Vitor. Conselheiro Heleno.” Conselheiro Heleno Maia Santos
237 Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, só para reafirmar, para deixar bem clara essa informação. A
238 comunidade quilombola do Manzo não possui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. É exatamente
239 isso?” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Conselheiro Heleno Maia, como eu disse, isso não é um ato expedido pela
240 SEMAD. O que nós fizemos de levantamento em todos os canais de Transparência Ativa de todos os órgãos que tutela
241 essas comunidades: Fundação Palmares, Incra, e inclusive o município de Belo Horizonte, considerando que se trata
242 de uma comunidade que está em área urbana. Em nenhum desses canais de Transparência, em qualquer tipo de
243 consulta especificada, existe qualquer tipo de informação relativa à existência do RTID em relação a essa
244 comunidade. Existe um processo de certificação, e aí é importante que façamos algumas diferenciações para deixar
245 claro para os conselheiros esse procedimento. O procedimento de comunidades tradicionais possui algumas fases.
246 Uma primeira fase é a autodeclaração dessas comunidades. Um segundo momento é a certificação. E por último
247 existe a necessidade de delimitar o território dessas comunidades, o que é realizado por meio do RTID. No caso
248 específico da comunidade do Manzo, ela possui certificação, mas não possui, dentro dos canais de Transparência
249 Ativa de qualquer um desses órgãos, qualquer informação relativa à existência de RTID. Diferente, por exemplo, de
250 outras comunidades inseridas dentro do município de Belo Horizonte, que os canais de Transparência Ativa dessas
251 entidades possuem informações sobre a existência do RTID. Então não identificamos qualquer informação sobre essa
252 existência dentro dessa lógica de atualização dentro das competências de cada ente. Então a resposta para essa
253 informação é: em todas as buscas, consultas, não se identificou por parte do órgão ambiental a existência do RTID

254 para essa comunidade. Perfeito?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Perfeito.
255 Senhor presidente, a preocupação nessas perguntas é exatamente não termos uma decisão aqui, nossa na CMI, e ela
256 ser amanhã paralisada pela Justiça, trazendo um descrédito ao Conselho, um descrédito aos conselheiros, abordando
257 exatamente essa situação. Porque isso já ocorreu no passado. Eu não participava desta Câmara Técnica, na verdade,
258 no passado, mas já ocorreram decisões desta Câmara que foram paralisadas pela Justiça, baseadas especificamente
259 e unicamente na situação quilombola, essa comunidade do Manzo. Então por esse motivo eu solicitei todas essas
260 perguntas para que fossem esclarecidas e sanadas, para que pudéssemos tomar uma decisão de voto bem mais
261 tranquilos.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Conselheiro Heleno Maia, perfeito. Suas colocações são sempre muito
262 pertinentes. É importante que a gente tome uma decisão informada. Não obstante, eu acho sempre importante
263 trazer alguns esclarecimentos relativos ao procedimento de licenciamento ambiental. O procedimento de
264 licenciamento ambiental é destinado, especificamente, a avaliar questões relacionadas a impactos ambientais,
265 definindo viabilidade ambiental do empreendimento no que tange medida de controle e mitigação. Então esse é o
266 objeto de discussão acerca dessa deliberação de processo, estabelecer os impactos ambientais decorrentes do
267 exercício da atividade produtiva, levantar as compensações, mitigações, ações de impactos ambientais para que
268 avaliemos dentro do licenciamento ambiental impactos referentes a meio físico, meio biótico e outros caracteres
269 que são expostos dentro da nossa avaliação de impacto ambiental. Isso é muito importante que a gente traga, que
270 não afasta competência e delimitação de outros órgãos para tutelar sua competência em relação a características
271 específicas que estão a cargo de política pública de outros entes. Então o que eu quero dizer com isso, conselheiro?
272 Não podemos entender que o licenciamento ambiental vai resolver todas as autorizações necessárias para
273 desempenho de uma atividade produtiva. Então se houver outra tutela em relação ao exercício dessa atividade, seja
274 dessa ou de qualquer outra, o empreendimento tem que se diligenciar a esses órgãos que detém competência legal
275 para tutela da política pública específica para que possa obter qualquer tipo de autorização. Então o licenciamento
276 ambiental não substitui qualquer tipo de autorização e não exclui qualquer tipo de exercício de poder de polícia de
277 outros órgãos que tutelam outras importantes avaliações referentes a essas nesse sentido. Então o que temos aqui
278 é: se houver algum tipo de impacto direto em relação à atividade, em relação a outra tutela de outro ente, no que
279 tange ao bem jurídico protegido por esses entes, a existência do licenciamento ambiental não afasta a competência
280 desses entes de exercer seu poder de polícia, de exercer sua política pública. O licenciamento ambiental é o
281 procedimento destinado à avaliação de impactos ambientais, e dentro dessa lógica de impactos ambientais nós
282 trazemos todos os elementos que entendemos pertinentes para que este Conselho possa deliberar em relação à
283 licença, dentro da lógica de funcionamento. E qualquer dúvida que surge aqui no entorno dessa discussão nós
284 estamos também dispostos a fazer qualquer esclarecimento necessário. Estamos aqui para isso, dentro da lógica de
285 subsidiar a decisão dos senhores conselheiros.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio:
286 “Obrigado, Vitor. Senhor presidente, eu gostaria que constassem, na íntegra, na ata, por gentileza, todos esses
287 esclarecimentos, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Solicito a transcrição, na
288 íntegra, da reunião inteira, que fica até mais barato para o órgão fazer a transcrição da ata como um todo. Senhores
289 conselheiros e aqueles que nos acompanham, somente para ler para os senhores, Art. 38 do Regimento Interno, da
290 diligência: entende-se por diligência solicitação, por conselheiro, de informações e esclarecimentos sobre item de
291 pauta que não for possível serem sanados no ato da reunião. Entendo que os esclarecimentos, os pedidos, os
292 questionamentos foram sanados aqui pelo Vitor e, com essas considerações, eu mantenho o processo em pauta.
293 Caso o conselheiro, como dito no Regimento Interno, a solicitação é do conselheiro, se o conselheiro entender que
294 não ficou cabalmente demonstrado ou satisfeito com os seus questionamentos, por favor, faça posteriormente.
295 Algum outro conselheiro que um destaque antes eu passar para os inscritos? Não? Então Jeiza, por favor, chame os
296 inscritos. Lembrando aos inscritos que, após a manifestação, deverão deixar a sala, conforme previsão do Regimento.
297 E se os senhores, caso não saiam, para o bom andamento da nossa reunião, eu vou solicitar que sejam retirados.
298 Primeiro, o Sr. Felipe Gomes. Senhor Felipe, o senhor tem 5 minutos. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil:
299 “Presidente, só para entender: o exame da ata não foi votado ainda, da ata da 112. Correto?” Presidente Yuri Rafael
300 de Oliveira Trovão: “Não foi votada.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Tudo bem. Beleza. Presidente, eu queria
301 entender aonde no Regimento Interno fala sobre essa obrigatoriedade de sair ao fim da manifestação? Eu gostaria
302 de também perguntar, já aproveito e faço algumas perguntas específicas: quantos inscritos tivemos neste ponto de
303 pauta e nos demais pontos de pauta, se foi a mesma quantidade ou se esse foi muito mais para justificar a inversão
304 de pauta – só para entender. Então quantos inscritos, aonde no Regimento fala que temos que sair, quantas pessoas
305 cabem no Zoom, nessa plataforma que vocês estão utilizando; e se o Estado, o governo de Minas Gerais dispõe de

306 uma ferramenta que cabe mais gente. Porque considerando o grande número de inscritos e que é extremamente
307 complicada essa ida e vinda, diversas pessoas vieram e falam ‘Felipe, como é que eu acesso? Não estou
308 conseguindo’... Aí chama a pessoa, a pessoa não está aqui, é uma confusão que já vimos em várias reuniões. Não
309 existe uma outra plataforma, o Estado não detém uma outra plataforma que caiba mais de cem pessoas? Poderia ter
310 essas respostas antes de continuar a minha fala? Se pudesse só parar o tempo para ter essas respostas. É possível ou
311 não? Ou eu tenho que falar tudo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fala tudo, por favor.” Felipe
312 Gomes/sociedade civil: “Eu fiz uma série de questionamentos ao senhor na última reunião que continuam sem
313 respostas. Vários questionamentos meus feitos na audiência pública não constam no processo de licenciamento
314 ambiental as respostas. Não estão lá. Não está no site da empresa, não está em nenhum lugar – pelo menos eu não
315 tive acesso, não consegui – nenhum documento do estudo ambiental, ou do SEI. Eu queria saber onde está a íntegra
316 de todas as perguntas que foram feitas no âmbito da audiência pública. Porque não tivemos acesso, e aí fica um
317 negócio meio estranho porque está se definindo o empreendimento sem ter a transparência na resposta aos
318 questionamentos da audiência pública. Então eu queria saber. Eu sei que tem a resposta padrão no documento, no
319 Parecer Único, mas cadê, não existe a íntegra dessas respostas? Não tem lá? ‘Pergunta 1 do Felipe Gomes, pergunta
320 1 anônima... Isso não vai ser respondido? Eu mandei mais de 50 perguntas, inclusive perguntas que tratam sobre
321 Belo Horizonte e a relevância desse empreendimento para Belo Horizonte, e elas não foram respondidas, elas foram
322 ignoradas, inclusive, não constam no Parecer Único, inclusive consta no documento que eu enviei a vossa senhoria.
323 Outra coisa, quando fala a questão do quilombo Manzo, nós temos aqui um problema muito sério. Devido à
324 incompetência do órgão ambiental em definir a obrigatoriedade da consulta livre, prévia e informada ao quilombo
325 Manzo, a Justiça Federal foi obrigada a agir e suspendeu uma licença concedida por esta mesma instância no caso da
326 Tamisa. Vamos incorrer no mesmo erro, mesmo com o alerta muito bem-fundamentado de um dos conselheiros?
327 Lembrando que já teve, inclusive, ajuizamento de ação por entidade questionando isso. Será que este Conselho vai
328 cair nessa armadilha novamente de ter que esperar a Justiça obrigar a suspender uma licença concedida e aí gerar
329 toda aquela insegurança jurídica que está ocorrendo no caso da Tamisa? Inclusive, com risco de a Tamisa processar
330 o Estado porque concedeu a licença, mas não deixa operar, e pedir lucro cessante e tudo mais. Isso vai gerar um
331 transtorno gigantesco, que o Estado pode gerar, inclusive para o Estado ter que pagar multa para a Tamisa de lucro
332 cessante porque concedeu... Imagina que loucura. Então vai realmente continuar essa análise do processo de
333 licenciamento ambiental não tendo a consulta livre, prévia e informada do quilombo Manzo? Aí eu pergunto: foi
334 citada no estudo ambiental, no parecer, a questão do quilombo Manzo, existe essa informação, ela está lá? Sim ou
335 não? Pergunto aqui também: em relação aos autos de infração que essa empresa dispõe, são inúmeras infrações,
336 inclusive... Presidente, se pudesse me conceder um minuto adicional, eu agradeceria, para complementar a fala...
337 Muito obrigado, presidente. Essa empresa tomou uma multa por prestar informações falsas ao órgão ambiental.
338 Depois eu queria que você pudesse falar a íntegra desse auto de infração, quais informações falsas ela apresentou.
339 E aí eu pergunto: e se isso tiver ocorrido aqui de novo? Foi feita uma análise criteriosa disso? Porque tem no final do
340 parecer falando, que a gente acredita em tudo. E também pergunto o seguinte: quem fez essa análise do documento
341 ambiental? Por acaso, foi um servidor técnico, de carreira, concursado, com estabilidade funcional? Ou foi feita por
342 uma empresa que presta serviço para outras mineradoras, que ganha dinheiro vendendo serviço para empresas de
343 mineração? Se pudesse colocar em votação a complementação dos 5 minutos, presidente, porque ainda tem alguns
344 outros pontos que eu gostaria muito de levantar, questionamentos, se fosse possível.” Presidente Yuri Rafael de
345 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, eu coloco em votação o pedido, solicitação de tempo adicional de 5 minutos
346 pelo Sr. Felipe. Pode levantar a mão fisicamente... Cinco minutos adicionais. Pois não. Sr. Felipe.” Felipe
347 Gomes/sociedade civil: “Primeiro agradeço muito a todos os conselheiros que concederam, garantiram esse nosso
348 direito de fala que é muito importante. Nós estamos aqui exercendo o nosso dever, segundo a Constituição Federal,
349 Art. 225, que é dever de todos lutar por um ambiente ecologicamente equilibrado. Então eu faço este
350 questionamento: quem elaborou esse parecer? Quem elaborou esse parecer ganha dinheiro prestando serviço para
351 outras mineradoras? Eu queria que isso fosse deixado muito claro. E também, presidente, eu gostaria de pedir que
352 toda a minha fala constasse em ata. Porque eu vi que na fala da reunião passada a minha fala não constou em ata
353 praticamente nada. Eu falei em todos os processos do licenciamento ambiental – igual hoje estou inscrito em todos
354 os processos do licenciamento ambiental –, fiz questionamentos em todos os processos ambientais, que o
355 empreendedor teve que responder e o Estado, e não consta nada na última ata. Então eu queria já deixar claro e
356 também alertar para todo mundo: se você quer que a sua fala seja registrada em ata, exija ‘que a minha fala seja
357 transcrita, na íntegra, na ata desta reunião. Presidente, eu também queria perguntar uma coisa: nós vivemos

358 momento de fenômenos climáticos extremos. Nós estamos falando do empreendimento que está colocando a
359 gigante de uma pilha de rejeito praticamente dentro do rio das Velhas, que não respeitou regra nenhuma. Eles
360 operaram sem licença. Aí vocês foram lá, mandaram eles pararem de operar, eles desrespeitaram acho que umas
361 três ou quatro vezes e continuaram operando; eles desmataram, eles sumiram com rendimento lenhoso. Aconteceu
362 um monte de coisa. Aí o seguinte, eles estão fazendo uma pilha de rejeito praticamente dentro do rio das Velhas, e
363 nós estamos vivendo num cenário de mudanças climáticas que estamos vendo o que aconteceu com o Rio Grande
364 do Sul. E aqui em Minas Gerais, se tiver uma chuva parecida com aquela, nós vamos ter um colapso nas barragens e
365 nas pilhas. Podemos ter. Principalmente, se elas tiverem sido dimensionadas considerando os critérios
366 convencionais, porque as chuvas se intensificam, cai muito mais água num tempo muito menor. Inclusive, a Vale,
367 barragem B3 e B4, fizeram lá, e em dois anos o sistema de drenagem não suportou, e lotou tudo lá e tal. Foi
368 considerado esse novo regime pluviométrico aqui nesse empreendimento? Porque se não foi é extremamente
369 preocupante pensar que uma chuva que está acima da média pode cair naquela pilha de rejeito, que está
370 praticamente dentro do rio das Velhas, e descer. E aí eu gostaria de perguntar ao empreendedor se ele pudesse
371 relatar todas as operações da Polícia Federal que ocorreram, se ele teve caminhão apreendido alguma vez, se tem
372 algum caminhão apreendido hoje. Eu não sei, vai que tem um caminhão cheio de minério preso lá dentro da Polícia
373 Federal. Há já um bom tempo, isso aconteceu. Eu queria também saber o seguinte... É muita informação... Eu queria
374 aproveitar para orientar, pessoal, todo mundo: tem muita gente inscrita, então, pessoal, façam perguntas, assim
375 como eu estou fazendo. Porque é direito nosso fazer as perguntas, e eu espero que elas sejam respondidas. E queria
376 perguntar também: eu vejo aqui uma das minhas várias perguntas, eu fiz várias perguntas, uma não foi respondida.
377 Como que eu devo proceder? Eu devo abrir o áudio: 'presidente, faltou a resposta da pergunta tal'. Como que eu
378 devo agir? E também esse negócio de sair e depois ter que voltar, como que vai garantir que eu vou entrar de novo,
379 que eu não vou, no momento certo? Quantos inscritos? Aí eu volto à pergunta: quantos inscritos tivemos? Temos
380 muitos inscritos, tem previsão de duração dessa reunião? Tem risco de ela durar mais que 8 horas? Se ela durar mais
381 que 8 horas? Porque eu queria, inclusive, saber quantos inscritos tem nos outros processos, porque eu acho que
382 também tem muitos inscritos no outro, salvo melhor juízo. Se durar mais que 8 horas, o que vai acontecer? Podia
383 explicar o procedimento, se vai parar a reunião, chamar uma nova? Quem é que pode falar nessa nova reunião,
384 quanto tempo deve demorar para ter uma nova reunião? Ou não, isso não vai acontecer, o senhor vai fazer igual na
385 reunião da Tamisa? Que falou: 'nós vamos aqui o tempo que for necessário'. Só para a gente se preparar, para
386 comprar um lanche, para eu preparar água. Para eu ver se vai durar 50 horas isso aqui, quantas horas. Obrigado."
387 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "As questões de ordem técnica serão respondidas pela equipe da DGR ao
388 final. Em relação aos questionamentos feitos pelo inscrito em relação ao procedimento e ao Regimento, eu até sugiro
389 ao Sr. Felipe que leia o Regimento. A maioria dos questionamentos que o senhor fez estão no Regimento. Então
390 vamos lá, o primeiro questionamento que o senhor fez é onde está escrito que as falas do senhor, da ata, onde todas
391 as falas do senhor não foram transcritas. Leia o Regimento Interno: 'as reuniões das Unidades Colegiadas serão
392 gravadas e registradas em atas sucintas'. O que significa sucinta, Sr. Felipe? Que não são transcritas todas as falas,
393 são aquelas mais importantes. E o senhor tem à sua disposição a gravação. Em relação ao outro questionamento em
394 relação aonde está escrito que a pessoa deve deixar a sala, o senhor eu acho que não se ateu ao momento da
395 manifestação da assessoria regimental. Ela falou o artigo. Mas, se o senhor não prestou atenção daquela vez, leio
396 novamente o Art. 67: 'O tempo de duração para manifestação dos conselheiros interessados em reuniões remotas
397 ou híbridas é o disposto nos arts. 36 e 43.' 'O Presidente da reunião poderá solicitar à equipe técnica responsável
398 que desative o áudio daquele que ultrapassar o tempo regimental de manifestação. O inscrito que estiver
399 participando remotamente deverá – não é poderá; verifique o verbo, é 'deverá' – sair voluntariamente da plataforma
400 digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.'
401 Esse artigo foi lido na manifestação da Dra. Jeiza. Então eu peço, encarecidamente, que o senhor, que agora já se
402 manifestou, por favor, deixe a sala para darmos seguimento à nossa reunião. Em relação aos inscritos, neste ponto
403 de pauta são 83 inscritos. Os demais inscritos em relação aos outros pontos de pauta serão tratados no referido
404 ponto de pauta. Passo para o próximo inscrito... Desculpa, em relação aos questionamentos que foram feitos, que o
405 senhor falou do e-mail, todos os questionamentos, volte à reunião passada, ouça lá a gravação, pega a gravação.
406 Todos os questionamentos que diziam respeito a mim foram respondidos para o senhor no momento da reunião. Se
407 o senhor não entendeu que não foi, verifique de novo a gravação, talvez o senhor tenha esquecido, como esqueceu
408 o Regimento Interno, que foi falado neste momento. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
409 "Próximo inscrito é o Sr. Roberto Andrés. Ele já está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira

410 Trovão: “Sr. Roberto, pois não. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Roberto Andrés/sociedade civil:
411 “Bom dia a todas as pessoas aqui presentes, bom dia, senhor presidente, conselheiros. Eu sou urbanista, professor
412 da Universidade Federal de Minas Gerais. Nós vemos com muita preocupação a apreciação desse ponto de pauta
413 nesta reunião de hoje. A Fleurs não é uma mineradora qualquer, é uma mineradora que iniciou suas atividades de
414 forma irregular, camuflando seu serviço de mineração e realizando uma série de infrações ambientais e que hoje é
415 alvo de um processo, é ré na justiça por uma série de irregularidades realizadas, como desmatamento irregular às
416 margens do rio das Velhas, ao pé da serra do Curral; como sonegação de informações, sonegação de impostos. E esse
417 processo judicial corre. Como é possível que esta Câmara então aprecie uma nova licença de mineração para uma
418 mineradora cujo processo judicial pode justamente puni-la e impedir que essas atividades continuem acontecendo?
419 Há um evidente atropelo judicial em curso ao se apreciar uma licença de mineração de uma mineradora que está em
420 processo de investigação pela Polícia Federal, com uma série de crimes já evidenciados, com uma série de apreensões
421 e com situações escandalosas, de crime ambiental, que nós todos somos impactados por ela. Esta Câmara vai, mais
422 uma vez, conceder uma licença que depois vai ser derrubada na Justiça, colocando, inclusive, o nome de todos esses
423 conselheiros expostos por um tipo de procedimento que não tem validade legal? Eu queria salientar que a
424 argumentação que foi colocada aqui hoje pelo conselheiro Heleno e na consulta feita de que eventualmente a
425 ausência de um registro no Incri tiraria a validade do quilombo Manzo para o licenciamento ambiental não tem
426 procedência e não tem jurisprudência. Essa argumentação foi feita pela Tamisa quando recorreu da derrubada da
427 licença e não foi aceita pela Justiça. O TRF 6 considerou que a consulta ao quilombo Manzo deveria ter sido feita. A
428 consulta ao quilombo Manzo, senhoras e senhores, é estabelecida pelo Art. 169 da Convenção da OIT, da qual o Brasil
429 é signatário. E na convenção da OIT não há nenhuma menção à necessidade de registro no Incri. Ao contrário, o
430 entendimento amplo no campo judicial é que somente a autodeclaração já tem validade para que aquela
431 comunidade seja consultada. Nós estamos falando de uma comunidade que já tem certificação. Portanto, senhoras
432 e senhores, qualquer votação que autorize a licença da Fleurs sem a devida consulta livre, prévia e consentida ao
433 quilombo Manzo coloca em risco legal, mais uma vez, esse empreendimento, ela fere a Convenção da OIT e ela exhibe
434 esta Câmara como um órgão que está tendo pouco cuidado com a legislação vigente da qual o Brasil faz parte. Eu
435 acredito que nenhum das senhoras e senhores gostariam de se prestar a esse tipo de papel, ainda mais num
436 momento de crise climática, de risco hídrico e da gravidade que uma licença como essa pode trazer para toda a
437 Região Metropolitana de Belo Horizonte. Não é possível que votemos aqui hoje uma licença de uma mineradora com
438 tantas irregularidades, ré na Justiça por desmatamento ilegal, que tem uma audiência marcada para agosto. Por que
439 então a pressa de votar isso aqui hoje? E que não cumpriu um elemento essencial do processo de licenciamento
440 estabelecido na nossa legislação, já que é signatário da Convenção da OIT, que é a consulta livre, prévia, informada
441 e consentida ao quilombo Manzo. Como é possível uma coisa dessa? Portanto, senhoras e senhores, eu acho que a
442 única coisa que pode haver aqui hoje é que esse processo seja retirado de pauta. Essa é a única medida legal e correta
443 para lidar com um processo como esse. Portanto, solicito, Sr. Yuri Trovão, presidente desta Câmara, que faça cumprir
444 a lei e que retire essa pauta do Conselho até que seja feita – enfim, o fim do processo judicial – a consulta livre,
445 prévia, informada e consentida ao quilombo Manzo, como prevê nossa legislação. Ou vamos ver mais uma vez a
446 Justiça derrubando uma licença concedida, gerando instabilidade e risco ambiental para toda a população de Minas
447 Gerais. Eu acredito que isso não é o interesse de nenhum dos senhores. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de
448 Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Roberto. Sr. Roberto, como eu disse, a minha manifestação, o meu
449 subsídio é dado pela equipe que analisou o processo. Em relação à retirada do ponto de pauta, do processo de pauta,
450 em relação à baixa em diligência, a primeira coisa que eu faço, não só neste processo, como em todos os processos
451 aos quais eu tive a oportunidade de presidir, é pedir embasamento técnico e legal àquela equipe que analisou o
452 processo. Como o senhor verificou aqui no início da reunião, a equipe da DGR entendeu que não seria o caso de baixa
453 em diligência ou retirada do processo de pauta. Então são eles que me dão subsídio. Então é o que eu falei, às vezes
454 a pessoa confunde o meu entendimento. Desculpa estar citando o senhor, mas o senhor falou que eu deveria tirar
455 de pauta. Eu não posso retirar um processo de pauta sendo que a equipe que analisou o processo, que é responsável
456 pela análise do processo, está me falando o contrário. E até então a equipe que analisa o processo fala não em nome
457 dela, fala em nome do Estado. Então a minha manifestação não pode ser diversa da manifestação do Estado, já que
458 eu ocupo neste cargo de Presidência uma função de Estado. Então não cabe a mim decidir de forma diferente daquele
459 embasamento dado pela equipe que fez a análise do processo. Então por esses motivos o processo se mantém em
460 pauta até caso não haja mudança de entendimento pela DGR. Próximo inscrito...” Jeiza Fernanda Augusta de
461 Almeida/SEMAD: “Sra. Isabella Miranda, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Isabella

462 Miranda...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Oi, gente, bom dia. Isabella Gonçalves, deputada estadual.”
463 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa, excelência. Só alertando, a senhora tem 5 minutos, podendo
464 ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Obrigada. Bom dia a todos
465 os presentes, deputada estadual Bella Gonçalves, também integrante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia
466 Legislativa, e acompanho desde 2018 o processo envolvendo a empresa Fleurs, que iniciou um processo de
467 mineração na serra do Curral de forma ilegal, imoral e absolutamente prejudicial, gerando uma operação policial,
468 Operação Poeira Vermelha, da Polícia Federal, que levou a Fleurs e os seus donos, os seus societários, a estarem hoje
469 respondendo por ação criminal. Então eu queria fazer um destaque de que nós estamos discutindo um caso de polícia
470 dentro deste Conselho, que, para além de todas as questões administrativas que dizem respeito aos impactos
471 ambientais e sociais da empresa, o avanço do processo de licenciamento é corroborar com um grande esquema de
472 corrupção, de roubo de minério de ferro, um grande esquema de burlar, inclusive, as questões ambientais, prestar
473 informações falsas. Essas pessoas deveriam estar hoje respondendo a processos judiciais, não terem o benefício de
474 terem os seus empreendimentos pautados em um Conselho que deve ser um Conselho para analisar empresas e
475 empreendimentos sérios do Estado, não empreendimentos que estão organizados na base do crime da extração
476 ilegal de minério de ferro. A Fleurs, desde 2018, quando iniciou os processos de mineração ilegal na serra do Curral,
477 em provável conluio com a empresa Gute – que inclusive hoje está respondendo também judicialmente –, ao invés
478 de ter sido paralisada pelo órgão ambiental, foi beneficiada com Termos de Ajustamento de Conduta. Nós temos
479 feito na Assembleia Legislativa uma discussão muito séria sobre como os Termos de Ajustamento de Conduta estão
480 sendo deturpados para, na verdade, premiar e possibilitar a regularização de mineração pirata, mineração ilegal. Eu
481 tenho, inclusive, um projeto de lei sobre isso, que já passou pela Comissão de Legislação e Justiça: proíbe a
482 regularização de processos de mineração que começam com base na pirataria. A Secretaria de Meio Ambiente, além
483 de ter ofertado o Termo de Ajuste de Conduta para a Fleurs, existe uma outra situação bastante confusa, que
484 aconteceu em 2019, quando o IGAM, o Instituto das Águas, transferiu uma outorga de água da Tamisa, Taquari
485 Mineração, para a Fleurs, o que era um precedente para o avanço do processo de licenciamento ambiental. Acontece
486 que não houve pedido formal protocolado para essa transferência, foi um ato do administrativo que pode indicar
487 uma associação entre o órgão ambiental e a empresa, que está completamente fora do que deveria ser a
488 responsabilidade do poder público e pode configurar uma participação em um conluio com uma empresa que, repito,
489 é criminosa. Os societários dessa empresa têm sido investigados, inclusive, por outros crimes, entre os quais, crimes
490 de ameaça, ameaça à vida de agentes públicos. Todos aqui sabem do que eu estou falando. Em relação ao quilombo
491 Manzo, é muito evidente que uma portaria interministerial e uma convenção internacional condicionam sim a
492 decisão deste Conselho. O quilombo Manzo é um quilombo reconhecido pela Fundação Palmares, é um quilombo
493 que reivindica a serra do Curral e tem hoje o seu processo de construção do relatório técnico de identificação
494 territorial em processo avançado, em processo de elaboração avançada. A ausência do processo de conclusão do
495 RTID não significa que essa comunidade não será impactada e não deve ser consultada. Nenhuma portaria fala isso.
496 E este órgão aqui, ambiental, este Conselho Ambiental, não pode atropelar o quilombo Manzo, com o risco de cair
497 mais uma vez em descrédito. Está mais do que evidente que a Justiça Federal irá mais uma vez suspender um
498 processo de licenciamento, caso ele seja conferido por este órgão, pela ausência da consulta ao quilombo Manzo. O
499 pedido de diligência feito aqui pelos conselheiros é absolutamente justo e necessário para que não vejamos este
500 órgão aqui mais uma vez passando uma vergonha de avançar num processo de licenciamento ambiental sem analisar
501 todas as questões jurídicas e, em especial, no que diz respeito à consulta livre, prévia e informada do quilombo
502 Manzo. Por último, eu termino aqui perguntando de onde virá o minério que a Fleurs Global pretende processar.
503 Uma vez que as empresas Empabra, Tamisa e Gute, que operam hoje na serra do Curral, estão com impedimentos
504 legais para agir, o minério que a Gute pretende hoje processar, caso avance, será mais uma vez um minério provindo
505 de mineração ilegal, de mineração pirata, de processos de grilagem, de processos de garimpo. Nós estamos vivendo,
506 em uma das maiores capitais do Brasil, um processo de garimpo ilegal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
507 “Excelência, me desculpa interrompê-la...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Meu tempo correu?”
508 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim. Se a senhora precisar, se vossa excelência precisar do tempo
509 adicional, eu tenho que colocar em votação mais 5 minutos. Vossa excelência falou 5...” Isabella Gonçalves
510 Miranda/sociedade civil: “Eu não devo gastar mais 5 minutos, mas se puderem conferir mais...” Presidente Yuri Rafael
511 de Oliveira Trovão: “Eu preciso colocar, excelência...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Pode colocar em
512 votação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tempo adicional à deputada de 5 minutos. Por favor, se
513 manifestem... Cinco minutos adicionais. Pois não, excelência, a Sra. tem mais 5 minutos.” Isabella Gonçalves

514 Miranda/sociedade civil: “Muito obrigada. É bom porque eu queria tratar que, para além da questão do quilombo
515 Manzo, nós temos uma demora, uma lentidão, que está mais do que evidente que é produzida ativamente pelo
516 governo do Estado, do processo de tombamento da serra do Curral. Em todo o estudo que foi feito para o
517 tombamento da serra do Curral, estudo esse pago pelo Ministério Público em anos anteriores, foram identificadas
518 uma série de estruturas patrimoniais naquela região onde a Fleurs pretende operar. Estruturas importantes, como o
519 muro das pessoas escravizadas que existia ali na região do Taquaril e que dividia, inclusive, as fazendas que deram
520 origem aos municípios, Belo Horizonte, Nova Lima, Sabará. Ele provavelmente não existe mais, foi destruído em
521 função de uma mineração que aconteceu de forma pirata e de forma ilegal. Então é um arrepio muito grande de toda
522 a legislação, de todo bom senso, de todo o cuidado com o nosso patrimônio ambiental e natural, histórico,
523 paisagístico. Estamos mais uma vez avançando para análise de outro empreendimento na serra do Curral, sem que
524 o tombamento estadual tenha sido devidamente analisado. É algo que colocará mais uma vez o governo e este
525 Conselho em uma posição antagônica à sociedade: à sociedade mineira, à sociedade belo-horizontina. A sociedade
526 já tem se mobilizado e demonstrado que a opinião pública não concorda com a mineração na serra do Curral, é
527 direito do povo ter soberania de dizer não à mineração quando ela está acontecendo em um local que afeta a
528 identidade de um povo, a identidade de uma comunidade. A serra do Curral faz parte da identidade, da história do
529 povo mineiro e do povo belo-horizontino. O avanço da mineração na serra do Curral, ainda mais em processos cheios
530 de ilegalidade, que viraram caso de Polícia Federal, é algo que me assusta muito e me faz pensar como o desmonte
531 e o esvaziamento da Secretaria de Meio Ambiente ou mesmo deste Conselho podem fazer com que a participação
532 popular, a participação social esteja esvaziada. A mineração na serra do Curral não deve avançar por inúmeras razões.
533 Outra razão que eu queria destacar são as questões de segurança hídrica. Eu fui autora de uma CPI de águas e
534 barragens enquanto era vereadora na Câmara Municipal. E na Câmara Municipal nós observamos que Belo Horizonte
535 e a região metropolitana são absolutamente frágeis e vulneráveis, em função de processos minerários e também de
536 especulação imobiliária, a ficarem com restrição hídrica. Justamente uma alternativa que nós teremos para gerações
537 futuras são os aquíferos, aquíferos que hoje estão, fundamentalmente, na região metropolitana, na serra do
538 Gandarela, que hoje também está ameaçada, mas também o aquífero da serra do Curral, que inclusive é manancial
539 para o Arrudas, para vários cursos de água que estão aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Felipe
540 Gomes comentou sobre o risco também que nós temos de estruturas de mineração sofrerem impactos de eventos
541 climáticos extremos. Nós realizamos uma audiência pública sobre isso recentemente na Assembleia legislativo, e está
542 mais do que claro que o Estado de Minas Gerais ainda não preparou uma legislação ambiental para considerar os
543 níveis de segurança de estruturas de mineração, sejam elas barragens, pilhas de minério, beneficiamento a seco. Não
544 importa, essas estruturas não estão dimensionadas para chuvas intensas, que já aconteceram aqui na região
545 metropolitana em 2020 e 2021, mas que podem vir ainda de forma mais intensa, como nos mostram os fenômenos
546 que aconteceram no Rio Grande do Sul. Por todas essas razões, eu peço aos conselheiros e às conselheiras que
547 suspendam esse processo de análise dessa mineração até que as questões judiciais, criminais, as questões de
548 consulta livre, prévia e informada do quilombo Manzo, a questão de atualização da legislação para os eventos
549 climáticos extremos, a construção também da caução ambiental, que está prevista no Projeto Mar de Lama Nunca
550 Mais e que até hoje não foi regulamentado; até que essas questões, inclusive o tombamento estadual, possam
551 avançar. É possível que o tombamento... Terminou?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Excelência, desculpa
552 interrompê-la novamente, mas o tempo da senhora terminou.” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Eu
553 agradeço a todos os presentes, peço consciência para que a gente defenda a nossa serra do Curral. Muito obrigada.”
554 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de
555 Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita, Sra. Fernanda Perdigão, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
556 Trovão: “Sra. Fernanda, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Fernanda
557 Perdigão/sociedade civil: “Obrigada, senhor presidente. Bom dia a todos e todas as pessoas que acompanham e
558 estão aqui na sala. Endossar, obviamente, o que os colegas disseram anteriormente e frisar: nós temos aí uma
559 empresa, que, como a deputada Bella citou, atua de forma irregular. E um levantamento básico em relação às multas
560 aplicadas a essa empresa, desde 2018, somam-se mais de R\$ 2 milhões de multas. E é importante considerar que no
561 direito ambiental brasileiro o licenciamento ambiental precisa analisar essas questões também. Isso porque nós
562 temos a Resolução do Conama 237/97, que seu Art. 4º define as questões de tipos de licença ambiental e os critérios
563 para sua concessão. Da mesma forma, o Art. 14 da Lei 6.938//81, que trata da responsabilidade do poluidor e da
564 aplicação de sanções administrativas. Adicionalmente a tudo isso, o Art. 19 da Resolução do Conama 237 também
565 coloca a questão que o órgão ambiental competente poderá suspender ou cancelar a licença ambiental concedida

566 quando ocorrer: 1 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais. Estamos vendo, pelas
567 falas anteriores, a questão do quilombo Manzo, mas também nós temos as questões das multas não pagas e já
568 aplicadas a esse empreendimento, e que é de competência, sim, do COPAM considerar esses pontos em relação à
569 verificação de conformidade legal. Isto é, a empresa está em conformidade com as exigências legais e
570 regulamentares? Isso inclui o cumprimento das condicionantes das licenças anteriores e a regularização das multas
571 ambientais pendentes. E aí trazendo uma perspectiva, antes de o meu tempo findar, é que existem outros exemplos
572 que podemos trazer em relação a impedimentos de diversos tipos, na verdade, de impedimentos de pessoas físicas
573 e jurídicas em diferentes contextos em relação às multas existentes. Então desde licitações públicas até certidões
574 negativas de débito e outros exemplos, como regularização de imóveis, renovação de licenças e alvarás, autos de
575 infração pendentes colocam, sim, a questão de impedimento de atividade. Um exemplo, um restaurante que não
576 pague as multas sanitárias pode ter a sua licença de funcionamento suspensa ou não renovada. Por que na legislação
577 ambiental a existência de pouco mais de R\$ 2 milhões de multas deste mesmo empreendedor não é justificativa
578 suficiente de impedimento de renovação ou de obtenção de licenças ambientais por este órgão, por este espaço que
579 deveria analisar de forma ampla? Porque aqui se destaca, inclusive, que o licenciamento ambiental avalia também e
580 deve considerar a localização. E se na localização existe um quilombo, e que está em processo de estruturação um
581 tombamento, como da serra do Curral, é de competência desta casa, do COPAM, da CMI, analisar essas questões
582 para embasar tecnicamente, juridicamente, legalmente, moralmente a decisão sobre o deferimento ou
583 indeferimento em relação a esse pedido. É importante colocar que a responsabilidade pelas infrações e danos
584 ambientais é muito clara, e a empresa deve ser responsabilizada conforme a legislação vigente. E isso tem inúmeros
585 princípios norteadores no direito ambiental que precisam ser analisados aqui por este espaço. Agradeço e desejo
586 uma ótima reunião para todos. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da
587 Sra. Fernanda. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, senhor presidente,
588 é a Sra. Luiza Cunha.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Luiza... Não está na sala. Retorna a ela
589 posteriormente.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita é a Sra. Jeanine.” Presidente Yuri
590 Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Jeanine, a senhora tem 5 minutos, que podem ser prorrogados. Pois não, com a
591 palavra.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Eu vou tentar não repetir o que as pessoas que participaram
592 aqui antes disseram. Nós acompanhamos esse processo desde 2018, desde o primeiro pedido de licenciamento que
593 essa empresa fez, alegando que ela queria desassorear o rio das Velhas. Esse foi o primeiro pedido, e hoje se revela
594 aqui um grande processo de licenciamento, que tem a ver, sim, com a mineração. Então primeiro dizer que a má-fé,
595 a conduta dessa empresa vem, desde o princípio, de forma ilegal. Nós protocolamos um documento – o Instituto
596 Guaicuy, Projeto Manuel – na FEAM com 74 questões. Esse documento sequer foi apreciado pela FEAM. Na reunião
597 passada, eu tentei fazer uma palavra de ordem aqui, porque esse documento foi entregue a vocês no dia 19 de
598 fevereiro e devidamente respondido, dizendo pela própria FEAM, que havia sido recebido, acusado o recebimento,
599 que teria então 90 dias para responder, no dia 21 de fevereiro. Essas 74 questões, além de não respondidas para nós,
600 instituição que fez o questionamento de forma oficial, não foram anexadas em nenhum documento oficial, inclusive
601 no relatório final que a FEAM protocola nesse processo de licenciamento, que deveria constar. Então graças a isso
602 nós temos um pedido, um mandado de urgência que protocolamos para que esta reunião aqui fosse suspensa. Todo
603 mundo aqui recebeu esse pedido, que copiamos todas as instituições, exatamente apontando para essa
604 irregularidade do processo administrativo. Então não tem a ver com a oitiva da comunidade do Manzo. Apesar de
605 isso tudo constar como irregularidade, a nossa questão aqui tem a ver com o processo administrativo, com o que
606 vocês fizeram na hora que estava o processo correndo dentro do Estado. Então, dada clareza a isso, eu queria
607 esclarecer aqui para as pessoas algumas dessas 74 questões. Por exemplo, por que não temos anuência dos
608 municípios que são já diretamente afetados pelo empreendimento, e as anuências que temos não têm incorrência
609 de validade, já não foram expedidas há algum tempo atrás, elas continuam valendo, o órgão ambiental vai continuar
610 considerando essas licenças. O EIA e o Rima estão disponíveis? Eles estão disponíveis aonde? Eles estão na
611 localidade? Nós na nossa ação, nesse questionamento de 74 páginas, questionamos isso à FEAM, porque nós
612 tentamos acessar, e o link estava quebrado. Então se a gente na instituição competente, que tem mais de vinte e
613 tantos anos de atuação, que sabe como procurar esse documento, não conseguiu achar, será que a comunidade
614 conseguiu achar? Sem resposta também. A equipe técnica do EIA, do Estudo de Impacto Ambiental, estava presente
615 na audiência pública? Se estava, identifique, por favor, quem são os técnicos, para nós, porque isso faz parte das
616 normas legais, e vocês do Executivo deveriam ter observado. A posse do terreno não é comprovada. E dentro do
617 processo de licenciamento isso precisa ocorrer. Cadê o documento da empresa dizendo que o terreno é deles para

618 que esse processo de licenciamento não tenha vício? A certidão de conformidade eu já disse. A avocação do processo
619 de licenciamento que vocês concederam ao empreendedor foi baseada em quê? Qual o documento dá a vocês base
620 para fazer essa avocação desse licenciamento? O tombamento da serra do Curral incorre agora, neste exato
621 momento... A área que vai ser atingida está dentro do polígono? Se está, qual foi o estudo que o empreendedor
622 apresentou para dizer que vai impactar ou não? Lembrando, se o bem está passando por um estudo de tombamento,
623 esse é um processo de licenciamento que é de conhecimento de todo mundo envolvido nesse processo. A mineração
624 na serra do Curral e o tombamento da serra do Curral são de notório saber de qualquer cidadão. Qualquer, não, mas
625 de todos os envolvidos nesse processo certamente. Se não estão sabendo, incorre de novo em incompetência, um
626 processo de licenciamento com vício. Então onde está, o Iepha, que é o órgão responsável pelo tombamento, deu a
627 anuência? Ele está sabendo, ele está ciente? Isso passou pelo Conep, que é o Conselho do Iepha? O Estado de Minas
628 Gerais, a FEAM, a Secretaria de Meio Ambiente teve capacidade de interlocução com a Secretaria de Patrimônio?
629 Cadê os documentos, cadê a autorização do Iepha? Os autos de infração da empresa... O tempo acabou, Yuri, e eu
630 estou um pouco confusa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O tempo acabou. Sra. Jeanine, mas eu já
631 coloquei 1 minuto adicional para a senhora. E se a senhora precisar de mais de cinco nós colocamos em votação.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Se quiser já votar – porque aí eu vou direto – é melhor.” Presidente
632 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então tempo adicional de 5 minutos à Sra. Jeanine... Então coloca 6 minutos. Pois
633 não, Sra. Jeanine.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Os autos de infração que foram gerados, nós
634 tivemos acesso, inclusive, aos autos de infração porque fizemos um pedido oficial de acesso à informação, que foi
635 demorado para ser respondido... Isso tudo é documento, não tem nada de boca aqui. Essas infrações foram pagas,
636 isso foi devidamente observado pelo Estado? Se não foram pagas, por que o processo de licenciamento continua
637 correndo? Tem alguma investigação que essa empresa está correndo pela polícia, o Estado se precaveu para achar
638 essa investigação? Como é que é? Mesmo investigado, mesmo com auto de infração, mesmo com crime, o
639 licenciamento vai correr, vai passar aqui no COPAM, ninguém observa nada errado por parte do Estado? Por favor.
640 Se vocês estão observando, os crimes na hora de incorrer esse licenciamento, que eles já foram nos autos de infração
641 descritos. Nós temos acesso a todos os autos de infração. Daqui a pouco eu vou falar um pouco sobre eles. A empresa
642 diz que não está em APP, que ela não está em nada, mas ela está dentro de área de extrema relevância de
643 preservação; e ela fica, a pilha de estéril, a 30 m, 50 m do rio das Velhas. Isso é mata ciliar, não é APP, na consideração
644 de vocês? Como que isso funciona? Eles vão dizer ‘não estamos dentro de APP’, e o Estado vai aceitar? Sendo que
645 qualquer pessoa que você levar, de qualquer área dentro do meio ambiente, vai dizer claramente que eles estão
646 dentro de uma APP. Como é que funcionou no licenciamento, vocês observaram essas questões? A área verde que
647 eles retiraram ilegal, eles já compensaram? Cadê o Prad? Ele tem que ser anexado junto com o licenciamento. Mesmo
648 que vocês ‘ah, ok, não tem problema’ os climas que vocês cometeram, mas cadê o Prad, ele está anexado junto com
649 o licenciamento? Nós não tivemos acesso. Nós queremos saber qual é a compensação que vocês previram nesse
650 processo. Ausência de estudo espeleológico. Aqui nós temos o Kiko, antigo técnico da Gerdau, e agora está numa
651 instituição deles também. Foi incriminado civilmente, porque estourou umas cavernas. Então para além disso tem
652 um conselheiro aqui especialista nesse tema, que já sofreu sanção criminal por isso. Cadê os estudos espeleológicos?
653 Não tem não, viu, Kiko, nesse licenciamento inteiro não estudaram cavernas, não tem esse documento no
654 licenciamento. Cadê o PCA da gestão, o Plano de Controle Ambiental das pilhas de estéril? Cadê o prazo para a
655 retirada das pilhas de estéril? Quando que elas vão ser retiradas? Não tem nada disso no processo de licenciamento.
656 A origem ilegal do minério: cadê as vias que comprovam que não é ilegal, que é ilegal? Não tem nada dizendo sobre
657 isso. O trânsito de caminhão, também isso é ausente no processo de licenciamento. Eles vão usar a 262? Como, em
658 que condição, quanto que aumenta o número de trânsito ali, o tráfego vai dar conta? Ausência das coordenadas de
659 impacto não permite que a gente avalie os biomas que serão impactados. O Estado está recebendo um processo de
660 licenciamento que não tem coordenada da área que vai ser impactada. Isso é grave, não tem como a gente conferir
661 qual é a área, qual o bioma que vai ser degradado. Cadê essas coordenadas? Levantamento da fauna totalmente
662 inconsistente, os dados são inconsistentes, incorretos. Enfim, tudo sobre fauna nesse licenciamento está errado ou
663 faltoso ou omitindo. Muito complicado. Das infrações, a primeira que teve foi em 2018, supressão de 20.000
664 hectares, impediu a fiscalização dia 23/10/2019: ‘impediu a fiscalização. Na autuação seguinte, dia 10/5/2019,
665 constatou-se intervenção na APP, desmate de 34 hectares de área comum e quase um hectare em APP; total de seis
666 infrações. Por isso que eles impediram a anterior. Dia 9/11/2018, se instalaram com atividade de alto potencial
667 poluidor e degradador sem devida licença. Em 10/5/2019, desrespeitaram a penalidade de suspensão. Eles estavam
668 atuando ainda, apesar de proibidos. Em 2/5/2019, atuaram sem estarem devidamente autorizados; eles estavam
669

670 impedidos. Dia 23/3/2019 e dia 5/4/2019, a mesma coisa novamente: dificulta a fiscalização e desrespeita a
671 suspensão. Dia 2/5/2019, capta água no córrego Fedegoso sem autorização de outorga. Uma empresa que retirou a
672 água de um córrego sem a devida outorga. Dia 2/5/2019 é a data desse auto de infração. Dia 28/6/2019, desrespeita
673 a suspensão. Está lá suspenso e está atuando, está trabalhando. Dia 6/4/2021, 500 hectares. Esse é o maior auto de
674 infração. Consegue ali intervir em cima de mais de cinco biomas. Está descrito: Campo Ferruginoso, 16 hectares;
675 Cerrado, 30 hectares; Cerradão, 63. É tudo metro quadrado, 1.000 m². Floresta Estacional Semidecidual, 46.000
676 ha/m²; Floresta Estacional semidecidual, 83. Soma, gente, disso aqui, 500 hectares de dano. E aí tem uma última
677 infração, que é a mais recente, que foi a única coisa que ficou fora da minha fala. Eu agradeço, Yuri. Agora a fala que
678 eu queria fazer na reunião passada, que era uma fala de ordem, era exatamente para observar que vocês não
679 responderam no documento e de forma legal desde fevereiro. Foi intempestivamente que o senhor me removeu da
680 sala, era uma palavra de ordem oportuna.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-la, mas
681 eu não posso deixar a senhora falar acima do prazo. Em relação a essa questão de ordem, isso não é questão de
682 ordem, Sra. Jeanine. Questão de ordem é dúvida sobre o Regimento. Está escrito no Regimento. Questionamentos
683 que foram feitos pela senhora e não foram respondidas pela DGR devem ser tratados junto à FEAM, isso não é
684 questão de ordem. Eu vou dar seguimento aos inscritos. O Francisco levantou a mão. Eu não sei se o senhor levantou
685 a mão foi no momento que eu dei prazo adicional. O senhor quer manifestar algum ponto, Sr. Francisco?” Conselheiro
686 Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindixtra: “Não, senhor presidente, porque é parte dessa pessoa que falou aí agora,
687 eu gostaria de saber quando é que eu teria oportunidade de responder isso, senhor presidente.” Presidente Yuri
688 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Francisco. O negócio é o seguinte. Qual é o nosso encaminhamento? Como sempre,
689 nós vamos ouvir todos os inscritos, e eu não interrompo os inscritos, solicito que eles não sejam interrompidos, assim
690 como eu não interrompo os senhores conselheiros e não deixo ninguém também interrompê-los. Após a
691 manifestação dos inscritos, eu vou passar a palavra aos senhores, ao Conselho, e aí os senhores poderão fazer as
692 ponderações caso queiram, e posteriormente à equipe. Ok? O próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de
693 Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, o Sr. Sebastião Fortunato.” Sebastião Fortunato de Faria Filho/sociedade civil:
694 “Bom dia a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só alertá-lo que o senhor tem 5 minutos, podendo ser
695 prorrogados. Pois não.” Sebastião Fortunato de Faria Filho/sociedade civil: “Sim, eu prometo ser breve. Sebastião
696 Fortunato, cidadão, formado em farmácia, eu fui professor e também conselheiro de saúde durante um bom tempo
697 da minha vida. E me estranha muito o que o Regimento desta casa coloca. É muito estranho para mim, porque as
698 coisas têm que se tornar públicas, publicizadas, a fala não pode ser abreviada ou oculta. Isso tem que ser transcrito
699 de forma para que todas as pessoas tenham acesso. Mas o que eu quero falar, que eu fui observando nas falas das
700 pessoas, é que há duas perspectivas: uma perspectiva jurídica e uma perspectiva política. E parece que a perspectiva
701 política vai tomando corpo, vai tomando frente, assim como ocorreu com a questão da Stock Car, uma situação que
702 vai trazer prejuízos imensos para a Universidade Federal de Minas Gerais, e todo mundo de braço cruzado. É terrível.
703 E eu falo isso emocionado, porque eu perdi dez amigos em Brumadinho e dois amigos em Mariana em função desses
704 crimes que essas mineradoras cometeram contra as pessoas. Não perdi só amigos, mas perdemos rios, perdemos
705 árvores, perdemos animais e sonhos. E aí todas essas falas a gente vê que há irregularidade, e a coisa ainda está
706 sendo colocada em pauta é uma vergonha para nós mineiros. É uma vergonha, me sinto envergonhado. E ainda falo,
707 vou propor para a Assembleia Legislativa mudança do nome do nosso Estado, vou pedir para mudar de ‘Minas Gerais’
708 para ‘Minas Cratera’. É o que Minas Gerais está se tornando, uma cratera em função dessas mineradoras que só
709 pensam na ganância e na usura. Obrigado. É isso que eu tinha que falar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
710 “Agradeço a participação do Sr. Sebastião. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo
711 inscrito é a Sra. Roseli Correia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Roseli, a senhora tem 5 minutos. Pois
712 não, com a palavra.” Roseli Correia da Silva/sociedade civil: “Bom dia a todos e todas. Primeiro agradecer pela
713 oportunidade, é a primeira vez que eu posso participar de uma audiência como esta, uma reunião como esta. Eu sou
714 professora da educação básica e tenho acompanhado de longe esse movimento Salve a Serra do Curral. Então estou
715 aqui em defesa da serra do Curral, não só sobre a defesa da serra do Curral, mas também em defesa das águas.
716 Porque é uma área de preservação permanente, sim, é uma área de recarga do rio das Velhas. A serra do Curral, em
717 parte, está sendo em tombamento, foi tombada e é um patrimônio de Belo Horizonte, sim. E aí eu fui fazer umas
718 pesquisas, saber mais um pouco sobre esse caso da Fleurs, e vemos, como foi bem falado pelos antecessores, a
719 quantidade de irregularidades, já tem um histórico já de irregularidades, principalmente por todas as mineradoras
720 que estão atuando na serra do Curral... A questão da Polícia Federal, Operação Poeira Vermelha. E aí eu fui pesquisar
721 um pouco mais sobre esse assunto, e aí surgiram algumas perguntas. Igual eu falei, é a primeira oportunidade que

722 estou tendo hoje de participar e fiquei preocupada com algumas coisas. Então qual que é a situação de todos os
723 autos de infração lavrados contra esse empreendimento, se as multas já foram pagas, se essa empresa está em
724 inadimplente ou não, o detalhamento desses autos de infração que foram lavrados contra a Fleurs, especificando qual
725 as infrações e qual o estado de processo que elas estão; quantas fiscalizações já foram realizadas no empreendimento
726 e se a Fleurs recebeu minério de origem ilícita e o que ela fez com esse minério; quantas empresas compõem esse
727 grupo – parece que é um conglomerado que vai se revezando em relação à questão ambiental, parece que é uma
728 estratégia que eles têm de ir se revezando; quando uma não consegue operar, a outra atua, mas vemos que é um
729 grupo grande. Quais os clientes comercializam, quais ações estão sendo realizadas para mitigar o que está sendo
730 feito dos impactos de transporte de minério no bairro Paciência, em Sabará. Tem várias perguntas. E outra coisa, que
731 ficou muito flagrante sobre a comunidade do Manzo, uma comunidade tradicional, de povos tradicionais. A Bella
732 colocou bem que está em processo da área urbana, aí tem um território tradicional, um território tradicional em área
733 urbana, e isso não impede, de jeito nenhum, essa delimitação, já que tem Autodeclaração, instituição idônea. A
734 Fundação Palmares é uma instituição idônea, reconhecida. Esse processo, apesar de que a Bella bem colocou, que
735 está em processo, em andamento, eu fico pensando por que demorou tanto para chegar, por que já não tem esse
736 plano de ação, essa área não tem essa delimitação. Então eu gostaria de deixar essa minha manifestação, que é em
737 defesa das serras e águas também. E agradecer pela oportunidade. Bom dia a todos.” Presidente Yuri Rafael de
738 Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da professora Roseli. Lembrando, Roseli, que as respostas serão dadas ao
739 final, quando eu passar para a equipe técnica para manifestações. Próximo inscrito. Sr. Artur Freixedas. Desculpa se
740 eu pronunciei errado. Pois não, Sr. Artur.” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Olá, bom dia. Conseguem me
741 ouvir?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. Estamos ouvindo o senhor. O senhor tem 5 minutos.
742 Pois não, com a palavra.” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Muito obrigado. Eu queria dar bom dia a todos os
743 presentes, em especial, saudar a sociedade civil que está se mobilizando neste momento para expressar sua rejeição
744 à mineração na serra do Curral, à mineração abusiva, todos esses modelos de sistema de exploração que não têm
745 resultado no desenvolvimento, pelo contrário, têm resultado numa série de violação de direitos humanos, direitos
746 socioambientais em nosso Estado, e têm prejudicado em muito a vida dos mineiros. E que estamos nos mobilizando
747 então para que consigamos ter uma vida digna mesmo, respeitando os povos das comunidades tradicionais, como o
748 quilombo Manzo, que está na beira da serra do Curral. É uma comunidade tradicional quilombola que não teve seu
749 direito a consulta respeitado. Isso é um vexame internacional que passamos ao não respeitar a Convenção 169 da
750 OIT. Sem contar todos os regulamentos, decretos e leis que tratam desse tema também sobre direito à consulta aqui
751 no Brasil. Eu queria falar também um pouco hoje em relação a esse tema sobre o princípio da precaução do direito
752 ambiental, que eu acho que deveria ser observado com um pouquinho mais de cuidado pelos conselheiros nesses
753 casos, principalmente porque estamos tratando, quando falamos da serra do Curral, num principal local de recarga
754 hídrica de Belo Horizonte, que está pertinho da transmissão de serviço de captação de água de Belo Horizonte, que
755 é a Bela Fama, da Copasa. Temos até representante da Copasa aqui. Um principal local que fortalece a questão das
756 nascentes, tem uma biodiversidade incrível. É um ponto também que significa muito a proteção da paisagem tanto
757 de Belo Horizonte, mas da região metropolitana também, de Nova Lima. E que a exploração ali está deturpando o
758 próprio nome e a identidade de Belo Horizonte. Então não bastou até a própria bandeira que estão querendo mudar,
759 agora, tirar a serra do Curral, porque não vai ter mais serra do Curral do jeito que está indo. Se este Conselho não
760 reagir a isso, simplesmente se tornar uma máquina de aprovação dos empreendimentos, sem olhar para os impactos,
761 sem olhar para a opinião da população, que vai ser prejudicada, vai ser atingida por isso, não vamos conseguir dessa
762 forma ter uma atuação deste Conselho que respeite direitos humanos e consiga cumprir sua função institucional de
763 Estado, que olhe para a população quando vai cumprir com seus atos funcionais. Reforçando também um pouco as
764 questões que a Jeanine trouxe, tem por exemplo, em outros EIAs e Rimas, apesar de esse aí não ter sido tão bem
765 divulgado, o que é também uma questão séria; mas uma questão séria de poeira, de ruído, não só nas proximidades
766 dos primeiros quilômetros ao redor, mas geralmente isso está se expandindo, inclusive, para toda Belo Horizonte,
767 principalmente com a questão dos ventos da região. Ou seja, pode ter danos que sabemos que depois, para serem
768 reparados, é um inferno. Essa é a verdade. Eu acabei nem me apresentando, mas sou advogado popular, integro a
769 Rede Nacional de Advogados Populares, integro também a Comissão de Direitos Humanos da OAB, e sabemos a
770 dificuldade que é alcançar reparação integral com o Judiciário que nós temos. Então estamos falando assim: ‘Vamos
771 deixar acontecer os danos primeiro’, o que é um desrespeito completo ao princípio da precaução ambiental, depois
772 a gente joga essa população para quem tiver acesso à Justiça, quem tiver condições econômicas e de tempo para
773 lutar num processo de reparação jurídico, que muitas vezes, às vezes, não vai ser observado com tanto carinho

774 também pelo Judiciário mineiro. Até conseguir a reparação, talvez tendo que chegar aos tribunais superiores, vai ter
775 passado anos e anos, a saúde da população pode ser muito prejudicada. Eu por exemplo sou asmático, a questão da
776 poeira me afeta terrivelmente. Tem uma série de situações e de doenças que as pessoas estão sendo prejudicadas
777 pelos extremos climáticos. Eu até queria comentar um pouquinho sobre isso que a deputada Bella Gonçalves até
778 trouxe muito bem sobre a questão dos eventos climáticos extremos que estamos sofrendo agora no nosso Estado,
779 mas em todo o Brasil. Então BH no ano passado teve um calor recorde dos últimos cem anos. Vejam, não é uma coisa
780 simples, é o maior calor que estamos sofrendo, tendo um desconforto climático extremo para população, e estamos
781 pensando em minerar mais, emitir mais gás carbônico. Então toda a logística dessa operação vai envolver os
782 caminhões que vão entrar lá, os caminhões que vão retirar o minério, os caminhões que vão levar, os ônibus que vão
783 levar os funcionários. Enfim, toda uma questão que vai prejudicando assim também essa questão dos extremos
784 climáticos. Ou seja, não estamos olhando para o que pode ser definitivamente o fim da humanidade na Terra. E não
785 é uma conversa assim de distopia, é o que está acontecendo hoje. Então os extremos climáticos são uma realidade.
786 Ao menos desde a Rio 92, desde o Protocolo de Kyoto, é um consenso global que temos que frear as mudanças
787 climáticas, só que não estamos observando isso na nossa capital mineira. Então nós temos que frear essas mudanças
788 climáticas que são causadas por esse sistema econômico capitalista de exploração do lucro acima da vida, do lucro
789 acima dos danos ambientais, do lucro acima da exploração dos prejuízos causados à flora, à fauna, que tem uma
790 diversidade incrível, como eu já falei antes. Então nós temos que pensar. Essa empresa não colocou ali de forma
791 muito clara quais são as compensações ali, algumas formas ali de frear essas mudanças com base no
792 empreendimento dela, no que ela tem feito, também com o plano do empreendimento de exploração do minério
793 que ela está alcançando. Desculpa, presidente...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-
794 lo, mas o tempo do senhor de 5 minutos e mais 1 minuto da minha parte já foi finalizado. Se o senhor precisar de
795 tempo adicional, tenho que colocar em votação.” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Não, no momento era só
796 isso. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do doutor. Próximo inscrito...
797 Lembrando aos inscritos que a primeira rodada de dez já foi. Tem uma senhora com quem estávamos tentando entrar
798 em contato. Qual o nome, Vânia?” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “A Sra. Luiza. Nós entramos em contato
799 com ela pelo telefone que ela nos encaminhou no formulário. Eu já liguei para ela sete vezes, o telefone chama até
800 desligar. Mas ela não atendeu, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, obrigado, Vânia.
801 Então passamos para os próximos dez.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, só para
802 registrar, a Sra. Ingrid Rodrigues de Araújo era a última dos dez da primeira rodada, ela abriu mão da palavra. Nós
803 vamos projetar a próxima. Só um minuto, por favor. Próximo inscrito, senhor presidente, é a Sra. Amanda Couto.”
804 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Amanda está apta a se manifestar? Pois não, a senhora tem 5
805 minutos.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Primeiramente bom dia, cumprimento a todos e a
806 todas que nos ouvem. Meu nome é Amanda, faço parte das brigadas populares e também faço parte da assessoria
807 do mandato da deputada estadual Bella Gonçalves. Venho aqui de forma breve reforçar alguns pontos que já foram
808 trazidos, mas também – desde já peço que isso conste em ata, fique registrado – reforçar o pedido de que esse
809 processo necessita, além de ser revisto o próprio pedido da LOC, do Licenciamento de Operação Corretiva, precisa
810 ser repensado e, no caso, anulado. Porém, aqui, para vias dessa discussão, minimamente, ser baixado em diligência,
811 uma vez que não foram respondidas ou sanadas – reforço aqui – nenhuma das questões atinentes à ausência de
812 consulta livre e prévia ao quilombo de Manzo. O quilombo já possui adiantado o processo de elaboração do seu RTID,
813 já existe número de processo protocolado junto ao Incra, já existe o andamento disso. E reforço aqui, novamente,
814 esta Câmara de assuntos minerários corre o risco de ter judicialmente, pela Justiça Federal, um processo de licença
815 – caso isso venha a ser concedido – barrado em função da violação ao direito de consulta livre, prévia e informada
816 de boa-fé do quilombo Manzo. Esse ponto é central porque, a partir de então, todo o processo já é elemento
817 suficiente para suspensão dessa tramitação. Isso aqui não diz direito a uma decisão, a resposta que vinha sendo dada
818 pelo Vitor Salum de que ‘ah procuramos informações, mas não é esse órgão aqui o responsável’. Existe
819 constitucionalmente um direito assegurado às comunidades remanescentes de quilombo. A serra do Curral como
820 um todo vem impactar e vem trazer e pode ser, assim que se conclui desse processo, considerada território do
821 quilombo Manzo, e isso precisa ser respeitado e considerado ao longo desse processo, partindo daí. Um segundo
822 ponto fundamental, já trazido aqui tanto pela deputada Bella quanto por Jeanine e outros, é a questão de ser uma
823 empresa criminosa. Uma empresa que frequentemente, desde a sua primeira operação, foi alvo de investigação de
824 Polícia Federal, alvo da Operação Poeira Vermelha, que apreendeu uma série de equipamentos, escavadeiras,
825 carretas. Desde então é uma empresa inapta, que deveria ser, portanto, impedida de licenciar ou de ter qualquer

826 processo tramitando junto à administração pública, dado o grau de improbidade que configura emitir qualquer
827 licenciamento ou que o Estado conceda e premie uma atuação criminoso, como já foi amplamente denunciado aqui.
828 Um terceiro ponto, dizer também que a serra do Curral, enquanto patrimônio reconhecido pela Unesco, enquanto
829 reserva de biosfera, enquanto APA, enquanto inúmera relevância de interesse ambiental, cultural, paisagístico, está
830 também como área na sua integralidade em processo de tombamento estadual. Considera-se, portanto, que
831 tombado está. Não faz sentido a descaracterização, não faz sentido legitimar. Já que é um empreendimento já
832 instalado ilegalmente e agora que se pretende regularizado, não faz sentido perpetuar a descaracterização de um
833 bem que consideramos e reforçamos tombada está. A serra do Curral é patrimônio do povo mineiro, a serra do Curral
834 em sua integralidade é patrimônio do povo de Belo Horizonte, do povo de Minas Gerais. Reforço esse ponto aqui.
835 Consideramos tombada está. Legalmente, está em processo de tombamento, tombada está, até que todo esse
836 processo seja concluído. Portanto, não faz nenhum sentido liberar a continuidade de uma atividade ali, sendo que
837 tudo isso vai descaracterizar o patrimônio cultural, paisagístico, ambiental do nosso Estado. E por fim, já vou para
838 uma fase de conclusão, denunciar também aqui a permanente atuação deste Conselho no sentido de ignorar e violar
839 todos esses elementos de opinião pública, conforme já colocado aqui pela deputada. A sociedade já tem manifestado
840 o seu interesse, a sociedade já tem manifestado a relevância dessa discussão, a relevância para assegurar tanto a
841 segurança hídrica quanto da perspectiva do cenário em que nos encontramos de emergência climática. Nosso
842 mandato apresentou dois projetos de lei, somente nos últimos meses: uma proposta de emenda à Constituição
843 referente aos atingidos e refugiados climáticos, aos municípios poderem desenvolver os seus planos de ação
844 climática, autorizações orçamentárias para que desenvolvam as medidas; uma proposta, inclusive, para medidas
845 referentes ao processo da segurança das barragens frente a eventual existência de eventos climáticos extremos, que
846 são agora, daqui para frente, cada vez mais prováveis. E nesse cenário é imprescindível uma análise sistêmica para a
847 concessão dos licenciamentos, concessão de outorgas de uso de água. Tudo isso precisa passar a considerar não só
848 as dimensões pregressas. O cenário que estamos enfrentando não tem precedentes em termos de emergência
849 climática, em termos de eventuais..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Amanda, desculpe interrompê-
850 la, só que os 5 minutos da senhora mais 1 minuto que eu poderia conceder já finalizaram. Para um tempo adicional,
851 eu preciso colocar em votação. A senhora tem interesse que eu coloque em votação?" Amanda Couto de Medeiros
852 Cardoso/sociedade civil: "Só para concluir o último ponto. Talvez não faça uso dos próximos 5 minutos, mas só para
853 concluir um elemento final." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Eu preciso colocar em votação. Então
854 em votação prazo adicional à Sra. Amanda, 5 minutos adicionais... Cinco minutos adicionais. Pois não. Sra. Amanda."
855 Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: "O último ponto a ser reforçado é justamente a pergunta que
856 já foi colocada aqui: esse processo que diz respeito a unidade de tratamento a seco precisa responder também de
857 onde virá esse minério, esse volume que chega a mais de 2 milhões. De onde virá esse minério que a empresa
858 pretende beneficiar. De onde virá, pois nós temos já diversas atividades de mineração que se encontram impedidas
859 judicialmente. Nós temos a Gute Sicht, nós temos a Empabra, que foi alvo, inclusive, de recente visita técnica por
860 parte da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde foi constatado: deveria estar
861 desenvolvendo ações emergenciais e já ter, de anos, desde 2018, desde muito mais antigamente, executado um
862 plano de recuperação de área degradada, e permanentemente vem à burla de qualquer legislação. É o mesmo dos
863 TACs firmados. Vem descumprindo condicionantes, não recuperou nada, não executa o plano de drenagem pluvial
864 ali, para justificar uma continuidade permanente de operações de correção, de ações emergenciais ali. Mas a
865 Empabra, ilegalmente, segue extraindo. Nós temos diversos vídeos, denúncias de carretas que inviabilizam,
866 impactam completamente a vida das comunidades ali no entorno, na região do Taquaril, dos bairros em Sabará
867 próximos ali, que se veem afetados não só pela poeira, pelo trânsito de carretas pesadas. Mas ali a atividade já se
868 encontra suspensa judicialmente no atual momento. Também certamente possuem seu corpo de acionistas pessoas
869 que, juntamente com a Gute, também se encontram nesse conjunto amplo de atores, mas que ilegalmente extraem
870 minério da serra do Curral e que certamente daí proveria essa parte do minério a ser beneficiado pela Fleurs. Então
871 eu pergunto: esse minério que será beneficiado pela empresa, essa análise de moralidade, de legalidade, de ética
872 nessa atividade precisa ser avaliada, porque isso também é outro elemento que vai inviabilizar, caso emitida por este
873 Conselho. Isso também já está sendo alvo de investigação de Polícia Federal, de Ministério Público Federal, inclusive,
874 isso é alvo sério de ações criminais. E este Conselho certamente terá parcela de responsabilidade caso aquiesça nessa
875 Licença de Operação Corretiva de algo que, em sua origem, o seu cerne, é criminoso. Isso é muito grave, isso é algo
876 muito sério. É preciso que haja toda cautela em relação à análise desse processo. Encerro aqui a minha fala, agradeço
877 a participação e concluo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação da Sra. Amanda.

878 Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Camila Carvalhal. Ela não está na sala,
879 presidente. Identificamos aqui. Próximo: Kátia Benati. Também não está na sala. Sra. Katia Lopes. Também não está
880 na sala. Sra. Solange Rodrigues está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange... Enquanto a
881 Assoc tenta contato com as pessoas que não estavam na sala, Sra. Solange, pois não, pode se manifestar. A senhora
882 tem 5 minutos.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia a todos. Eu fui muito contemplada nas falas
883 anteriores, mas ainda ficaram algumas questões que eu gostaria de tocar nelas. Eu queria só que vocês me fizessem
884 entender como que a Fleurs começa de forma ilegal a fazer uma mineração na serra do Curral e o motivo da
885 assinatura do termo dela, do TAC dela. E eu queria saber por que ela assinou, o que foi o crime que ela cometeu, a
886 ilegalidade que ela cometeu. E queria entender uma coisa neste governo do Estado de Minas Gerais, eu queria
887 entender quem que manda no Estado. Se o governo governa para o povo, pelo povo ou se quem manda aqui é a
888 mineração. Porque vamos falar, gente, eu fico às vezes muito desconfiada quando vejo a Justiça agindo de forma
889 legal, mas muitas decisões que ela toma são imorais, quando eu vejo deputados estaduais que apoiam, de maneira
890 tão enfática, a mineração predatória no nosso Estado. E falo para vocês, a coisa é tão séria que vem um mandato
891 para o presidente João Alberto da Paixão Lages, ele deixa uma toalha molhada em cima da cama e sai correndo. E aí,
892 para não acabar, esse mesmo João Alberto da Paixão Lages ameaça a secretária de Estado Maria Melo para que ela
893 acelerasse a licença ambiental dele. E a forma como ele tratou a secretária de Estado deixou bem claro que ela era
894 funcionária dele, que ele que mandava nela e que ela era uma funcionária... O que é o termo que ele deixa lá para
895 ela? Eu acho que ele chama ela de meia-boca, alguma coisa assim. E aí eu falo para vocês, eu espero que o Conselho
896 Estadual de Política Ambiental não seja um conselho estadual de poder ambiental da mineração, que vocês, na
897 resposta de vocês, final, não estejam operando a favor da mineração. Porque nós subimos no alto da serra do Curral
898 e vemos a destruição que está sendo causada ali. O pico da serra do Curral corre o risco de desmoronar. E aí nós
899 vemos já na nossa Câmara Municipal a intenção de mudar a bandeira e tirar o pico da bandeira da nossa bandeira.
900 Nós vemos na nossa cidade a Stock Car passando por cima de licenças ambientais da forma que tem. E vemos também
901 que não foi acidente, a Vale mata rio, mata peixe, mata gente. A mineração mata rio, mata peixe e mata gente. E
902 hidrominério, hidronegócio no curral do vale tudo, um bom negócio, onde o crime compensa. Ainda vai receber de
903 presente o Rodoanel, o rodominério, que vai servir só para escoar a mineração, passando por cima de nascentes,
904 passando por cima de quilombo, por cima de cemitério dos escravos. Não respeita nada, não respeita ninguém e
905 recebe todas as licenças necessárias. Aí eu pergunto, os órgãos do Estado trabalham a favor da população ou contra
906 a população? O PDUI, que é o Plano Diretor Unificado Integrado da região metropolitana, está sendo feito de maneira
907 muito estranha para legitimar a construção do Rodoanel. E aí nós vemos a serra do Curral caminhando para a forma
908 que está. A Fleurs Global mandando e desmandando, comete crime, não é punida. As punições, as multas não são
909 pagas. E eu pergunto para vocês que estão aí: o que vocês vão fazer sobre isso? É uma questão muito séria, é uma
910 questão muito problemática quando vemos um desgoverno do Estado, com todos os seus órgãos, atuando contra a
911 população e a favor dos grandes empreendimentos destruidores, num risco muito grande de insegurança hídrica,
912 onde Belo Horizonte só produz 5% da água utilizada. E Vargem das Flores é a única barragem que não está no risco
913 de destruição em caso de colapso das nossas barragens para serem destruídas, caso aconteça uma chuva aqui em
914 Minas Gerais como aconteceu no Rio Grande do Sul. Se acontecer aqui, nós temos muitos canhões apontados, e o
915 governo do Estado simplesmente libera tudo. Eu gostaria que vocês respondessem esses questionamentos, como é
916 que ficam essas aprovações, essas licenças, como se legitima de forma imoral o que nós estamos assistindo aqui hoje.
917 Eu gostaria que fossem constadas em ata as minhas perguntas. E qual é o critério que vocês usam para decidir o que
918 vai ser colocado em ata ou não, porque colocam só o que é pertinente, e o critério de julgamento dessa...” Presidente
919 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange, o tempo da senhora finalizou. A senhora precisa de tempo adicional, eu
920 preciso colocar em votação. Em votação o prazo adicional de 5 minutos para a Sra. Solange... Cinco minutos adicionais
921 para a Sra. Solange. Pois não.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Muito obrigada a todos por concederem os
922 5 minutos. E como eu estava falando, gente, são questões muito sérias. Porque quando vemos o crime de Mariana,
923 o crime de Brumadinho, e a gente sobe no alto da serra do Curral e vê o tamanho da cratera que está lá causado pela
924 Fleurs Global, e vê também a outra cratera que tem daquela lagoa azul contaminada, e tem gente que acredita que
925 aquilo ali pode ser utilizado, mas não pode, porque aquilo é uma água envenenada; a gente vê em cada abraço da
926 serra do Curral a piora, porque eu vou lá todos os anos, eu faço questão de subir até o pico e falo para vocês: subam,
927 subam vocês que estão aí legitimando essa bandalheira, porque, se vocês subirem e presenciarem o que a gente vê,
928 piorando a cada ano... Porque o que foi feito lá este ano foi uma coisa absurda. E eu fico assim pensando, o que
929 acontece, porque parece que eu sou muito crítica ao governador, que gosta muito de mim, especialmente mandar

930 aprender, covardemente, como ele já fez. Mas eu falo para ele, não tenho medo. A única arma que eu tenho é a voz
931 e, enquanto eu tiver voz, eu vou gritar. Vou entrar nos eventos e vou continuar fazendo os meus atos. Porque saúde,
932 educação, segurança Pública neste Estado não tem, mas todas as liberações para os grandes empreendimentos
933 acontecem no nosso Estado. Minas Gerais lidera feminicídio pelo quinto ano consecutivo. Quando a gente olha que
934 o Estado de São Paulo tem um pouco a mais, mas a população deles é muito maior, Belo Horizonte está aí, olha, e
935 não foi aberta nenhuma delegacia da Mulher, nenhuma casa abrigo, nenhum centro de referência. A saúde é uma
936 vergonha, o governo pega para ele 300% de aumento no salário dele e deixa para o funcionalismo 4,62? Isso é uma
937 vergonha. Os impostos que a gente paga neste Estado. E aí quando você vê que tudo que é arrecadado não é
938 convertido para o nosso bem, e sim a gente vê o dinheiro sendo convertido para entregar o nosso metrô de graça e
939 o tanto de privatização que ele pretende. Isso está errado, gente. E eu falo para vocês, a mineração não paga imposto,
940 o imposto deles é insignificante, eles não pagam água, eles não pagam luz e vão destruindo a nossa serra do Curral,
941 destruindo as nossas cidades, vão comendo. E depois essa minériodependência vai terminar em quê? Vai terminar
942 num Estado inabitável. Eu acho que não é por aí que a gente devia pensar. Então eu peço para vocês, de novo, não
943 legitimem isso daí. Eu conto com vocês e falo, os conselheiros deviam estar aqui mostrando o rosto deles. Assim
944 como o senhor que está aí presente com a câmera aberta, com as nossas bandeiras aí atrás de vocês, eles também
945 deviam estar, para a gente saber quem são esses que vão liberar, se vão liberar. Porque eu chamo o povo para ir para
946 a rua. Eu chamo o povo para ir para a rua e ir para a porta desses órgãos, porque isso não pode continuar da forma
947 que está. E quando ganha destaque a imprensa mostra. E o que ganha destaque, a imprensa mostra, alguma coisa
948 muda. Então eu chamo vocês para isso. Peço, de novo, respostas. Eu quero que conste em ata e gostaria que vocês
949 explicassem quais são os critérios para colocar em ata ou não o que a gente está falando. Porque a Fleurs conseguir
950 continuar minerando, destruindo a nossa serra do Curral, desrespeitando o quilombo numa serra tombada é ridículo.
951 A forma como o governo finge que está tombando a serra do Curral. Então não é por aí. Eu tenho quanto tempo,
952 presidente? Por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vinte segundos.” Solange Cirino
953 Rodrigues/sociedade civil: “Então muito obrigada, gente. É isso. Conto com vocês. Por favor, respondam as minhas
954 questões, porque o que estou percebendo aqui é que elas não são respondidas. A gente faz a pergunta e fica no
955 vácuo. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Solange. Só para
956 esclarecer à Sra. Solange e aos demais inscritos, as respostas em relação às questões técnicas serão feitas no
957 momento que a equipe técnica for se manifestar. Estamos em um momento de manifestação dos inscritos. Então no
958 momento dos inscritos a equipe técnica não vai se manifestar. Em relação aos procedimentos, aí, sim, eu posso
959 manifestar, considerando que estou presidindo a reunião. A ata é escrita sucinta. Sendo sucinta, são colocadas nela
960 as decisões. Em relação a esta reunião, eu já solicitei desde o início que fosse feita a transcrição integral. Então é
961 desnecessário aqueles que se manifestam solicitar que seja transcrita a fala, pois desde o início eu já solicitei que
962 esta reunião fosse escrita de forma integral. Sem prejuízo daqueles que não tiveram abarcada a sua fala em reuniões
963 anteriores, que peguem o vídeo, que está disponível no YouTube, e faça a transcrição também da sua fala. Isso não
964 há prejuízo algum, porque todas as reuniões são gravadas e estão disponibilizadas. Próximo inscrito... Sr. Heleno, o
965 senhor levantou a mão?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Sim, senhor
966 presidente. Senhor presidente, só fazer uma breve manifestação. O seguinte: eu não sou contra a fala de qualquer
967 pessoa, é muito importante, porém, senhor presidente, todos nós aqui temos outros afazeres também, porque todos
968 nós sabemos que nosso trabalho aqui é de grande relevância e que não temos salário para estar aqui presente nesta
969 reunião. Agora, porque estão avançando em falas que não têm nada a ver com a gente. Por exemplo, está falando
970 de saúde, de educação, de segurança pública... Pedir para o senhor orientar as pessoas que vão falar para se aterem
971 apenas ao item de pauta, à matéria que estamos discutindo. Porque, veja bem, são outras matérias que estão
972 discutindo, que podem ser discutidas em outra área. Nós estamos, inclusive, concedendo mais 5 minutos para eles,
973 dando o tempo total para que eles possam se manifestar. Mas aí... Vamos falar só simplesmente ao ponto de pauta.
974 Porque senão, para ganhar tempo, fica entrando em outras pautas, a gente fica aqui o tempo inteiro parado, ouvindo
975 eles, atentamente, a gente quer dar ouvidos, atentamente, ouvir as pessoas que estão falando para também embasar
976 a nossa votação aqui neste Conselho, mas também não podemos ficar aqui ouvindo coisa de educação, de saúde, de
977 obras, enfim. A gente tem que ouvir aqui o ponto de pauta, o ponto de pauta que é a Fleurs Global. Então isso que
978 queremos ouvir. Nós como conselheiros queremos ouvir a sociedade é nesse ponto de pauta. Esse ponto seria muito
979 importante, que embasa, inclusive, a votação de nós conselheiros nesta Câmara Técnica. Obrigado, senhor
980 presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a colocação do Sr. Heleno Maia. Realmente é
981 pertinente essa observação. O Regimento trata que as manifestações devem ser referentes ao ponto de pauta. Eu

982 creio que, às vezes, igual aconteceu em reuniões anteriores, falam que da demora das reuniões, mas às vezes a
983 demora das reuniões se dá pela quantidade de inscritos e a forma como que são tratadas as falas dos próprios
984 inscritos. Então por favor se atenham ao ponto de pauta. Realmente, a colocação do Sr. Heleno Maia é pertinente.
985 Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é o Sr. Rogério Bueno, que não
986 identificamos na sala também. Posteriormente, o Sr. Rodolpho Mares, que também não identificamos na sala de
987 espera. E posteriormente a Sra. Juliana Matos, que já está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de
988 Oliveira Trovão: “Sra. Juliana.” Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil: “Boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de
989 Oliveira Trovão: “Boa tarde, Sra. Juliana. A senhora tem 5 minutos. Pois não.” Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade
990 civil: “Ok. Boa tarde a todos os presentes, conselheiros, representantes da sociedade civil organizada. Aqui é Juliana
991 Minardi, sou fundadora do Instituto Árvore, jornalista, ambientalista. E me preocupa muito sobre esse processo de
992 licenciamento em curso neste momento, que é a pauta que estamos olhando e falando sobre ela agora. Estamos
993 falando de uma mineradora que se transformou num caso de polícia, estamos falando de um licenciamento e de leis
994 que deveriam garantir o mínimo de segurança jurídica, ambiental e social que estão sendo deturpadas. Então tivemos
995 a preocupação de estudar bastante sobre esse processo, e ficamos muitas perguntas. Eu queria colocar aqui neste
996 momento algumas perguntas e também dizer que a fala dos representantes inscritos aqui hoje são um alerta urgente,
997 e que deveriam, sim, ser reconhecidos e ouvidos, mais do que ouvidos, levados em consideração para a decisão final,
998 que vai ser tomada aqui no dia de hoje. No sentido de garantir o mínimo de respeito à necessidade de segurança da
999 demanda da população, do respeito à opinião pública, do respeito ao quilombo Manzo, do respeito ao andamento
1000 criminal e judicial em curso. Eu tenho aqui algumas perguntas que eu gostaria que fossem respondidas antes da
1001 votação, que são elas: onde está o EIRA/Rima? Nós tentamos acessar o EIA/Rima, não conseguimos. Não
1002 conseguimos estudar. Como que a população vai conseguir fazer uma interpretação, inclusive, lutar sobre o que ela
1003 demanda da preservação ou não, se ela não tem acesso ao mínimo que nos garante que é? Que está previsto,
1004 inclusive, nas Resoluções do Conama, o Conselho Nacional de Meio Ambiente. E nós da sociedade civil até hoje não
1005 tivemos acesso. Então algumas perguntas aqui também. Quais são os principais ecossistemas e fitofisionomias
1006 presentes nessa área de influência? Quais são as espécies de flora ameaçadas de extinção ou endêmicas
1007 identificadas? Qual é o estado de conservação da vegetação nativa na área do empreendimento? Quais são as áreas
1008 de preservação permanente (APPs) existentes afetadas por este empreendimento? Quais são as unidades de
1009 conservação e zonas de amortecimento existentes na região? Quais são as espécies de fauna ameaçadas de extinção
1010 ou endêmicas identificadas? Quais são os principais habitats e corredores ecológicos existentes na área de influência?
1011 Quais são os principais impactos do empreendimento sobre a fauna e flora nativas? Onde está o estudo de fauna
1012 silvestres, de impacto de fauna? Quais são as áreas de compensação florestal propostas e em que estágio se
1013 encontram hoje? Quais são os principais riscos de contaminação dos solos e águas por esse empreendimento? Quais
1014 são as principais fontes de ruído e vibrações geradas por esse empreendimento? Quais são os principais impactos do
1015 empreendimento sobre a qualidade do ar? Quais são as principais ações de reparação e danos ambientais
1016 implementados já por essa empresa e previstos também para isso? Como essa empresa está garantindo a
1017 transparência e o controle social no processo de licenciamento ambiental? Quais são as áreas de preservação
1018 permanentes que serão recuperadas? Quais são os critérios e metodologias adotados para o cálculo das
1019 compensações ambientais? Quais são os valores estimados para as compensações ambientais e como serão
1020 aplicados? Quais são as fontes de financiamento desse empreendimento que se pretende? Qual foi o motivo que
1021 levou à assinatura do TAC por essa empresa, esse Termo de Ajustamento de Conduta? A empresa assinou o TAC por
1022 ter cometido alguma ilegalidade? Se sim, qual foi a ilegalidade cometida? Caso a empresa tenha firmado o TAC em
1023 função da ilegalidade cometida, como a empresa pode afirmar que começou a operar de forma legal? Caso a empresa
1024 tenha firmado TAC com o órgão ambiental em função de alguma ilegalidade, ela teria prestado uma informação falsa
1025 no âmbito de audiência pública ao informar que a implementação e o início ocorreram de forma legal? Qual a
1026 situação de todos os autos de infração lavrados contra o empreendimento? As multas já foram pagas? Qual foi o
1027 valor total de cada multa? Como se encontra o pagamento dessas multas? A empresa está inadimplente com o
1028 pagamento de alguma das multas que já recebeu? Eu gostaria muito que vocês detalhem aqui cada um dos autos de
1029 infração lavrados contra a Fleurs Global Mineração, especificando também...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1030 Trovão: “Sra. Juliana, desculpa interrompê-la. O tempo de 5 minutos da senhora finalizou, eu já passei 1 minuto. Caso
1031 a senhora necessite, eu tenho que colocar mais tempo em votação.” Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil:
1032 “Sim, eu tenho mais algumas perguntas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu coloco em votação
1033 prazo adicional à Sra. Juliana de 5 minutos... Então 5 minutos adicionais à Sra. Juliana. Pois não.” Juliana Minardi

1034 Mitre Matos/sociedade civil: “Obrigada aos conselheiros. Voltando aqui às perguntas. Quantas fiscalizações já foram
1035 realizadas no empreendimento hoje, em quantas foram identificadas ilegalidades ou lavrados auto de infração?
1036 Segundo o relatório da Polícia Federal, no pátio da Fleurs, foram localizados 11 caminhões apreendidos. Essa
1037 informação é verdadeira? Se sim, por que isso aconteceu e qual foi o desfecho? O alto risco potencial de escoamento
1038 e sujeito a fenômeno de erosividade, que muito nos preocupa e deveria preocupar também a vocês conselheiros, o
1039 que a Fleurs tem a dizer a respeito dessas graves acusações da Polícia Federal? A Fleurs já garimpou ouro no rio das
1040 Velhas? Qual a largura da área de preservação permanente do rio das Velhas na frente da Fleurs? Apesar do mapa
1041 atualizado com imagem de satélite demonstrando as distâncias entre pilha de rejeito e o rio das Velhas, bem como
1042 a delimitação de toda a área de preservação existente na área, em algum dos pontos a pilha de rejeito está dentro
1043 da área de preservação permanente? Quais os clientes que comercializam minério para a Fleurs? Quando começará
1044 o prazo de contagem das condicionantes e Automonitoramento? Quais são as implicações legais de não
1045 cumprimento das condicionantes da licença? Considerando o cenário de emergência climática e intensificações dos
1046 fenômenos climáticos extremos, em especial com o aumento dos índices pluviométricos, o que foi considerado nos
1047 estudos ambientais em relação à intensificação desses fenômenos? Isso foi considerado nos cálculos de drenagem
1048 realizados? Considerando que esse licenciamento caminha em processo de violação de direitos, como já citado por
1049 várias pessoas que participam aqui, e que coloca em risco a nossa segurança hídrica, coloca em risco a nossa
1050 segurança jurídica ambiental, coloca em risco o direito do quilombo Manzo a consulta livre e informada, aumentando
1051 ainda mais a emergência climática na qual nós estamos vivendo; e que parece que muitos ainda, algumas pessoas
1052 que, inclusive, estão aqui ainda não viram o que ocorreu no Rio Grande do Sul, e que essas tragédias só estão
1053 começando, infelizmente, e ainda não vão parar por aí; então considerando tudo isso, as pilhas de rejeito e essa
1054 destruição definitivamente não são uma solução para a emergência climática e só vão aumentar o cenário
1055 vergonhoso da indigestão ambiental em Minas Gerais. Portanto, eu peço a todos vocês conselheiros, em nome do
1056 Instituto Árvore, em nome de todos os ambientalistas que têm o mínimo de apreço pelo nosso meio ambiente, de
1057 vocês que estão aí responsáveis por zelar pelo nosso cuidado ambiental, jurídico, social em Minas Gerais e no planeta,
1058 eu peço que vocês revejam esse processo, que retirem de pauta esse licenciamento, que nós precisamos muito usar
1059 o princípio da precaução: em dúvida, pró-natura, em dúvida, pela natureza. Então por favor, conselheiros, retirem de
1060 pauta esse licenciamento, façam um pedido de diligência, porque realmente, por favor, não passem por essa
1061 vergonha internacional. Nós precisamos muito de coerência, de fazer com que de fato a lei seja aplicada, não só do
1062 ponto de vista legal, mas também de moral. Porque tem muitos processos ainda para acontecer, inclusive, criminal
1063 e judicial, então não há porquê a pressa para dar essa licença. É preciso primeiro ouvir toda a população, ouvir o
1064 interesse da opinião pública, entendendo que esse é um caso que está muito em alta e não podemos deixar com que
1065 essa licença seja votada no dia de hoje. Por favor, recobrem a consciência em nome da família de vocês, em nome
1066 das futuras gerações, em nome da justiça social. Por favor, retirem esse licenciamento de pauta. É isso.” Presidente
1067 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Juliana. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta
1068 de Almeida/SEMAD: “Sr. Paulo Baptista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Paulo... Sr. Paulo abriu mão
1069 da palavra. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sr. Renato Matereli. Não está na sala. Sr.
1070 Presidente, neste item vou retornar aos anteriores, porque teve pessoas que entraram posterior. Sra. Camila
1071 Carvalhal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, pois não.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Bom
1072 dia. Me ouvem bem?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. Estamos escutando a senhora. A senhora
1073 tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Venho aqui em nome de todos os seres
1074 vivos que dependem da água para sobreviver para fazer uma explanação sobre a importância hidrológica da serra do
1075 Espinhaço, da região aonde estamos, que tem uma relevância hídrica de extrema importância. Então o contexto que
1076 temos da inserção da serra do Curral, não podemos deixar de falar que não é um projeto pontual, precisamos lembrar
1077 do contexto hidroambiental onde ele está inserido, que é a única cordilheira que temos no Brasil, que é a serra do
1078 Espinhaço. E por esse motivo da imensa relevância de biodiversidade, de sociobiodiversidade que essa região tem,
1079 ela é considerada como uma reserva da biosfera pela Unesco. E dentro desse programa ‘Homem e a Biosfera’, da
1080 Unesco, há inúmeros motivos para se zelar por esse patrimônio vivo, em movimento, dinâmico, que foi consolidado
1081 com as forças da natureza por milhões de anos. E que portanto, nós, essa geração de seres humanos chegar e em
1082 poucas décadas destruir o que foi de maneira muito sutil, delicada e com muitos intemperismos, constituindo o que
1083 hoje tem os topos de serra, que dão condição para a gente ter uma água potável, de qualidade, para todo esse
1084 território que está dentro das bacias hidrográficas aqui do rio das Velhas, mas falando da bacia do Velho Chico como
1085 um todo. Então tudo que fazemos nesses topos de serra, na serra do Curral, mas em todo esse entorno dos topos de

1086 serra do Quadrilátero Ferrífero, tem um efeito dominó por toda a bacia do rio São Francisco. Então não podemos
1087 mais olhar e julgar os processos minerários nas Câmaras de maneira isolada, como se fosse 'ah é só mais um, é só
1088 mais um empreendimento'. Não, não é só mais um. Nós precisamos fazer uma análise sinérgica dos impactos da
1089 mineração no território de água. Nós estamos no quadrilátero aquífero. Se existe uma rigidez locacional de ter que
1090 extrair o minério de onde ele está, não podemos mais ignorar que existe uma rigidez locacional por a água estar
1091 aonde que tem a formação ferrífera que dá qualidade para a água. Não tem ninguém que vai fabricar água, a natureza
1092 faz isso por nós. E não podemos destruir todo esse ecossistema tão rico, tão precioso, porque minério não se bebe,
1093 não tem como a gente sobreviver, a gente pensar sobrevida nas regiões que estão na bacia do São Francisco se nós
1094 não salvuardarmos esse território de água que nós temos aqui. Então eu endosso o coro dos colegas que já falaram
1095 anteriormente, com o pedido de retirada da pauta desse projeto nefasto, para que se afastem da serra do Curral, se
1096 afastem do enorme patrimônio ambiental que temos. Porque não é só um patrimônio cênico, é a sobrevivência do
1097 povo de Minas Gerais, sobrevivência de povos por toda a bacia do rio São Francisco. Então é um apelo que eu faço
1098 como ambientalista, como professora, como mãe, como ser vivo que depende dessa água para sobreviver. Não à
1099 mineração na serra do Curral. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação
1100 da Sra. Camila." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito é a Sra. Kátia Rabelo. Ainda não entrou
1101 na sala. Apenas para registrar. Sra. Katia Lopes também não identificamos na sala." Katia Lopes/sociedade civil: "Eu
1102 já estou na sala." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Obrigada, Sra. Kátia. Desculpa." Katia
1103 Lopes/sociedade civil: "Tudo bem. É porque eu cá duas vezes." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pois não.
1104 Sra. Kátia. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra." Katia Lopes/sociedade civil: "Bom dia, Sr. Yuri. Bom
1105 dia a todos. Desculpa que eu andei caindo, mas eu consegui pegar a fala do nosso conselheiro Heleno. Heleno, eu
1106 entendo que realmente tenha que ter uma prioridade do tema, até pelo tempo hábil de todos. Todos nós aqui, em
1107 prol de um bem comum, somos voluntários, a maioria, mas não tem como nós não nos indignarmos e não colocarmos
1108 algumas pautas. Eu sou Katia Lopes, do Instituto Sammy Aram e uma das fundadoras do coletivo Stock Car no
1109 Mineirão Não. Nós não queremos que aconteça com essa mineradora o mesmo que está acontecendo com os
1110 empreendedores da Stock Car, vir passando, atropelando com ou sem licenciamento, com ou sem documentos e
1111 planejamentos adequados, conforme leis municipais, estaduais e federais, invadindo o nosso território. Eu consegui
1112 ouvir a fala da nossa amiga Juliana, ela fez muitas das minhas perguntas, apesar de que eu tenho outras. Eu não
1113 tenho como não questionar e firmar e salientar sobre os animais, porque os animais hoje, tanto na esfera municipal,
1114 como na esfera federal, ao entorno do Mineirão, como dentro da UFMG, já estão morrendo, já morreram, que eu
1115 peguei corpos lá e fiz necropsia; mandei para necropsia veterinária. Estão condenados à morte, se não forem
1116 protegidos. E é uma proteção que eu não sei como fazer, porque até para transportá-los do local eles morrem.
1117 Fechando a porta de um hospital veterinário. Então isso não tem como não ser ligado a uma mineradora, a um
1118 empreendimento muito parecido, aonde se propaga muitos lucros bilionários e que a gente não consegue nem
1119 localizar esses lucros ou a quem são esses lucros. Como no exemplo da corrida Stock Car. A corrida Stock Car, para
1120 ter o lucro que eles estão divulgando em nas televisões, nos rádios, nas redes sociais, tem que cada pessoa que for
1121 ali gastar R\$ 2.000 de impostos. Eu não gasto isso por mês, quem dirá no final de semana de uma corrida. Então são
1122 muitas falácias na hora de uma divulgação e de uma venda de um empreendimento, e aonde se põe riscos. E nós, Sr.
1123 Yuri, não podemos barganhar vidas. Vidas não têm valores, mesmo que não tenha ligação afetiva, mesmo para quem
1124 não respeite os animais, mesmo para quem não entenda a importância das árvores, o sentido das águas; mesmo
1125 para quem não liga para nada disso, para quem acha que isso não tem sentido 'que eu vivo acima de tudo isso, que
1126 o meu dinheiro, que o meu empreendimento, que a minha diversão, que o meus contatos e cafezinhos políticos'
1127 estão acima das vidas'. Nós não aceitamos esses acordos, não aceitamos calados. Nós estamos indo para a rua, nós
1128 estamos nos manifestando. Estamos aqui, eu tive que cancelar compromisso para estar aqui, para estar defendendo
1129 os animais. E para pôr também outras perguntas que eu tenho aqui ligadas ao meio ambiente. Então nós não
1130 podemos nos calar, nós não podemos ficar sempre sendo inibidos. Na outra reunião nós tivemos mal, mal 3 minutos,
1131 e mesmo assim não fomos ouvidos. Até quando vamos ter isso aqui para falar e mesmo assim a gente não é ouvido.
1132 Nós fazemos audiências públicas, nós fazemos visitas técnicas que nem sequer se dão o trabalho de ir e conversar
1133 conosco. Pelo contrário, nos atacam em mídia. Nós fomos chamados até de meia dúzia de desacreditados espalhando
1134 fake news. Todos que estão aqui nesta sala defendendo a nossa natureza, defendendo o nosso ambiente, não somos
1135 espalhadores de fake news, porque nós somos voluntários, ativistas em prol de um bem maior, em salvar vidas, sejam
1136 elas humanas ou não. Mas que as humanas, elas precisam das outras vidas. E eu garanto que as outras vidas talvez
1137 não precisem tanto dos humanos. Porque nós temos a natureza solta nas estradas, e elas vão, elas vivem, os animais

1138 sobrevivem. Até o humano chegar. E leva pragas e leva doenças e leva a tal da civilização e leva as máquinas, e com
1139 isso vão se propagando a ambição, a doença e a falta de respeito. Então nós precisamos ser ouvidos. Então quando
1140 a população tem uma chance de falar e que ela põe os seus anseios e até que às vezes, infelizmente, algumas vezes,
1141 sai um pouco da pauta, é pelo desespero da causa, é pela necessidade de ser ouvido, é pela necessidade de a
1142 população ser respeitada. Não só a população, como os outros seres. Eu em especial falo dos animais, que estão
1143 gritando. É só olhar. Para e olha, para e observe, que vocês vão conseguir entender um pedido de socorro dos
1144 animais, da forma deles, ansiosos, grunhindo...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Katia. Desculpe
1145 interrompê-la. A senhora já falou 5 minutos, eu já dei 1 minuto adicional. Se a senhora tiver intenção de se manifestar
1146 mais, eu preciso solicitar autorização ao Conselho.” Katia Lopes/sociedade civil: “Se puder, por favor, que eu gostaria
1147 só agora de ler as minhas perguntas, especificamente, a esse tema, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1148 Trovão: “Cinco minutos adicionais à Sra. Katia... Cinco minutos adicionais, por favor.” Katia Lopes/sociedade civil: “Eu
1149 vou ler as perguntas agora direcionadas ao empreendimento e gostaria até de me desculpar, caso alguém tenha
1150 repetido, porque, como eu caí, possa ter alguma coisa que já foi questionada. Então vamos lá, pessoal. Qual que é o
1151 impacto socioeconômico esperado para as comunidades locais em termos de emprego e infraestrutura? Porque
1152 muito se fala nisso, que vão beneficiar os locais, os moradores locais, os próximos, a população, e pouco a gente vê
1153 isso, sempre são os de cima que são mais beneficiados. Como a mineradora planeja envolver a comunidade local nas
1154 decisões relacionadas ao projeto? Isso a gente nunca vê, a gente nunca vê a nossa participação. Quando
1155 participamos, é assim, é pedindo socorro ou é depois da tragédia. Aí depois da tragédia somos nós que estamos lá.
1156 Que medidas estão sendo adotadas para garantir que os benefícios econômicos da mineração sejam distribuídos de
1157 forma justa? Como a mineradora está abordando as preocupações sobre a saúde pública relacionada à poluição. Isso
1158 é uma coisa muito grave, aquilo que eu falo, nós não barganhamos vidas. Que programas de responsabilidade social
1159 foram implementados para apoiar a comunidade afetada? Como a mineradora pretende mitigar os impactos sociais
1160 negativos, como deslocamento de comunidades? Aí eu pergunto, tem algum planejamento, tem um plano de manejo
1161 dos animais? Quais são planos de compensação para os proprietários de terras afetados pela operação? Como a
1162 mineradora está se preparando para responder os possíveis conflitos sociais decorrentes da operação? Que
1163 mecanismos de feedback estão disponíveis para a comunidade expressar suas preocupações? Nós gostaríamos de
1164 acompanhar tudo próximo, toda a transparência possível é necessária. Como a mineradora planeja garantir a
1165 segurança e a saúde dos trabalhadores durante as operações? Saúde, gente, sempre temos problemas em
1166 decorrência. Como garantir, eu acho isso uma coisa quase que impossível. Como a mineradora planeja avaliar e
1167 mitigar os impactos sociais negativos sobre a comunidade? Como a mineradora planeja garantir a transparência nas
1168 suas relações com a comunidade? Como a mineradora está abordando as preocupações sobre o aumento do custo
1169 à vida das comunidades vizinhas? Porque isso ocorre. Como a mineradora planeja abordar as preocupações da
1170 comunidade local em relação à saúde única? Zoonose... Tudo isso é muito importante. Quais são os planos para
1171 garantir que os benefícios econômicos da mineração sejam distribuídos de forma justa? Que programa de
1172 responsabilidade social foi implantado para apoiar a comunidade afetada ou as comunidades afetadas? Como a
1173 mineradora está se preparando para lidar com o deslocamento de comunidades devido às operações? Quais são os
1174 mecanismos de compensação para os proprietários das terras afetadas pela mineração? Qual a estratégia da
1175 mineradora para gestão sustentável da água utilizada nas operações? Como a mineradora está abordando a questão
1176 da escassez da água na região? Que estudos foram realizados para avaliar a disponibilidade de recursos hídricos na
1177 área de influência do empreendimento? Como a mineradora planeja minimizar o consumo de água em suas
1178 operações? Quais são os protocolos para tratamento e disposição de afluentes gerados durante a mineração? Como
1179 que a mineradora garantirá a proteção das nascentes e cursos d’água próximos ao empreendimento? Isso é uma
1180 coisa séria também e difícil.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Katia, o prazo da senhora finalizou.
1181 Agradeço a participação. Passo para o próximo inscrito.” Katia Lopes/sociedade civil: “Obrigada.” Jeiza Fernanda
1182 Augusta de Almeida/SEMAD: “Retornando, senhor presidente. Rogério Bueno.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1183 Trovão: “Sr. Rogério Bueno. Vamos passar para o próximo. O Sr. Rogério Bueno parece que não se identificou. Tem
1184 um Bueno na sala de espera, mas não se identificou, não tem microfone conectado, e a câmera também não está...”
1185 Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo, Sr. Rodolpho Mares.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1186 Trovão: “Sr. Rodolpho. Sr. Rodolpho não está na sala.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Não está na
1187 sala. Senhor presidente, vou projetar então os próximos dez inscritos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1188 “Então os próximos dez são começando pela Cristina até o Sr. João Carlos. A Sra. Cristina não está na sala. Sr. Allan
1189 Gontijo. Pois não, o senhor está com a palavra, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Allan

1190 Gontijo Veloso/sociedade civil: “Boa tarde a todos. Como belo-horizontino, eu tenho uma ligação com a serra do
1191 Curral muito forte desde o meu nascimento até convívio, visitação, apreciação. E ela é de uma importância ambiental,
1192 cultural, natural, paisagística para Belo Horizonte, para Nova Lima, para Sabará, para todo mundo e para todas as
1193 cidades e a população que estão ao seu redor. E   com muita tristeza desde que a gente v  ou ouve falar dessa
1194 exploração desse projeto, desse empreendimento minerário que tende a, de fato, destruir o que tem, o que resta ali
1195 ainda. E venho aqui presente para poder fazer alguns questionamentos a este Conselho, às pessoas aqui presentes.
1196 Eu vou fazer algumas perguntas e gostaria que elas fossem respondidas na medida do possível. O que a Fleurs fez
1197 com o rendimento lenhoso resultante dos desmates sem licena que geraram autos de infra o por parte do órgão
1198 ambiental? Por qual motivo a Fleurs dificultou a entrada da fiscalizao ambiental na empresa, resultando na
1199 lavratura do auto de infra o por parte do órgão ambiental? A Fleurs hoje deposita rejeito drenado em área de
1200 preservao permanente? Qual é a largura da área de preservao permanente do rio das Velhas em frente   Fleurs?
1201 Vocês poderiam apresentar o mapa atualizado com a imagem de satélite demonstrando as distâncias entre a pilha
1202 do rejeito e o rio das Velhas, de todas as áreas de preservao permanente, as APPs existentes na  rea? Em algum
1203 dos pontos a pilha de rejeito está dentro da área de preservao permanente? Considerando o cenário de
1204 emergência climática que vivemos hoje, a intensificao dos fen menos climáticos extremos, em especial quanto ao
1205 aumento dos índices pluviométricos, o que foi considerado nos estudos ambientais em relao   intensificao
1206 desses fen menos, isso foi considerado nos c culos de drenagem realizados? Quais são os fatores considerados nos
1207 c culos das estruturas de drenagem de pilha de rejeito e como eles estão validados em relao   intensificao dos
1208 fen menos climáticos extremos e ao aumento de  ndice de precipitao? Já ocorreu algum carreamento do material
1209 da Fleurs para o rio das Velhas? Isso é muito importante, que ela está bem do lado ali, e, como por exemplo, graxas,
1210  leos e outros materiais quaisquer. Existe alguma fiscalizao disso, existe algum relatório que mostra que há
1211 tratamento nesse rejeito, que não está caindo diretamente no rio das Velhas? Como funcionam os sistemas de
1212 conteno de sólidos para evitar o carreamento do material para o rio das Velhas? São comuns os relatos de
1213 caminhões saindo e escorrendo uma água barrenta de minério das caambas que, inclusive, suja toda a rodovia,
1214 aquela parte do bairro Pac ncia, em Sabará, especialmente na época de chuva. Existe alguma medida de conteno
1215 para evitar que isso acontea? São comuns os relatos de que caminhões carregados de minério fazem uma espécie
1216 de drenagem do líquido existente na carga, levando um pouco para a caamba para que a área contaminada por
1217 minério escoar. Sendo que, segundo relatos de quem está próximo, da populao local, isso geralmente ocorre à
1218 margem do rio das Velhas, com o material todo drenando, escorrendo para dentro do rio. E a gente queria saber se
1219 isso é de conhecimento de todos, se isso realmente ocorre. E o que se está fazendo, caso seja verdadeiro, para que
1220 isso não ocorra? Sobre os sócios da Fleurs, bem como os sócios das empresas, a gente quer saber se eles realizaram
1221 doa es para campanha nas últimas cinco elei es, seja na esfera estadual e municipal. E se sim quanto e para quem
1222 foi doado, para quais políticos foram doados esses valores? A Empabra liberou os funcionários para estarem
1223 presentes na audiência pública, foi concedida uma folga para que os mesmos participassem da audiência? E desde o
1224 início da nova retirada de minério autorizada pela Empabra quanto minério já foi enviado para a Fleurs? Quantos
1225 caminhões isso representa? Há quantos dias esses caminhões estão trafegando e quantos caminhões por dia foram
1226 o máximo recebido? Considerando a localizao da pilha a montante do rio das Velhas, pergunta-se: qual a altitude
1227 ao nível do mar da base da pilha considerando duas extremidades e pelo menos dois eixos ou linhas perpendiculares
1228 ao seu lineamento central equidistantes em relao ao seu centro de cada uma das extremidades? Na audiência
1229 pública realizada em Sabará, o representante da empresa disse que não haverá segunda pilha: qual a segunda pilha
1230 seria um bloco de rejeito para construo civil? Disse isso mostrando um bloco de tijolo de rejeitos na audiência, o
1231 que   ridículo. Pede-se a confirmao dessa resposta e a localizao da fábrica ou usina de tijolos, bloquetes e a
1232 capacidade de produo dela, e se a mesma já está licenciada pelo Estado ou por qual dos municípios se localiza o
1233 empreendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Se. Allan. Desculpa interrompê-lo. O tempo de 5
1234 minutos já finalizou, eu já passei 1 minuto para o senhor. Se o senhor precisa de tempo adicional, tenho que colocar
1235 em votao. O senhor tem interesse?” Allan Gontijo Veloso/sociedade civil: “Quero, sim, quero mais 1 minuto para
1236 fazer uma conclusão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então 5 minutos... Senhores conselheiros... Cinco
1237 5 minutos adicionais ao Sr. Allan Gontijo. Pois não, Sr. Allan.” Allan Gontijo Veloso/sociedade civil: “Eu vou fazer mais
1238 algumas perguntas e uma conclusão. Na audiência pública, o representante da Fleurs Global Minerao informou
1239 que o teor de umidade do rejeito filtrado   zero. Essa é informao   verdadeira? Qual é o teor de umidade do rejeito
1240 filtrado? Gostaríamos que apresentassem laudos que comprovem essa informao. Na audiência pública, o
1241 representante da Fleurs informou que a minerao não gera rejeito. Entretanto, depois trouxe informa es sobre a

1242 pilha de rejeitos que está localizada à margem do rio das Velhas. Sendo assim, questiono: qual é a origem do material
1243 depositado na pilha, de onde que veio? O material depositado na pilha é sobra de um processo de beneficiamento
1244 mineral de interesse? Será que tem alguma coisa ali perto que a gente já conhece? A pilha recebe rejeito de sobra
1245 da operação da unidade de tratamento de minério da Fleurs Global Mineração? Qual é o conceito da logo da Fleurs
1246 Global Mineração? Quem são sócios da Fleurs e qual o percentual de participação societária de cada um dos sócios?
1247 Qual a função de cada um dos sócios na sociedade? Os sócios da Fleurs possuem outras empresas? Se sim, apresente
1248 detalhadamente todas as empresas que eles possuem sociedade e o percentual de participação de cada uma delas?
1249 Interessante a gente saber até onde cada um está envolvido, qual a influência. A Fleurs é sócia de alguma outra
1250 empresa? Se sim, apresente o detalhamento das empresas e o percentual de participação de cada uma delas e quais
1251 as atividades desenvolvidas por elas. Agora eu vou fazer algumas questões aqui sobre o licenciamento e
1252 regulamentação. Quais são os principais critérios locacionais que foram considerados para a concessão da Licença
1253 de Operação Corretiva? Como a localização do empreendimento na zona de amortecimento de reserva da biosfera
1254 de Mata Atlântica impacta a avaliação ambiental? Que medidas foram implementadas para mitigar a supressão
1255 vegetal nativa em áreas prioritárias para conservação? Qual é a justificativa técnica para a escolha do local do
1256 empreendimento em relação à proximidade de área de preservação permanente? Como a mineradora pretende
1257 garantir a conformidade com as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação? Quais são os impactos
1258 esperados da operadora sobre o patrimônio cultural protegido pelo Iepha? E qual processo de monitoramento
1259 ambiental será adotado para garantir a eficácia das medidas de controle e mitigação? Como a mineradora está se
1260 preparando para a anuência do Iphan, considerando a importância cultural da área? Quais os mecanismos estão em
1261 vigor para garantir a transparência no processo de licenciamento ambiental? Como a mineradora irá abordar as
1262 preocupações da comunidade local expressas durante a audiência pública? Quais os protocolos de consulta foram
1263 seguidos para o licenciamento, especialmente em áreas de interesse cultural? Como a mineradora está garantido
1264 que as condicionantes da Licença de Operação Corretiva sejam cumpridas? Que mecanismos de fiscalização estão
1265 previstos para garantir conformidade com as normas ambientais durante a operação? Como a mineradora pretende
1266 abordar as exigências do Iphan para a obtenção da anuência necessária? Quais são os critérios utilizados para
1267 avaliação do impacto cumulativo das atividades das mineradoras na região? Eu não vou fazer mais perguntas. O que
1268 eu gostaria é que este Conselho se conscientizasse da importância que a serra do Curral tem para todos nós mineiros,
1269 não vou falar somente os belo-horizontinos, mas todo mundo que está em volta, e não permitam que essa atrocidade
1270 aconteça com o pouco que resta de serra ainda. Então muito obrigado pela participação. Boa tarde a todos.”
1271 Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Allan. Próximo inscrito.” Jeiza
1272 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Isadora Muller.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1273 Trovão: “Sra. Isadora. Pois não, a senhora tem 5 minutos.” Isadora Muller de Oliveira/sociedade civil: “Obrigada. Eu
1274 vou já partir para as perguntas mesmo em relação à área e gostaria que sejam respondidas, com detalhes, para a
1275 gente poder ter uma visão melhor da situação. Iniciando, quais são as espécies de flora ameaçadas de distinção ou
1276 endêmicas identificadas? Qual é o estado de conservação da vegetação nativa da área do empreendimento? Quais
1277 são as unidades de conservação e as zonas de amortecimento existentes na região e como a empresa vai lidar com
1278 isso? Quais são as espécies da fauna ameaçadas de extinção? Quais são os principais impactos do empreendimento
1279 sobre a flora e a fauna nativas e quais são as medidas mitigadoras em relação a isso? Como estão abordando a
1280 questão da conservação da biodiversidade nas áreas adjacentes? E se essas medidas serão divulgadas para a gente
1281 com mais detalhes. Como a mineradora está colaborando com organizações de conservação para proteger a
1282 biodiversidade local? Quais são os planos para a educação ambiental efetiva focada na biodiversidade para a
1283 comunidade local, sendo essa educação ambiental voltada para a atividade da mineradora? Quais são as principais
1284 espécies afetadas pela operação da mineradora? Como a mineradora está abordando a conservação da
1285 biodiversidade? Quais são os planos para a restauração de habitats após a mineração? Como a mineradora está se
1286 preparando para lidar com espécies invasoras? Que estudos foram realizados para avaliar a conectividade ecológica
1287 e os seus resultados na divulgação? Como a mineradora está colaborando com organizações de conservação? Quais
1288 são os planos para a educação ambiental focada na biodiversidade? Como a mineradora está lidando com a
1289 fragmentação de habitat? Quais são os principais conflitos e reivindicações da população local em relação ao
1290 empreendimento? Foi feita uma pesquisa com a população local, foi feita uma divulgação e quais foram esses
1291 resultados? Qual foi a percepção socioambiental da população do entorno? Quais são as áreas de vegetação nativa
1292 que serão suprimidas pelo empreendimento? Quais são as áreas de preservação permanente que serão afetadas e
1293 quais medidas mitigadoras estão sendo adotadas ou serão adotadas? Quais são as áreas de reserva legal existentes

1294 e como será feita a sua regularização? Quais são as áreas de compensação florestal propostas e em que estágio se
1295 encontram? Quais são as áreas de recuperação de áreas degradadas existentes e planejadas? Quais são os critérios
1296 e metodologias adotados para o cálculo das compensações ambientais? Quais são os valores estimados para as
1297 compensações ambientais e como serão aplicadas? Quais são os principais programas ambientais propostos para
1298 monitorar e controlar os impactos? Quais são os principais riscos ambientais identificados e quais medidas de
1299 contingência serão adotadas? Quais são os principais impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto
1300 Ambiental e como eles serão gerenciados? Como a mineradora está lidando com a possibilidade de contaminação
1301 através da atividade? Como será garantida essa recuperação das áreas degradadas? Que estudos foram realizados
1302 para avaliar os impactos a longo prazo sobre a qualidade do ar na região? Que medidas estão sendo implementadas
1303 para prevenir a contaminação das águas subterrâneas? E se foi feita essa avaliação dos impactos em relação ao
1304 abastecimento para a região. Como a mineradora está planejando a restauração ecológica das áreas impactadas após
1305 o fechamento da mina. Que protocolos de monitoramento da fauna estão sendo adotados para avaliar a eficácia das
1306 medidas de mitigação? Que estratégias estão sendo implementadas para minimizar a erosão e sedimentação nas
1307 áreas adjacentes? Como a mineradora está abordando a questão do desmatamento e a supressão da vegetação
1308 nativa? Como a mineradora irá garantir a recuperação dessas áreas degradadas? Como a mineradora planeja mitigar
1309 os impactos sobre a fauna local? Como será feito o monitoramento da qualidade da água nas áreas adjacentes? Como
1310 a mineradora planeja gerenciar a poluição sonora durante as operações? Quais são os planos para a revisão periódica
1311 das medidas de mitigação? Como a mineradora está abordando a responsabilidade compartilhada no
1312 monitoramento? A empresa está assegurando a sustentabilidade ambiental das operações a longo prazo? Como a
1313 empresa está garantindo a viabilidade ambiental das operações a curto, médio e longo prazo?" Presidente Yuri Rafael
1314 de Oliveira Trovão: "Sra. Isadora, o tempo da senhora de 5 minutos mais 1 minuto finalizou. Não sei se a senhora
1315 tem intenção de fazer mais questionamentos. Aí eu tenho que colocar em votação." Isadora Muller de
1316 Oliveira/sociedade civil: "Tudo bem." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Em votação 5 minutos adicionais da
1317 Sra. Isadora... Então 5 minutos adicionais à Sra. Isadora." Isadora Muller de Oliveira/sociedade civil: "Então para
1318 finalizar. Com base nos questionamentos feitos até o momento, com a população que vai ser impactada diretamente
1319 ou indiretamente com o empreendimento, saber qual é o posicionamento da empresa em relação a isso, o que ela
1320 está fazendo para as medidas mitigadoras, estudos. Que seja feita uma divulgação melhor, que seja feita uma
1321 pesquisa mais aprimorada e seja levada em consideração a opinião da população. Porque se a gente vai ser
1322 diretamente e indiretamente afetado, nós temos que ser ouvidos. E os nossos questionamentos também vêm com
1323 essa questão ambiental, que tem que ser preservada, sim, porque já estamos vendo os impactos negativos que estão
1324 tendo. Então a gente não quer mais, a gente tem que preservar o que já existe. Eu gostaria de finalizar aqui."
1325 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de
1326 Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito é a Sra. Adriane Rodrigues." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra.
1327 Adriane Rodrigues. Pois não, Sra. Adriane, a senhora tem 5 minutos." Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil:
1328 "Boa tarde. Tudo bem? Cumprimento os conselheiros, os colegas ambientalistas. Nós estamos defendendo a nossa
1329 serra do Curral. Primeira observação, o lamento, porque eu acho que, se as instituições governamentais nos
1330 representassem, não precisaria de estarmos aqui se prestando a esse papel de esta aqui desde às 9h da manhã. Eu
1331 estou de férias, viajando, inclusive, e tive que pausar as minhas atividades para poder acompanhar. Porque se a gente
1332 não colocar a "farda", entre aspas, e o coração verde na mão e luta, a gente perde o pouco que tem. A serra do Curral
1333 para mim é bastante significativa porque, além de belo-horizontina, eu subo a serra do Curral, inclusive com meus
1334 alunos. Eu sou educadora ambiental. E eu gostaria de saber o que eu digo para eles, porque eu já os levei aí, inclusive,
1335 ano passado, e a gente já viu o estrago que está sendo a serra sendo roída, e a gente não sabe mais o que fazer.
1336 Porque já manifestamos que somos contra a mineração na serra do Curral, já protestamos, já fizemos de tudo. A
1337 Justiça por sua vez falha muito, o Ministério Público também parece que de público ele não tem muita coisa. E a
1338 mineradora tenta surrupiar e agir de todas as formas que a gente vê para tentar continuar minerando na serra. Esta
1339 reunião de hoje me preocupa pelo seguinte: a grande quantidade de perguntas. Eu gostaria de saber se tem alguém
1340 anotando e se elas serão respondidas. Eu sugiro que se faça uma pausa na fala das pessoas para que essas perguntas
1341 sejam respondidas. Porque se a gente está perguntando é porque tem dúvida. E enquanto representantes da
1342 sociedade civil, a gente tem o direito de ter acesso à informação. Tem alguém anotando essas perguntas, elas serão
1343 respondidas posteriormente, terá uma pausa na reunião para que essas perguntas sejam respondidas? Como que se
1344 dá isso? É uma dúvida que eu tenho, creio que meus colegas também. Eu ia me ater à minha área de educadora
1345 ambiental. Alguns colegas já fizeram sobre a educação ambiental por parte da mineradora, para começarmos a

1346 pensar sobre o meio ambiente...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Desculpa interromper a senhora. A
1347 senhora pode fechar o vídeo? Porque a conexão está falhando. Só para a conexão ficar mais leve na manifestação da
1348 senhora... Obrigada, ficou melhor...” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Mas além da sugestão que eu fiz,
1349 de fazer a pausa para que as perguntas dos meus colegas sejam respondidas, nós gostaríamos de ser informados se
1350 tem alguém anotando essas perguntas, quantas perguntas foram realizadas até o momento e quais as perguntas que
1351 já foram feitas. Porque eu não consegui acompanhar devido à demanda. Eu entrei na sala atrasada, não foi me
1352 liberado o acesso anteriormente. Para eu saber onde eu me atenho e no que eu posso contribuir, por gentileza.”
1353 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Adriane, as perguntas estão sendo anotadas pela equipe técnica, que
1354 irá responder, apenas ao final da manifestação de todos os inscritos. Pois não, a senhora pode fazer o
1355 questionamento. E além de a senhora ter a oportunidade de estar aqui na sala a senhora pode acompanhar também
1356 pelo YouTube.” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Sim, eu acompanhei pelo YouTube algumas partes.
1357 Mas como eu estou num lugar que o sinal é ruim eu não consegui acompanhar devidamente. Eu gostaria de saber
1358 da mineradora as práticas de educação ambiental, se ela atua na questão educacional frente às escolas que tem na
1359 região, nas comunidades, o que está sendo feito. E com relação aos funcionários, a perspectiva de futuro. E com
1360 relação ao TAC também. A gente sabe que o Termo de Ajustamento de Conduta é porque houve alguma coisa de
1361 algo ilegal. O que de fato foi? Não temos acesso a essas informações claras. E dizer que a gente fica triste porque não
1362 temos tido sossego em Minas Gerais. A mineração está aí nos quatro cantos destruindo tudo, colocando em risco a
1363 questão da segurança hídrica. E são muitas lutas, e não temos tido um minuto de paz. Nós gostaríamos que os
1364 governos, quem está nas posições de poder fossem mais coerentes com o trabalho e levassem em conta a
1365 preservação ambiental, porque sem ela não há futuro, não temos como sobreviver. E no caso especial da serra do
1366 Curral ela tem muito valor para os belo-horizontinos, tem a importância biológica, do ponto de vista da
1367 sustentabilidade, na questão hídrica também, na questão de ser um patrimônio nosso. E está sendo corrompida,
1368 corroída, e não vemos muita atitude para proteger a nossa serra. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1369 Trovão: “Agradeço a participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Carolina
1370 Laboissiere.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Carolina, a senhora tem 5 minutos, podendo
1371 ser prorrogados. Pois não.” Carolina Laboissiere/sociedade civil: “Obrigada. Boa tarde a todos os presentes. Eu sou
1372 Carolina, sou cozinheira, poeta, advogada, mas muito antes disso eu já me reconhecia como ambientalista. E é a
1373 partir desse lugar que eu me posiciono aqui hoje. O primeiro questionamento que eu gostaria de fazer é direcionado
1374 ao senhor presidente. Qual é a função da oitiva da população se o senhor justificou, mais de uma vez, no início desta
1375 reunião, que a sua decisão é fundamentada no parecer técnico que foi fornecido pelo órgão competente? Esse
1376 espaço de participação pública, participação popular, é só um teatro? As preocupações que a comunidade está
1377 trazendo aqui não possuem nenhuma relevância na tomada de decisão deste Conselho? As pessoas que se
1378 manifestaram e irão se manifestar nesta reunião estão fazendo isso em vão? Porque se a decisão segue o parecer
1379 técnico do órgão ambiental, que foi fornecido ao senhor presidente, isso significa que a decisão já foi tomada no
1380 momento da elaboração desse parecer? Eu aproveito também para perguntar diretamente ao conselheiro Heleno,
1381 que fez uma colocação sobre a adequação das falas. Conselheiro, como que a sociedade civil pode participar de
1382 maneira mais qualificada nesse debate do que o que estamos fazendo agora, analisando especificamente a atuação
1383 da Fleurs, se sequer a gente teve acesso ao EIA/Rima? E aproveito para perguntar a todos os conselheiros, em
1384 especial ao presidente: a licença vai ser concedida sem que a população tenha tido a oportunidade de ler e estudar
1385 esse EIA/Rima? Além dessas perguntas, eu trago outras, de caráter técnico, que são: quais são os principais impactos
1386 ambientais positivos gerados pelo empreendimento? Impactos ambientais positivos, porque quando a gente fala
1387 impacto positivo a primeira coisa que as pessoas pensam é em economia. Mas eu gostaria de entender quais são os
1388 impactos ambientais positivos que esse empreendimento vai gerar. Como a mineradora está garantindo que todas
1389 as condicionantes da Licença de Operação Corretiva sejam cumpridas? Quais foram os critérios específicos utilizados
1390 para análise de viabilidade do projeto na zona de amortecimento da reserva da biosfera? Quais mecanismos de
1391 monitoramento serão implementados para garantir a conformidade com as condicionantes da licença? Em alguns
1392 dos pontos a pilha de rejeito está dentro da área de preservação permanente ou só próximo ali, 50 m, 80m? Como a
1393 mineradora planeja monitorar a eficácia das medidas de conservação propostas? Quais são os planos para
1394 restauração de habitats após a conclusão das atividades de mineração? Daqui a seis anos ou mais, se prorrogar. Como
1395 a mineradora está abordando a questão da fragmentação de habitats devido à mineração? Qual é o perfil
1396 socioeconômico das populações residentes nas áreas de influência? E por fim qual foi o critério para escolher a
1397 fazenda Urubu como área compensatória? Porque eu li brevemente no parecer técnico que essa fazenda foi

1398 escolhida como área compensatória tanto para intervenção em áreas de preservação permanente quanto na
1399 compensação por supressão de vegetação no bioma da Mata Atlântica. Quais foram os critérios para escolher esse
1400 local dentro do parque nacional, que é uma área privada? Pelo que eu entendi. Se eu tiver entendido errado, por
1401 favor, me corrijam. Eu ainda tenho tempo disponível?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora tem
1402 mais 2 minutos no prazo da senhora.” Carolina Laboissiere/sociedade civil: “Obrigada. E para finalizar eu gostaria
1403 então de recitar um poema. A autoria desse poema é meio controversa, tem gente que fala até Drummond, mas eu
1404 trago esse poema e talvez alguns achem que não é pertinente, mas eu acredito que em momentos de decisões
1405 importantes, como esta reunião, a arte pode ser capaz de nos fazer recobrar consciência. Então peço um pouquinho
1406 de atenção. ‘Olhai as montanhas. Olhai as montanhas, mineiros, como a serra do Curral, mutilada. Vós que não as
1407 defendeis, olhai-as enquanto vivem, pois a golpes de tratores vão sendo assassinadas. Pela culpa única de suas
1408 entranhas de ferro. Mineiros, por que não percebeis que essa ferrugem que vos empoeira os olhos, essa terra,
1409 vermelha, é o vosso sangue, injustamente derramado na luta que vos abate. Olhai as montanhas, mineiros, como o
1410 itabirito solitário. Vós que as desprezais, olhai-as enquanto vivem, pois a patadas de caminhões vão sendo
1411 massacradas. Pelo crime hediondo de te recortarem o céu. Mineiros, fechais os vossos olhos e tentai sentir pela
1412 última vez esse imenso abraço verde que vos envolve.’ Aqui eu faço uma pausa e rogo para que não seja pela última
1413 vez. ‘Abraço de amor, abraço feito de terra. Chorai a imponência que vos formou o caráter. Olhais as montanhas,
1414 mineiros, como o Itacolomi dos Inconfidentes. Vós que vos omitis, olhai-as enquanto vivem, pois, em centenas de
1415 vagões, como urnas funerárias, vão sendo levados seus pedaços, inermes.’ Dito isso, aproveito os últimos segundos
1416 para rogar que esse licenciamento seja retirado de pauta. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1417 “Agradeço sua participação. Só para esclarecer à Sra. Carolina. Tem uma vantagem de a senhora ter a formação
1418 jurídica, a senhora com formação jurídica, a senhora sabe que o agente público não fala por si, ele fala pelo Estado,
1419 conforme o direito administrativo. E as minhas decisões como servidor público e agente público têm que ser
1420 fundamentadas. Então a minha fundamentação está nos pareceres do órgão ambiental. Quando eu falei, Sra.
1421 Carolina, minha, eu não falei dos demais conselheiros. A retirada do ponto de pauta ou a baixa em diligência é uma
1422 decisão do presidente, embasada em um parecer, em uma manifestação técnica e jurídica do órgão ambiental. Então
1423 em relação à minha opinião, que está embasada em um parecer técnico e jurídico emitido pelo Estado, é aquele
1424 emitido pelo Estado. Eu não posso falar pelos demais conselheiros, eu posso falar sobre a minha ação e a minha
1425 atuação. Então a minha atuação está embasada em um parecer, em uma manifestação técnica e jurídica do Estado.
1426 A manifestação técnica e jurídica do Estado, conforme explanada logo no início, é favorável à continuidade do
1427 processo em pauta, tendo em vista que os esclarecimentos foram realizados. Então por isso mantive o processo em
1428 pauta. Então lembrando, lá no direito administrativo, a minha função aqui, como servidor público, como agente
1429 público, é ter uma atuação conforme a decisão, conforme a apreciação do Estado, que está descrita no parecer, está
1430 descrita nas manifestações técnicas e jurídicas que estão por vir. Em relação à manifestação, se a manifestação dos
1431 inscritos tem valor ou não, claro, evidente que tem valor. A equipe técnica e jurídica que foi responsável pela análise
1432 do processo está presente, está anotando todos os questionamentos. E também as manifestações técnicas aqui, as
1433 manifestações dos inscritos, seja por apelo, seja por uma reclamação, seja por uma solicitação, seja por
1434 questionamento, por óbvio estão sendo ouvidas pelo Conselho e serão consideradas para a tomada de decisão.
1435 Quando eu falei em tomada de decisão no parecer e na manifestação técnica, eu estava falando da minha como
1436 presidente aqui do Conselho. Passo para o próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo
1437 inscrito é a Sra. Vera Inez. Não está na sala, senhor presidente. Próxima, Sra. Marina de Oliveira. Também não está
1438 na sala, já verificamos novamente. Lucas Davis também não está na sala. Agnes Felipe também não está na sala.
1439 Elgen Leonardo. Não está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos projetar os
1440 próximos dez inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito então, senhor presidente, é
1441 a Sra. Helena Lopes. Helena também não está na sala. Posteriormente, Sr. Geraldo. Não está na sala. Robson Barbosa.
1442 Não está na sala. João Carlos Andrade. Também não está na sala. Sra. Malu Almeida. A Sra. Malu está na sala, senhor
1443 presidente. Só está conectando o áudio. Enquanto ela conecta, a gente chama o próximo. Sra. Poliana Gandra. Não
1444 está na sala. Sr. Antônio Oliveira. Também não está na sala. Sra. Taynara Ferreira. Não está na sala. Sra. Camila
1445 Cortielha. Não está. Sr. Yuri Correia. Também não está. A Sra. Malu Almeida já conseguiu conectar o áudio? Só um
1446 minuto, senhor presidente, que ela está reconectando.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Malu... Pois
1447 não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Malu Almeida/sociedade civil: “Bom dia, bom dia a todos os
1448 presentes. Eu faço coro com os demais inscritos aqui nesta reunião quando a gente sublinha o caráter irregular dessa
1449 votação e o caráter criminoso dessa mineradora, que já é ré na Justiça Federal e já é alvo de operações da Polícia

1450 Federal. Esse empreendimento começou de forma ilegal, e essa mineradora recebeu mais de 15 atuações pela
1451 Secretaria do Meio Ambiente. Um de seus sócios já fez uma ameaça via áudio para a secretária do Meio Ambiente,
1452 e acho que é muito preocupante de fato que esse processo esteja ocorrendo há mais de dois anos e agora essa
1453 mineradora esteja tão próxima de conseguir explorar a serra do Curral, que é o nosso grande patrimônio ambiental,
1454 agora com o aval do Estado. Entendo as questões colocadas aqui de Regimento Interno, mas acredito que a
1455 responsabilidade deste Conselho vá além disso, inclusive porque alguns membros aqui já apontaram que o processo
1456 de licenciamento não conta com consulta ao quilombo Manzo. E mesmo o quilombo não tendo concluído o seu
1457 processo de reconhecimento a jurisprudência aponta que a consulta deveria ter sido feita, ele não precisaria de ter
1458 esse documento agora. O quilombo não foi consultado em nenhum momento e está a menos de 8 km do
1459 empreendimento e pode ser severamente impactado por essas atividades. Eu gostaria de apelar para todos os
1460 membros desta Comissão para que esta pauta caísse ou que o licenciamento fosse indeferido. Eu acho que a
1461 sociedade brasileira e o planeta como um todo está num momento muito crucial para repensarmos as formas que
1462 exploramos os bens naturais do planeta. E em Belo Horizonte, especificamente, a serra do Curral desempenha um
1463 papel muito importante para o equilíbrio ambiental. Como outros inscritos aqui já apontaram, não houve estudos de
1464 fauna, e essa fauna pode ser extremamente impactada. E eu gostaria de apelar, mais uma vez, para que os
1465 conselheiros olhassem para isso com mais cuidado, que a serra do Curral é um bem dos mineiros, é a serra dos
1466 mineiros e não das mineradoras. Vou encerrar minha fala agora. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1467 Trovão: “Obrigado, Malu. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente,
1468 encerramos o bloco dos dez inscritos, mas a gente gostaria de chamar o Sr. Lucas Davis. Ele não estava na sala e nos
1469 comunicou que vai se manifestar. Está entrando. Já está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Lucas.
1470 Pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos.” Lucas Davis/sociedade civil: “Muito obrigado. Eu sou
1471 ambientalista, corredor, corro bastante ali na rota do ferro, na beira do rio das Velhas. E eu queria entender uma
1472 situação interessante sobre a Fleurs. A pilha de minério, de rejeito de minério, não está dentro da APP, da área de
1473 preservação permanente? Que é uma área muito próxima ao rio das Velhas, que é hoje um dos principais rios que
1474 temos aqui no Estado, onde há captação de água para a capital Belo Horizonte. Eu queria entender um pouco mais
1475 sobre isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Esse é o questionamento, Sr. Lucas, ou o senhor tem mais
1476 alguma manifestação? Os questionamentos serão respondidos ao final.” Lucas Davis/sociedade civil: “Não, não tem
1477 nenhuma ponderação além dessa. Eu queria entender mais sobre isso, porque é uma dúvida que eu tenho.”
1478 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a participação. Posteriormente, a equipe técnica e jurídica
1479 irá se manifestar.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Eu vou projetar os próximos dez inscritos. Então o
1480 primeiro inscrito a se manifestar é a Sra. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Sra. Wânia Walquíria. A Sra.
1481 Wânia Walquíria já está na sala, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Wânia, pois não...” Jeiza
1482 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou chamar o próximo inscrito. Ela está na sala, e
1483 retornamos a ela. Pode ser? Diorela Kelles. Não está na sala. André Azevedo. Não está na sala. Sr. Roberto Carvalho.
1484 Não está na sala. Sra. Maria Teresa Corujo. A Sra. Maria Teresa está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri
1485 Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, a senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Maria Teresa Viana
1486 de Freitas Corujo/sociedade civil: “Boa tarde. Eu tenho algumas considerações sobre esse empreendimento neste
1487 momento, que é o da Fleurs. O primeiro é que no sistema de licenciamento está claro que envolve três municípios.
1488 No SLA consta Raposos, mas sabemos que são Sabará e Nova Lima também. Em consulta ao SLA, onde deveriam
1489 estar formalizados todos os documentos. Apesar de terem sido colocadas como documentos necessários as certidões
1490 municipais de uso e ocupação do solo, em consulta ao processo administrativo de licenciamento, não existem esses
1491 três documentos, no caso, as certidões de Raposos, Sabará e Nova Lima. Inclusive, mesmo no Parecer Único tendo
1492 sido mencionado que foram apresentadas as declarações de conformidade. Então essas declarações de
1493 conformidade não estão no processo de licenciamento da Fleurs, Processo SLA 284/2022. Olhando aí e na resposta
1494 às minhas considerações será muito importante que se veja in loco, no site do SLA, que essas três certidões
1495 municipais não estão incluídas em todos os documentos apresentados pelo empreendedor. Não consegui localizá-
1496 los, e não constam do processo de licenciamento. Uma outra questão importante é que no Parecer Único, na página
1497 101, menciona que esse empreendimento integra uma unidade de tratamento minerário a úmido, uma unidade de
1498 tratamento minerário a seco. E quando olhamos o mapa na página 14 do Parecer Único, onde estão localizadas todas
1499 as estruturas deste empreendimento que pretende a sua Licença Prévia, não se localiza, não estão assinaladas a
1500 localização da UTM a úmido e a localização da estrutura onde são dispostos os rejeitos resultado da UTM a úmido.
1501 No mapa das estruturas todas, só estão localizadas a UTM a seco, que é o número 29 desse mapa, e a pilha a seco,

1502 que é o número 36 desse mapa. Então não se tem a localização de duas estruturas fundamentais quando se trata
1503 dos rejeitos que estão previstos nesse empreendimento. Tanto é que, como eu disse, na página 13 do Parecer Único,
1504 constam uma unidade de tratamento minerário a úmido e uma unidade de tratamento minerário a seco. Então isso
1505 a meu ver significa que não foi devidamente apresentada, quase certo pelo empreendedor, a localização dessas duas
1506 estruturas. E quando olhamos na página 19 do Parecer Único informa, inclusive, que tem um rejeito que é
1507 transportado para uma pilha, coloca que 'ressalvado, em caso de chuvas intensas, que esse material será
1508 transportado até um pátio de armazenamento temporário', ou seja, tem um outro local onde é colocado o rejeito,
1509 que é colocado filtrado. E tem na mesma página 19 do Parecer Único, onde tem uma série de respostas que
1510 precisavam ser dadas in loco, numa visita da equipe técnica, a pergunta era: existe apenas uma área de pilha ou
1511 existem outras áreas? E a resposta é: na área do empreendimento foi informado pelos representantes da Fleurs que
1512 existem duas pilhas de rejeito, duas pilhas temporárias e outra definitiva. A pilha temporária de rejeito está
1513 estabelecida ao lado do filtro prensa e acumula mais material em período de muita chuva. Ou seja, na questão rejeito,
1514 num empreendimento que, além de estar na serra do Curral, está do lado do rio das Velhas, as questões de rejeito
1515 na pilha e na unidade de tratamento de minerais a úmido e nas estruturas associadas, como sumps, drenagens e
1516 essas pilhas temporárias, isso é de fundamental importância a ser tratado. E não foi tratado, tanto é que não é
1517 mencionado nem localizado. Um outro aspecto importante que tem a ver com isso, de certa forma, é que, como não
1518 estão localizadas na ADA, não teve como se ver se na área de Raposos tem alguma estrutura dessas relacionadas
1519 com rejeito. Por que eu falo que isso é importante? Porque na Lei Orgânica do Município de Raposos está vedada a
1520 instalação e operação de barragens, vala ou qualquer outra estrutura destinada à disposição final ou temporária de
1521 rejeitos de mineração ou acumulação de resíduos industriais de quaisquer tamanhos, espécie ou natureza. Ou seja,
1522 diante da falta de informação sobre o que se refere à questão da unidade de tratamento mineral a úmido e às pilhas,
1523 inclusive..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Corujo... Desculpa interrompê-la, mas a senhora já falou
1524 5 minutos, eu já dei 1 minuto. Se a senhora precisar de tempo adicional, tenho que colocar em votação." Maria
1525 Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Eu gostaria de tempo adicional para completar as minhas
1526 considerações." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então 5 minutos adicionais... Cinco minutos
1527 adicionais. Obrigado. Pois não, com a palavra." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Então eu estava
1528 colocando que, como não se apresentam na ADA, no mapa que mostra as estruturas, essas duas questões que
1529 envolvem o tratamento a úmido e o rejeito, e não se tem no processo de licenciamento as declarações das
1530 prefeituras, é fundamental a meu ver – já outros demandaram por outras razões – que esse processo não está
1531 devidamente instruído. E gostaria que fossem apresentadas, depois dos inscritos, essas declarações de conformidade
1532 na reunião. E em consulta online, em tempo real, vocês vão verificar que não foram apresentadas no processo de
1533 licenciamento que está aqui na pauta. Inclusive porque, essas estruturas estando no território de Raposos, elas não
1534 poderiam deixar de ter declaração do município de Raposos, e não se tem essa informação. Indo para o final, eu olhei
1535 o Parecer Único todo. Se constata que, apesar de ter pilhas, ter tratamento a úmido, ter rejeito e estar tão próximo
1536 do rio das Velhas, não consta nada, absolutamente nada, sobre chuva, tempo de retorno, que tem a ver com a
1537 questão das incidências de chuva, e questão sísmica, relacionadas com essas estruturas, em especial as pilhas e as
1538 unidades de tratamento e estruturas associadas, como os sumps, os sistemas de drenagem. Então a meu ver, e das
1539 pessoas que entendem muito dessas questões de engenharia, isso é uma falha gravíssima, porque está se falando do
1540 empreendimento que está se pretendendo receber uma Licença Prévia, um empreendimento classe 6, do lado do
1541 rio das Velhas. Inclusive, tem abastecimento de captação a fio d'água nele mesmo lá em Sete Lagoas, fora o próprio
1542 rio em si, até a foz do rio São Francisco. E não se trata, devidamente, de questões chaves como a questão do tempo
1543 de retorno e a questão sísmica, ainda mais em momentos em que está mais do que confirmado que os eventos
1544 extremos são o nosso cotidiano. E já se viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul. E para finalizar o meu tempo dizer
1545 que existem várias bibliografias e estudos apontando que a questão sísmica precisa ser urgentemente considerada
1546 em qualquer planejamento de empreendimentos, principalmente de grande porte. Porque, inclusive, tem estudos
1547 que apontam que o Quadrilátero é uma das regiões de Minas Gerais onde está havendo cada vez mais sismos,
1548 geralmente de pequena magnitude, entre 1 e 4, e não os de maior amplitude, mas que precisam passar a ser
1549 considerados nessas questões de licenciamento. Ou seja, a meu ver, é completamente irresponsável se dar uma
1550 Licença Prévia, fora todas as questões que foram apontadas aqui, sem essas premissas diretamente relacionadas
1551 com riscos à população, às águas, ao rio das Velhas nesse território. Essa é a minha contribuição. E eu gostaria que,
1552 principalmente em relação às declarações da prefeitura, fosse acessado o SLA, depois dos inscritos, e se constatasse
1553 o que eu constatei: as certidões das prefeituras não foram anexadas ao processo de licenciamento." Presidente Yuri

1554 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a sua participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de
1555 Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, senhor presidente, Sra. Wânia Walquíria. Nós estamos retornando a ela.”
1556 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Wânia, tem condições de se manifestar?” Jeiza Fernanda Augusta de
1557 Almeida/SEMAD: “Sr. Roberto Celso também vai se manifestar, ele já entrou na sala.” Presidente Yuri Rafael de
1558 Oliveira Trovão: “Sr. Roberto...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Eu vou passar para o próximo. Sra.

1559 Diva Cunha. Não está na sala. Sr. Vinícius Papatella. Está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr.

1560 Vinícius, pois não. O senhor tem 5 minutos.” Vinícius Papatella/sociedade civil: “Boa tarde. Eu me chamo Vinícius

1561 Papatella, sou morador de Belo Horizonte, acompanho este Conselho há 17 anos. Senhor presidente, é possível que

1562 os outros conselheiros apareçam na tela do Zoom? Eu não me sinto bem falando de algo tão sério sem poder ver. Só

1563 a Dra. Maria Eugênia que está aqui desde o início da reunião aparecendo, que está participando. É possível as pessoas

1564 aparecerem?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É possível, sim, Sr. Vinícius, mas isso cabe a cada

1565 conselheiro.” Vinícius Papatella/sociedade civil: “Eu estou aqui na qualidade de assessoria parlamentar da deputada

1566 federal Duda Salabert. Senhor presidente, de forma muito sincera e respeitosa, não gostaria de vê-lo escutando a

1567 todos e ao final respostas a uma ou outra pergunta de forma resumida e genérica, sugerindo que as demais estão no

1568 Parecer Único, no documento X ou Y e que muitas vezes nem disponíveis estão. Muitas perguntas já feitas até aqui

1569 não estão respondidas no PU, não constam dos documentos que instruem esse procedimento administrativo. Sabe

1570 do meu trabalho sério, então não sei o que você vai fazer por aí. Temos conhecimento da ação civil pública do

1571 Ministério Público na Comarca de Nova Lima sobre esse empreendimento e sobre esse processo de licenciamento,

1572 que tem uma audiência judicial marcada para o mês de agosto. Nessa ação, se os conselheiros não sabem, está

1573 escrito, entre aspas: ‘O Ministério Público diz: o licenciamento é nulo e eivado de vícios e ilegalidades.’ É o mesmo

1574 Ministério Público que assina um tanto de TAC por aí que neste caso está falando, peremptoriamente, que esse

1575 licenciamento é nulo, eivado de ilegalidades. Por um lado, o Sisema colocar em votação e aprovar seria uma maneira

1576 de vocês se livrarem desse problema e colocar para o Judiciário resolver, para a AGE responder. E aí vai. A gente não

1577 quer hoje uma reunião de 15, 18, 20 horas. Se necessário, suspenda, remarque uma extraordinária, que tem muito

1578 tempo que não acontece. Que bom que isso parou. Aguarda a próxima ordinária, inclusive, que será após a audiência

1579 judicial. Enfim, senhor presidente, juridicamente, há espaço para o senhor tomar uma decisão como essa. Mas vamos

1580 lá. Eu tenho perguntas para o empreendedor, para os técnicos que atuaram nessa análise e também considerações

1581 e perguntas para os conselheiros. Eu já antecipo que precisarei dos minutos adicionais. Se o senhor quiser votar agora

1582 ou momento também o senhor pode me interromper. Para os técnicos: o SLA 284 conta com anuência do Iphan?

1583 Citar o número, data da emissão, se está disponível no SEI e quem assina. São perguntas simples, no início, e depois

1584 eu vou começar com as questões técnicas e gostaria que fossem todas respondidas. Uma pergunta para a empresa

1585 e para os técnicos: quando se deu o início das obras de instalação da Fleurs? Qual mês e qual ano? Esse início foi

1586 antecipado de uma avaliação por algum órgão ambiental? Se sim, qual? De onde? Quando teve início esse suposto

1587 procedimento administrativo? Outra pergunta para a empresa e para os técnicos: quando se deu o início das obras

1588 da pilha que se encontra às margens do rio das Velhos? Mês e ano. Quinta pergunta para a empresa e para os

1589 técnicos: essas duas obras, da UTM, edificação e tudo que já está lá, inclusive as pilhas, o que é uma grave ameaça,

1590 foram acompanhadas de projeto executivo previamente analisado e autorizado pelos órgãos públicos de meio

1591 ambiente? Se sim, por quem, onde, quando. Sexta pergunta, para os técnicos: na abordagem que a Polícia Federal

1592 fez na empresa tem um relatório que aponta que a empresa apresentou apenas planta baixa de terraplanagem e não

1593 o projeto original com ART. Sobre isso, o relatório da Polícia Federal é claro: ‘É o mais provável que nenhum projeto

1594 tenha sido encaminhado à SEMAD’. Está na página 10. ‘Ficando evidente o desalinhamento desse projeto ao perigos

1595 e possivelmente apresentado à SEMAD.’ Qual a resposta que os técnicos podem me apresentar para isso, uma vez

1596 que não está no Parecer Único? Aos conselheiros: sobre o laudo da Direcional que embasa o Parecer Único da FEAM,

1597 que vai pelo deferimento. Essa empresa presta serviço de consultoria para esse setor e para outros: empresa Vale,

1598 Petrobras, Kinross, Arcelor, Nexa. Eu particularmente vejo um evidente conflito de interesses. Aliás, uma empresa

1599 que atende o setor público e privado ao mesmo tempo nunca pode ser isenta ou imparcial. Senão ela estaria fora do

1600 mercado. O Parecer Único não trata dessas questões de conflito de interesse. Seria um motivo também para

1601 posicionamento da Presidência ou da assessoria jurídica do gabinete. Senhor presidente, meu tempo está chegando

1602 a 1 minuto, e eu tenho agora umas oito questões sobre pilhas. O senhor quer colocar em votação meus 5 minutos?”

1603 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloco, sim, Sr. Vinícius. Tempo adicional de 5 minutos ao Sr. Vinícius. Os

1604 conselheiros que concordarem permaneçam como estão... Cinco minutos adicionais mais 1 minuto. Seis minutos...”

1605 Vinícius Papatella/sociedade civil: “Então eu vou fazer uma antes aqui da pilha, porque é importante, no sentido de

1606 reiterar o que a Teca colocou, coisas que precisamos de respostas, mas eu vou dizer sobre as informações
1607 complementares. A sociedade civil não tem acesso. Apesar de o Parecer Único dizer sobre algumas informações
1608 complementares, não tivemos acesso a essas perguntas, o status delas. Enfim, parece que tem uma ata que precisa
1609 ser divulgada da reunião do dia 22/5 entre empreendedor e a DGR. Eu não sei se essa ata está disponível. Esse
1610 processo tem um áudio estranho de ameaça à secretária, de um sócio da empresa. É um assédio até aos funcionários,
1611 aos servidores, aos técnicos. Mas, enfim, não temos como fazer o controle social de uma indesejada suposta
1612 ocorrência de advocacia administrativa neste caso. Então isso é caso de polícia, está sendo investigado. Agora sobre
1613 as pilhas, senhor presidente, eu gostaria de respostas porque são perguntas simples para a área técnica. Os técnicos
1614 analisaram o histórico da pilha? Quero dizer sobre a sua construção e medida de segurança. Quantas sondagens por
1615 metro quadrado ou por hectare foram feitas antes da construção da pilha que se encontra às margens do rio das
1616 Velhas? Desde quando essa pilha tem ART? Foram avaliados o nível de umidade e a necessária forração dos taludos
1617 com vegetação capaz de manter estabilidade dessa pilha? Se sim, isso foi feito quando? Se o Parecer Único não
1618 analisa nenhum laudo terceirizado, em que momento que isso vai ser feito, resgatar o histórico dessa pilha? Porque
1619 nem o Parecer Único nem o procedimento de licenciamento está considerando as séries históricas de precipitação
1620 pluvial, com projeção de chuva para os próximos anos, a partir de modelos climáticos atuais. Enfim, isso não está
1621 acontecendo mais uma vez. Sobre essa pilha que foi construída de forma irregular, ela está a jusante ou a montante
1622 de captação de água destinada a alguma comunidade urbana, algum aglomerado, algum distrito? Atualmente, ou
1623 seja, considerando a instalação irregular da pilha da empresa no local, tem instrumentação de acordo com o projeto
1624 executivo básico ou, aliás, nunca existiu projeto executivo básico? Veja, são perguntas simples, exigem resposta 'sim,
1625 teve projeto executivo'; 'não, ela se instalou sem licença'. Essa pilha tem declaração de estabilidade? Sim ou não?
1626 Então finalizar aqui, sabemos, infelizmente, o placar desta reunião hoje, mas ainda assim, senhor presidente, eu acho
1627 que tem um espaço confortável para o senhor avaliar junto com o Conselho, com as pessoas aí, sobre a possibilidade
1628 de baixar isso em diligência para sanar todas as dúvidas e trazer isso numa próxima, extraordinária ou ordinária, após
1629 a audiência pública. Não precisa de ter pressa. E quero reiterar, as questões aqui precisam ser respondidas
1630 individualmente, não vai não adianta colocar cinco respostas e falar que o resto está lá. Não está. Então obrigado. Eu
1631 gostaria de ter a sua consideração sobre a possibilidade de reunião extraordinária em algum momento para continuar
1632 isso aqui." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda
1633 Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal... Sr. Antônio Malta. Também não está na sala.
1634 Vou retornar aos três que estão na sala, senhor presidente. Sr. Roberto Celso, que a gente já havia chamado e não
1635 havia se manifestado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pois não, com a palavra." Roberto Celso Dias de
1636 Carvalho/sociedade civil: "Senhor presidente, na audiência pública, o representante da empresa falou que a empresa
1637 começou de forma legal, pois tinha um Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, firmado com o órgão ambiental.
1638 Sendo assim, eu questiono qual o motivo que levou à assinatura do TAC pela empresa. A outra pergunta que eu faria
1639 seria se a empresa assinou o TAC por ter cometido alguma ilegalidade. Se assim foi, qual a ilegalidade cometida?
1640 Caso a empresa tenha firmado o TAC em função de alguma ilegalidade cometida, como a empresa pode afirmar que
1641 começou a operar de forma legal? E nesse tocante, caso a empresa, tenha firmado um TAC com o órgão ambiental
1642 em função de alguma ilegalidade cometida, ela teria prestado uma informação falsa no âmbito da audiência pública
1643 ao informar que a implantação e o início das operações da empresa ocorreram de forma legal? O outro
1644 questionamento seria: a Fleurs operou por um tempo por meio de TAC firmado com a SEMAD, tempo suficiente para
1645 receber grande quantidade de minério extraído da serra do Curral e a área de preservação permanente do rio das
1646 Velhas. E esse conjunto de coisas supostamente ensejou a atuação da Polícia Federal, um conjunto de coisas
1647 supostamente permanentes na serra. Deixa eu repetir, a Fleurs operou por um tempo por meio de TAC firmado com
1648 a SEMAD, tempo suficiente para receber grande quantidade de minério extraído da serra do Curral e a área de
1649 preservação permanente do rio das Velhas, e esse conjunto de coisas supostamente ensejou a atuação da Polícia
1650 Federal em 2020, no âmbito da Operação Poeira Vermelha Taquaril, que atestou que a atuação dessa empresa, em
1651 conjunto com outros atores, usou uma autorização destorcida para a terraplenagem, de forma a acobertar a
1652 exploração mineral sem autorização. O início das obras de instalação, no passado, foi acompanhado de projeto
1653 executivo previamente analisado e autorizado pelos órgãos públicos de meio ambiente? É o meu questionamento.
1654 Ainda nesse sentido, qual a situação de todos os autos de infração lavrados contra o empreendimento? As multas
1655 foram pagas, como se encontra o pagamento das mesmas? A empresa está inadimplente com o pagamento de
1656 alguma das multas que recebeu?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O senhor precisa de prazo adicional
1657 para concluir?" Roberto Celso Dias de Carvalho/sociedade civil: "Sim, por favor." Presidente Yuri Rafael de Oliveira

1658 Trovão: “Cinco minutos então. Coloco em votação 5 minutos adicionais. Àqueles conselheiros que concordarem
1659 permaneçam como estão. Ok. Cinco minutos adicionais.” Roberto Celso Dias de Carvalho/sociedade civil:
1660 “Continuando aqui, senhor presidente, eu peço que detalhe cada um dos autos de infração lavrados contra a Fleurs
1661 Global Mineração, especificando quais foram as infrações realizadas e em qual status de processo se encontram os
1662 autos de infração. Em alguns dos autos de infração lavrados contra a empresa informa que a infração cometida foi
1663 apresentação de informação falsa ou equivocada ao órgão ambiental. Quais foram as informações apresentadas ao
1664 órgão ambiental que foram consideradas como falsa ou equivocadas, resultando na lavratura do auto de infração?
1665 Ainda continua, considerando que a empresa já foi autuada pelo órgão ambiental por apresentar informações falsas
1666 ou equivocadas, desrespeitar embargos para suspensão de atividades e impedir a entrada de fiscais na empresa,
1667 como podemos ter certeza de que as informações apresentadas nos estudos ambientais são verdadeiras e não estão
1668 distorcidas? É a minha pergunta. Quais as garantias de que a empresa respeitará o que for definido no âmbito do
1669 processo de licenciamento ambiental? O outro questionamento seria quantos quantas fiscalizações foram realizadas
1670 no empreendimento e em quantas foram identificadas ilegalidades e lavrados autos de infração. Segundo relatório
1671 da Polícia Federal, no pátio da Fleurs em Raposos, foram localizados 11 caminhões apreendidos. Por que isso
1672 aconteceu, qual o desfecho? Qual a última fiscalização realizada na empresa? Foram identificadas infrações durante
1673 a mesma? Em seguida: quantas abordagens da Polícia Federal já foram realizadas na empresa Fleurs? A empresa está
1674 indiciada em algum inquérito da Polícia Federal, Civil ou Militar? A empresa já foi condenada por algumas das
1675 acusações realizadas pelas autoridades policiais? Qual a relação existente entre a empresa Fleurs, a mineradora Gute
1676 Sichit ou Dragagem Boa Vista e a Valefort? E outra pergunta seria: em algum momento a Fleurs recebeu minério de
1677 origem ilícita em sua planta de beneficiamento? Se sim, quanto foi recebido e o que a empresa fez ao identificar que
1678 se tratava de minério extraído de forma ilegal? Em algum momento, a Fleurs recebeu minério que foi extraído sem
1679 licença ambiental, tendo sua suposta legalidade atestada tão somente por Termo de Ajustamento de Conduta em
1680 sua planta de beneficiamento? Se sim, quanto foi recebido? Quem era o fornecedor?” Presidente Yuri Rafael de
1681 Oliveira Trovão: “Sr. Roberto, desculpe interrompê-lo. O tempo do senhor finalizou. Eu tenho que chamar o próximo
1682 inscrito. O Sr. Fernando levantou a mão. Eu só gostaria de atentar, as questões estão sendo repetidas. Nós temos
1683 ciência de que grupos de WhatsApp estão pedindo para os senhores repetirem as mesmas perguntas com a finalidade
1684 de tumultuar o andamento da reunião. Essa finalidade que os senhores irão conseguir é fazer com que a reunião
1685 apenas demore mais. Eu não estou especificando o senhor, me desculpe, eu estou falando de forma geral. Porque
1686 nós recebemos as mesmas mensagens. Então as perguntas estão sendo repetidas, às vezes com orientação
1687 equivocada. A equipe já poderia estar respondendo. Obviamente, igual eu falei com os senhores, o tempo – os 5
1688 minutos que pertencem aos senhores, de manifestação – sempre será respeitado. Eu não intervi em momento algum
1689 nas manifestações dos senhores e nem deixarei que alguém faça a referida intervenção. Mas vamos dar andamento
1690 à nossa reunião. Não estou falando especificamente da manifestação do senhor, mas há uma tentativa, e aí está
1691 escrito nas mensagens de quem postou de tumultuar a reunião. E não vai conseguir. Vai conseguir alongar a reunião,
1692 como foi feito em uma reunião passada. Então é uma estratégia equivocada, que deve ser repensada. Eu só peço
1693 atenção para os senhores que vão fazer os questionamentos, verificar, ‘é necessário repetir esses questionamentos
1694 novamente?’ Já foram feitos. É necessário fazer essa tentativa, essa orientação que os senhores estão tendo de tentar
1695 tumultuar a reunião? Eu estou falando ‘tumultuar’ porque a pessoa escreveu ‘tumultuar’. Então repensem nas ações.
1696 É a minha obrigação conduzir a reunião, então eu tenho que fazer esse alerta aqui para os senhores. Eu vou abrir a
1697 palavra para o Fernando Benício. Eu só peço que seja breve, Sr. Fernando, porque estamos aqui em relação aos
1698 inscritos. Por favor.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Obrigado, senhor
1699 presidente. Na realidade, eu queria parabenizar pela sua condução. Eu ia falar exatamente o que o senhor acabou
1700 de dizer. Ficamos tristes, enquanto representantes da sociedade civil, por ver essa manipulação social equivocada,
1701 quando estamos aqui esperando ouvir as respostas técnicas, nos interessa ouvir, para até poder embasar nosso voto
1702 de forma séria, de forma competente, representando a própria sociedade civil. Então eu parabeno pelas suas falas
1703 e agradeço o espaço.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Cícero. Brevemente, Cícero,
1704 só para a gente dar andamento aqui, que nós estamos no espaço dos inscritos. Por favor.” Conselheiro Cícero Antônio
1705 Miranda Barbosa/ANM: “Fazer coro ao colega, também reforçar que a condução está sendo muito pertinente,
1706 presidente, porque foram feitas algumas perguntas que merecem atenção, mas à medida que algumas pessoas
1707 começam a repetir incessantemente algumas questões menos relevantes começa a denotar mesmo uma tentativa
1708 de obstruir. E as questões importantes, as perguntas relevantes que foram colocadas anteriormente ficam
1709 esquecidas devido a esse tumulto. Então reforçar aqui também, parabenizá-lo pela condução. Está mais de uma vez

1710 pedindo para as pessoas focarem na pauta e não repetirem os questionamentos que já foram feitos. Parabéns pela
 1711 condução, presidente. Continuando assim, nós vamos ter um desfecho que sim ou que não para esta pauta.”
 1712 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Cícero. Só falando aos inscritos, àqueles que já se
 1713 manifestaram, em momento algum eu estou falando da pertinência dos questionamentos e do quanto são
 1714 necessários para o deslinde aqui da nossa reunião e para a votação dos conselheiros. O que eu estou fazendo, uma
 1715 crítica e uma sugestão, é que façam uma releitura dessa orientação, que eu falo ‘tumultuar’ porque a pessoa escreveu
 1716 ‘tumultuar’, de repetir os questionamentos, pedindo prazos adicionais, repetindo os questionamentos para alongar
 1717 a nossa reunião. Então é essa questão. Em momento algum eu falei da relevância dos questionamentos. Os
 1718 questionamentos são, sim, relevantes. Afinal, ‘não há pergunta boa’, os questionamentos são sempre bem-vindos. A
 1719 questão que eu critico é essa tentativa, equivocada, de tumultuar a reunião. Brevemente, Heleno, só para a gente
 1720 voltar aos inscritos.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Sim, senhor presidente. É
 1721 breve. É só para corrigir: o senhor falou em 5 minutos, mas não, estão garantidos aqui 11 minutos para cada inscrito.
 1722 Nós demos o prazo, para todos eles, de 11 minutos. Só para corrigir. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1723 Trovão: “Ok, Sr. Heleno. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou
 1724 chamar novamente a Sr. Wânia Walquíria. Ela já conectou o áudio, ela era a inscrita anterior.” Presidente Yuri Rafael
 1725 de Oliveira Trovão: “Ok. Sra. Wânia, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.”
 1726 Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: “Boa tarde. Meu nome é Wânia, eu sou professora de geografia, formada
 1727 pela UFMG, e da rede municipal de Belo Horizonte. Eu acompanho o trabalho deste valoroso Conselho desde que
 1728 estava na universidade, quando era levada pelos professores para participar tanto do COPAM quanto das reuniões
 1729 da FEAM, para a gente atuar pela questão ambiental... Seguindo neste trabalho, desde a universidade, então já são
 1730 mais de 30 anos atuando na questão ambiental, na educação ambiental. Então nesse trabalho eu sempre levei meus
 1731 alunos para a serra do Cipó, para a serra do Caraça e para a serra do Curral, e eles sempre ficaram impactados com
 1732 a visão que tinham do resultado da mineração na serra. Eu estou relatando isso para chegar a uma única questão
 1733 que eu quero colocar. E eles então sempre alunos sexto ano, que são muito curiosos, muito ativos, sempre me
 1734 retornaram com questões de como que poderia isso estar acontecendo. ‘Quem que permite isso?’ E eu tinha que
 1735 responder que era o poder público. Quem permite, quem dá essa licença para fazer isso é o poder público. E eles
 1736 sempre questionando em relação: ‘Mas ter a serra não é mais importante que vender a serra?’ É uma pergunta que,
 1737 para mim, é óbvio de responder. E que se fosse perguntada a toda a população eu acho que a maioria responderia
 1738 que manter a serra, com todo seu potencial natural, de nos fornecer, até mesmo de uma forma pragmática... E aí
 1739 resolveram fazer um trabalho...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Wânia, parte do que a senhora falou
 1740 nós não escutamos. Talvez a senhora tenha algum lugar que o sinal seja melhor, porque realmente, estamos
 1741 verificando aqui, parece que é conexão.” Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: “Sim. Agora melhorou?”
 1742 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agora está melhor.” Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: “Muito
 1743 obrigada. Eu vou tentar concluir. Você pode me dizer o que você ouviu?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1744 “A parte que eu ouvi, que eu consegui verificar aqui, é que a senhora falou que levava os seus alunos aos parques,
 1745 às áreas. Depois o som ficou inaudível.” Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: “Então na serra do Cipó eles
 1746 sempre questionavam, muito alarmados com o visual, com o resultado da mineração, eles sempre me perguntavam
 1747 se não era mais importante manter a serra e aquele ambiente do que vender a serra. E aí com um trabalho longo
 1748 que fizemos eles precisaram, colocando em cifras mesmo, quanto valeria – eu poderia relatar aqui detalhadamente
 1749 – a serra, a vegetação, o manancial, a capacidade hídrica e toda aquela riqueza natural. Eles colocaram preço na serra
 1750 e chegaram à conclusão de que era um preço impagável, não haveria como vender a serra. Esse foi o trabalho que
 1751 eles fizeram. Então eu trago a pergunta deles para vocês, para o Conselho. Quanto vale, qual o preço justo que seria?
 1752 Como em todos os empreendimentos existe preço, quanto valeria a serra? Essa é a pergunta que eu deixo para vocês.
 1753 Qual é o preço que é vendido e qual é o preço real e qual é o valor que se entrega à mineração? Quanto, de fato,
 1754 recebemos, enquanto Estado de Minas Gerais, pela venda dessa serra? Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de
 1755 Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Wânia. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de
 1756 Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, retornando ao inscrito André Silvério. Ele já entrou na sala, já está disponível.”
 1757 André Silvério Diniz Azevedo/sociedade civil: “Eu vou ser breve, porque até não tenho tanto tempo para entrar. Mas
 1758 se questionou um pouco sobre essa questão de repetir as perguntas, mas é porque eu achei muito relevante a
 1759 pergunta anterior, até no sentido de perguntar quanto que vale a saúde física das pessoas, quanto que valem as
 1760 trilhas que as pessoas fazem, todo o turismo ambiental que faz por volta de uma serra em pé. E uma pergunta que
 1761 eu faço é se não seria possível minerar o lixo, já que o lixo já está destruído. Eu acho que essas manifestações, essas

1762 perguntas, são um direito constitucional, estamos manifestando nosso descontentamento com a destruição da
1763 natureza, destruição das nossas serras. E até uma pergunta se não teria como organizar melhor blocos de perguntas
1764 para que os conselheiros consigam responder cada pergunta de forma adequada. Porque realmente deve ser muito
1765 tempo de pergunta, muitas questões. E eu queria perguntar também se o COPAM, o Conselho aqui, não teria como
1766 ter atenção a problemas que estão acontecendo, urgente. Além de não dar licenciamento para a destruição do nosso
1767 ecossistema, se não conseguiria dar atenção a absurdos que estão acontecendo, por exemplo, em BH, que tem
1768 parques abandonados. Teve um caso ali de estupro no Parque Guilherme Lage. Então onde que está a Polícia Militar,
1769 a Polícia Civil, quando está acontecendo isso, não só para ficar reprimindo manifestação popular, mas também para
1770 se fazer mais presente nesses parques. E a Stock Car, que a companheira falou, da UFMG. Eu sou estudante de
1771 engenharia elétrica na UFMG, e muito me aflige um empreendimento tão destruidor, tão avassalador como a Stock
1772 Car. Eu queria saber o que os conselheiros acham desse empreendimento, de como que é o impacto. Eu queria
1773 perguntar se foi feito um estudo sobre qual o impacto da destruição tanto da Stock Car quanto da mineração na
1774 população, no meio ambiente como um todo, o que vai acontecer caso destruírem a nossa serra para vender por um
1775 preço muito baixíssimo que se vende o nosso minério. É isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço
1776 a participação do Sr. André. Próximos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Já entramos, senhor
1777 presidente, na outra lista. Vou projetar para ciência. Os dez próximos estão listados de azul. O primeiro inscrito é o
1778 Sr. Lucas de Ávila.” Lucas de Ávila Carvalho Fleury Mortimer/sociedade civil: “Boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de
1779 Oliveira Trovão: “Boa tarde, Sr. Lucas. Pois não, com a palavra.” Lucas de Ávila Carvalho Fleury Mortimer/sociedade
1780 civil: “Eu vou ser mais pragmático que os outros colegas. Um conselheiro já solicitou que o pedido da Fleurs seja
1781 retirado da pauta do COPAM. Então é mais para apoiar essa solicitação e solicitar ao presidente da Câmara de
1782 Atividades Minerárias que retire esse pedido da Fleurs, tendo em vista que existe uma ação civil pública contra a
1783 empresa. Então precisamos aguardar o retorno do Ministério Público em relação a essa ação civil, que tem audiência
1784 marcada para agosto. Então pelo menos até agosto não seria certo votar esse pedido da Fleurs. E além disso reiterar
1785 que não foi feita a consulta ao quilombo Manzo, conforme prevê Convenção da Organização Internacional do
1786 Trabalho. Mais uma vez, não queremos que as mineradoras atropem os processos legais do Estado de Minas Gerais,
1787 para que nenhum bem da nossa sociedade seja danificado. É isso, um apelo aos conselheiros. Obrigado.” Presidente
1788 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Lucas.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
1789 “Próxima inscrita é a Sra. Cynthia Camargo.” Cynthia Camargo/sociedade civil: “Boa tarde, vocês estão me ouvindo?”
1790 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde, Sra. Cynthia. Estamos, sim. Pois não, com a palavra. A senhora
1791 tem 5 minutos.” Cynthia Camargo/sociedade civil: “Eu acho que não vou repetir o que todos já questionaram aqui.
1792 Eu vou falar como uma cidadã que nasceu em Sabará. Então eu acho que se eu escolhi Sabará para nascer talvez eu
1793 possa defender um pouco essa região, que agora está à mercê de uma mineração que, além de predatória, já
1794 sabemos que é criminosa. Então não vou ficar repetindo as mesmas colocações dos colegas e faço coro a todas as
1795 perguntas que foram colocadas aqui. Talvez nesse tempo de 9h até agora eu tive que me desconectar alguma vez e
1796 não recebi essa última fala de um participante de que alguém do Conselho aqui já pediu a retirada de pauta. E eu
1797 agradeço, porque eu acho que todos nós que estamos aqui hoje, a gente não está pensando só na gente. Eu já tenho
1798 uma vida quase inteira, aonde eu pude compartilhar e vivenciar o que são as nossas serras e águas de Minas. E eu
1799 acho que a gente poderia deixar isso para os nossos futuros, que estão chegando. Eu acho que cada um aqui, cada
1800 uma, tem seus descendentes e deve pensar acerca disso, sair desse olho por olho, dente por dente, aonde eu só
1801 estou pensando no meu umbigo. Teve um senhor aqui, bem antes de mim, que até chorou, emocionado com toda
1802 essa situação que estamos vivenciando. E ele colocou duas questões muito importantes e que eu gostaria que vocês
1803 conselheiros também prestassem atenção. Nós estamos aqui neste Conselho realmente avaliando as questões
1804 ambientais ou eu estou aqui simplesmente politicamente para defender o que o atual governo defende? Que é um
1805 governo pautado na economia simplesmente. Nós temos um governador que é um empresário. Então o que ele quer
1806 é moer, continuar moendo o nosso minério, as nossas montanhas e levando todo esse minério para fora do Brasil.
1807 Porque se este governo do Estado tivesse pelo menos uma alternativa de falar ‘a gente vai estar agora beneficiando
1808 mesmo’, são 10 ou 15 que estão aí simplesmente usufruindo muito. Chamar atenção ainda para essa questão da
1809 humanidade, sabe, nós somos humanos, nós ainda não viramos robô. Tudo bem que hoje a gente pode fazer essas
1810 reuniões online. Porque sabemos, quanticamente, o quanto poder a gente tem de quando eu penso em algo e essa
1811 coisa acontece para mim. Mas o que eu vejo é que nós estamos robotizados, está todo mundo aqui pensando no seu
1812 bolso, ‘ah na minha casa melhor, no carro que eu vou comprar’. Ninguém está pensando no Colegiado no coletivo.
1813 Então eu venho aqui hoje muito mais nesse sentido de falar ‘olha, gente, por favor, pensem não só apenas em você,

1814 porque nós não somos um não, nós somos um todo', e esse todo tem o meio ambiente, tem as árvores, tem as
 1815 florestas, tem as montanhas tem a água, tem a nossa mãe Terra, que está aí mostrando para nós nessa crise climática
 1816 que 'olha, vocês são muito pequenos perante o meu poder'. Eu não preciso falar, por exemplo, lembrar lá em 2019
 1817 ou antes um pouco, no final de 2018, quando esta Câmara Técnica aqui aprovou Brumadinho. E o que aconteceu?
 1818 Todo mundo sabe. Mas talvez as pessoas mais jovens aqui, mesmo que tenha só cinco anos do crime de Brumadinho,
 1819 não interessa, 'isso não foi para mim'. Então eu acho que nós temos que sair desse umbigo, prestar atenção no que
 1820 é de direito, no que realmente o direito afirma. Que eu não estou vendo isso nem nos técnicos que estão avaliando
 1821 essa licença e muito menos do Conselho. Eu gostaria muito de ter um Conselho representativo aonde eu sociedade
 1822 civil possa ficar tranquila na minha casa sabendo que esse Conselho que está posto é um Conselho real, digno, esse
 1823 Conselho vai avaliar realmente o que está sendo colocado e não simplesmente..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1824 Trovão: "Desculpa interrompê-la. O tempo da senhora acabou. Se precisar, eu tenho que colocar em votação. A
 1825 senhora precisa de prazo adicional?" Cynthia Camargo/sociedade civil: "Já acabou 1 minuto também?" Presidente
 1826 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Acabaram os 5 minutos e o 1 minuto que estou dando ao final." Cynthia
 1827 Camargo/sociedade civil: "Entendi. Eu queria só finalizar a minha fala. Se os conselheiros pudessem..." Presidente
 1828 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Em votação 5 minutos adicionais. Os conselheiros que concordarem podem
 1829 permanecer como estão. Ok. Cinco minutos adicionais para a Sra. Cynthia. Pois não. Sra. Cynthia." Cynthia
 1830 Camargo/sociedade civil: "Eu agradeço aos conselheiros por esse tempo a mais. Mas é isso, eu acho que estou
 1831 falando de um lugar que não é só meu, eu não estou querendo chegar aqui e colocar minha verdade, porque quem
 1832 sou, eu acho que a verdade já está posta. Nós temos hoje um processo de uma licença que já vimos que é uma licença
 1833 para dar para ladrão, que é para dar para criminosos. Então como compactuar com essas relações? Então eu gostaria
 1834 muito de ser representada pelo Conselho, mas com dignidade. Que quando cada um aqui fosse para casa, depois da
 1835 votação, fosse mesmo de consciência tranquila. Não dá mais para ficarmos achando que 'ah eu trabalho para fulano
 1836 e eu vou representar fulano.' Não, quem está representando a sociedade civil aqui deveria muito bem lembrar que
 1837 a sociedade civil é quase a população inteira, não é a empresa X ou Y ou o governo X ou Y. Então pensem nisso,
 1838 coloquem a cabeça em cima do pescoço, mas não só para lembrar do que é necessário fazer, mas escuta o coração.
 1839 É o momento também de falar 'olha, escute o coração', porque o coração faz parte do nosso contexto. Vamos voltar
 1840 a nos apaixonar pelas nossas águas, pelas nossas serras, pelas nossas montanhas, pelos pássaros. Eu não sou um ser
 1841 vivo apenas aqui não, além disso nós temos toda a biodiversidade. Eu não vou precisar de todo o resto do tempo e
 1842 gostaria muito mesmo de que cada um fizesse em sua consciência, mas uma consciência cidadã, não aquela
 1843 consciência 'ai, eu vou ficar mais rico agora, eu agora vou ganhar aquela conta'. Não, eu estou aqui porque eu
 1844 realmente faço parte de uma Câmara Técnica de um Conselho aonde eu tenho representatividade, que minha
 1845 representatividade seja posta aqui de boa-fé. Assim falei com muito amor e passo a palavra." Presidente Yuri Rafael
 1846 de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação da Sra. Cynthia. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de
 1847 Almeida/SEMAD: "Sr. Juvêncio Lima. Está na sala? Não está na sala. Próximo inscrito, Sr. Bruno Vieira Pereira." Bruno
 1848 Vieira Pereira/Geoline Engenharia: "Boa tarde, pessoal." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Boa tarde, Sr.
 1849 Bruno. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." Bruno Vieira Pereira/Geoline
 1850 Engenharia: "Hoje eu venho aqui com muita tranquilidade para falar da Fleurs Global, até porque atuamos no meio
 1851 da consultoria ambiental seguindo todos os regimentos legais e a gente vem acompanhando a Global desde o início
 1852 do processo de regularização ambiental. Então a gente vem acompanhando todo o modelo, toda a estratégia criada
 1853 pelo empreendimento para chegar hoje aonde a Global está. É hoje dos poucos empreendimentos na região
 1854 metropolitana que podemos, com certeza, falar que é um empreendimento modelo de uma UTM, de
 1855 empreendimento do ramo da mineração que é um empreendimento modelo, principalmente pelo cumprimento das
 1856 obrigações ambientais. Eu acho que está tendo um vício repetitivo, até falado pelo senhor presidente, que isso até
 1857 me causa um pouco de bastante estranheza com relação aos quesitos levantados por todos os inscritos. Até pelo
 1858 nível dos inscritos, pela formação. Eu acho que o pessoal está aqui hoje, acho que eles não entendem, acho que eles
 1859 não estão conseguindo entender o processo de licenciamento em pauta hoje, o objeto do licenciamento. Porque eu
 1860 acho que eles não compreenderam nem a localidade do empreendimento. Eu acho que é uma falta de zelo os
 1861 inscritos, as falas impositivas, as falas negativas, sem nenhum argumento legal. Diversas falas aqui que o
 1862 empreendimento está localizado em cinco biomas, que são 500 ha de supressão de vegetação, a diferenciação do
 1863 que é uma usina de tratamento de minério e uma extração na serra do Curral. O empreendimento nem está
 1864 localizado na serra do Curral, então como que o empreendimento vai acabar com a serra do Curral, está causando
 1865 impacto na serra do Curral? Sendo que os senhores inscritos vêm com uma fala totalmente imparcial. Vocês hoje não

1866 levaram em consideração nem o que foi demonstrado no processo de licenciamento. Como vocês vieram falar a
1867 questão dos pontos negativos, vocês estudaram para isso, vocês leram o processo para vir com essas falas
1868 impositivas, imparciais, negativas. E o que foi demonstrado no processo de licenciamento? Vêm falar ‘ah não foi feito
1869 o processo de diagnóstico de fauna, não foi feito estudo de cavidade, não foi feito o processo de compensação’.
1870 Senhores, nós estamos falando de um processo que foi instruído pela FEAM, foi instruído pelo Estado. Então como
1871 que o mínimo de zelo e um mínimo de legalidade não estaria vinculado a um processo dessa magnitude, dessa
1872 grandeza, que nós estamos tratando aqui hoje? Então eu acho uma fala extremamente imparcial, impositiva. Eu acho
1873 que é um vício repetitivo de falas, de perguntas que a gente já está cansado de responder. Logicamente, foi dada
1874 uma publicidade para todo o processo dentro da audiência pública, onde que todos puderam ter acesso aos estudos,
1875 à documentação. A partir do momento que o processo é instruído, ele é um processo público, então todos têm acesso
1876 às informações. E aí os inscritos vêm falar, dentro das suas argumentações e dos seus minutos preciosos aqui hoje,
1877 que o processo não tem estudo de fauna, não foi feito estudo hidrológico. Me causa bastante estranheza da
1878 imparcialidade, desse cunho dessas pessoas que trabalham em favor de outras políticas...” Presidente Yuri Rafael de
1879 Oliveira Trovão: “Sr. Bruno, desculpe interrompê-lo. O prazo do senhor de 5 minutos acabou. Questiono se o senhor
1880 precisa de mais, que aí eu tenho que questionar o Conselho.” Bruno Vieira Pereira/sociedade civil: “Eu gostaria, sim.”
1881 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em votação o prazo adicional de 5 minutos ao Sr. Bruno. Aqueles
1882 conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Então 5 minutos adicionais ao Sr. Bruno. Pois não, Sr.
1883 Bruno.” Bruno Vieira Pereira/sociedade civil: “Levantando alguns pontos, já esclarecendo para os senhores inscritos,
1884 principalmente com relação aos estudos hidrológicos, principalmente com relação à pilha de rejeito, dentro do
1885 processo de licenciamento, como a gente acompanhou – eu sou o coordenador do processo de licenciamento pela
1886 Geoline Engenharia –, a gente entende que a gente teve até um excesso de zelo no processo de licenciamento, até
1887 pelo nível dos estudos que foram apresentados, que foram além de um termo de referência disponível para o
1888 EIA/Rima, pela SEMAD. Então foi feito o estudo hidrológico, sim, foi feita a batimetria do curso d’água. Eu acredito
1889 que os senhores saibam o que é uma batimetria. Não vou entrar nessa técnica aqui. Foi feita uma batimetria do curso
1890 d’água levantando seções, para determinar a cota máxima de inundação em relação à pilha. Então quando falamos
1891 que os impactos com relação ao rio das Velhas são mitigáveis é porque eles são. Eles foram estudados. Para a gente
1892 trazer essa planta aqui foi feito um estudo de 50, de 100, de 200, de 500, de mil anos de recorrência. Então todos
1893 esses estudos, todos esses resultados foram apresentados dentro do processo ambiental, até para dar confiabilidade
1894 para que os analistas do próprio órgão ambiental terem confiança para emitirem o seu posicionamento dentro do
1895 Parecer Único. Então a empresa Geoline, como consultoria, e a Global não mediram esforços para que todos os
1896 estudos, para que todas as discussões fossem alinhadas, respeitando uma organização dentro do processo de
1897 licenciamento ambiental. Além da questão do estudo hidrológico, que apontou esses resultados, também fizemos
1898 todo o levantamento topográfico da área, a topografia cadastral, a topografia altimétrica e a topografia cadastral em
1899 relação às APPs. Então todas as APPs dentro da propriedade da Fleurs Global foram levantadas e estão seguindo
1900 rigorosamente as obrigações legais que constam dentro do Código Florestal, que é a respeito das APPs, a
1901 obrigatoriedade dessa faixa de APP. Então, dentro do que foi levantado – tem ART de profissional, nossos
1902 profissionais incluíram as ARTs dentro desses levantamentos –, a área da pilha não está dentro de APP, ela não
1903 encontra-se dentro de área de APP; ela foi respeitada. Isso está dentro do CAR, isso está dentro do processo de
1904 licenciamento, isso está dentro do projeto executivo. Foi feito um projeto executivo da pilha. A pilha que está lá, não
1905 foi feito um croqui para ela estar lá do jeito que está hoje não, foi feito um projeto executivo. Porque se fosse feito
1906 um croqui vocês não estariam vendo a geometria que ela se encontra hoje. Eu acho que os conselheiros que pediram
1907 vistas e que tiveram o prazer de estar lá na vistoria, que foi organizada pela Global, e nós aqui da Geoline – eu e o
1908 Charles – estivemos presentes também, puderam ver que aquilo lá não é um croqui, aquilo lá não é um desenho:
1909 aquilo lá é um projeto executivo de uma pilha, de uma pilha que tem uma tecnologia por trás. Tem um filtro prensa
1910 que traz uma confiabilidade de uma disposição de um rejeito filtrado, que tem uma estabilidade geotécnica. Então
1911 tem ARTs de profissional, tem profissionais habilitados trabalhando diariamente dentro da Global para trazer os
1912 resultados in loco, os resultados in situ diários sobre estabilidade da pilha, umidade. Então nós temos muita
1913 tranquilidade de vir aqui e falar em nome da Global e sermos positivos. Trazemos situações reais e não fake news,
1914 como vários inscritos tiveram suas posições e falas repetitivas. E assim eu fico até com vergonha desse pessoal. Eu
1915 acho que é isso que eu tinha para falar. Agradeço a oportunidade de estar aqui expondo esses pontos. E eu acredito
1916 que todo o processo da Global está instruído corretamente dentro da legalidade. Compensações ambientais foram
1917 feitas até além do quantitativo. Tivemos um zelo para fazer um inventário florestal, considerando um cenário mais

1918 restritivo, considerando que toda a supressão que foi feita seria uma Floresta Estacional de Estágio Médio. Mesmo
 1919 assim, nós sabemos que historicamente as áreas já estavam degradadas, estariam já antropizadas. Mas mesmo assim
 1920 tivemos o zelo de trazer...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Bruno, desculpa interrompê-lo, mas o prazo
 1921 de 11 minutos já foi dado. Então eu tenho que passar para o próximo inscrito. Agradeço a sua manifestação.” Bruno
 1922 Vieira Pereira/sociedade civil: “Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza
 1923 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, próximo inscrito, vou retornar, que ele já entrou na sala,
 1924 Sr. Renato Mattarelli.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Renato, tem condições de se manifestar?
 1925 Estamos ouvindo o senhor. Sr. Renato, pois não. Com a palavra.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Inicialmente, eu
 1926 queria cumprimentar a todos os participantes e exibir um vídeo para subsidiar a minha fala na sequência. Então eu
 1927 vou abrir aqui, você me orienta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Renato, o senhor vai apresentar o
 1928 vídeo?” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Está na tela o vídeo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não.
 1929 Estamos vendo o senhor.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Eu não estou sabendo compartilhar.” Presidente Yuri
 1930 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que pelo celular não dá para compartilhar, Sr. Renato. Se o senhor puder
 1931 manifestar...” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Então eu vou falar e, na sequência, vou ver se consigo exibir esse
 1932 vídeo, que é muito emblemático de algumas questões que eu vou falar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1933 “Sr. Renato, desculpa interrompê-lo, mas acho que o senhor mandou o vídeo para a Secretaria Executiva, e a
 1934 Secretaria Executiva acho que consegue compartilhar para o senhor. Só um momentinho. Pois não, começa a contar
 1935 o prazo, por favor.” *****Exibição de vídeo***** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Renato, o senhor vai
 1936 precisar de prazo adicional. Eu vou colocar então em votação a sua manifestação. Senhores conselheiros, tempo
 1937 adicional de 5 minutos para o Sr. Renato. Aqueles que concordarem permaneça como estão. Ok. Cinco minutos
 1938 adicionais.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “A primeira coisa que eu gostaria de perguntar para os conselheiros é
 1939 se eles conhecem essa realidade que foi mostrada no vídeo. A ‘beleza’ de projeto da Fleurs é isso aí. Estamos vivendo
 1940 e estamos impactados por várias questões que aparecem nesse vídeo e que não foram respondidas. Eu gostaria de
 1941 me ater, pelo tempo, a três questões, mas está tudo registrado. E quanto à fidedignidade das imagens não tem dúvida
 1942 nenhuma. Eu acompanho a implantação totalmente equivocada dessa mineradora, dessa processadora de minério,
 1943 desde o início. Como já foi dito, dizendo que era uma empresa que estava desassoreando o rio das Velhas. Como
 1944 vocês viram ali, a imagem mostra a pilha de rejeitos, de estéreis, a 80 m do rio, e a montanha de estéril totalmente
 1945 erodida com as chuvas do ano passado e do ano atrasado. Chuvas que trouxeram problemas graves para Sabará.
 1946 Quem mora no bairro Paciência, quem mora na região mais baixa sofreu com a lama minerária que foi despejada no
 1947 rio pela erosão dessas montanhas que não têm segurança nenhuma. Isso em chuvas que não se caracterizam ainda
 1948 como episódios atípicos das mudanças climáticas como Rio Grande do Sul, como em São Paulo e também em outras
 1949 partes do mundo. Essa questão da pilha de rejeito, o Sr. Bruno, de maneira, inclusive, deselegante, desqualificou as
 1950 argumentações técnicas que nós já apresentamos para essa empresa. Não sei se ele conhece essa pilha com essas
 1951 erosões. Eu acho que é importante que ele reveja os fundamentos da sua argumentação e da sua deselegância nesta
 1952 reunião. Outra questão gravíssima que não foi tocada aqui diz respeito a nós aqui de Sabará, e é uma questão que a
 1953 empresa simplesmente, na exposição que fizemos na audiência pública de Sabará, desconhece não estar
 1954 contemplada no Rima, no EIA, a questão do transporte, do impacto do tráfico de carretas e caminhões em Sabará. E,
 1955 especificamente, uma questão gravíssima que é a ponte Saldanha Marinho. Eu sou de Sabará, eu conheço. Inclusive,
 1956 fui lá esse fim de semana que passou para fazer um vídeo, e isso vai chegar a vocês. Não está aqui na tela, mas essa
 1957 ponte tem os pilares – é uma ponte secular – apoiados em estacamento de madeira. Então na audiência pública eu
 1958 coloquei, em nome do Movimento Eu Rejeito Barragem, a gravidade que essa ponte representa para a população de
 1959 Sabará e para os próprios usuários da ponte, os próprios funcionários que trafegam com caminhões cheios de
 1960 minério. Essa ponte tem capacidade de apenas 20 toneladas, isso está na placa que estava fixada na sua entrada e
 1961 no seu entorno. Quando a Fleurs começou a exploração, passado algum tempo, essa placa foi retirada. Veja bem, 20
 1962 toneladas. E nós tivemos situações de congestionamento na sua entrada, onde perfilam-se três carretas cheias de
 1963 minério, totalizando, acredito, 180 toneladas em cima dessa ponte. Eu coloquei isso na reunião, mas a resposta que
 1964 eu tive – não sei se foi o Bruno ou outro engenheiro da Fleurs –, ele disse o seguinte: ‘Essa ponte não caiu, significa
 1965 que ela é segura.’ Eu falei para ele assim: ‘Companheiro, isso é argumento de uma empresa que se pretende instalar
 1966 aqui em nossa comunidade, em Raposo e Nova Lima? Isso é argumento? Porque ela não caiu, ela não representa
 1967 perigo, tragédia, crime?’ Eu queria deixar bem claro aqui também que o viaduto Venda Nova era seguro e caiu e
 1968 matou. Brumadinho era seguro até matar 272 pessoas. Mariana, 19 mortes. Gameleira, quem lembra disso? Muitos
 1969 conselheiros devem lembrar: morreram 69 pessoas quando caiu a laje que estava sendo construída. E assim eu posso

1970 relatar inúmeras outras tragédias e crimes também que aconteceram em nosso país, onde a gente alertava as
 1971 autoridades, como estou fazendo aqui agora. E pergunto, senhores conselheiros, os senhores vão aprovar isso aí?”
 1972 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Renato, desculpa interrompê-lo, mas o prazo de 11 minutos que foi
 1973 dado para o senhor já expirou. Eu tenho que chamar o próximo. Eu já passei 1 minuto, Sr. Renato. Me desculpa, mas
 1974 pelo Regimento eu não posso conceder.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Só uma questõzinha pequena, alguns
 1975 segundos. Eu queria, Igor, isso é muito importante...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por favor, só faça a
 1976 pergunta então, Sr. Renato.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Nós gostaríamos de ter a posse dos documentos
 1977 técnicos de quantas toneladas essa ponte suporta. Porque a Prefeitura de Sabará disse que fez um estudo, o DER
 1978 esteve aqui e disse que tinha problema, mas que não era competência deles, e o Ministério Público deu uma resposta
 1979 evasiva. Então eu queria, Igor, que vocês vissem a gravidade disso e nos fornecessem a capacidade dessa ponte.
 1980 Porque a empresa falou assim: ‘a ponte não é uma questão da mineradora’... Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1981 Trovão: “Ok, Sr. Renato, eu não posso passar mais a palavra para o senhor. Eu peço desculpa.” Renato
 1982 Mattarelli/sociedade civil: “É uma questão que tem que ser aprofundada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1983 “Fica o registro do Sr. Renato solicitando uma documentação referente à capacidade de suporte da ponte. O Renato,
 1984 que mostrou lá na placa, era 20 toneladas. Se isso foi alterado ou não.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Está ótimo.
 1985 Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Renato.” Jeiza Fernanda Augusta de
 1986 Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Cristina Oliveira.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Cristina.
 1987 Cristina Maria está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Cristina Maria de Oliveira. Sra. Cristina.
 1988 Vou passar para os próximos inscritos. Quando ela retornar, ela nos comunica. Próximo inscrito, Sr. Cláudio Silveira.
 1989 Não está na sala. Sra. Helena Duarte.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Helena, boa tarde. Estamos
 1990 ouvindo e vendo a senhora. A senhora tem 5 minutos.” Helena Duarte do Páteo Machado Fernandes/sociedade civil:
 1991 “Primeiro eu queria agradecer o espaço de voz para me manifestar, Sr. Yuri Trovão. Primeiramente, gostaria de me
 1992 direcionar ao Dr. Bruno sobre essa desqualificação dos companheiros que já falaram até aqui e tiveram várias
 1993 colocações muito fundamentadas, principalmente no quesito de licenciamento ambiental, e relacionadas aos autos
 1994 de infração da empresa da pauta. Não vou me estender muito no meu tempo, porque me sinto contemplada por
 1995 várias falas aqui, mas queria reiterar e me direcionar aos conselheiros nesta tarde de hoje, que pensem e ouçam um
 1996 pouco com atenção os argumentos que estão sendo colocados aqui, principalmente relacionados à irregularidade da
 1997 empresa. Nós sabemos que a Fleurs é uma das empresas mineradoras que têm mais autos de infração, então é uma
 1998 empresa que inicia o seu processo, como já foi colocado anteriormente, com uma funcionalidade, mas já vai
 1999 recebendo um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, durante todo o seu processo, até os dias de hoje. Então
 2000 sem nenhuma licença e descumprindo esse Termo de Ajustamento de Conduta e todas essas condicionantes. Então
 2001 me direcionar aos conselheiros para que pensem no caso dessa retirada, que eu peço que tirem essa pauta hoje da
 2002 aprovação da licença da Global, porque, como já foi reiterado aqui, como grande parte da população de Belo
 2003 Horizonte e das cidades da região metropolitana de Belo Horizonte sabem o quanto essa empresa tem uma fama
 2004 realmente. Além da fama, nós sabemos de todos esses processos ilegais. Então realmente vai ficar muito feio para
 2005 que esteja registrado em ata que os conselheiros aqui hoje desta reunião aprovelem essa licença de mineração e tanto
 2006 de tratamento. Então para finalizar um pouco aqui a minha fala eu acho que é só um pedido à atenção mesmo dos
 2007 conselheiros e para que pensem como que vai ficar para vocês. Principalmente pensando, como já foi falado aqui,
 2008 nesses descendentes dessas outras pessoas que vão arcar com o ônus dessa usina de tratamento de minério, dessa
 2009 mineração. Nós sabemos o quanto tem diversas mineradoras que estão ali na serra do Curral e que encaminham o
 2010 minério para a Fleurs. E que isso também não está sendo colocado, não está sendo regularizado. Então eu peço uma
 2011 atenção dos conselheiros para os processos de irregularidade e o quanto isso vai ser pesado, peso disso enquanto
 2012 um Conselho que deixe isso passar. No mais, quero agradecer a fala dos companheiros que falaram. E é isso. Muito
 2013 obrigada. Boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Helena. Próximo
 2014 inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, Sra. Cristina Oliveira.” Presidente Yuri
 2015 Rafael de Oliveira Trovão: “Estamos vendo e ouvindo, Sra. Cristina. Pois não, com a palavra. A senhora tem 5
 2016 minutos.” Cristina Maria de Oliveira/sociedade civil: “Meu nome é Cristina, eu faço parte do Movimento SOS Vargem
 2017 das Flores. Então a nossa luta pela água é aqui em Contagem, mas nós entendemos que o que está debaixo da terra,
 2018 que é a água, não tem limite, ela não obedece essa lógica que nós temos para dividir os territórios. Então esta reunião
 2019 aqui, a princípio, é para dar mais uma licença para uma mineradora minerar no Quadrilátero Ferrífero, que é tão
 2020 buscado, que é tão cobiçado por muitas empresas do mundo inteiro. Mas para mim ela é mais um round na luta que
 2021 nós temos, na luta intransigente. E aí nós somos intransigentes mesmo para fazer a defesa da água. Vocês não podem

2022 continuar licenciando pedaços de território como se eles não tivessem nenhuma ligação. É tudo a mesma coisa. Nós
2023 precisamos pensar no conjunto das licenças para minerar na região metropolitana de Belo Horizonte. Essas licenças
2024 que foram dadas até hoje, todas elas, o que elas criaram? Elas criaram uma série de barragens de rejeito de minério,
2025 algumas no nível 3, que estão sitiando a região metropolitana. Nós estamos cercados de barragem de rejeito de
2026 minério. Então as licenças geraram esse tipo de situação. E elas, várias represas que estão no nível 3, que podem
2027 arrebentar a qualquer momento, estão a montante das captações de água do rio das Velhas, da represa do rio Manso
2028 e da represa de Serra Azul. Então só Vargem das Flores, falando novamente, é a única represa que não está no
2029 caminho da lama, caso haja outro rompimento. E agora as mineradoras estão falando que tem uma tecnologia segura
2030 que é essa de empilhar os rejeitos. E que essas pilhas não vão cair. E aí o próprio vídeo que o Renato apresentou
2031 antes já mostra que não precisou de uma chuva como a do Rio Grande do Sul para começar a lavar essas pilhas e
2032 levar esses resíduos, esses rejeitos, para dentro do rio. Então o mundo que não respeitava o caminho das águas, esse
2033 mundo acabou. E no novo mundo que começou quem não respeitar a água vai ser levado ou lavado por ela. E a
2034 mineração tira a casa das águas, gente, pois quando chove o minério absorve essa água, e assim nós temos a água
2035 para todos os usos na sociedade. O uso doméstico é o menor deles. A água, na verdade, é a base da economia. Então
2036 nós não temos uma economia sem água, nós não temos produção de alimentos, nós não temos produção industrial,
2037 o comércio e o serviço dependem da água. Então o funcionamento da sociedade depende da água. Nós não podemos
2038 colocar a água em risco. E nós estamos, na região metropolitana de Belo Horizonte, à beira de um colapso hídrico,
2039 tanto que a Agência Metropolitana encomendou o plano de segurança hídrica da região metropolitana de Belo
2040 Horizonte; e a Copasa precisou fazer um plano de contingenciamento, caso outra represa se rompa, outra represa
2041 de rejeito de minério se rompa. No plano de segurança hídrica, para vocês terem uma ideia, vai ser necessário um
2042 investimento de quase R\$ 7 bilhões em obras e projetos para que a gente continue tendo água na região
2043 metropolitana. Então nós estamos à beira de um colapso, e isso é muito sério. Outra coisa, a Copasa, que fez o plano
2044 de contingenciamento, não é para garantir a fatura de água que a gente tem, abre a torneira na hora que quiser,
2045 toma banho na hora que quiser. Não. Porque se uma captação é atingida, imediatamente, tem que interromper essa
2046 captação, e o plano da Copasa é para garantir um dia de água e dois dias sem água. Então nós não estamos brincando.
2047 Aquilo que a gente achava que ia acontecer em 2030 já está acontecendo. E é por isso que nós estamos aqui para
2048 sensibilizar esses conselheiros, porque tudo isso que eu falei até agora é sem levar em conta a emergência climática,
2049 com as chuvas extremas que estão cada vez mais frequentes. Eu posso concluir?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
2050 Trovão: “Isso que eu ia perguntar à senhora. Eu posso dar mais 1 minuto para a senhora concluir e posso dar mais 5
2051 minutos.” Cristina Maria de Oliveira/sociedade civil: “Mas eu não vou usar o cinco não. Mas acho que com 1 minutos
2052 eu não termino. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos adicionais à Sra. Cristina. Os
2053 conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Cinco minutos adicionais.” Cristina Maria de
2054 Oliveira/sociedade civil: “Obrigada. Então sem considerar a emergência climática com as chuvas extremas que nós
2055 vamos ver cada vez mais frequente. E essas chuvas vão derrubar essas novas tecnologias de empilhamento de rejeito.
2056 Aliás, as nossas leis ambientais não estão adaptadas para emergência climática, é necessário fazer uma revisão geral
2057 dessas leis, porque o mundo é outro, e as leis são do mundo antigo, que já acabou. Por isso é que nós estamos
2058 tentando sensibilizar os conselheiros e as conselheiras para não aprovar mais uma mineração. Tem que pensar todo
2059 o conjunto de projetos minerários, não dá para pensar mais uma mineradora; são todas que já existem. Tem que
2060 buscar entender o impacto desse conjunto de licenças que já foram dadas. Aquela chuva que teve no Rio Grande do
2061 Sul e outras que estamos vendo ao redor do mundo podem, sim, arrebentar as represas de lama, as represas de
2062 água. Lá no Rio Grande do Sul arrebentou foi represa de água. E nós já podemos aguardar também o impacto sobre
2063 essas pilhas porque pelo vídeo do Renato nós já estamos vendo realmente que essas pilhas não aguentam, não vão
2064 aguentar essas chuvas extremas. Então o que estávamos prevendo para 2030, que era a nova agenda urbana, com
2065 os objetivos do desenvolvimento sustentável, aquilo tudo foi por terra. E 2030 já é agora, já chegou 2030, o relógio
2066 do tempo foi adiantado, nós já estamos vivendo a era dos extremos e não estamos falando mais de água para as
2067 próximas gerações, nós estamos falando de água para nós mesmos, para os nossos filhos que já nasceram, não são
2068 nem os netos que ainda estão para chegar. Então eu faço um apelo, para concluir, aos conselheiros e às conselheiras,
2069 que retirem esta licença da pauta de hoje e não deem mais licença para mineração na região metropolitana de Belo
2070 Horizonte. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Jeiza Fernanda Augusta
2071 de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Euler Cruz. Sr. Euler não está na sala. Próximo inscrito, Sr. Aloísio Prince.”
2072 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bem-vindo. Pois não, com a palavra, você tem 5 minutos.” Aloísio de
2073 Araújo Prince/sociedade civil: “Boa tarde para todos. Meu nome é Aloísio de Araújo Prince, eu sou engenheiro civil e

2074 sanitaria, professor universitário aposentado e trabalhei durante 55 anos nessa área ambiental. Inclusive, já fui
2075 conselheiro do COPAM, nos áureos tempos da década de 90, representando a Associação Brasileira de Engenharia
2076 Sanitária e Ambiental, da qual fui presidente na Seção de Minas Gerais. E eu me lembro com muita saudade desses
2077 bons tempos, em que no COPAM a população realmente tinha a palavra, a população realmente estava representada
2078 em número suficiente para participar, efetivamente, das decisões. O que infelizmente não vem acontecendo,
2079 sobretudo neste governo. Nós temos que reconhecer, peço desculpas falar isso, mas foi aparelhado pelo governo
2080 para que vença todas as discussões. Olha a representação, a metade é de órgãos do governo. E eles vão votar contra
2081 o parecer do governo, como disse o Yuri? Não podem, não é, Yuri? Não podem. Depois quem que representa a
2082 população mesmo? Olha eu vejo aqui apenas Dom Hélder, IHMBio e a Zeladoria. A população, só temos três. Isso é
2083 muito triste. E aí o que podemos esperar. O pessoal estava reclamando de que a gente está tumultuando. Olha,
2084 analise por que isso está acontecendo. Porque a sociedade, a população não se sente representada, e a única forma
2085 de ela protestar é realmente vir em número para tentar convencer os representantes do Conselho para fazer alguma
2086 coisa justa, honesta, sincera, necessária. Nós vimos hoje aqui depoimentos eloquentes, tanto de técnicos como de
2087 cidadãos. E eu fico preocupado quando vejo um colega depreciar o depoimento de cidadãos como se eles não
2088 soubessem nada. Que isso? Sabem muito mais, eles têm vivência. Triste, triste, triste. E vimos também, além desses
2089 depoimentos eloquentes, sábios, dos populares, depoimentos importantes de técnicos também. No início, tivemos
2090 gente de peso, professores universitários, uma deputada ativa e atuante. Vimos a Corujo, Maria Teresa Corujo, que
2091 já fez parte do COPAM, que saiu porque viu que não adiantava participar. E vêm falar que a gente não entende nada?
2092 Então eu quero fazer aqui um apelo, sem muita esperança, mas, sei lá, quem sabe Deus ajuda e mova a cabeça dessas
2093 pessoas, dos nossos representantes e conselheiros, para que atenda esse pedido sensato de suspender, de retirar o
2094 projeto de pauta, porque há indícios seríssimos de irregularidades. Essa questão de não ter sido ouvida a comunidade
2095 Manzo, isso é muito sério. E agora vem o pessoal da área técnica da FEAM querer dizer que, com argumentos
2096 burocráticos, que não tem ainda o tal do RTID. Mas ela já está inscrita no Inbra. Isso não tem de ser levado em
2097 questão? O que isso? Que tecnicismo? Que autocracia é essa, que tecnocracia é essa? É uma vergonha. E depois
2098 também apontadas uma série de irregularidades cometidas por essa empresa, e ela ainda vai receber licença para
2099 continuar? Eu pediria mais 5 minutinhos para concluir a minha fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco
2100 minutos adicionais ao Sr. Aloísio. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos
2101 adicionais.” Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: “Obrigado. Não tem nenhum conselheiro aí, estou vendo só a
2102 Maria Eugênia ali. Aliás, o senhor até mudou a maneira de votar porque já sabia que não tem ninguém aí: agora é
2103 ‘permaneçam como estão’. Triste, triste, triste, triste. Então, concluindo, será que não vão ser levadas em questão
2104 as irregularidades, o fato de essa empresa estar sendo objeto de uma ação civil, sendo investigada pela Polícia
2105 Federal? Isso não vai ser levado em conta? Uma pessoa que falou, uma senhora, com a sua sabedoria, disse que a
2106 gente precisa valorizar esse princípio da precaução, ela ainda falou uma frase muito bonita que não é respeitada que
2107 é ‘in dubio pro vitae’. Então se há dúvida, porque foram levantados muitos argumentos apontando dúvidas, e vai se
2108 aprovar? Vamos repetir a Agência Nacional de Mineração, me desculpa seu representante, acho que nem devia estar
2109 aí representando, porque não representa a sociedade. Eles que autorizaram a Empabra, com uma desculpa
2110 esfarrapada de que iam desobstruir drenos. E ficou lá oito meses. E o projeto que era o mais importante, o projeto
2111 de fechamento da mina, está lá engavetado. É essa Agência Nacional de Mineração que saiu uma notícia agora
2112 recente, esta semana, no Uol, de que ela autorizou 870 garimpos em unidades de conservação? Pelo amor de Deus?
2113 Esse senhor aí deveria se declarar impossível de votar, sem direito de votar. Então é isso, é uma vergonha, e eu estou
2114 pedindo pelo amor de Deus, para aqueles que ainda têm uma consciência, que não são dominados pelo governo,
2115 para que votem pela retirada desse projeto de pauta, como, inclusive, uma medida de precaução. Não podemos
2116 continuar sujeitos a ações dessa empresa irresponsável e criminosa, que age em conluio com outras minerações que
2117 atuam ou já atuaram e estão tentando continuar atuando, por isso precisam dar Fleurs lá, para continuar destruindo
2118 a nossa serra do Curral. Pelo amor de Deus, senhores, dê-nos essa esperança. Qual é o problema de se esperar um
2119 pouco mais para se avaliar com mais cuidado essa questão? Por que não? Que Deus nos ilumine e nos ajude, porque
2120 nós estamos cansados de ver a nossa serra do Curral sendo prejudicada por ações irresponsáveis, por órgãos de
2121 governo irresponsáveis que autorizam ações que não deveriam autorizar e prejudicam a nossa serra, a exemplo da
2122 Agência Nacional de Mineração e da SEMAD. Governo federal e estadual em conluio. Então a quem iremos recorrer?
2123 Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Estou vendo que o Cícero e o
2124 Fernando levantaram a mão, pelas citações do Sr. Aloísio, talvez querendo fazer uma réplica. Eu peço desculpa,
2125 Cícero, peço desculpa, Fernando, eu não vou abrir a palavra para os senhores neste momento. Eu vou seguir com os

2126 inscritos. Nós temos muitos inscritos. Se ficarmos nessa situação, a gente não caminha. Os senhores vão ter tempo.
2127 Eu entendo. Cícero, seu microfone está fechado, nós não estamos ouvindo o senhor. Seu microfone está aberto, mas
2128 não está saindo o som. Cícero, entendo que o senhor, a ANM foi citada, entendo o direito que o senhor tem de uma
2129 réplica, mas eu não vou abrir possibilidade de réplica neste momento, em virtude da quantidade de inscritos. Qual o
2130 próximo inscrito? Cícero, eu peço desculpa. O senhor vai ter oportunidade de manifestar. Vamos aguardar os
2131 inscritos. Aí eu passo a palavra para os senhores.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr.
2132 Charles Castro, que já está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Charles, o senhor tem 5 minutos,
2133 podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Charles Castro/Geoline Engenharia: “Boa tarde a todos. O
2134 discurso aqui não é a mineração contra os ambientalistas, o que nós viemos falar aqui é exatamente a verdade. A
2135 Fleurs é uma UTM, ela não é uma mineração de extração. Aqui ninguém está contra a serra, aqui ninguém está
2136 querendo acabar com água, antes pelo contrário. É uma empresa que tem todo o viés, hoje, o viés ambiental dentro
2137 da sua estrutura. A UTM, para quem não sabe, não é extração. Muitos falaram do buraco da serra do Curral, da
2138 extração, da proteção da serra. Ok, mas não é esse o processo em pauta, o que estamos falando é de uma unidade
2139 de tratamento de minerais, que é uma das mais modernas do mundo. O que estamos falando aqui é de um caso
2140 concreto em que o minério pode chegar um minério pobre, justamente dessas barragens que estão sendo
2141 descomissionadas, e juntando com o minério de um teor melhor, sendo um produto final ambiental. Eu evito,
2142 inclusive, extração quando utilizo UTM nesse porte, com essa tecnologia. Então eu gostaria de passar um vídeo, aí o
2143 vídeo real, por que os senhores conselheiros estão licenciando. Não estão licenciando nada em tese, estão
2144 licenciando uma empresa concreta, são mais de 300 funcionários diretos e mais de 1.000 indiretos, são famílias que
2145 estão dependendo de cada um dos conselheiros para continuar vivendo. Sem nenhuma afetação direta à serra da
2146 Moeda, sem nenhuma afetação direta sobre o rio das Velhas, antes pelo contrário, tem todo um sistema de sumps,
2147 de monitoramento dessas águas para que justamente não possam contribuir com o já assoreado rio das Velhas.
2148 Antes pelo contrário. Hoje o programa de controle ambiental da empresa é um dos melhores de Minas Gerais. O que
2149 estamos licenciando é uma das melhores empresas dentro da esfera de unidade de tratamento mineral do Brasil.
2150 Por isso que eu queria colocar o vídeo aqui para desmistificar. Eu não estou falando sobre nenhum entendimento,
2151 sobre nenhum conselheiro, sobre nenhuma tese, sobre nenhum grau de formação de quem falou antes, todos têm
2152 propriedade, só que poucos falaram sobre o tema. Colocaram outros empreendimentos e misturaram o tema. O
2153 tema aqui não é extração minerária e, sim, unidade de tratamento de minério. E para isso, senhor presidente, eu
2154 gostaria de passar o vídeo institucional para que todos saibam o que estão licenciando aqui agora.” Presidente Yuri
2155 Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Charles, o senhor provavelmente vai precisar de prazo adicional. Então coloco em
2156 votação prazo adicional ao Sr. Charles. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, aprovado.”
2157 Charles Castro/Geoline Engenharia: “Vamos começar.” ****Exibição de vídeo**** Charles Castro/Geoline Engenharia:
2158 “Eu queria a atenção de todos para o vídeo, todos, inclusive aqueles que são contra a atividade minerária, que a
2159 gente pôde perceber ali, inclusive, que até o ciclo de água é um ciclo fechado, é reaproveitada a água. Quando vocês
2160 perceberam, após as barragens, a gente tem um sump de contenção. O que isso faz? Faz com que todo o resíduo
2161 fique ao fundo e só a água mais pura vá até o rio das Velhas. Até nisso foi pensado. Aquelas APPs que se encontravam
2162 antropizadas lá atrás, todas foram recuperadas in situ, ou seja, na própria área da Fleurs Global. Quando falaram ‘500
2163 hectares de supressão’, vocês viram, além de linhas de transmissão de alta tensão, a gente ainda incluiu toda essa
2164 área que nem era da Fleurs, que era das concessionárias de transmissão. A gente incluiu na compensação. Por que
2165 foi considerada área no Gandarela, entre Nova Lima e Rio Acima? Porque é a mesma bacia, o mesmo bioma e muito
2166 próxima e dentro de uma unidade de conservação de proteção integral, um dos imóveis mais caros da região
2167 metropolitana, que é Nova Lima. Então a empresa nem poupou esforços nem recursos para compensar a atividade
2168 de supressão que nem foi ela que fez. Então eu peço atenção de todos. Calma, aqui o que a gente está querendo é
2169 licenciar algo digno. Vamos acabar com as fake news em relação à Fleurs. Eu peço atenção de todos, inclusive aqueles
2170 que já falaram e aqueles que ainda vão falar. Tenham consciência do que os senhores estão fazendo. Não estamos
2171 aqui licenciando nenhuma atividade na serra do Curral e, sim, a UTM da Fleurs Global. Eu agradeço a todos pela
2172 atenção. Eu acho que o vídeo fala mais que mil palavras. Muito obrigado. E uma boa tarde a todos.” Presidente Yuri
2173 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
2174 “Sra. Élide Murta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Élide está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de
2175 Almeida/SEMAD: “Não. Nós vamos iniciar agora, senhor presidente, o outro bloco. Eu vou projetar para os senhores.
2176 Próximo bloco de dez pessoas.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Questão de ordem, presidente,
2177 Art. 32, inciso II, combinado com o III e IV.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Cícero.” Conselheiro

2178 Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “São atribuições do conselheiro das unidades colegiadas: debater a matéria
2179 em pauta; requerer informações, providências, esclarecimentos ao presidente. A providência que eu solicito, senhor
2180 presidente, é de apenas 2 minutos, uma fala para colocar no momento correto, antes que passe, um esclarecimento
2181 importante à população.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Pois não, com a palavra.”
2182 Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “O inscrito anterior, o penúltimo, colocou algumas informações
2183 que merecem esclarecimentos. Que a Agência outorgou oitocentos e poucos garimpos em unidade de conservação
2184 de uso integral. A informação é incorreta. Duas coisas: a Agência não outorga garimpos, a Agência outorga títulos de
2185 permissão de lavra garimpeira quando recebe a licença ambiental. E nenhum desses títulos de lavra, de pesquisa,
2186 são outorgados em unidade de conservação de uso integral. A legislação não permite. Os dados corretos são públicos
2187 e estão no site da Agência, no sistema Sigmine. Todos podem consultar. Não consulte site de Uol, como recomendou
2188 esse senhor que falou agora há pouco. Esclarecimentos feitos. E concluí. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri
2189 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço, Cícero. Agradeço também pela brevidade. Agora vamos...” Jeiza Fernanda
2190 Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Sr. Sandoval Filho. Sr.
2191 Sandoval também não está na sala. Sr. Vander Pereira. Não está na sala. Sra. Taciana Souza. Não está na sala. Sra.
2192 Dineia Domingues. Sra. Dineia está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra.
2193 Dineia, tem condições de se manifestar?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Desculpa, senhor presidente,
2194 a Sra. Dineia não está na sala. Confundimos o nome. Sr. Lucas Monteiro. Não está na sala. Sr. Gabriel Castro Rocha...”
2195 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Dineia...” Edneia Aparecida Souza/sociedade civil: “Essa Edneia sou
2196 eu? Souza?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Não. É Dineia Domingues. A senhora ainda não chegou,
2197 Sra. Edneia. É Edneia Aparecida de Souza, não é? É a próxima. Assim que chegar, chamamos novamente. Gabriel
2198 também não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Sra. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na
2199 sala. Sr. Bruno Victor Moreira Ricce. Não está na sala. Senhor presidente, eu vou colocar agora os demais
2200 representantes, vou projetar para registra e vamos iniciar a chamada novamente. Então senhores, o próximo inscrito,
2201 considerando que já finalizamos o outro bloco de dez, é o senhor Elvis Eleno da Silva. Não está na sala. Sr. Gabriel
2202 Araújo. Também não está na sala. Sra. Karen Suzana. Não está na sala. Sra. Ludmila Alves. Não está na sala. Agora,
2203 sim, Sra. Edneia Aparecida de Souza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Edneia...” Edneia Aparecida de
2204 Souza/sociedade civil: “Boa tarde a todos e todas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde. Estamos
2205 escutando a senhora. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Edneia Aparecida de Souza/sociedade civil:
2206 “Boa tarde. Eu estou aqui no hospital aguardando uma consulta e acompanhando a reunião. Eu queria iniciar fazendo
2207 uma pergunta para os conselheiros do COPAM: existe alguma coisa que a gente, enquanto sociedade, enquanto
2208 morador prejudicado, possa fazer para convencê-los do mal que está causando na saúde da gente essa mineração
2209 desenfreada que está ali no Taquaril? Eu sou moradora do Taquaril há 40 anos, está fazendo 40 anos, e quando
2210 mudamos para lá o Estado tinha paralisado as atividades da Empabra, lá em 1970. E desde então a gente estava
2211 construindo um local bacana de morar. E a partir das licenças que foram dadas para recuperação ambiental da região
2212 a vida da gente virou um inferno, gente. Eu queria muito falar com os conselheiros, para tocar o coração deles
2213 mesmo. Se for possível, para vocês fazerem uma visita lá na área de mineração aonde a gente tem as nossas
2214 moradias, aonde as moradias são em condição precária. Porque a gente não recebeu devido investimento que o
2215 Estado deveria fazer para melhorar a qualidade de vida do povo trabalhador que vive naquele local ali, por
2216 autorização do Estado, inclusive. E assim o tanto que tem prejudicado a gente. Se isso não comove, porque a gente
2217 é uma população relativamente pequena para os impactos do que está acontecendo ali, imagina a gente sem água,
2218 Belo Horizonte inteira sem água, região metropolitana inteira sem água. Lá no Taquaril a gente costuma passar dias
2219 e mais dias sem água, num local em que as pessoas não conseguem passar o pano na casa. O pano do minério,
2220 qualquer coisa que a gente vai passar, está ali lotado de minério, na comida, nos brinquedos das crianças, nas roupas
2221 que a gente pendura, na vida da gente. Nós somos obrigados a conviver daquele jeito ali e com uma série de doenças
2222 causadas por essa mineração na vida daquele povo que está ali, principalmente dos mais vulneráveis, crianças, que
2223 já têm problema de saúde, idosos. A gente precisava fazer alguma coisa, a gente precisa ter noção do que comove.
2224 O que comove? Esta é a segunda reunião de que eu participo com o COPAM com relação a essa mineração lá no
2225 Taquaril. A primeira, inclusive, a gente passou um dia inteiro e quase uma noite inteira. Mesmo assim, a gente teve
2226 todos os conselheiros votando a favor das licenças lá para a Tamisa. E agora a gente está aí. Vocês me desculpem, eu
2227 estou, inclusive, emocionada de falar, porque a situação é muito, muito, muito caótica aonde a gente está. E as
2228 pessoas precisam entender. O Estado deu uma autorização para a Fleurs, para a Gute Sicht, aliás, fazer mineração
2229 praticamente dentro da casa da gente, sem consultar a gente. O companheiro Roberto – que eu não conheço, queria

2230 muito parabenizar pela fala, e da Cristina também, que falou das águas –, o Roberto falou lá dessa condição que a
2231 gente vive ali entre Taquaril, entre Belo Horizonte e Sabará, com relação a essa mineração que está sendo feita ali. E
2232 ele mostrou aquelas condições precárias ali. Vocês precisam ir lá para ver o minério escorrendo no nariz das crianças
2233 da gente. Vocês precisam ir lá. Quando a gente está três, quatro dias sem água, e mesmo assim nós não estamos
2234 tratando aqui das mudanças climáticas ainda, nós estamos tratando de uma mineração desenfreada que está
2235 acontecendo nesse local, que é histórico e que condiciona a água da cidade de Belo Horizonte, da metade, de 70%
2236 do povo da região metropolitana. Nós estamos tratando da vida das pessoas que estavam ali trabalhando todos os
2237 dias, e que o Estado colocou essa coisa lá para matar a gente devagar, como está acontecendo. A gente precisa de
2238 resposta, a gente precisa de apoio, a gente precisa de pessoas que nos enxerguem como cidadão de direito naquele
2239 local ali. E aí eu estou aqui pedindo, por favor, por favor, gente, não cometa mais essa atrocidade com a gente. Por
2240 favor, vamos pensar com responsabilidade. Nós não somos contra a mineração, nós somos contra mineração ali
2241 naquele local.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Edneia, se a senhora quiser se manifestar, eu tenho
2242 que colocar em votação prazo adicional. Provavelmente, a Sra. Edneia quer falar mais um pouco, então coloco em
2243 votação o prazo adicional... Eu vou colocar um prazo adicional para a senhora. Senhores conselheiros, prazo adicional
2244 de 5 minutos para a Sra. Edneia. Os que concordarem permaneçam como estão. Ok, coloca 5 minutos, deixa a Sra.
2245 Edneia se manifestar. Continua, Sra. Edneia.” Edneia Aparecida de Souza/sociedade civil: “Eu agradeço muito o prazo
2246 adicional. Eu já estou encerrando, não vou gastar os 5 minutos. Eu quero aproveitar esse prazo adicional para repetir
2247 o meu apelo em nome da vida, em nome das águas, em nome não é nem do futuro que estamos falando, estamos
2248 falando é do hoje, porque hoje é que nós estamos impactados. Por favor, repensem o voto de vocês, repensem com
2249 responsabilidade porque nós estamos falando é de muitas vidas, não é só a das pessoas que moram ali naquele lugar,
2250 no Taquari, que está impactado pelas ações que estão sendo tomadas e deliberadas, inclusive, ajudadas pelo Estado
2251 e que prejudicam a vida da gente. Muito obrigada. Boa tarde para todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
2252 “Agradeço a participação da Sra. Edneia. Dando continuidade.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
2253 “Próximo inscrito, Sr. Guilherme Braga. Não está na sala. Sra. Daniela Amaral. Também não identificamos. Adalci
2254 Righi. Não está na sala. Dayse Horta Diniz. Não está na sala. Marina Alves. Marina Alves está na sala, senhor
2255 presidente.” Marina Alves/sociedade civil: “Boa tarde. Posso iniciar a minha fala?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
2256 Trovão: “Boa tarde. Sra. Marina. Pode, sim, estamos ouvindo e vendo a senhora. A senhora tem 5 minutos, podendo
2257 ser prorrogados. Pois não.” Marina Alves/sociedade civil: “Boa tarde a todos os conselheiros e boa tarde a toda a
2258 população que está aqui presente hoje. Primeiramente eu gostaria de manifestar meu descontentamento com
2259 relação a haver um Conselho que restringe o acesso das pessoas à sala de expressão do que a gente veio aqui falar,
2260 como uma clara tática de desmobilização. Tanto que a gente vê muita gente que foi inscrita que não está aqui para
2261 falar o que veio dizer. É uma pena que isso aconteça, mas eu acredito que isso reforça a relevância do que a gente
2262 veio aqui discutir e a importância da manifestação popular quanto ao crime que está sendo investigado em relação
2263 à mineração da Global. Em segundo lugar, eu também gostaria de manifestar que esse licenciamento deve ser
2264 repensado quanto a sua votação hoje, diante da falta de um diálogo prévio com a comunidade do quilombo Manzo,
2265 que é um preceito básico, conforme colocado pela Convenção 169 da OIT. Não é possível seguir adiante com esse
2266 tipo de licenciamento sem cumprir esse rito. E eu gostaria de dizer também que, diante disso, não me surpreende o
2267 desrespeito que os representantes da Global vieram aqui demonstrar para com a população, indicando que a gente
2268 não sabe do que se trata o empreendimento ou que a gente não sabe das implicações. A população é quem vive o
2269 ônus da mineração, não é a gente que recebe os bônus via participação nos lucros no final do ano. Então a gente
2270 sabe muito bem do que se trata e a gente merece respeito. O Brasil é o país que mais mata ambientalistas, e isso não
2271 é porque a gente não sabe do que a gente está falando. Porque a gente sabe. E é porque a gente denuncia, enfrenta
2272 e luta contra esses crimes que são cometidos tanto contra o meio ambiente, contra todos nós, porque a gente é
2273 parte disso. Então eu gostaria de levantar uma questão para vocês que é sobre que tipo de mineração que vocês
2274 estão dispostos a incentivar em Minas Gerais. Porque a gente tem inúmeros casos de mineração ilegal aqui, esse não
2275 é o primeiro, certamente não vai ser o último. E eu acho importante frisar que a mineração ilegal não gera retorno
2276 econômico para a sociedade. Muito pelo contrário. A gente tem os maiores crimes de rompimento de barragem aqui
2277 em Minas Gerais e a gente sabe muito bem qual que é a consequência do cometimento de ilegalidades na atividade
2278 minerária. Então eu acredito que uma empresa que está sob investigação por cometimento de ilegalidades não
2279 merece que essa discussão siga antes que essa investigação seja concluída. Como é que a gente vai dar um
2280 licenciamento para uma empresa que está sob investigação de desrespeito às leis ambientais? A gente está
2281 esperando o quê? Mais desastres, mais crimes, mais assassinato de pessoas sob o discurso de gerar emprego? Tem

2282 muita gente trabalhadora que não é trabalhadora de mineração e que precisa de ter acesso à água, precisa de ter
2283 acesso a mínimas condições de vida, e essas pessoas geralmente não estão em discussão quando a mineração está
2284 falando do licenciamento dela. Então eu gostaria de saber quanto vocês estão dispostos a aceitar esse tipo de
2285 comportamento ilegal e licenciar para essas mineradoras que não respeitam minimamente a legislação ambiental. E
2286 eu gostaria também de reforçar aqui, como já foi dito por outros participantes, eu não recebi nenhuma mensagem
2287 instruindo a tumultuar a reunião. Se por acaso essa mensagem realmente circulou, eu acho que a gente deveria
2288 questionar o quanto este Conselho está sendo representativo da sociedade. Porque se a gente precisa tumultuar, se
2289 a gente precisa reiterar a fala dos colegas é porque estamos precisando somar as nossas vozes para ser ouvido por
2290 um Conselho, que, como já foi dito, tem pouquíssimos representantes da sociedade civil. É um Conselho que está
2291 sendo cooptado pelo governo. Então eu acho que precisamos questionar o quanto que essas justificativas
2292 tecnocráticas estão servindo, de fato, aos interesses da sociedade ou elas estão apenas ocultando uma questão séria
2293 que a gente vem aqui discutir e que continua se repetindo de forma indiscriminada, que é crime ambiental num
2294 Conselho de Política Ambiental. Então nós precisamos rever o que está norteando um Conselho de Política
2295 Ambiental, se são a legislação ambiental e o interesse da sociedade ou se é só um lobby de governo. Muito obrigada.”
2296 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Marina. Próximos inscritos.” Jeiza
2297 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Yula Fernanda. Não está na sala. Sra. Olímpia Leal. Não está na sala. Sr.
2298 Antônio Wilson Malta. Não está na sala. Sr. Sandoval está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de
2299 Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, tem condições de se manifestar? O senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.”
2300 Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Boa tarde, senhor presidente, boa tarde, conselheiros, a quem estiver
2301 ouvindo, assistindo esta reunião. Sandoval, falo aqui de Congonhas, pelo Instituto Histórico e Geográfico de
2302 Congonhas, Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas e a União de Associações Comunitárias de
2303 Congonhas. Eu estou assistindo à reunião desde cedo, um licenciamento confuso, com tantas dúvidas, com tantas
2304 questões jurídicas apontadas, a exemplo do que aconteceu no licenciamento da Tamisa, que a gente participou
2305 também, falamos, tivemos a oportunidade de falar. Estou antevendo, senhor presidente, que caso esse processo não
2306 seja hoje baixado em diligência é mais um, com toda a certeza, que vai parar na Justiça. E deve se primar também
2307 pela segurança jurídica tanto do empreendedor quanto do Estado. Eu acho que é um caso a ser bem pensado, e que
2308 as perguntas que foram feitas até agora sejam respondidas objetivamente, para evitar esse tipo de coisa. Então eu
2309 acho que o melhor seria, devido ao volume de informações que estão sendo demandadas, devido ao número de
2310 questões técnicas, questões jurídicas indicadas nesse momento, o ideal seria de fato... A gente não tem prerrogativa
2311 nem de solicitar a vossa senhoria a baixa em diligência, mas queremos sensibilizar os demais conselheiros para que
2312 este Conselho vote por isso. Não sei se é possível, já foi pedido com muito fundamento por um dos conselheiros que
2313 seja baixado em diligência em razão da não realização da consulta livre, prévia e informada ao quilombo Manzo, que
2314 é uma exigência do licenciamento. É óbvio, isso vai ser discutido na Justiça com toda certeza. Daqui a pouco tem
2315 prefeitura, tem MPF, tem o Ministério Público Estadual. Inclusive, na ação civil pública, o próprio Ministério Público
2316 Estadual classificou esse empreendimento como ilegal, com um licenciamento eivado de vícios, portanto, nulo. Então
2317 uma estranheza tremenda do prosseguimento regular desse licenciamento. Que me perdoem os representantes da
2318 empresa que fizeram as suas falas, até de certa forma desqualificando quem está falando em nome da sociedade
2319 civil, quem está falando aqui tem o mesmo direito de falar da empresa. E óbvio, nós vamos ouvindo a empresa,
2320 ouvindo os representantes de governo. Está certo, aqui é um espaço que é feito para ser democrático, que é feito
2321 para ser preventivo, e sustentamos que este espaço não está sendo preventivo, porque nós já ouvimos várias vezes,
2322 em outros processos de licenciamento, dizer que aqui não se trata de risco. E risco tem que ser tratado. Uma pilha à
2323 margem do rio das Velhas. A pilha da Vallourec na margem da BR-040 dissolveu aqui e saiu carregando carros. Agora
2324 lá no rio das Velhas tem que se considerar os riscos, sim, tem que se considerar porque eles têm implicações também
2325 de cunho ambiental, de cunho de abastecimento de água, de segurança e tudo. Então o risco não poderia, de forma
2326 nenhuma, ser afastado da análise desse licenciamento. Então onde que está a avaliação de risco? O representante
2327 da empresa falou que estão chegando análises de 100 anos, de 500 anos, me parece. A análises de eventos críticos,
2328 o tempo de recorrência, o representante da empresa falou há pouco. O tempo de recorrência das chuvas que têm
2329 atingido ultimamente o mundo, os extremos de chuvas, está com tempo de recorrência, segundo Julio Grillo, que é
2330 um pesquisador muito dedicado nessa área, tem acompanhado tudo, está dando tempo de recorrência de 140.000
2331 anos. O representante da empresa, eu o ouvi falar, o primeiro representante que falou há pouco, falou em 500 a
2332 1.000 anos. São 140.000 anos que está acontecendo na realidade. Então alguém disse aí também que as nossas leis
2333 estão inadequadas, que as pilhas não estão devidamente normatizadas. O licenciamento não considera – isso vale

2334 para este quanto para os licenciamentos feitos em Congonhas, em Mariana, em Brumadinho, em qualquer lugar em
2335 Minas Gerais inteira –, o licenciamento não está considerando a questão de impactos sinérgicos, cumulativos. Um
2336 território em que se licencia... Presidente, eu não estou vendo meu tempo...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
2337 Trovão: “Sr. Sandoval, acabaram os 5 minutos. O senhor precisa de tempo adicional de 5 minutos?” Sandoval de
2338 Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Sim, preciso, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloco em
2339 votação 5 minutos adicionais ao Sr. Sandoval. Os que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos. Coloca
2340 mais 1 minuto por mim: 6 minutos para o Sr. Sandoval. Pois não, Sr. Sandoval.” Sandoval de Souza Pinto
2341 Filho/sociedade civil: “Muito obrigado pela extensão. Então nós temos visto as consequências da aplicação da política
2342 ambiental em Minas Gerais refletidas na decisão deste Conselho aqui nas comunidades. Venham aqui a Congonhas
2343 para ver hoje à tarde, passa o dedo aqui na televisão de manhã, passa o dedo na televisão de tarde, limpa a televisão
2344 na hora do almoço, chega de tarde, está empoeirada. O que a Sra. Edneia falou a respeito do Taquaril, pode vir aqui
2345 em Congonhas que é tudo a mesma coisa. Ampliada, óbvio, que aqui tem um megapolo de mineração, um
2346 megaempreendimento. Agora o que acontece? Foi concedida a licença para um empreendimento igual esse da Fleurs
2347 agora, chega uma dessas grandes aí, das gigantes, e compra, vira um ativo minerário que vai acabar virando um
2348 complexo. Dado que as expansões não têm limites. O processo fica encostado, processo de revalidação de licença,
2349 fica encostado, igual está de tantas aí na SEMAD. E sobre isso eu gostaria de ouvir alguma coisa também da área
2350 jurídica, se for o caso. Fica encostado, e as empresas vão licenciando, vão licenciando fragmentado. A fragmentação
2351 acontece, o que era pequenininho, o que era um empreendimento pequeno, mínimo, igual está ‘bonitinho’ o da
2352 Fleurs, é uma UTM e tal, falou que não vai lavrar, mas vai tratar. Se vai tratar e vai gerar rejeito, vai empilhar e vai
2353 fazer tudo, que diferença que tem? A lavra está acontecendo em outro lugar. Ou até alguém aventou a possibilidade
2354 de receber minério ilegal. É óbvio que para falar isso tem que provar. Mas é complicado. Isso perto de comunidades
2355 que já estão sendo afetadas, se as externalidades não estão sendo devidamente controladas, do jeito que está hoje,
2356 como ampliar, como licenciar? Como licenciar o empreendimento que a polícia está lá todo dia, que a prefeitura
2357 para, que Polícia Federal, Ministério Público e tudo? Tem que baixar em diligência e passar a limpo. O termo é esse,
2358 passar a limpo essa situação antes de licenciar. Então fica o pedido, reitero, reforço, reitero as falas anteriores de
2359 todos os colegas. Peço aos representantes da empresa e da equipe técnica que expliquem direitinho essa questão
2360 de tempo de recorrência de eventos de chuva, que eles falaram em 500 a 1.000 anos, e o real está em 140.000 anos,
2361 o real no mundo. Se tiver algum erro nesse dado, que nos expliquem. Eu recebi essa informação agora. E também
2362 que as questões jurídicas, esse licenciamento não prossiga de forma alguma enquanto não estiverem dirimidas todas
2363 essas questões jurídicas que pendem sobre ele. Porque de ontem para hoje ficou tudo certinho, passou um vídeo
2364 com musiquinha, filtragem, tudo ótimo. Beleza, está legal. Agora, e o histórico dessa empresa? O que vem
2365 acontecendo? Como ela vem se portando perante a população, como ela vem se portando perante... O Fernando
2366 Benício, da Zeladoria do Planeta, colocou no chat ‘quem passou informação de 140.000 anos’. Quem passou foi o
2367 Julio Cesar Grillo, ex-superintendente do Ibama em Minas Gerais. Se precisar depois, senhor presidente, de algum
2368 reforço dessa informação, a pedido do conselheiro, que o senhor tem abertura para chamar de novo, eu posso
2369 passar, caso seja possível, durante a reunião. Eu vou pedir ao Julio a fonte e passarei o que me foi informado no
2370 decorrer da reunião. Portanto, ao Sr. Fernando Benício, que está representando a sociedade civil no Conselho e que,
2371 inclusive, assinou um relatório de vista em conjunto com a Fiemg e com a outra entidade – Ciemg, sei lá qual que é,
2372 não sei –, votando a favor de prosseguir o processo de licenciamento, acho que o senhor deveria também, sugestão,
2373 repensar esse posicionamento depois de ter ouvido aqui partes legítimas. Porque não tem ninguém aqui com
2374 molecagem. Eu não estou, tem um monte que não está, está cheio de gente que não está com molecagem. Embora
2375 o pessoal da empresa tenha chegado aí e tentado criar um antagonismo, dizer que nós estamos demonizando a
2376 mineração, não tem ninguém contra mineração, nós estamos contra poeira, nós estamos contra poluição de água,
2377 nós estamos contra risco de desabamento de pilha, de rompimento de barragem. É contra isso que nós somos, nós
2378 somos contra a mineração descontrolada, nós somos contra a mineração predatória. Aliás, não só mineração,
2379 senhores conselheiros, qualquer tipo de atividade que não tenha a sua função social preenchida. Inclusive, está no
2380 Art. 170 da Constituição, que a livre iniciativa é garantida pela Constituição. No entanto, ela tem que respeitar as
2381 questões ambientais, tem que respeitar o direito assegurado pelo Art. 225 da Constituição, que o meio ambiente
2382 sadio para todos, para as futuras gerações. Onde que nós estamos preocupados hoje, gente? Minas Gerais inteira,
2383 põe a mão na consciência. Onde que nós estamos preocupados com solidariedade intergeracional? Onde que nós
2384 estamos preocupados, onde que está se expressando solidariedade intergeracional, em lugares em que cavas de
2385 mineração estão tomando conta de nascentes e começando mineradora a bombear água para o sistema público, e

2386 poeira não tem controle, prefeitura está tendo dinheiro para poder contratar institutos de pesquisa...” Presidente
2387 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, me desculpa ter que interromper. Os 11 minutos que foram dados para
2388 o senhor estão expirados.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Perfeito. Muito obrigado pela
2389 oportunidade. Se o senhor entender que deve esclarecer essa questão que o Sr. Fernando Benício colocou no chat...”
2390 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu chamo o senhor.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Muito
2391 obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a presença do senhor e as manifestações.
2392 Encerramos assim com os inscritos. Todos os inscritos que quiseram se manifestar e que estavam presentes já se
2393 manifestaram. Agradeço imensamente os debates, as formas como que foram tratadas, algumas de forma mais
2394 exacerbada ou não, mas tivemos umas boas informações. Entendo que a equipe da DGR fez as anotações devidas e
2395 irá responder prontamente todos aqueles questionamentos. Antes de passar para a equipe da DGR, houve um ponto
2396 que foi levantado por um inscrito em relação aos programas, ao Zoom, capacidade de pessoas no Zoom. Eu não
2397 tenho a capacidade de estar explicando, então vou passar para o Felipe, que é da TI, fazer as informações devidas.
2398 Pois não, Felipe.” Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Boa tarde, senhores conselheiros. Respondendo ao
2399 questionamento do Sr. Felipe Gomes, que indagou, abre aspas: ‘O Estado teria outra plataforma com maior
2400 capacidade para realizar as reuniões?’ Antes de responder, duas pequenas correções. O Zoom não é uma plataforma,
2401 é um aplicativo. E ele também mencionou o número de cem pessoas. Eu entendo ele mencionar esse número porque
2402 realmente, no passado, trabalhávamos com uma capacidade de cem pessoas, porque dimensionamos esse número
2403 como base no que tínhamos no momento de participação, que dificilmente superava esse número. Porém, com o
2404 passar do tempo, o crescimento da participação da sociedade civil através das reuniões remotas, nós
2405 redimensionamos a nossa capacidade para que pudéssemos receber um grupo maior de pessoas e hoje trabalhamos
2406 com um total de 300 pessoas. A capacidade do Zoom hoje é de 300 pessoas. Dito isso, indo direto à resposta da
2407 pergunta dele: sim, o Estado tem um aplicativo que poderia comportar um número maior de pessoas, que é o
2408 Microsoft Teams. Porém, nós não utilizamos ele, por vários motivos. O primeiro motivo pelo qual nós não usamos o
2409 Microsoft Teams é porque ele é um aplicativo que demanda muito mais capacidade de processamento e ocupa muito
2410 mais espaço na memória RAM. Falando numa linguagem menos técnica, é um aplicativo muito mais pesado. Ou seja,
2411 a pessoa para poder utilizar o aplicativo do Teams teria que ter um computador ou um notebook ou um smartphone
2412 mais poderoso, que tem maior capacidade. Ou seja, afastaríamos as pessoas de classes menos abastadas, as pessoas
2413 mais humildes. E nós nunca deixamos de medir esforços para sermos o mais democrático possível e atingir o maior
2414 número de pessoas possíveis. Por isso, nós não usamos o Teams. O segundo motivo é: o Teams, para ser usado
2415 através do celular, exige que a pessoa crie uma conta na Microsoft, o que é um problema para nós do Estado dizer
2416 ao cidadão: ‘Você tem que criar uma conta numa empresa privada, de terceiros, para poder participar de uma
2417 reunião pública. Nós não podemos fazer isso. Já o Zoom não exige que a pessoa crie uma conta em qualquer tipo
2418 para poder entrar, ingressar na reunião. E novamente, se você observar, a maioria das pessoas que participaram aqui
2419 hoje já participaram através de celular. Isso é fácil de perceber, é só ver que a câmera fica na posição vertical. Hoje a
2420 maior forma de inclusão digital é através dos smartphones. Se nós virarmos para as pessoas e falar ‘olha, pelo
2421 smartphone você não participa’, nós estaremos sendo totalmente antidemocráticos. Por fim, ele também questionou
2422 por que nós mandamos o ID e senha e não o link. O motivo é muito simples, muitas pessoas baixam o Zoom somente
2423 no momento em que elas vão participar da reunião do COPAM. Não faz sentido um cidadão comum, que não
2424 participa de videoconferências, querer ter o zoom com o celular dele. Se ele entrar pelo link, ou seja, ele nunca
2425 participou de uma reunião e entrar pelo link, não haverá um nome que o Zoom conheça para poder colocar. Então
2426 ele vai entrar com o nome do dispositivo dele. Aí acontece de aparecer aqui na nossa sala de espera ‘Galaxy’,
2427 ‘Samsung’, ‘iPhone’, e nós não fazemos a menor ideia de quem seja a pessoa, dificultando que a pessoa participe.
2428 Então nós colocamos o ID e senha porque, quando ele é obrigado a digitar o ID e senha, ele também é obrigado a
2429 digitar um nome, o que facilita que ele se identifique corretamente. Por fim, a aceitação parcial dos participantes
2430 também é uma questão técnica, pois imagina uma reunião com 300 pessoas aqui dentro. Para mim, não há problema
2431 nenhum, estou equipado com um bom computador para fazer isso. Mas uma pessoa com um celular simples ou um
2432 computador simples não vai conseguir, o celular dela vai travar, o computador dela vai travar, o aplicativo vai fechar,
2433 e a pessoa vai ficar caindo. Nós não queremos isso, queremos que as pessoas entrem e tenham uma participação
2434 estável, faça sua manifestação sem interrupção, como nós tivemos na maior parte do tempo aqui. E é por isso que
2435 nós fazemos a entrada das pessoas em grupos. Isso garante que todos, inclusive aqueles que possuem dispositivos
2436 simples, possam participar da reunião de forma democrática e inclusiva. Esses são os motivos pelo qual nós optamos
2437 por usar o Zoom, optamos por fazer a reunião dessa forma, com essa dinâmica. Muito obrigado, senhor presidente.”

2438 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço ao Felipe pela excelência na explicação e no conhecimento.
2439 Antes de passar a palavra à equipe da DGR para as explicações, eu vou passar a palavra ao Conselho e logo na
2440 sequência para a equipe da DGR. Alguma ponderação pelo Conselho neste momento, destaque, antes de passar para
2441 a equipe? Pois não, Heleno, Fernando. Eu vou começar com o Fernando, Heleno, e depois eu passo para o senhor.
2442 Pois não, Fernando. Depois para o Heleno.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta:
2443 “Obrigado, senhor presidente. Fernando Benício, representando a sociedade civil através da Zeladoria do Planeta. Eu
2444 gostaria só de manifestar a todos os presentes que os conselheiros aqui estiveram presentes, mesmo com a câmara
2445 desligada ou não, desde as 9h da manhã, quando se iniciaram esses trabalhos. Até mesmo antes, pois estávamos já
2446 conectados no servidor. Antes mesmo disso, gostaria de salientar que todos os conselheiros receberam,
2447 antecipadamente, do Sisema, toda a documentação e debruçou, especialmente, sobre esse processo, fazendo a sua
2448 leitura na íntegra e analisando todos os aspectos técnicos, sociais, ambientais. E que também realizamos visita
2449 técnica e realizamos um parecer de vistas, com muita honra, feito em conjunto com o Ciemg e o Sindiextra. Isso
2450 representa a unidade de todos os setores na busca pelo meio ambiente equilibrado. Mais algumas informações,
2451 senhor presidente, colocadas no âmbito do calor muitas vezes tendem a ultrapassar os limites do bom senso e da
2452 razoabilidade. E eu reitero novamente que aqui nós ouvimos todos com muita atenção, com muito carinho. Algumas
2453 colaborações muito importantes que a equipe vai responder agora. E que nós também estaremos atentos para tomar
2454 a nossa decisão com relação ao voto, não baseado no sentimentalismo, não baseado no que se refere a achismos,
2455 mas simplesmente baseados no processo em si, que é o que eu estou aqui para ver. Eu não estou aqui para julgar
2456 atos de uma empresa ou de fulano ou de ciclano, isso não me cabe. Me cabe analisar o processo que me foi colocado
2457 e no qual eu me debrucei, o qual eu visitei e verificar as questões ambientais como um todo e não simplesmente no
2458 que interessa a A, B. Eu escutei a sociedade, vou escutar agora a equipe técnica. Muito obrigado, senhor presidente.”
2459 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Fernando. Heleno, pois não.” Conselheiro
2460 Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, houve algumas perguntas direcionadas à
2461 minha pessoa, e colocar também algumas observações às pessoas que falaram aqui, que se cadastraram para falar.
2462 O meu primeiro posicionamento é para a Sra. Katia Lopes. Ela citou sobre animais, enfim, outras coisas. Vai ser bem
2463 amplo. Vou ser bem sucinto nas minhas falas. Só dizer que o Instituto Heleno Maia hoje abriga 241 animais vítimas
2464 de desastres ambientais, vítimas de crueldade humana e também vítimas de apreensão. E quero dizer que 40%
2465 desses animais que estão lá comigo hoje são vítimas da mineração. Rompimento da barragem de Brumadinho,
2466 rompimento da barragem de Mariana, enfim, estão lá com a gente hoje. Então que eu também sou a pessoa atenta
2467 à questão de animais. Quanto à Carolina Laboissiere, que me questionou como que a sociedade poderia contribuir
2468 já que não tiveram acesso ao EIA/Rima, primeiro que o EIA/Rima é um documento público, principalmente quanto
2469 ao licenciamento ambiental. Se ela requisitou ao Estado ou à própria empresa o EIA/Rima, e ele não foi concedido
2470 para ela, aí sim comete uma infração. Mas eu acredito que ela não deve ter solicitado isso para o Estado, que jamais
2471 deveria ter negado isso para ela, como também a própria empresa também não teria negado esse tipo de documento
2472 para ela. Agora, outro cidadão que veio aqui falar, Sr. Vinícius Papatella, o sujeito vem aqui, senhor presidente, e diz
2473 o seguinte, já fala, ataca os conselheiros, literalmente. Algo que precisamos mudar no Regimento Interno é isso, os
2474 ataques, que eu acho que o conselheiro não está aqui para ficar ouvindo ataque de nenhum inscrito independente,
2475 estamos aqui para ser respeitados, assim como para respeitá-los também, como nós os respeitamos aqui, demos a
2476 eles o tempo que foi preciso dar, os 11 minutos; foram 5 minutos, o senhor deu mais 1 minuto, o Conselho aprovou
2477 mais 5 minutos. Então por unanimidade em momento algum nós cercamos a fala deles aqui. Aí o sujeito vem cá e diz
2478 o seguinte, após nos atacar, ele vem e diz o seguinte: ‘Eu já sei o que vai acontecer, eu já sei’, como se fosse uma
2479 ‘Mãe Dináh’. Então já sabe o resultado da votação, enfim. Aí eu fico a imaginar, me pergunto para mim próprio e
2480 também para vocês, para os senhores o seguinte: ‘O que ele veio fazer aqui então? Por que ele perdeu o tempo dele
2481 de vir aqui à reunião da CMI e fazer qualquer questionamento, já que ele já sabe o resultado que vai ser, já sabe o
2482 que vai ser votado e como vai ser o voto de cada conselheiro? Eu acho que é desnecessário esse tipo de coisa. Outra
2483 senhora que veio aqui fazer uso da palavra, ela disse que era para nós votarmos com amor, com coração e com
2484 responsabilidade e não pensarmos que vamos sair daqui com o bolso cheio. Foi a Sra. Cynthia Camargo. Veja bem,
2485 quero esclarecer para essa senhora que eu, independentemente, do meu voto aqui, se for favorável, contrário ou
2486 abstenção, esse voto está sendo feito de acordo com a minha consciência. Eu não entro nesta reunião e nem saio
2487 desta reunião com sequer nenhuma tratativa financeira com qualquer outro, com qualquer outra empresa. E
2488 também não recebo nem um centavo de qualquer empresa em troca de votos aqui neste Conselho. Deixo isso claro
2489 para ela, que foi elegante dizer isso para a gente. E por último, senhor presidente, ao Sr. Aloísio Prince. Eu fico triste

2490 e fico assim intrigado, sabe, eu cursei três faculdades, senhor presidente, e passei por vários professores
2491 universitários. Quando eu vejo um senhor já com a sua idade considerável e um currículo de professor de
2492 universidade, com o conhecimento para ser um professor de universidade, principalmente da UFMG, ele tem que
2493 ter um currículo agradável, desejável, vir aqui atacar, de forma covarde, nós conselheiros e de forma baixa. Porque
2494 isso eu não acho que é uma atitude de um professor universitário. Ainda que não fosse um professor universitário,
2495 que fosse apenas um cidadão comum. Dar um exemplo disso. E viria aqui e tratar com todo respeito a nós
2496 conselheiros. Aí vem também dizendo aqui que já sabe o voto de cada um, sabe o que cada um vai votar e tudo.
2497 Então eu não sei ainda, a mesma pergunta, fico a imaginar por que um sujeito desse vem aqui no COPAM então
2498 participar desta reunião já que já sabia o resultado que vai ser, já sabe como vai ser o voto dos conselheiros. Se você
2499 já sabe que vai ser como ele disse aqui, entre aspas, 'que vai ser aprovado', então para que ele vem perder o tempo
2500 dele aqui? Agora, um sujeito na idade que já se encontra, um sujeito com o conhecimento que tem, não aprendeu a
2501 respeitar um cidadão até hoje, aí que não vai aprender mesmo. Então é perda de tempo a gente discutir referente a
2502 isso. Mas eu não poderia deixar de falar isso, sabe, senhor presidente aqui e deixar bem claro: eu voto de acordo
2503 com a minha consciência, eu faço relatório de acordo com a minha consciência. Aqui eu não sou induzido por
2504 qualquer outra pessoa nem que seja por questões de amizade e nem por questões financeiras. Então isso é bem
2505 claro, deixar bem claro aqui para responder a algumas pessoas que aqui vieram nos atacar. Muito obrigado. Só
2506 reiterando, senhor presidente, que a gente precisa realmente alterar ou acrescentar ao Regimento Interno a
2507 proibição de um cidadão chegar aqui e atacar o conselheiro. Acho que ele pode chegar aqui e expressar o seu
2508 posicionamento, o seu pensamento e dizer o que ele acha do empreendimento, enfim, dentro da parte técnica. E se
2509 não for técnico, se não conseguir expressar na parte técnica, que se expresse da forma sentimental, mas sem atacar
2510 os conselheiros que estão aqui, atentamente, que estão aqui tratando com maior respeito e maior carinho a
2511 sociedade. Aí um desavisado, talvez até por questões políticas, vem aqui atacar as pessoas ou para vir cá fazer política
2512 para atacar as pessoas. Então senhor presidente, isso já é e já se tornou inaceitável. Então nós precisamos pensar e
2513 repensar e propor. Isso eu vou propor, inclusive, no Plenário do COPAM, a alteração ou acrescentar esse artigo no
2514 nosso Regimento Interno. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço
2515 a manifestação do Sr. Heleno. Ainda com o Conselho, antes de passar para a equipe. Cícero, pois não?” Conselheiro
2516 Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Obrigado pela palavra, presidente Yuri. Eu faço ao conselheiro Heleno, o
2517 colega colocou bem a finalidade deste Conselho, que é debater o assunto em pauta, e a importância do respeito que
2518 as pessoas têm que ter na hora de se manifestar. Nós vemos algumas pessoas com as explicações simples, mas de
2519 boa-fé, a gente respeita essas pessoas, mas vimos pessoas aqui autodenominadas professores universitários, pessoas
2520 de idade atacando diretamente o Conselho e, especificamente, alguns conselheiros. O Sr. Aloísio, por exemplo, se
2521 referiu aqui de forma desrespeitosa, e eu, enquanto representante aqui da Agência de Mineração, representando os
2522 diretores e tudo mais, não posso admitir aqui ilações de quem quer que seja quanto à atuação da Agência. Porque
2523 todos os dados, tudo que a Agência decide é público. Nos últimos cinco anos, o nível de publicidade e transparência
2524 só tem aumentado. Então esse senhor chegou ao absurdo de desinformar a população com base em matéria do Uol,
2525 que é site jornalístico que não sabe nada de mineração. Fez acusações aqui, inclusive, diretamente falando que a
2526 Agência deveria se declarar impedida. Ora, a Agência de Mineração só é favorável à mineração sustentável, à
2527 mineração com responsabilidade. Ela faz a regulação do setor mineral no interesse da sociedade brasileira. Assim,
2528 mesmo ocupando uma cadeira governamental, a Agência de certa forma é um representante também da sociedade
2529 civil, um representante qualificado, na medida que todas as suas decisões, resoluções, portarias têm participação
2530 popular ampla. Todo mundo. Se o Sr. Alísio tivesse estudado antes de desinformar as pessoas aqui, ele saberia que
2531 nós temos o procedimento de análise de impacto regulatório. Tudo que a Agência faz tem um estudo prévio, e todo
2532 mundo participa, a população participa, opina. O grupo técnico que analisa situações específicas para gerar uma
2533 resolução, por exemplo, ouve a população. São pessoas que estão no dia a dia, são pessoas que estão na rua, que
2534 vão às padarias, acessíveis a todo mundo. Então eu faço aqui esta fala repudiando essas desinformações e convido
2535 as pessoas que estão nos ouvindo a acessar o site da Agência, acessar os sistemas da Agência de áreas, o sistema de
2536 barragem, o sistema de recolhimento de Cefem dos royalties, os mapas. Que tudo isso é público, e cada cidadão que
2537 está nos ouvindo é um agente apto a estar acompanhando a mineração no seu município. E que a transparência é
2538 tamanha que não tem como esconder nada da população. Então eu faço aqui esse coro com o colega Heleno e
2539 também apoio a sugestão dele de que demos algum andamento para melhorar o Regimento Interno com vistas a
2540 impedir falas desrespeitosas e que também sirvam apenas para catimbar, para atrasar o nosso trabalho aqui. Muito
2541 obrigado. E fica aqui o convite para acessar esses slides. E o agradecimento pela explicação do colega Heleno.”

2542 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda
2543 Barbosa/ANM: “Eu gostaria, presidente, que essas minhas observações constassem na ata.” Presidente Yuri Rafael
2544 de Oliveira Trovão: “A transcrição vai ser feita de forma integral, todas as discussões, todas as falas e
2545 questionamentos serão transcritos de forma integral. Mais algum conselheiro? Não? Eu passo para a equipe da DGR
2546 então, eu chamo o diretor, Dr. Vitor Salum. Pois não, Vitor.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Obrigado, senhor
2547 presidente, pela oportunidade. Eu queria também agradecer a todos os participantes desta reunião. Acho que a
2548 gente ganha legitimidade, ganha transparência, ganha acesso à informação dentro de uma lógica em que os
2549 conselheiros possam votar cientes e diante dos maiores elementos técnicos possíveis para formar sua convicção.
2550 Então antes de mais nada ressaltamos a participação de toda a população, de todos os envolvidos, todos os inscritos,
2551 trazendo seus posicionamentos, suas visões em relação ao tema do projeto. Mas antes de qualquer coisa eu acho
2552 que é muito importante que a gente também estabeleça alguns pontos de desinformação em relação ao projeto de
2553 licenciamento que está sendo objeto de deliberação neste Conselho no item 6.1. Algumas informações muito
2554 distorcidas, repetidas de forma veemente por alguns representantes, e não tirando qualquer tipo de legitimidade
2555 dessas informações, mas é muito importante a gente trazer clareza técnica e clareza fática aos elementos que estão
2556 sendo deliberados por parte destes conselheiros. E podemos citar alguns exemplos em relação a essas discussões
2557 relacionadas à desinformação do processo e das informações que são legitimadas. Primeiro o empreendimento, a
2558 área diretamente afetada do empreendimento, seu local de funcionamento, não está em nenhum dos limites
2559 previstos para o projeto de tombamento da serra do Curral, sejam esses limites já fixados por meio de atos, com seu
2560 ciclo de atos administrativos, com seu ciclo de formação completo, sejam em propostas de discussões do
2561 tombamento da serra do Curral que são levadas a efeito em âmbito federal, em âmbito estadual, em qualquer âmbito
2562 de discussão. Então o empreendimento possui seus limites de funcionamento fora de qualquer proposta de discussão
2563 dos limites da serra do Curral. E também algumas desinformações sobre quais são as funções, finalidades e
2564 devidamente importância dos instrumentos de licenciamento ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta. O
2565 licenciamento ambiental trata de atividades que causam impacto ambiental, isso é claro, só licenciamos atividade
2566 que causa impacto ambiental. Para de fato definir quais são as medidas para eliminar impactos ambientais que
2567 podem ser eliminados, mitigar e compensar impactos que não podem ser eliminados e, por fim, dentro da lógica de
2568 funcionamento, reduzir ao máximo os riscos inerentes ao desenvolvimento dessas atividades que são
2569 potencialmente poluidoras ou efetivamente poluidoras, dentro de uma lógica de funcionamento da melhor ciência
2570 possível no momento em que estamos deliberando o processo. E o Termo de Ajustamento de Conduta tem uma
2571 função muito clara também dentro da nossa legislação que é para empreendimentos que praticaram irregularidades.
2572 Não ajustamos conduta de atividades que não passaram por uma irregularidade. Então é bom a gente ter isso em
2573 mente, porque não estamos tratando de um processo de licenciamento convencional, licenciamento ambiental
2574 prévio. Nós estamos tratando de um processo de licenciamento corretivo, e, naturalmente, dentro dessa lógica,
2575 existem situações que desrespeitaram a legislação ambiental e elas vão ser corrigidas para que esse incremento e
2576 essa situação que ocorreu alguma lógica de desrespeito à legislação ambiental sejam corrigidos, e a partir do
2577 momento em que se obtém o licenciamento ambiental o empreendimento possa exercer suas atividades dentro de
2578 um funcionamento lógico que respeite as normas ambientais. Outro exemplo que temos que discutir em relação a
2579 isso está muito relacionado ao projeto de licenciamento sustentável. Há uma prática dentro do Estado, um projeto
2580 que visa eliminar o passivo de processo de licenciamento ambiental, especificamente, leia-se por passivo aqueles
2581 empreendimentos que extrapolaram seu prazo legal de análise, como é o caso deste empreendimento, que deveria
2582 ter seu pedido de objeto de licenciamento analisado, segundo a legislação em vigência, num prazo de 365 dias. Já
2583 estamos indo para quase dois anos de análise do processo de licenciamento. E é um projeto de extrema robustez
2584 jurídica e normativa. Temos um acordo de cooperação técnica com uma sociedade do terceiro setor, um acordo
2585 judicial celebrado junto ao Ministério Público para garantir as balizas e legitimidade do projeto, no qual participam o
2586 promotor natural da causa, Coordenação de Meio Ambiente do Ministério Público, Coordenação do Patrimônio
2587 Histórico e Cultural do Ministério Público e toda uma gama de participação que garante a legitimidade e o controle
2588 dos atos exclusivos de poder de polícia, tendo em vista que existem servidores de carreira que acompanham, de
2589 maneira muito próxima, o processo e as avaliações técnicas levadas a efeito pelo projeto de licenciamento
2590 sustentável, dentro de uma lógica de homologação desses laudos. Então esses são uns pontos que são importantes
2591 a gente trazer para que a gente entenda o que de fato estamos votando. Porque não estamos votando situações
2592 relacionadas a impactos na serra do Curral, estamos votando um projeto de licenciamento ambiental. Um projeto de
2593 licenciamento ambiental tem foco em um projeto, ele não tem foco em uma política pública, ele não tem foco numa

2594 forma abrangente de entender como o funcionamento da política referente à proteção ambiental face ao setor
2595 mineral vai ser decidida. Ao contrário, ele visa identificar um projeto específico em que identifica-se os impactos
2596 decorrentes dessa atividade, verifica-se dentro da lógica de funcionamento quais medidas podem ser adotadas para
2597 eliminar os impactos ambientais que são possíveis de serem eliminados, controlar aqueles impactos que podem ser
2598 mitigados; e, não sendo possível controlar nem eliminar, compensar esses impactos ambientais. E tudo isso foi
2599 obedecido dentro da lógica do procedimento administrativo de licenciamento ambiental, que perdurou por dois
2600 anos, e neste momento temos todos esses elementos cumpridos para a deliberação deste Conselho. Isso é muito
2601 importante para que também façamos, dentro dessa lógica, uma linha do tempo em relação ao funcionamento do
2602 empreendimento. Veja bem, trazemos aqui uma situação, e todas as narrativas são muito pontuais, para discutir
2603 diversas irregularidades que foram causadas pelo empreendimento no decorrer do seu funcionamento da atividade
2604 produtiva. E ao ouvir todas essas discussões eu fico, de uma forma muito tranquila, verificando que o órgão ambiental
2605 cumpriu seu papel ao longo desse lapso temporal. Porque, veja bem, nós temos o funcionamento do
2606 empreendimento a partir de 2018, e até 2021, em que ele de fato vem desrespeitando diversas disposições
2607 normativas previstas dentro do ordenamento jurídico. E nesse lapso temporal o órgão ambiental se encarregou de
2608 aplicar todas as penalidades ao empreendimento, impondo multas, impondo embargos, impondo todas as
2609 imposições de penalidades previstas no ordenamento jurídico para que fizesse valer o exercício do seu poder de
2610 polícia. Mas nós temos em 2022 a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta que é crucial para mudar a
2611 rota de funcionamento do empreendimento, porque ele fixa as medidas de controle e mitigação de funcionamento,
2612 exige que o empreendimento elabore um Estudo de Impacto Ambiental, com o Relatório de Impacto Ambiental, o
2613 EIA/Rima, elenca todos os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva. E desde lá se tem discutido a
2614 regularização ambiental desse empreendimento. Então a partir daquele momento daquele lapso temporal o TAC
2615 cumpre sua finalidade, conduzindo o empreendimento à regularização ambiental. Isso é muito importante de ser
2616 dito porque ele cumpre sua função de ser um procedimento incidente ao licenciamento ambiental. Porque é muito
2617 importante que tenhamos em mente que nenhuma penalidade em âmbito administrativo tem caráter de
2618 perpetuidade, não podemos trazer para qualquer tipo de avaliação de descumprimento da norma uma pecha que
2619 traga para o empreendimento uma impossibilidade perpétua de exercer suas atividades produtivas. Se ocorreu
2620 irregularidades, sejam 10, 12, 15, e ele adequou todas essas irregularidades, cumpriu os requisitos normativos,
2621 trouxe as avaliações necessárias para seu funcionamento, tanto normativa quanto técnica, que é o que trazemos
2622 aqui dentro dessa avaliação, não cabe ao Estado fazer um juízo discricionário do exercício da atividade produtiva,
2623 não há discricionariedade do órgão ambiental de demonstrar a viabilidade ambiental de um empreendimento, negar
2624 uma licença ambiental a esse empreendimento. Então, veja bem, nós temos dentro dessa lógica a lavratura de autos
2625 infração decorrentes de descumprimento das normativas. Ninguém nega isso, isso, inclusive, é alvo do exercício de
2626 poder de polícia do órgão ambiental. Identificadas essas irregularidades, a celebração de um Termo de Ajustamento
2627 de Conduta conduzindo o empreendimento à regularização ambiental, e neste momento trabalhamos no sentido de
2628 trazer a regularidade ambiental do empreendimento porque ele cumpriu as normativas técnicas e processuais
2629 necessárias para fazer jus ao licenciamento ambiental que está pleiteando durante todo esse tempo. E é muito
2630 importante também que a gente rememore que esse TAC de 2022 teve o seu cumprimento estrito pelo
2631 empreendimento. Nós temos um anexo do Parecer Único que demonstra que apenas uma condicionante não foi
2632 cumprida pelo empreendimento, no que se refere a sua regularização de reserva legal, que está sendo objeto de
2633 ajuste dentro do processo de licenciamento ambiental, organizando suas funções, organizando e regularizando a
2634 reserva legal do empreendimento. E isso logicamente que nenhum tipo de prejuízo para impacto ambiental dentro
2635 dessa função. E também demonstra que todos os parâmetros de controle e mitigação de impactos ambientais
2636 exigidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta foram devidamente cumpridos. Então nós trazemos essa linha do
2637 tempo para que possamos estabelecer, de uma maneira clara, que houve irregularidades, por isso estamos
2638 trabalhando um processo de licenciamento corretivo; houve irregularidades, por isso lavramos autos de infração e
2639 exercemos nosso poder de polícia; mas por outro lado, em um determinado lapso temporal, que na minha visão está
2640 muito entrelaçado a esse Termo de Ajustamento de Conduta, o empreendimento retoma uma posição de cumprir
2641 as normativas técnicas processuais e legais e cumpre esses requisitos nesta data em que estamos deliberando o
2642 procedimento. Também é importante trazer algumas coisas que foram levantadas em relação à audiência pública. A
2643 audiência pública do projeto traz alguns pontos específicos e, especificamente, questionamento do Felipe Gomes,
2644 da 'Ah, É Lixo', e da Jeanine, da Guaicuy, Manuelzão, em relação ao não cumprimento das informações que foram
2645 prestadas ou requisitadas por eles no processo. Alguns pontos. Primeiramente em relação aos pleitos do Sr. Felipe,

2646 todos os pleitos do Sr. Felipe foram devidamente esclarecidos dentro do processo de licenciamento ambiental ao
2647 longo de um parecer de 176 páginas que relatam os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva. Diga-
2648 se de passagem, um parecer extremamente robusto, em que eu vou fazer algumas pontuações aqui para que a gente
2649 traga uma visão ampla em relação ao procedimento. Logicamente que alguns questionamentos feitos pelo Sr. Felipe
2650 Gomes não gozam de qualquer relação sobre a avaliação de impactos ambientais, isso o órgão ambiental não vai
2651 adentrar dentro desse mérito. Eu vou citar alguns exemplos. Existem questionamentos pontuados pelo Sr. Felipe
2652 Gomes no sentido do que significa o logo da empresa. Isso não é relevante para uma avaliação de impacto ambiental.
2653 Existem questionamentos relacionados a situações verificadas sobre destinação de doações para campanhas
2654 eleitorais. Isso não faz parte da avaliação de impacto ambiental, isso não vai ser respondido no momento por uma
2655 ausência de competência, por uma ausência de legitimidade para tratar sobre esses assuntos. Em relação à questão
2656 dos pleitos do Manuelzão, é importante que digamos que a via que a associação adentrou em relação a esses pleitos
2657 de informação não foi a via da audiência pública. A associação solicitou essas informações via Ouvidoria-Geral do
2658 Estado, e por lá ela vai ser compreendida. Então é muito importante que tenhamos isso em mente porque o exercício
2659 de algum direito pressupõe o cumprimento de algumas obrigações. Então se o meio de solicitação das informações
2660 não foi o adequado ele vai seguir o rito de resposta do meio em que foi solicitado. Então por isso não houve resposta
2661 aos questionamentos da associação Manuelzão, Guaicuy, porque ele não foi requerido no modelo adequado de
2662 entrada da audiência pública e sim via OGE, e por lá ele vai ser respondido. Eu gostaria de trazer alguns pontos aqui
2663 que muito foram debatidos durante todas as manifestações, e teve até uma fala no sentido de não remeter ao
2664 Parecer Único, mas eu não posso deixar de trazer todos os pontos que foram deliberados e expostos e devidamente
2665 motivados dentro do Parecer Único, que respondem cerca de 90 a 95% de todos os questionamentos que tivemos
2666 aqui. Então eu vou fazer questão de ler alguns tópicos que foram deliberados dentro do nosso Parecer Único para
2667 que possamos demonstrar todas as avaliações de impacto ambiental que foram levadas a efeito pelo órgão
2668 ambiental. Então no Parecer Único nós temos tópicos referentes ao contexto histórico do empreendimento,
2669 caracterização do empreendimento focando em localização, infraestrutura, processo produtivo, balanço hídrico,
2670 faixas de servidão e inovação tecnológica. Diagnósticos ambientais, especificamente, tratando sobre a área de
2671 influência, meio físico, e aí envolve geologia, cavidades, recursos hídricos, qualidade do ar; meio biótico: unidade de
2672 conservação, flora e fauna; meio socioeconômico: audiência pública e outros elementos de diagnóstico ambiental,
2673 reserva legal e Cadastro Ambiental Rural. Em relação às intervenções ambientais, tem informações referentes ao
2674 rendimento lenhoso, destinação do produto florestal, taxa florestal, reposição florestal, espécies ameaçadas de
2675 extinção. Sobre compensações incidentes ao processo, tópicos referentes a APP, Mata Atlântica, espécies protegidas,
2676 Lei do Snuc, compensação minerária, avaliação de medidas de controle, impactos decorrentes no meio físico, no
2677 meio biótico e no meio socioeconômico; avaliação dos programas e medidas de controle e mitigação; processos
2678 erosivos, emissões atmosféricas, ruídos, qualidades das águas, resíduos sólidos, Prad do empreendimento, combate
2679 a incêndio, monitoramento de fauna, programa de comunicação social, patrimônio arqueológico, contratação de
2680 mão de obra local, programa de educação ambiental, controle de tráfego. O controle processual deste Parecer Único
2681 abordou licenciamento ambiental corretivo, representação processual, propriedade, intervenção e compensações,
2682 reserva legal e APP, recursos hídricos, certidões municipais, critério locacional, incidência de limitações referentes a
2683 unidade de conservação, órgãos intervenientes, medidas mitigadoras, Termo de Ajustamento de Conduta, validade
2684 da licença, Cadastro Técnico Federal, taxa de expediente, processo de avocação do processo. Além de estabelecer
2685 34 condicionantes para o funcionamento do empreendimento. Então nós trouxemos todos esses elementos de forma
2686 destacada por uma equipe multidisciplinar dentro da avaliação do Parecer Único do órgão ambiental, lembrando que
2687 o empreendimento é classificado como de utilidade pública e, portanto, exerce uma atividade, mesmo que
2688 impactante, uma atividade que é prevista no nosso ordenamento jurídico como atividade legal. Lógico que sujeito a
2689 licenciamento ambiental, sujeito a sanções administrativas, sujeito a sanções civis, sujeito a sanções penais. Mas ao
2690 mesmo tempo dentro de uma lógica de funcionamento em que, neste momento procedimental, ele cumpre os
2691 requisitos do seu funcionamento. Então é importante que a gente diga que não há uma proibição de funcionamento
2692 desse empreendimento no que tange a esses aspectos ambientais, conforme exposto dentro do Parecer Único.
2693 Lembrando que, em que pese a existência de diversas ações judiciais para discutir o procedimento, não existe
2694 nenhuma decisão judicial em desfavor do Estado que proíba a deliberação do processo de licenciamento ambiental.
2695 Muito pelo contrário, todas essas investigações do ponto de vista ambiental querem garantir um funcionamento
2696 regular desse empreendimento. Outro ponto, todos esses descumprimentos de normas pretéritas por parte do
2697 empreendimento causam consequências procedimentais dentro do processo de licenciamento. É muito bom que se

2698 diga isso. Diminuição do prazo de licença, por exemplo. O empreendimento teve vários autos de infração lavrados
2699 em seu desfavor, alguns com exigência específica de quitação antes de deliberação do processo; isso foi exigido no
2700 curso do processo, como pode constar dentro do Parecer Único também. E tendo em vista que houve penalidade
2701 definitiva lavrada em desfavor do empreendimento a licença, que, em regra geral, seria deliberada num prazo de dez
2702 anos, foi reduzida para um lapso temporal de seis anos. Então o empreendimento perdeu, dentro dessa lógica de
2703 irregularidades que foram constatadas preteritamente, quatro anos do seu prazo de vigência de licença. Ou seja, o
2704 seu processo de avaliação de empenho ambiental vai ser de uma forma antecipado em quatro anos. Compensações
2705 ambientais: compensações ambientais incidiram de uma monta muito maior decorrente das intervenções corretivas.
2706 O processo de licenciamento desse empreendimento gerou uma compensação de 60 hectares no Parque Federal do
2707 Gandarela, parque de unidade de conservação. Então é importante que tenhamos essa visão dos benefícios
2708 procedimentais materiais que também decorrem disso. Pagamentos de multas, retroagindo, inclusive, no que tange
2709 à defesa, desistência de defesa. Então muitas daquelas multas questionadas como condição para a deliberação do
2710 processo foram devidamente tratadas no âmbito desse processo. Então isso são alguns pontos importantes. Não
2711 obstante, nós queríamos trazer alguns pontos específicos que achamos que merece, para o âmbito do Conselho, uma
2712 decisão mais ampla e informada referente ao empreendimento, alguns questionamentos que foram feitos por todos
2713 os participantes aqui desta reunião. Primeiro, características de APP. No empreendimento, sim, existem APPs dentro
2714 do seu empreendimento. A pilha, especificamente, não está dentro da área de APP, mas em que pese toda essa
2715 discussão lembre-se que o empreendimento é um empreendimento de utilidade pública. Então eventuais
2716 intervenções em APPs que constem dentro do empreendimento encontram lastro normativo para serem
2717 devidamente autorizadas. E aquelas intervenções em APPs que foram realizadas pelo empreendimento estão
2718 devidamente autorizadas dentro do parecer e também compensadas. Existem compensações por essas intervenções
2719 em APP. Em relação a proximidade de unidades de conservação, não existe qualquer limitação da localização do
2720 empreendimento no que tange a localização de zona de amortecimento das unidades de conservação, por isso não
2721 foram exigidas qualquer tipo de anuência dessas unidades. Declaração de conformidade dos municípios: foram
2722 apresentadas declarações de conformidade municipal dos municípios de Raposos, Nova Lima e Sabará, todas
2723 atestando a devida adequação ao parcelamento do solo urbano daqueles municípios, inclusive no que tange à
2724 questão específica da ponte mencionada por um dos participantes desta reunião. Todas decorrentes do processo de
2725 licenciamento ambiental, públicos, com Transparência Ativa. Se existir algum tipo de cidadão que esteja com algum
2726 tipo de dificuldade em acesso aos documentos, eu peço por favor que entre em contato, que nós vamos orientar e
2727 prover a necessidade de acesso a todas as informações. Mas o SLA hoje provê um sistema de acesso público às
2728 informações de Transparência Ativa. Localização do empreendimento: reforçando que ele não está localizado em
2729 nenhuma das características de delimitação de tombamento da serra do Curral, sejam delimitações já efetivadas
2730 propriamente ditas, sejam propostas de áreas de tombamento. Em relação à comunidade do Manzo, em relação ao
2731 RTID, isso é uma posição institucional de governo relativo ao momento procedimental onde vai ser exigida consulta
2732 pública às comunidades tradicionais. Discordem ou concordem, é uma posição que vai ser adotada não só para este
2733 processo, mas para todos os outros na ausência de uma legitimação. O momento que o governo, como o aplicador
2734 da norma, está entendendo como adequado de se ouvir comunidades tradicionais é quando existir o RTID
2735 devidamente homologado pelo órgão competente. Também tivemos questões relacionadas à escolha da fazenda
2736 Urubu. Isso decorre do Decreto 47.749. No item 5 do laudo é apresentada essa análise. E é importante que se diga
2737 que essa proposta decorre de uma regularização fundiária de uma unidade de conservação de proteção integral,
2738 então por isso encontra respaldo na legislação. Identificando que a fitofisionomia predominante na área de
2739 implantação da compensação florestal é caracterizado como Floresta Estacional Semidecidual num estágio médio de
2740 sucessão ecológica. Então características de vegetação do bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração.
2741 Então são pontos que temos que trazer dentro desse contexto que entendemos como extremamente pertinentes e
2742 importantes, mas que dentro da avaliação de impacto ambiental do projeto foram devidamente saneadas, foram
2743 devidamente expostas. E dentro dessa lógica de impossibilidade de imposição de uma penalidade perpétua hoje o
2744 empreendimento possui um sistema de gestão ambiental que cumpre os requisitos normativos e técnicos para o
2745 desempenho da atividade produtiva. É isso, senhores conselheiros, que eu gostaria de expor dentro do
2746 funcionamento do que gostaríamos de trazer como uma decisão informada para os senhores, com muita
2747 transparência, sempre agradecendo a participação de todas as pessoas aqui. É um ambiente que contribui para a
2748 nossa avaliação, contribui para que possamos expor toda a avaliação técnica levada a efeito dentro do processo de
2749 licenciamento ambiental, com muita tranquilidade, com muita transparência e sempre lembrando que essas

2750 avaliações são técnicas e todas têm os devidos limites de avaliação dentro do órgão ambiental. Então é isso.” Jeiza
2751 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada, Vitor. Só momentaneamente aqui no lugar do senhor presidente.
2752 Espero e tentar ao mínimo conduzir igual ele. Mas em breve ele já volta. Francisco, com a palavra, por favor.”
2753 Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Vitor, muito didática a sua resposta, parabéns. Acho que
2754 esclareceu a quase todos os pontos. Talvez eu tenha perdido, não sei se você falou, eu acho importante voltar a esse
2755 assunto, algumas pessoas questionaram a avaliação desse processo ter sido feita por uma empresa terceira. Acho
2756 importante você voltar a esse ponto, porque me parece – depois me corrija se não – com a própria anuência do
2757 Ministério Público com relação a esse assunto. Eu gostaria que você voltasse a esse assunto, por favor. Eu acho
2758 importante esclarecermos a sociedade sobre essa avaliação dos processos, principalmente dos passivos, sendo feita
2759 por empresas parceiras.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Francisco, eu tratei isso no começo da nossa discussão,
2760 sim, mas sempre é importante ter oportunidade de esclarecer essa situação. Como é de conhecimento de todos os
2761 conselheiros e toda a sociedade, hoje ainda o Estado de Minas Gerais possui cerca de 330, 350 processos – não vou
2762 me recordar de cabeça do dado exato –, que extrapolaram o prazo legal de análise. A gente vem adotando algumas
2763 medidas para que isso cada vez mais reduza. Isso é notório dentro de uma lógica de funcionamento de eficiência do
2764 órgão ambiental. Já chegamos a ter mais de 3.000 processos de licenciamento fora do prazo legal de análise, hoje
2765 temos em torno de 350. Lembrando que no ano de 2024 todos os processos que foram formalizados dentro de 2024
2766 respeitaram o prazo legal de análise previsto na legislação, como uma medida de eficiência também da administração
2767 pública de analisar todos os processos dentro do prazo legal. Mas visando ter um incremento para prestação desse
2768 serviço público de forma eficiente para toda a sociedade foi idealizado o projeto de licenciamento sustentável, que
2769 conta com algumas bases de atuação para garantir a segurança jurídica do seu funcionamento. Uma premissa desse
2770 projeto está lastreada num acordo de cooperação técnica com uma entidade do terceiro setor que tem um
2771 pressuposto de atuação na melhoria de eficiência da administração pública. Esse é o objetivo institucional dessa
2772 associação do terceiro setor, que contratou uma empresa para auxiliar na elaboração dessas avaliações técnicas.
2773 Esse acordo de cooperação técnica também foi seguido de um acordo, um Termo de Compromisso celebrado entre
2774 o órgão ambiental e o Ministério Público de Minas Gerais junto com a associação, reconhecendo que as bases de
2775 funcionamento do acordo não deslegitimam qualquer tipo de exercício de poder de polícia por parte do órgão
2776 ambiental. Existem alguns ciclos de poder de polícia que são previstos em decisões de efeito vinculante no STF, no
2777 STJ, e existe uma equipe de acompanhamento específico para fazer a homologação desses laudos compostos por
2778 servidores de carreira. O que não se pode deliberar como uma informação referente à delegação do exercício do
2779 poder de polícia está previsto como imposição de penalidades, imposição de qualquer tipo de restrição de direito e
2780 a prática relativa aos atos normativos. A constatação de fatos, avaliações técnicas, isso, sim, pode ser delegado. Eu
2781 acho que um exemplo bem ilustrativo dessa discussão da possibilidade desse exercício de poder de polícia são os
2782 radares que estão expostos nas nossas rodovias. As empresas que fazem os registros são empresas privadas, e elas
2783 dão os fatos a quem detém o exercício de poder de polícia para que possa lastrear suas penalidades. É um exemplo
2784 muito comum e muito referenciado pela doutrina dentro do contexto geral. Então, sim, existe esse projeto. Cada vez
2785 mais nós vamos estar habituados a pautar processos aqui em Câmaras Técnicas decorrentes desse projeto de
2786 licenciamento sustentável como uma medida de eficiência administrativa para eliminar nosso passivo e prestar um
2787 serviço público de licenciamento ambiental mais eficiente, mais eficaz e que também garanta nossas balizas de
2788 cumprimento das medidas materiais necessárias para o funcionamento de qualquer tipo de atividade produtiva que
2789 esteja sujeito ao licenciamento ambiental. Francisco, então isso é importante.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá
2790 Couto/Sindiextra: “Obrigado, Vitor, obrigado pela resposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço,
2791 Vitor. Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Muito obrigado,
2792 senhor presidente. Eu queria parabenizar as manifestações do Vitor, muito esclarecedoras, tecnicamente muito bem
2793 pautadas. E eu queria aproveitar a oportunidade, senhor presidente, para repudiar veementemente algumas das
2794 manifestações dos inscritos referentes ao nosso Ministério Público. Nosso Ministério Público é o ente que regulariza
2795 e fiscaliza o cumprimento da lei no Estado de Minas Gerais, um dos maiores defensores da sociedade mineira. Ele
2796 atua dentro do COPAM, em várias Câmaras, e eu referendo toda a sua atuação. E é uma ofensa ao Ministério Público,
2797 se ofende ao próprio povo mineiro. Então eu repudio essas manifestações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
2798 “Agradeço, Fernando. Algum conselheiro tem algum destaque adicional? Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco
2799 de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, num determinado momento, uma participante que realmente
2800 eu esqueço o nome – mas ela é useira e vezeira de falar inverdades –, falou a respeito do meu nome, que tem uma
2801 ação criminal com meu nome. Eu vou até entrar em contato com ela porque eu não estou sabendo. Então vou entrar

2802 em contato com ela porque, de repente, ela tem uma inside information dentro da Polícia Civil, da Polícia Federal
 2803 que realmente eu desconheço. Eu só queria deixar esse meu destaque com relação a esse assunto. Obrigado, senhor
 2804 presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Francisco. Algum destaque adicional pela equipe?
 2805 Sem destaque adicional. Destaques adicionais também pelo Conselho, não. Não havendo mais destaque, eu vou levar
 2806 o processo em votação. Senhores conselheiros, não havendo mais destaque, coloco em votação o item 6.1, Fleurs
 2807 Global Mineração Ltda. Como vota a Assemg? Assemg está ausente. Como vota a Sede?” Conselheira Maria Eugênia
 2808 Monteiro de Castro e Silva/Sede: “De acordo com o parecer do órgão ambiental, favorável.” Presidente Yuri Rafael
 2809 de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Voto de acordo
 2810 também com o parecer do órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?”
 2811 Conselheira Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu voto de acordo com o parecer do órgão
 2812 ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira
 2813 Palhares/Copasa: “Copasa vota seguindo o parecer do órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2814 “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 2815 “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 2816 Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “De acordo com o Parecer
 2817 Único da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando
 2818 Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Voto favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de
 2819 Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio:
 2820 “Contrário, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Justifique, brevemente.” Conselheiro
 2821 Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “De acordo com o meu parecer de vista.” Conselheiro Cícero
 2822 Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Cícero Miranda acompanha o Parecer Único.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 2823 Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota? Ausente. Então processo aprovado por nove votos favoráveis à
 2824 manifestação do órgão ambiental, um contrário e duas ausências no momento da votação.” **7) PROCESSOS**
 2825 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A**
 2826 **LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 7.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Tapira/MG.**
 2827 **PA/SLA/Nº 91/2024. ANMs: 930.785/1988 e 833.476/2012. Classe: 6. Apresentação: URA TM.** Presidente Yuri
 2828 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, agora são 4h36. Nós temos aqui os outros processos, nós temos
 2829 alguns inscritos. Eu vou tentar vencer, pelo menos ver como vai ser o andamento do nosso próximo processo. Eu
 2830 acho que o item 7.1 tem 54 inscritos. Esse (6.1) nós tivemos 83. No 7.1, são 54 inscritos. Mas eu vou dar início a esse
 2831 processo, e, dependendo do horário, vai ultrapassar as 8 horas. Conforme previsão do Regimento Interno,
 2832 ultrapassadas 8 horas de reunião, pode ser reunião em continuidade. Aí avaliamos isso posteriormente. Então item
 2833 7.1, Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Tapira/MG. PA/SLA/Nº 91/2024. ANMs: 930.785/1988
 2834 e 833.476/2012. Nós não temos destaques por parte do Conselho, mas nós tínhamos inscritos de forma
 2835 independente. Vamos chamar os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sim, eu vou projetar
 2836 também, senhor presidente, para registrar.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor
 2837 presidente, só uma questão de ordem. O senhor é muito democrático ao deixar todo mundo falar, mas eu gostaria,
 2838 reforçando um pouco da palavra do Heleno neste momento, já está realmente ultrapassando muito tempo, se o
 2839 senhor perceber que realmente o assunto não é pertinente ao processo de pauta, eu pediria, em nome de Sindiextra,
 2840 que realmente cortasse a palavra, que focasse realmente somente naqueles processos que estão sendo discutidos.
 2841 Muito obrigado.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu
 2842 reforço a solicitação do Francisco para que, caso o manifestante inscrito se manifeste sobre o processo ou sobre a
 2843 conduta, enfim, que não se atenha ao processo em questão, que ele seja talhado da sua palavra, por favor.”
 2844 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu falei com os senhores, conselheiros, eu acho que nos 5 minutos,
 2845 fora a falta de decoro que os senhores estão solicitando, o poder da onisciência eu não tenho, então não sabemos o
 2846 que o inscrito vai manifestar. Obviamente, se faltar decoro naquele momento em relação ao Conselho, em relação à
 2847 equipe técnica, me cabe realmente cortar a fala, silenciar e até mesmo excluir a pessoa da sala, mas eu entendo que
 2848 os 5 minutos temos, sim, desde que haja decoro, que permanecer com respeito à manifestação do inscrito. Então
 2849 vamos lá, sem mais delongas, para os inscritos. Lembrando aos inscritos que estamos tratando do item 7.1, Mosaic
 2850 Fertilizantes P & K Ltda.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Primeiro inscrito, Sr. Artur Colito. Não está na
 2851 sala. Sr. Sebastião Fortunado. Está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr.
 2852 Sebastião, pois não... Chama o próximo, Jeiza. Eu volto nele.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo
 2853 inscrito, Sra. Nayana Marques”. Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Senhor presidente, demais conselheiros. Boa

2854 tarde. Meu nome é Nayana, eu sou funcionária da Mosaic e estou aqui para esclarecer alguma dúvida que surgir. Os
2855 demais da Mosaic, é o mesmo caso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.” Jeiza Fernanda Augusta de
2856 Almeida/SEMAD: “Ok. Mas de qualquer forma, Sra. Nayana, nós vamos chamar todos só para registrar o nome
2857 também. Sr. Vinícius Henrique também permanece, somente se houver necessidade. Certo? Conforme informado.
2858 Pedro Leite, Carolina Favaro, Letícia Ribeiro e Vinícius Henrique. Então esses somente se houver necessidade mesmo.
2859 Certo?” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Correto.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo
2860 inscrito, Sra. Ingrid Rodrigues. Sra. Ingrid não está na sala. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila Carvalhal.
2861 Sra. Camila está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, tem intenção de
2862 se manifestar?” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Tenho sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não,
2863 com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Obrigada. Boa tarde aos conselheiros
2864 que permanecem aqui nessa árdua tarefa que é discutirmos a implantação de empreendimentos nos territórios. A
2865 minha fala vai novamente em direção à defesa da razoabilidade e da necessidade urgente em fazermos uma
2866 discussão de todos os empreendimentos de maneira cumulativa, fazendo uma contextualização dos impactos
2867 sinérgicos que acontecem quando nós licenciamos o que é chamado desenvolvimento econômico. Então nós temos
2868 uma série de preocupações que foram apresentadas por técnicos, por ambientalistas ou por pessoas como eu, que
2869 sou uma pessoa que bebo pelo menos uns três litros de água por dia e que dependo da água para quase todas as
2870 atividades da vida cotidiana. Então a minha pergunta vai para os conselheiros que se sentirem aptos a responder.
2871 Como que essa análise, de maneira mais global, mais sinérgica, vem sendo feita? Quais são as orientações e de onde
2872 que vêm as orientações, de quais órgãos vêm essas orientações para se analisar o contexto da região metropolitana
2873 para que se possa analisar pontualmente empreendimentos de qualquer natureza? Aí não estou falando dos
2874 empreendimentos minerários. Então como que é feita, como que vem sendo feita essa análise dos impactos
2875 acumulados, cumulativos, da região metropolitana para que se dimensione, para que se possa avançar em um
2876 empreendimento ou a recuar ou a cobrar, inclusive, esperar que os ajustes, as adaptações, as ações corretivas
2877 tenham sido feitas, inclusive. Porque vejo que há uma preocupação enorme de uma série de impactos não terem
2878 sido ainda ajustados para que se possa seguir na análise dos empreendimentos que estão em pauta. Então essa
2879 pergunta para os conselheiros. Como se dá esse ordenamento? É uma coisa que depende só da consciência, do
2880 embasamento técnico? Porque a nossa preocupação como sociedade civil é que esse aspecto não esteja sendo
2881 devidamente aprofundado o suficiente para garantir a possibilidade de vida presente e futura na região
2882 metropolitana. Então eu trago essas perguntas aos conselheiros como que de maneira sinérgica tem se dado essa
2883 análise e também em relação a esse retorno, esse acompanhamento dos processos corretivos. Eu tenho ainda quanto
2884 tempo? Que estou na sala e não consigo ver.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora tem 1 minuto
2885 ainda, Sra. Camila, mas podemos conceder tempo adicional.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Perfeito. Então eu
2886 seguiria aqui também com mais algumas observações em relação a como que nos processos de licenciamento – estou
2887 falando como moradora de Nova Lima, habitante da serra do Espinhaço –, como que se dá a análise dos processos
2888 de licenciamento de quesitos que num primeiro momento, numa análise muito rasa, não contempla a vida das
2889 pessoas no cotidiano. Porque muitas vezes quando se fala de aspectos ambientais se considera ali a água, as plantas,
2890 as árvores, o subsolo, mas eu não consegui até hoje, como moradora da região, compreender em que âmbito que...”
2891 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, desculpa interromper. A senhora precisa de tempo
2892 adicional?” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Gostaria, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
2893 “Cinco minutos, em relação ao prazo adicional. Eu só solicito aos conselheiros, os que concordarem que permaneçam
2894 como estão. Os que não concordarem se manifestem. Então somente um não concordou: 5 minutos adicionais para
2895 a senhora.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Perfeito. Muito obrigada. Então em todos os processos que estão
2896 pautados como que se dá a análise do impacto na vida das pessoas. Porque percebe, e muitas vezes como
2897 comunidade nós somos consultados dentro dos relatórios de impacto ambiental, mas muitas vezes aquilo é colocado
2898 de maneira muito proforma e muito superficial a maneira como os impactos serão mitigados à vida das pessoas. Mas,
2899 primeiro, não há um acompanhamento fiel? Porque sabemos das fragilidades de toda a condição de funcionários da
2900 SEMAD, dos órgãos públicos para fiscalizar e acompanhar. Como que estão sendo realizados ou não esses
2901 procedimentos corretivos, mitigantes, mitigatórios do impacto social à vida das pessoas. Então a pergunta também
2902 fica: como que os conselheiros conseguem e podem acompanhar esses procedimentos dentro de tantos, de centenas
2903 e centenas de processos que são pautados cotidianamente aqui nas Câmaras Técnicas, de maneira que se garanta
2904 que esses procedimentos de reparação, de compensação e mitigação à vida das populações atingidas pelos
2905 empreendimentos estão sendo realizados, no sentido de impacto aos equipamentos de saúde, aos equipamentos de

2906 educação, a questão viária, a questão de transporte público. Porque os empreendimentos vêm, e muitas vezes a
 2907 compensação aparece ali, ou a suposta vantagem, está relacionada aos cofres públicos e também à geração de
 2908 empregos. Mas muitas vezes esses impactos não estão sendo dimensionados em termos de serviços públicos. Então
 2909 eu gostaria saber como que os conselheiros conseguem dimensionar isso e acompanhar isso tudo à medida em que
 2910 fazem os seus votos aqui favoráveis ou desfavoráveis aos empreendimentos em licenciamento. Muito obrigada.”
 2911 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
 2912 Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu não vou falar pelo Conselho, mas vou pedir ao senhor um minuto
 2913 para resposta um pouco à senhora. Apesar de esse empreendimento não ser na região metropolitana, ser no
 2914 Triângulo Mineiro, eu vou colocar para a Sra. Camila o seguinte. Eu aqui eu represento, sou sociedade civil,
 2915 represento a sociedade civil. Como ambientalista, eu gostaria que todas as normas e todos os procedimentos que
 2916 existem no Estado de Minas Gerais, que é um dos mais exigentes do Brasil, quicá do mundo – as leis aqui são muito
 2917 rigorosas –, pudessem ser empregados para a vida de cada cidadão, para a vida de você, Camila, da minha vida.
 2918 Porque para análise de um impacto ambiental de um empreendimento, dentro da sua ótica, eu como ambientalista
 2919 vejo o seguinte. Eu vejo que você mora em Nova Lima. Eu tenho que observar quantas pessoas querem morar num
 2920 condomínio em Nova Lima. E esse condomínio, essa pessoa que quer construir uma casa ali em Nova Lima ela tem
 2921 esse direito? Tem. Mas ela vai suprimir quantas árvores, ela vai compensar isso como? Eu queria que as mesmas leis
 2922 que fossem empregadas para as empresas fossem empregadas para o cidadão comum na hora que ele compra o
 2923 celular, na hora que ele compra um carro, na hora que ele faz compras no supermercado e exige que as empresas
 2924 produzam. Então analisar meio ambiente como um todo nesse prisma social é muito mais complexo. E eu realmente
 2925 aprecio aqueles que desenvolvem um trabalho sério, voluntário, analisando cada um desses processos e fazendo seu
 2926 voto dentro da dignidade, da honestidade, principalmente, de uma visão muito maior que é a mesma que a senhora
 2927 defende. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Fernando.
 2928 Na mesma linha que nós fizemos, vamos escutar primeiro os inscritos, depois eu passo para o Conselho. Por favor,
 2929 Jeiza.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou retornar. O primeiro inscrito é o Sr.
 2930 Felipe Gomes. Ele já está na sala. Eu peço desculpas que na hora de filtrar eu filtrei errado. Então o próximo inscrito
 2931 é a Sra. Kátia Benati. Não está na sala. Chamar pela ordem aqui: Solange Cirino. Não está na sala. O Sr. Felipe Gomes
 2932 já retornou à sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe Gomes, tem condições
 2933 de se manifestar? Caiu. Chama o próximo.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Juliana Matos. Não
 2934 está na sala. Sr. Paulo Baptista. Não está na sala. Sra. Cristina Maria. Não está na sala. Sra. Isadora Muller. Não está
 2935 na sala. Sra. Adriane Aparecida Rodrigues. Também não está na sala. Sra. Carolina Laboissiere. Não está na sala. Sra.
 2936 Vera Inez. Não está na sala. Sr. Agnes Antunes Felipe. Não está na sala. Sr. Elgen Leonardo Moura Pereira. Não está
 2937 na sala. Sra. Helena Lopes de Oliveira. Não está na sala. Sr. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Sra. Polyana
 2938 Gandra. Não na sala. Sr. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Sra. Taynara Estefane Ferreira. Não está na
 2939 sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Sr. Yuri Correia Franco. Não está na sala. Sra. Doralice de Oliveira e Silva. Não
 2940 está na sala. Sra. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério
 2941 Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias de Carvalho. Ele está na sala, senhor presidente, o Sr. Roberto.” Presidente
 2942 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Roberto...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ele não está
 2943 respondendo. Podemos retornar ao Sr. Felipe Gomes, por gentileza. Ele já conseguiu conexão.” Presidente Yuri Rafael
 2944 de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, pois não, o senhor tem 5 minutos.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, muito boa
 2945 tarde a todas, a todos. Vamos aqui, presidente, acho que já deve ter até passado das 8 horas, bem extenuante esse
 2946 tempo todo, mas faz parte. Enquanto alguns falam que é tumultuar, eu entendo isso como um exercício de cidadania
 2947 ativa. Isso aqui as pessoas estão exercendo o seu direito constitucional, segundo o Art. 225 da Constituição, de
 2948 defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado dentro da visão de cada um. E se as pessoas repetem as
 2949 perguntas é porque elas queriam ter as respostas que infelizmente não tiveram. Sobre a Mosaic Fertilizantes, que
 2950 está lá em Tapira, ao lado do Parque Nacional da Serra da Canastra, está bem perto, eu queria ver se neste,
 2951 presidente, eu gostaria muito de pedir que fossem respondidas as perguntas, porque senão a gente se sente assim
 2952 vilipendiado quase, porque a gente faz um monte de pergunta, responde aquilo que é considerado interessante e
 2953 não se responde à grande maioria. O outro empreendimento foi um caso, deve ter tido, sei lá, mil perguntas, e foram
 2954 respondidas pouquíssimas. Será que vamos ver de novo acontecendo o mesmo que aconteceu lá. Eu queria entender
 2955 sobre esse empreendimento. Ele tem autos de infração? Vou voltar da mesma forma como nós conversamos na
 2956 última reunião. E foi muito legal porque... A gente ver se vão ter as informações, que eu acho que são fundamentais
 2957 para que os conselheiros possam tomar suas decisões. Já que, como foi muito bem dito... Mas então o seguinte: tem

2958 autos de infração esse empreendimento? Eu queria saber. E se tem autos de infração como é que estão esses autos
2959 de infração? Já estão pagos, eles foram questionados, quais os motivos? Por acaso teve um auto de infração por
2960 contar informação falsa ao órgão ambiental? Eu queria saber se teve isso. Se teve desmate, por exemplo, foi lá,
2961 desmatou sem autorização. Porque tudo isso é muito relevante, presidente, pensando como é que a empresa... Não
2962 tem nada perpétuo, não tem crime perpétuo, tanto que a gente vai para a cadeia e depois sai e tal. A gente não,
2963 graças a Deus, nunca fui, espero não ir nunca. Mas a ficha corrida nos leva a ficar muito preocupados com
2964 determinados empreendimentos. E quando a gente olha esse empreendimento, nós estamos falando de uma Licença
2965 Prévia concomitante com Licença Instalação de um complexo minerário. Aí eu queria saber o seguinte: eu não vi a
2966 palavra mudanças climáticas, nada, nenhuma vez no parecer. Não vi também nada sobre o tempo de recorrência que
2967 foi adotado nos cálculos dos sistemas de drenagem. Esses sistemas de drenagem que foram lá dimensionados, tem
2968 65 hectares o projeto, tem pilha de estéril, tem tudo, tem sump, tem não sei o quê. Então quando a gente pensa
2969 numa grande estrutura de mineração, com todas aquelas obras de infraestrutura e obras gigantescas, pilhas,
2970 barragens, sumps e tudo mais, a gente fica muito preocupado com essas mudanças climáticas. Como bem disse o
2971 Julio Grillo, nós estamos falando enquanto estão considerando mil anos de tempo de recorrência, no caso anterior,
2972 eu queria saber quanto que consideraram aqui, porque nós estamos falando de 140.000 anos. É algo absurdo, é algo
2973 fora da curva. E se a gente usa o mesmo sistema de dimensionamento para calcular barragem, para calcular sump,
2974 para calcular pilha, nós podemos ter eventos catastróficos em Minas Gerais. E aí eu queria entender como que esse
2975 empreendimento, a Mosaic, que se eu não me engano é uma multinacional ligada à Vale e tudo mais, como que ela
2976 está nesse ponto. Ela realmente está à frente do tempo, está lá preocupada em enfrentar efetivamente as mudanças
2977 climáticas ou está cumprindo o beabá e fazendo cálculo com no máximo mil anos de tempo de recorrência e
2978 colocando a população que está no entorno em altíssimo risco? Eu queria ouvir, sabe, como que eles tratam essa
2979 questão climática que é tão importante. Também eu queria que fosse explicado um pouco mais pelo
2980 empreendedor..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, desculpa interrompê-lo. O senhor precisa de
2981 tempo adicional?" Felipe Gomes/sociedade civil: "Eu gostaria, se possível, se os conselheiros assim entenderem que
2982 eu mereço." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O Sr. Felipe solicita tempo adicional. Os conselheiros que
2983 concordarem permaneçam como estão. Tempo adicional de 5 minutos. Pois não." Felipe Gomes/sociedade civil: "Eu
2984 estou tentando aqui me ater ao empreendimento, apesar de que tem coisas que vão e voltam. Então fica difícil assim
2985 até especificamente. Mas eu queria entender também o relacionamento com a sociedade do entorno. Porque a
2986 gente vê certos empreendimentos que põem um monte de caminhão passando dentro de área residencial, não estão
2987 nem aí se tem autistas, se tem pessoas idosas, se tem uma ponte que não suporta transportar aquele material. Uma
2988 ponte pode ter, sei lá, 10 toneladas, e põem um caminhão que leva 40. Eu queria entender como é que é toda essa
2989 parte de transporte da Mosaic. Ela faz o transporte por caminhões passando dentro de núcleos urbanos, por cima de
2990 pontes que não suportam aquela quantidade ou se é de outra forma. Como que é? E se ela faz, se sempre ela está
2991 com lona. Porque a gente vê muito aí, tem empresas que extraem minério na serra do Curral e depois descem para
2992 outras mineradoras que estão ali no 'limitezinho' da serra do Curral sem lona, aquela terra de minério voando e tal.
2993 Inclusive, eu já notifiquei a polícia uma vez na porta de uma mineradora. Eu queria entender como que a Mosaic faz
2994 seu transporte de carga. Porque não sei para onde que ela comercializa, se é lá no Triângulo mesmo ou se ela manda
2995 para fora do Brasil. Como que é esse transporte, passa por dentro de cidades? E se passa por dentro de cidades tem
2996 alguma cidade histórica em que eles estão passando e nessa cidade histórica está tendo impacto nas casas, estão
2997 tendo rachaduras nas casas? Porque a gente muitas vezes vê isso, caminhões gigantesco passando completamente
2998 carregados em ruas que não foram dimensionadas para aquele volume de carga e acontecendo normalmente. Então
2999 eu queria entender da Mosaic como é que é a questão do transporte de carga dela. E voltando ao auto de infração
3000 eu queria saber o seguinte, porque nós temos aqui duas coisas. Na última vez eu aprendi isso. A gente perguntava:
3001 'Tem auto de infração?'. E fala: 'Neste processo não.' Aí eu quero entender: no CNPJ Mosaic, em empreendimentos
3002 próximos, sei lá, no raio de 50, 100 Km, que estão ali, têm alguma correlação, tem autos de infração? Primeiro eu
3003 queria entender se neste tem e se nesses outros. Entender se a Mosaic paga as multas ou se ela fica só questionando,
3004 jogando. Porque muitas vezes recebe a multa, mas não paga. Eu queria entender como é que a Mosaic lida com isso.
3005 Queria também que se explicasse um pouco mais o processo de beneficiamento mineral. Porque por mais que muitas
3006 vezes vem uma resposta 'está no Parecer Único' é engraçado, porque quando precisa explicar o Regimento no
3007 detalhe para vir e falar 'nem todo mundo aqui sabe'... Então na hora que a gente pergunta coisas da empresa: 'Não...
3008 Está lá no Parecer Único'. E nem se dá ao trabalho de explicar. Então eu gostaria de pedir ao empreendedor que
3009 explicasse, detalhadamente, como é o processo de beneficiamento, quais são os rejeitos gerados, se o empreendedor

3010 está preocupado de beneficiar esses rejeitos e gerar novos subprodutos. Se sim, quais subprodutos já foram gerados,
3011 como está o grau de redução na geração de rejeito deste empreendimento? Nos últimos anos. Aqui é uma LP, LI e
3012 LO, então é um projeto novo. Mas como é o histórico da Mosaic em termos de redução na geração de resíduos e
3013 rejeitos? Eles têm se esforçado? Pensando que mineradora gera muito dinheiro, então tem que investir, tem que
3014 estar na fronteira tecnológica, como sempre os representantes dos setores falam. Eu queria ouvir da Mosaic, que
3015 está aqui, como que é isso, essa inovação dentro da Mosaic. Vocês estão realmente reduzindo a taxa de rejeito, a
3016 taxa de perda? Aquilo que era rejeito anos atrás hoje não é mais rejeito? Eu queria que dessem exemplos práticos,
3017 claros, de coisas que aconteceram, ou não, pode ser que não tem nada disso. E aí, nobre presidente Yuri, eu queria
3018 entender: tem o Regimento Interno, Art. 21, que fala quando passa de 8 horas. Eu queria ver se tem uma previsão
3019 de tempo. Esse aqui são 54 inscritos. Não sei quantos tem nos demais. Eu tinha perguntado isso lá atrás. Se puder
3020 responder. Eu sei que o senhor falou 'vou tratar isso em cada empreendimento', mas para a gente poder se
3021 programar, porque eu estou aqui desde 8h da manhã, já estamos indo para quase 5h da tarde. Não almocei, fui ao
3022 banheiro correndo, algumas vezes. Isso é um tanto quanto muito desgastante para todo mundo. Uns falam que isso
3023 ocorre porque as pessoas usam o tempo..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, o tempo do senhor
3024 acabou." Felipe Gomes/sociedade civil: "Já acabou? Então eu agradeço. Muito obrigado. Pessoal, peço
3025 encarecidamente que respondam as minhas perguntas, não ignorem elas não." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
3026 Trovão: "Ok, agradeço a manifestação. Em relação ao procedimento, tem duas possibilidades previstas no
3027 Regimento. Tanto a reunião em continuidade, quando excede 8 horas. Ainda não excedeu 8 horas, faltam uns 10
3028 minutos para exceder as 8 horas, então eu posso fazer uma reunião em continuidade. Ou posso sobrestar. Nós já
3029 estamos discutindo esse processo aqui, nós vamos dar continuidade à discussão deste e aí verificamos em relação
3030 aos demais. Eu não olhei o número de inscritos nos demais processos, mas a gente verifica. E não havendo
3031 possibilidade, eu vou questionar também os conselheiros, embora isso seja uma prerrogativa minha, se eles querem
3032 fazer a continuidade do processo em relação aos demais processos. Mas esse nós vamos dar continuidade. Então,
3033 respondendo a sua pergunta objetivamente, há duas possibilidades: sobrestamento do processo e, quando excede
3034 8 horas, reunião em continuidade. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito,
3035 Sra. Maria Teresa. Já está na sala." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa, pois não, com a
3036 palavra. A senhora tem 5 minutos." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Boa tarde. Nós estamos
3037 aqui tratando de um processo que envolve pilhas de rejeito e estéril em Tapira. É um complexo minerário, e essas
3038 pilhas estão na classe 6. Olhando o Parecer Único, em relação à questão climática, só consta na página 23 um
3039 parágrafo, mas no sentido do clima em si, clima temperado, como é que é o clima regional. Não tem absolutamente
3040 nada no Parecer Único sobre alguns aspectos que são imprescindíveis em estruturas como pilhas de rejeito e estéril.
3041 Haja vista o que aconteceu lá na Vallourec. Mas claramente não informa nada sobre a questão do tempo de retorno,
3042 a questão dessas alterações climáticas, eventos extremos, chuva. Então no Parecer Único não tem informações sobre
3043 o dimensionamento dessas estruturas de pilhas de rejeito e estéril em relação a esse tempo de retorno. Os estudos
3044 atualmente ultrapassam em muito o tempo de retorno que normalmente é considerado nos estudos, que é de 100
3045 a 500 e em alguns casos a 1.000 anos e que hoje em dia estão bem além de 1.000 anos, chegando a 10.000 anos,
3046 superior a 10.000 anos. E inserir no dimensionamento dessas pilhas o adequado tempo de retorno e
3047 dimensionamento tanto das pilhas quanto drenagens e toda essa situação, porque isso tudo causa grande
3048 erosividade e outras situações que ocasionam possibilidades de próximas tragédias. Então não foi mencionado
3049 absolutamente nada sobre essa questão em relação a essa pretensão das pilhas de rejeito e estéril nesse
3050 empreendimento em Tapira, que está pretendendo ter uma ampliação com as três licenças concomitantes. Também
3051 não localizei, novamente, e vou continuar trazendo aqui, como eu trazia quando era conselheira, a questão do risco
3052 sísmico. Eu lembro que durante os primeiros 20 anos da minha atuação e de outros a gente alertava sobre o risco de
3053 rompimento de barragem, e as narrativas técnicas das empresas era que eram absolutamente seguras. E aí tivemos
3054 a sequência de 2014 em Itabirito, 2015 em Mariana e 2019 em Brumadinho. Temos a questão do risco sísmico no
3055 Quadrilátero Ferrífero, que tem várias matérias, várias pesquisas, e isso também não é absolutamente nada
3056 considerado quando se trata de empreendimentos de grande porte, como estruturas como pilhas de rejeito,
3057 barragens, pilhas de estéril e todas essas questões. Eu cheguei a anotar aqui, eu ainda tenho um tempo: só para que
3058 os conselheiros não digam que não foram informados também, tem estudos que estão apontando claramente essa
3059 questão dos abalos e o aumento de abalos sísmicos em Minas Gerais, que preocupa especialistas. Então antes de eu
3060 dar alguns exemplos no meu tempo eu já pediria mais 5 minutos, porque vale a pena vocês escutarem essas fontes
3061 para que não possam nunca dizer no futuro que não chegou aqui alguém a apontar uma preocupação com o risco

3062 sísmico em alguns desses empreendimentos em que não está sendo considerado isso na sua elaboração, nos seus
3063 estudos de base. É necessário, a meu ver, que sempre seja realizado um estudo completo e abrangente de risco
3064 geológico, estrutural, cárstico, no caso de regiões cársticas, e sísmico; estudos criteriosos sobre o comportamento
3065 hidrogeológico dessas questões que envolvem as discontinuidades estruturais, o solo e a dinâmica hídrica da região
3066 de qualquer empreendimento que vai interferir com o solo, que vai gerar alterações no território, como essas pilhas
3067 pretendidas pela Mosaic. Então não sei se já terminou meu tempo, deixa eu olhar aqui o YouTube, que eu desliguei.”
3068 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Seu tempo está terminando. A senhora precisa de prazo adicional?” Maria
3069 Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Preciso para ler algumas fontes, porque senão não vai ficar com os
3070 conselheiros que tem fontes que estão apontando isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Prazo
3071 adicional à Sra. Maria Teresa, 5 minutos: os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos
3072 adicionais.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Está concedido?” Presidente Yuri Rafael de
3073 Oliveira Trovão: “Sim, pois não.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Ok. Então eu vou passar
3074 algumas fontes. Uma matéria de 2016, ‘Aumento de abalos sísmicos em Minas Gerais preocupa especialistas’. Essa
3075 matéria foi sobre o workshop ‘Riscos naturais associados a empreendimentos de grande porte’, realizado em 11 de
3076 maio de 2016 pela Associação Profissional de Geógrafos de Minas Gerais, promovida também pelo Crea Minas. Nessa
3077 matéria sobre esse workshop, foi informado o seguinte: ‘Com o objetivo de discutir o aumento da frequência com
3078 que vêm ocorrendo desastres naturais no Brasil, especialmente em Minas Gerais...’ Aí fala da programação. Tem uma
3079 fala do vice-presidente da Aproveo Minas Gerais da época dizendo: ‘É necessário montar uma estrutura no país para
3080 minimizar riscos’. E ele destacou na matéria que ‘quando se faz grandes projetos, além de cálculos precisos, é preciso
3081 considerar as variações climáticas, não é só o aquecimento global, até o movimento da Terra em seu eixo provoca
3082 inúmeras variações normalmente’. Tem uma outra matéria, de Thiago José Augusto Madeira, Antonino Juarez Borges
3083 e outros, de 2017, publicada na Geosudeste, sobre sismicidade intraplaca no Quadrilátero Ferrífero, que não é o caso
3084 de Tapira, mas é o caso de outros licenciamentos que vêm sendo tratados na Câmara de Atividades Minerárias. Tem
3085 uma outra matéria, de 2020, ‘Minas Gerais - Um recorte sobre os abalos sísmicos e a gestão de riscos’, e nessa matéria
3086 é colocada: ‘Em 2017, o Núcleo de Estudos Sismológicos da Unimontes realizou um levantamento no qual apurou
3087 que no ano de 2016 houve 88 tremores de terra, sendo que 36 aconteceram na região metropolitana de Belo
3088 Horizonte.’ E aí no caso eu trouxe alguns exemplos sobre essa questão sísmica. Todos esses materiais, lógico, eles
3089 afirmam que não é na escala Richter 6, 7; geralmente são abalos sísmicos entre 1 e 4. Lembrando que o rompimento
3090 da Herculano, em Itabirito, em 2014, que matou três trabalhadores, no histórico que eu acompanhei como
3091 conselheira, foi um abalo sísmico, alguns meses antes, que gerou um abatimento cárstico, que na sequência levou
3092 ao rompimento. Então no caso a minha pergunta final é: em relação a essas novas pilhas da Mosaic em Tapira, num
3093 grande complexo minerário, o empreendedor considerou os princípios de precaução e prevenção que em tempos
3094 atuais de crise climática e eventos extremos se tornam cada vez mais fundamentais? Por que não foi tratada a
3095 questão sísmica com tantos apontamentos que em Minas Gerais a questão sísmica vem num crescente? E por último:
3096 foi considerado o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que está em fase praticamente final, no que se refere,
3097 principalmente, aos estudos de vulnerabilidade hídrica, exposição de ambiente a eventos extremos – que é o produto
3098 2F – e aos outros estudos feitos e em construção? É essa a minha contribuição para que pelo menos, senhores
3099 conselheiros, vai ficar registrado. Porque quando a gente registrava a preocupação com barragens, e nos disseram e
3100 afirmaram que não havia risco, nós sabemos a verdade hoje sobre barragem de rejeito. E agora nós estamos
3101 informando sempre os riscos com os eventos extremos, o subdimensionamento do cálculo desses empreendimentos,
3102 estamos alertando que deveriam ser usados os princípios da precaução, deveriam ser exigidos os piores cenários de
3103 eventos extremos para ter certeza sobre qualquer estrutura colocada no evento minerário e estamos sendo
3104 absolutamente não escutados. Então pelo menos vai ficar registrado que se falou. E torcendo. Mas, acontecendo
3105 novas tragédias com perdas humanas e não humanas, pelo menos no histórico de Minas Gerais não se vai dizer ‘ah
3106 não, nunca nos disseram sobre isso.’ Está cheio de publicações sobre esse grande risco sísmico e sobre os eventos
3107 extremos, e continua não sendo visto e considerado nos licenciamentos. É isso.” Jeiza Fernanda Augusta de
3108 Almeida/SEMAD: “Obrigada, Sra. Maria Teresa. Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal Godinho. Não está na sala. Sr.
3109 Antônio Wilson. Também não está na sala. Sr. Lucas de Ávila Carvalho. Não está na sala. Sr. Cláudio Brito Silveira.
3110 Não está na sala. Helena Duarte. Não está na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élide Murta. Não está na
3111 sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira. Não está na sala. Lucas Monteiro. Também não está na sala.
3112 Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala.
3113 Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. Elvis Eleno da Silva.

3114 Não está na sala. Gabriele Araújo. Não está na sala. Karen Suzana. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala.
3115 Edneia Aparecida. Não está na sala. Daniela Amaral. Não está na sala. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal
3116 de Oliveira. Não está na sala. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Também não está na sala. Algum inscrito entrou após
3117 a chamada para manifestar que esteja na sala neste momento, neste item de pauta? Ok. Senhor presidente, então
3118 não temos mais inscritos para este item de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O Conselho tem algum
3119 destaque a ser feito? Pois não, Selma.” Conselheira Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu queria
3120 me abster deste processo porque sou parte interessada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Nós
3121 colocamos impedimento neste processo. Algum outro destaque por parte do Conselho? Não? Houve alguns
3122 questionamentos, eu volto à palavra aos representantes do empreendimento para manifestação. Nayana. Pois não,
3123 Nayana.” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Ok, presidente Yuri. Obrigada. Foram feitas várias perguntas.
3124 Nayana, gerente de licenciamentos da Mosaic. Eu anotei aqui, espero conseguir responder todas e tem colegas
3125 também que vão conseguir complementar. Sobre a primeira pergunta, da nossa distância da serra da Canastra,
3126 estamos há 20 Km do limite da zona de amortecimento, então estamos fora da área, há 20 Km da zona de
3127 amortecimento. Sobre o processo, eu queria pedir permissão aqui para poder colocar um fluxograma na tela, para
3128 poder explicar. É possível?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É, sim, Nayana. É só você ter aí o ‘share’, aí
3129 você pode colocar.” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Ok, só um minuto... Aqui é um fluxograma relativamente
3130 simples, mas só para esclarecer sobre a pergunta do Sr. Felipe. Nós temos uma mina a céu aberto, que acontece a
3131 lavra, é uma mina de fosfato. Parte do material que não tem valor econômico a gente encaminha para a pilha de
3132 estéril, e parte a gente manda, onde é o minério, para a usina de beneficiamento. É uma usina de beneficiamento a
3133 úmido, então temos a necessidade de ter as barragens para receber os rejeitos. E o produto é expedido por
3134 mineroduto, em seu grande volume. Podemos considerar 90% do volume por mineroduto. Então já respondendo
3135 também a pergunta sobre os caminhões, o trânsito de caminhão, considerando o volume expedido, é baixo, porque
3136 grande parte é toda feita por mineroduto para a unidade de Uberaba; e uma parte da expedição menor, 10%, por
3137 caminhões, que são enlonados e não passam por cidades históricas. Não tem nenhuma reclamação relacionada a
3138 essas questões trazidas pelo Sr. Felipe. Nesses casos, contextualizando a pilha de magnetita, que é o processo aqui
3139 que estamos analisando, já vem nessa linha de ser uma evolução de barragens. Esse era um rejeito que enviávamos
3140 para barragens, e conseguimos evoluir para ter a pilha. Então já é uma alternativa tecnológica para não ter esse
3141 material sendo enviado para as barragens e reduzir a necessidade de novas barragens. Ela tem os dispositivos
3142 hidráulicos – respondendo também à pergunta da Maria Teresa – todos dimensionados para decamilenar. Foram
3143 feitos estudos de condição de estabilidade, inclusive para as questões de sismos foi feito isso, e os nossos resultados
3144 são superiores ao que exige a legislação. Estão previstos 42 instrumentos para monitoramento, além da
3145 microssísmica que já fazemos para as barragens, o que acaba atendendo a toda a unidade. Temos monitoramento
3146 de microssísmica nas barragens. Então nessa questão PDM 2, ela já vem nesse sentido mesmo de trazer uma
3147 alternativa tecnológica para reduzirmos a necessidade, não em 100%, mas já parcialmente da necessidade de
3148 barragens. Ela vai ser implantada numa área interna nossa, que já está 80% antropizadas, porque é ampliação de
3149 uma área, e fica bem no meio da unidade. Então já era uma área que já tinha impactos anteriores, já não tem uma
3150 vegetação mais representativa para a região. Sobre as questões de ESG trazidas também pelo Felipe, nós temos
3151 metas de ESG da empresa como um todo. A Mosaic no Brasil tem metas de redução de água e reduções de emissões
3152 atmosféricas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Tudo isso disponível na nossa página da
3153 internet. Inclusive, contribuindo muito porque a gente acaba tendo na nossa cadeia a produção de fertilizantes mais
3154 inovadores, no sentido de eles também trazerem qualidade para o solo, até aumentando a capacidade de absorção
3155 de carbono do solo. Então quando falamos de fertilizante ele tem um produto do minério, do fosfato, importante
3156 porque estamos falando de um solo bem cuidado, de um solo com saúde, que vai evitar a entrada em novas áreas
3157 de supressão e também apoiar, porque um solo saudável tem maior capacidade de absorção de carbono. Então pode
3158 apoiar também as ações dos agricultores que têm essa intenção de também ter resultados positivos em relação a
3159 essa temática tão importante que é a questão de emissões e também mudanças climáticas. Da minha parte, é isso.
3160 Eu acredito que respondi a maioria das perguntas. Eu vou só passar a palavra para mais uma representante, que é a
3161 Caroline, que vai responder especificamente sobre as questões com comunidades para complementar, eu acredito,
3162 que todas as respostas.” Caroline Favaro Oliveira Valera/Mosaic Fertilizantes: “Boa tarde. Posso me posicionar,
3163 senhor presidente?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pode, sim, pois não.” Caroline Favaro Oliveira
3164 Valera/Mosaic Fertilizantes: “Relacionado às comunidades do entorno, eu gostaria de esclarecer que nós temos um
3165 time dedicado ao relacionamento com as comunidades e atendimento das comunidades vizinhas. Nós não temos

3166 histórico de reclamações relacionadas ao transporte por caminhões neste empreendimento, e a movimentação,
3167 como exposto pela Nayana, é principalmente interna, até mesmo porque a maior parte do produto é movimentada
3168 pelo mineroduto. Também não temos reclamações relacionadas a rachadura de casas no entorno das operações de
3169 Tapira. Acho que foram esses os pontos relacionados à comunidade, espero ter esclarecido. Muito obrigada.”
3170 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Nós temos mais um inscrito que entrou
3171 posteriormente?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Isso, senhor presidente. A Sra. Solange, ela já está
3172 na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange, a senhora tem intenção de se manifestar?” Solange
3173 Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Tenho, sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Solange... A
3174 senhora tem 5 minutos. Pois não.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Muito obrigada. Eu vou falar para
3175 você que eu estou esperando desde às 5h08. Eu não entrei posterior. Eu ouvi tudo que aconteceu, ouvi perguntando
3176 e continuei mandando mensagens. Estão todas registradas no WhatsApp. Eu queria muito, muito mesmo, perguntar
3177 para vocês quem são os sócios da Fleurs. E queria fazer uma observação sobre a minha primeira fala, mais cedo, que
3178 é o controle social. Dentro do controle social, eu acho que a sociedade tem direitos de fazer os questionamentos. E
3179 é uma coisa muito interessante que eu ouvi nas respostas anteriores às minhas falas, porque ‘não tem reclamação
3180 de caminhão’. A imprensa mostra isso. ‘Não tem reclamação de casa rachada’, a imprensa mostra isso. Eu acho que
3181 talvez vocês podem estar sugerindo que as pessoas não estão fazendo a reclamação, as observações no canal de
3182 vocês. Aí eu acredito, porque mais escândalo do que a gente vem tendo, mais falas do que a gente vem ouvindo
3183 sobre isso é surreal. E eu queria saber também sobre quais são os principais artigos da DN do COPAM de nº 217/2017
3184 que afetam o licenciamento da empresa. E queria muito, gente, falar com vocês, e vou repetir para o senhor, que o
3185 senhor fez uma cara de que não compreendeu o que eu disse: quais são os principais artigos da DN COPAM de nº
3186 217/2017 que afetam o licenciamento da empresa. E eu queria falar com vocês uma coisa que eu considero muito
3187 importante: coragem. Eu acho que quando agimos com coragem a gente age com o que está no coração da gente. E
3188 peço para vocês, ajam com coragem. E vou falar de uma outra questão que me é muito cara, que é chamada de
3189 canalhice. E quando eu falo ‘canalhice’, gente, o termo ‘canalha’ não é na ofensa que as pessoas olham geralmente.
3190 Faz uma pesquisa sobre canalhice no sentido filosófico da palavra. Porque quando a gente olha no sentido filosófico
3191 da palavra eu sou designada a fazer algo, inclusive, em bem público, em ato público, interesse público; e quando eu
3192 me abstenho de fazer o que eu tenho que fazer e abro mão de fazer e decido jogar contra, eu, Solange, me considero
3193 uma canalha. Canalhice está ligada a isso. Então não levem no sentido popular da coisa. Façam uma pesquisa sobre
3194 isso para a gente ver o que acontece. Porque quando olhamos a localização da mina, as coordenadas geográficas,
3195 quando olhamos se elas estão na área rural ou urbana, a designação que é dada para isso, de um empreendimento,
3196 se ele está numa unidade de conservação, se tem cursos d’água, quais são os prejuízos que ela vai trazer para a fauna,
3197 quais são os prejuízos que ela vai trazer para a flora. Quando olhamos a forma como aquilo ali foi construído,
3198 conforme eu disse mais cedo, debaixo do cume, da ponta mais alta da serra do Curral, e a gente chega ali debaixo do
3199 pé dele e vê que com pouco tempo de chuva, poucos anos de chuva, aquilo vai desmoronar, porque está tão perto.
3200 E quando a Fleurs consegue entrar ali e fingir que ia tirar rejeito, e eles escavam mais e aproximam mais, e ano a ano
3201 passamos ali e vemos que vai arredando mais para próximo do pico, a gente entende o que está acontecendo. Então
3202 eu peço para vocês que olhem o que está acontecendo realmente, saiam do gabinete, não fiquem no gabinete, não
3203 fiquem dentro dos escritórios de vocês, calcem um tênis e vão até lá, como nós ambientalistas, nós ativistas vamos.
3204 Porque acredito eu que, se vocês estivessem lá ano a ano assistindo, o voto de vocês seria diferente.” Presidente Yuri
3205 Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Pois não.” Presidente Yuri Rafael
3206 de Oliveira Trovão: “Sra. Solange, a senhora está falando da Fleurs.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil:
3207 “Exatamente, da mineração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora está falando da Fleurs, e nós
3208 estamos no item 7.1, Mosaic Fertilizantes.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Então eu vou continuar,
3209 Mosaic Fertilizantes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só interromper a senhora, aguardei os 5 minutos.
3210 Então deixa eu só esclarecer para a senhora. Nós estamos no item 7.1, Mosaic Fertilizantes P & K. A senhora fez
3211 questionamento sobre a Fleurs. Então não cabe aqui os representantes da Mosaic nem os representantes da equipe
3212 técnica do Triângulo Mineiro estar respondendo sobre o processo da Fleurs. Em relação ao questionamento da
3213 senhora perguntando quais os artigos fala do processo de licenciamento, em relação à Deliberação Normativa 217:
3214 todos. Todos os artigos se referem ao processo de licenciamento. A senhora vai precisar de tempo adicional para
3215 falar da Mosaic Fertilizantes? Eu tenho que colocar em votação.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok.”
3216 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em votação, 5 minutos adicionais à Sra. Solange. O Cícero está informando
3217 ‘não’, está manifestando ‘não’. Francisco também manifestou ‘não’. Duas manifestações contrárias. Dr. Thiago

3218 também está respondendo 'não'. Alessandro também está respondendo 'não'. Deu quantos, foram quantos
3219 conselheiros? São nove conselheiros. Cinco falaram 'não' à manifestação da senhora. Então, infelizmente, não posso
3220 dar o prazo adicional. Agradeço a participação. Assim encerramos com os inscritos. Eu passo a palavra à equipe
3221 técnica do Triângulo." Representante da URA Triângulo Mineiro: "Boa tarde, presidente. A URA TM não quer se
3222 manifestar, pois a empresa já fez as respostas cabíveis às manifestações que tinham relação com o nosso processo."
3223 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, não havendo destaque por parte do Conselho, eu
3224 coloco em votação: Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Como vota a Assemg? Ausente. Como vota a Sede?" Conselheira
3225 Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: "Favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota
3226 a Sedese? Como vota a Codemig? A Selma está impedida. Como vota a Copasa?" Conselheiro Alessandro de Oliveira
3227 Palhares/Copasa: "Favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a Segov?" Conselheira Elisa
3228 Borges Moreira/Segov: "Favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a Ciemg?" Conselheiro
3229 Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: "Favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota o
3230 Sindiextra?" Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: "De acordo com o Parecer Único da FEAM."
3231 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Zeladoria do Planeta está ausente. Como vota o IHMBio? Ausente. Como
3232 vota a ANM?" Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: "Cícero, ANM, vota favorável." Presidente Yuri
3233 Rafael de Oliveira Trovão: "Sedese, como vota?" Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: "De acordo com
3234 o parecer da FEAM também." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então aprovado por sete votos
3235 favoráveis e quatro ausências no momento da votação." **7.2) AMG Brasil S/A. Pilha de rejeito/estéril. Nazareno e**
3236 **São Tiago/MG. PA/SLA/Nº 2371/2022. ANM: 000.466/1943. Classe 6. Apresentação: URA SM.** Presidente Yuri
3237 Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, o superintendente do Sul... Eu ia fazer aqui a interrupção, mas o
3238 superintendente do Sul está solicitando que passemos ao empreendimento 7.2. Então empreendimento 7.2, AMG
3239 Brasil S/A. Não teve destaque do Conselho. Passo para os inscritos." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
3240 "Senhor presidente, o primeiro inscrito é o Sr. Felipe Gomes." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe."
3241 Felipe Gomes/sociedade civil: "Ok. Vamos lá, só um segundo. Então nós estamos falando agora da AMG Brasil S/A,
3242 uma LAC 1, LP, LI, LO de ampliação em Nazareno, São Tiago. Mas antes, pessoal, era importante comentar que
3243 tiveram perguntas que não foram respondidas da outra. Perguntei sobre a questão dos autos de infração, ninguém
3244 tocou no assunto. Então a respeito da AMG Brasil eu já vou começar com ela, porque eu acho que é importante essa
3245 questão dos autos de infração. Gostaria de saber: essa empresa tem autos de infração com ela, tem multas, quais
3246 foram esses autos de infração, por que ela foi multada? Sim ou não, está pago, não está? Teve multa por apresentar
3247 informação falsa, por desmatar sem licença, por impedir fiscalização, por descumprir determinação de suspensão de
3248 atividade? Ela já assinou o TAC? Porque tem vezes parece que assinar TAC resolve tudo. E eu não estou falando
3249 simplesmente dessa licença específica, eu estou perguntando do empreendimento. Porque muitas vezes essa
3250 questão da ampliação você tem ali um histórico, tem uma ficha corrida, pregressa. Então eu gostaria de saber se a
3251 AMG Brasil S/A, como é esse histórico de auto de infração. Nós estamos falando do empreendimento que está em
3252 área de reserva da biosfera, então nós estamos falando de uma área extremamente sensível, que mais uma vez
3253 estamos trabalhando aqui com pilha de rejeito e estéril. Eu gostaria de trazer à questão dessa vez do questionamento
3254 sobre poluição atmosférica. Temos visto a total negligência, em muitos empreendimentos, da questão da poluição
3255 atmosférica. Congonhas é um caso clássico. O Sandoval falou com muita propriedade. E aí a gente vê essa explosão
3256 de pilhas de rejeito, pilhas de estéril. E em contrapartida também vê uma explosão da piora da qualidade do ar em
3257 diversas cidades. Eu gostaria de entender. Na hora que você olha 'aqui vai fazer aspersão, vai instalar sistema de
3258 monitoramento' e tal, mas a gente vê que isso não é suficiente em muitos casos. A Edneia falou muito claramente,
3259 lá no Taquaril, as casas das pessoas, varre de manhã, e de tarde já está cheio de minério. Então eu queria entender,
3260 um pouco mais profundamente, como que é o tratamento da questão das emissões atmosféricas aqui no caso da
3261 AMG. E mudanças climáticas: é impressionante a negligência dos empreendedores e do órgão ambiental com esse
3262 cenário de mudanças climáticas. Eu olhei e não achei nenhuma palavra no parecer sobre a questão climática, sobre
3263 a questão de mudanças climáticas. E aí pasmem, tempos de recorrência de 100 e 500 anos. No dispositivo de grande
3264 vazão, 500 anos. Aí eu queria questionar para o empreendedor. Não sei se ele está presente, se não está. Mas gostaria
3265 também de ouvir da parte técnica do órgão ambiental se entendem como adequado num cenário de mudanças
3266 climáticas, que estamos vendo aí chuvas nunca antes observadas. Só a gente lembrar como é que foi em Bertiooga,
3267 Petrópolis e até mesmo Belo Horizonte, numa chuva que tivemos aqui com volumes nunca registrados. E aí você
3268 pega e me coloca fazendo dimensionamento com tempo de recorrência de 500 anos? Se o órgão entende isso como
3269 adequado. O ponto mais crítico de qualquer empreendimento minerário é o sistema de drenagem de água pluvial. E

3270 aí você coloca 500 anos? Eu fico assustado, e o órgão ambiental achando isso normal. Aí eu queria ouvir do órgão
3271 ambiental: esse empreendimento foi analisado por uma equipe técnica efetiva, concursada? ou, assim como já vimos
3272 aqui ocorrer, por mais que alguns aí tendem a tratar como a maior naturalidade do mundo... Eu fico um pouco
3273 estarecido quando eu vejo, quando a gente vê uma empresa que está no mercado prestando serviço para inúmeras
3274 mineradoras ser contratada pelo órgão ambiental para fazer análise de processo de licenciamento. Tudo bem, se vê
3275 isso como legal, mas é estranho. Será que é moral isso? Se ela quer trabalhar para mineradora, beleza, não tem
3276 problema nenhum. Mas subsidiar o órgão, o órgão achar adequado? Isso eu queria entender, se este
3277 empreendimento também está indo. Porque não sei se foi o Yuri ou o Vitor que falou ‘vocês vão ver se tornar cada
3278 vez mais comum esse tipo de análise’...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, desculpa interrompê-
3279 lo. O tempo do senhor de 5 minutos acabou. Questiono se o senhor vai precisar de tempo adicional. Eu tenho que
3280 colocar em votação.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Sim, mais 1 minuto, presidente. E conto também, gostaria de
3281 pedir aos conselheiros, já que estou me atendo ao empreendimento. Acho que está bem claro, inclusive, eu queria
3282 falar agora sobre as comunidades do entorno...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Felipe. Eu sempre
3283 estou dando 1 minuto agora ao final dos 5 minutos que acabam. Cinco minutos adicionais ao Sr. Felipe. Os
3284 conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Ok. Sr. Felipe, 5 minutos
3285 adicionais. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu agradeço muito pelo entendimento. Então eu fico assustado
3286 quando a gente vê isso, essa normalidade, eu não sei se isso está alinhado... Teve uma vez que um local pegou e
3287 pagou um processo de modernização da legislação ambiental. Não sei se isso tem a ver, contratar agora empresa
3288 que presta serviço para mineração com esse processo de modernização que o Estado passou. Depois podia explicar
3289 se isso tem a ver. Aí eu volto na questão da audiência pública. Eu acho um relato tão sucinto, pensar que tiveram
3290 acho que 292 pessoas, 36 inscritos e tal. E a gente vê um relato de uma página, assim muito pequenininha no
3291 relatório. É isso mesmo, todas as perguntas foram respondidas? Quantas perguntas existiram na audiência pública?
3292 É possível me informar, me reportar isso? Eu gostaria. Então só recapitulando para depois não falar que respondeu
3293 tudo. Eu perguntei sobre emissões atmosféricas, eu perguntei sobre autos de infração, eu perguntei sobre quem
3294 elaborou o parecer. Se foi a empresa que presta serviço para mineradora. Também estou perguntando sobre a
3295 audiência pública e quantos questionamentos foram apresentados, se foi dada resposta a quem apresentou as
3296 perguntas. Porque, por exemplo, eu não recebi resposta dos meus questionamentos na audiência de que participei.
3297 Então, pessoal, eu gostaria de entender. Eu gostaria de perguntar agora ao empreendedor que ele explique mais
3298 detalhadamente como que eles tratam a questão climática, essa questão de mudanças do clima. Ele tem tratado
3299 isso, ele levou em conta os seus cálculos de dimensionamento? Porque, em um dos sistemas de drenagem, 500 anos
3300 é assustador. Eu fico preocupado com o restante dos equipamentos, se foram tratados dessa mesma forma,
3301 considerando assim um tempo de recorrência extremamente baixo, bem diferente da nova realidade que temos
3302 vivenciado. Na questão das comunidades do entorno, que nós temos ali Cajengá, Estação Nazareno, Minas Brasil,
3303 Germinal, Martins. Eu vi, inclusive, lá, se não me engano, em Cajengá, muita gente trabalha no empreendimento e
3304 tal. Mas foi feita uma pesquisa socioeconômica com esse pessoal? Tem gente que é contrária ao empreendimento?
3305 Quantos por cento é contrário, levantou questionamentos, quais são esses principais questionamentos apresentados
3306 por essa comunidade do entorno, quais são os principais problemas que foram reportados pela comunidade que
3307 estão efetivamente sendo tratados? E se pudesse o empreendedor detalhar quais foram essas ações efetivas para
3308 mitigação desses impactos reportados pela comunidade do entorno. E aí eu gostaria de entender um pouco sobre os
3309 próprios conselheiros. Por exemplo, a Copasa, nós estamos aqui, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, nós
3310 estamos vivendo cenários de falta hídrica em várias cidades, sem um plano B para Belo Horizonte. Tem algum risco
3311 para o abastecimento hídrico esse empreendimento, ele traz algum risco, isso foi analisado? Como que a Copasa
3312 trabalha isso, trabalhou isso nesse empreendimento específico? E gostaria também de questionar a ANM se todo o
3313 processo, todas as fases do processo minerário foram respeitadas, se teve algum entrave no meio do caminho, algum
3314 descumprimento no meio do caminho que levou a alguma atuação, perda de prazo ou não; se ele cumpriu todos os
3315 prazos. Aos representantes da sociedade civil – não sei se aí ainda estão a Zeladoria do Planeta e o IHMBio –, se eles
3316 chegaram a ter algum contato com moradores do entorno, com a comunidade, se foi trazida alguma demanda a eles
3317 ou não. Então é isso, pessoal, eu trago aqui questionamentos, espero que desta vez eles sejam respondidos, em
3318 especial, autos de infração, questão de mudanças climáticas, questão de risco para abastecimento hídrico, questão
3319 relacionada a poluição atmosférica, questão relacionada a resposta dos questionamentos da audiência pública,
3320 quantas foram e tal, e 500 anos, tempo de recorrência adequado. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
3321 Trovão: “Agradeço a manifestação. Por favor, próximos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:

3322 “Próximo inscrito, Sr. Sebastião Fortunado. Não está na sala. Sra. Elisa Monteiro Marcos. A Sra. Elisa está na sala,
3323 senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Elisa, pois não.” Elisa Monteiro Marcos/AMG
3324 Brasil S/A: “Boa tarde, presidente, boa tarde, conselheiros. Eu vou me manifestar no caso de haver necessidade. O
3325 empreendedor está aí, e no caso de precisar de suporte técnico eu estou aqui para auxiliar.” Jeiza Fernanda Augusta
3326 de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Artur Colito. Não está na sala. Sr. Paulo Emani. Também é do empreendedor. Creio
3327 que somente se tiver necessidade, considerando a inscrição dele. Sra. Jessica Matos. Desculpe, Sr. Paulo Emani, o
3328 senhor gostaria de se manifestar, mesmo se somente havendo necessidade de manifestação?” Paulo Emani/AMG
3329 Brasil S/A: “Não. Somente se houver necessidade.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Jessica
3330 Matos também não está na sala. Sr. Adão Mariano.” Adão Mariano/AMG Brasil S/A: “Só se tiver necessidade de
3331 manifestação. Obrigado.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sra. Ingrid Rodrigues. Não está na
3332 sala. Sra. Roseli Correia. Não está na sala. Camila Carvalhal. Kátia Rabelo. Não está na sala. Sra. Solange Cirino
3333 Rodrigues. Está na sala?” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Estou na sala. Primeiro, só repassando para mim
3334 aqui: qual é a pauta agora? Para eu não misturar os assuntos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “7.2, AMG
3335 Brasil S/A.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “E a pauta dela é?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
3336 “Não estou entendendo o questionamento da senhora.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Essa empresa,
3337 recapitula para mim, por gentileza? Essa empresa...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É uma Licença Prévia
3338 concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação. 7.2, AMG Brasil S/A.” Solange Cirino
3339 Rodrigues/sociedade civil: “Ok. E é mineração? Certo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim.” Solange
3340 Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Aí eu faço de novo sempre os meus questionamentos, gente. É mineração.
3341 Como é que fica essa licença que corre o risco de ser dada? Quais são as exigências que estão sendo feitas para essa
3342 mineradora? Quais são as garantias que ela está dando para vocês? Quais são as proteções que estão sendo dadas
3343 para a população? Qual é o interesse dessa população sobre isso? O que quem está contra pensa e por que está
3344 contra? Porque o que acontece sempre é mais ou menos a mesma coisa. Às vezes eu tenho uma sensação de que
3345 estou em 1500, que estamos aqui agora sendo literalmente ‘reinvadidos’. Com um detalhe: a gente já sabe o que
3346 acontece, a gente já sabe como que a banda toca. E agora ela é muito mais uma banda que toca de uma maneira
3347 muito mais agressiva. É uma banda que de uma forma muito clara. E aí eu pergunto para o responsável pelo
3348 empreendimento: qual contrapartida o povo de Minas vai ter, o povo da cidade vai ter? Porque chegar lá e dar
3349 migalha como se fosse esmola para aquela população, onde ela recebe pequenos benefícios, como reforma de
3350 hospital, escola, praça, e depois vai deixar uma cidade devastada, uma cidade sem água, uma cidade inabitável.
3351 Porque Minas Gerais é uma forte candidata a isso, vai ser cratera geral, como foi falado mais cedo e vai ser
3352 completamente destruída. Nós estamos numa situação de crise climática, eventos extremos. E as garantias? Aí eles
3353 vêm e falam para a gente assim: ‘Vai ser mineroduto.’ E como eu disse lá atrás. Eu queria saber o valor da conta de
3354 água das mineradoras, eu queria saber o valor da conta de luz das mineradoras. Porque pelo que me consta elas só
3355 recebem vantagem. Recebem vantagem, não dão contrapartida, quando dão...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
3356 Trovão: “Sra. Solange... Parece que teve um problema de conexão. Sra. Solange... Vamos fazer isto, depois, quando
3357 a Sra. Solange retornar, damos o prazo adicional para ela. Vamos na sequência.” Jeiza Fernanda Augusta de
3358 Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita, Sra. Juliana Matos. Não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala. Isadora
3359 Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida. Não está na sala. Sra. Vera Inez. Não está na sala.” Solange Cirino
3360 Rodrigues/sociedade civil: “Voltei.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Solange, a senhora tem o
3361 tempo, ainda restam 2min17.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Eu vou agradecer por poder usá-lo, gente.
3362 Muito obrigada. A internet caiu aqui. Mas aí eu parei na fase em que a gente fica esperando por vocês, a gente espera
3363 por vocês, espera uma resposta, espera uma medida eficaz, um governo que seja realmente eficiente, um governo
3364 que olhe realmente as coisas como elas são e pare de entregar o nosso Estado. Nós vamos ficar sem água, vocês
3365 estão destruindo e deixando destruir, o que é pior, de forma legal, mas não é moral. Então pensem sobre isso,
3366 pensem de forma moral, porque quando você olha legal a lei, infelizmente, permite essas coisas, mas a moral, quando
3367 você deita na sua cama, com sua cabeça no seu travesseiro, é nisso que vocês têm que pensar. Porque eu falo para
3368 vocês, nós não vamos parar, nós não vamos parar. A serra do Curral não é para ser minerada, as nossas montanhas
3369 são reservatórios, são filtros de água, elas estão ali é para isso. E vocês estão deixando, entregando, não sei por quê,
3370 a troco de quê, as coisas dessa forma. Era isso que eu queria falar. Muito obrigada.” Jeiza Fernanda Augusta de
3371 Almeida/SEMAD: “Obrigada. Próximo inscrito, Sr. Agnes Felipe. Não está na sala. Sr. Elgen Leonardo. Não está na
3372 sala. Sra. Helena Lopes de Oliveira. Também não está na sala. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Polyana
3373 Gandra. Não está na sala. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane Ferreira. Não está na sala.

3374 Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Também não está na sala. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na
3375 sala. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério Diniz
3376 Azevedo. Não está na sala. Roberto Celso Dias de Carvalho. Não está na sala. Maria Teresa.” Maria Teresa Viana de
3377 Freitas Corujo/sociedade civil: “Boa tarde. Em relação a esse processo de licenciamento, que também trata de pilhas
3378 de rejeito e estéril, também no âmbito de licenciamento de ampliação, com as três licenças concomitante, desta vez
3379 nos municípios de Nazareno e São Tiago, eu realmente, em relação à questão do tempo de retorno, é mencionado;
3380 é mencionado que foi calculado a questão das canaletas, escadas de descida da água, toda a parte de drenagem foi
3381 adotada; o tempo de recorrência de 500 anos. E aí eu reitero o que eu falei no item anterior, basicamente, que o
3382 dimensionamento dessas estruturas, a nosso ver, está completamente desatualizado em relação à crise climática, à
3383 atual situação dos eventos extremos, que já tão ultrapassando o tempo de retorno de 1.000 ou de 10.000 ou até
3384 superior a 10.000, como já foi mencionado em alguns casos. E isso não foi considerado, tanto é que neste caso, na
3385 página 12 do Parecer Único, está bem claro dizendo que foi considerado o tempo de retorno de 500 anos. Então se
3386 nos cálculos de dimensionamento dessas estruturas dessas pilhas foi calculado, e foi embasado esse
3387 dimensionamento para esse tempo de retorno, lógico que se por acaso tiver em cima de Nazareno e São Tiago, na
3388 localização dessa pilha, um evento extremo, lógico que essas pilhas de rejeito e estéril não vão suportar, e as
3389 consequências ambientais e humanas e não humanas já são previsíveis. Não vou reiterar aqui toda as fontes sobre o
3390 fato de que, em Minas Gerais, há um crescente aumento de sismos, mesmo que de pequena magnitude, de 1 até 4,
3391 que também é uma questão que é completamente não considerada nos empreendimentos de grande porte. Reitero
3392 essa preocupação e finalizo só deixando registrada a indagação que é: o empreendedor e as suas consultorias
3393 consideraram os princípios da precaução e prevenção ao embasar os estudos para propor esse empreendimento,
3394 consideraram as questões de segurança hídrica que, inclusive, demandam do próprio Estado brasileiro cada vez mais
3395 pensar soluções para essa segurança hídrica, inclusive, com esse Plano Mineiro de Segurança Hídrica em curso? E é
3396 isso. Continuo muito preocupada, não é de hoje, geralmente, é desde o rompimento da estrutura em Itabirito,
3397 quando eu na época olhei a fundo o processo, e lá estava claro toda a sequência que levou ao rompimento. Naquele
3398 caso específico, tinha uma relação direta com um sismo de pequena magnitude, que meses depois, associado a
3399 outras questões, como o não monitoramento devido, gerou o rompimento. E aí desde aquela época e lendo a cada
3400 momento esses novos estudos eu vivo extremamente preocupada com esses empreendimentos, essas pilhas, essas
3401 barragens, essas estruturas nos territórios, que qualquer situação desse tipo, seja evento extremo de chuva ou de
3402 seca, mas principalmente de chuva, ou seja, abalos sísmicos, está claro que nenhuma dessas estruturas foi projetada
3403 considerando. no âmbito até da engenharia, essa situação. Então nós estaríamos diante de novas tragédias. É isso. E
3404 encerro por aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado pela manifestação. Próximos inscritos.” Jeiza
3405 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Antônio Wilson. Não
3406 está na sala. Sr. Lucas de Ávila Carvalho. Não está na sala. Cláudio Britto. Não está na sala. Helena Duarte. Não está
3407 na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élide Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala.
3408 Vander Meira Pereira. Não está na sala. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza Rego. Não está na
3409 sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de
3410 Souza. Não está na sala. Bruno Victor. Não está na sala. Elvis Eleno da Silva. Não está na sala. Gabriele Araújo. Não
3411 está na sala. Karen Suzana. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida. Não está na sala.
3412 Daniela Amaral. Não está na sala. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal de Oliveira. Não está na sala. Sr. João
3413 Augusto Dias Silva.” João Augusto Dias Silva/AMG Brasil S/A: “Boa tarde.” Jeiza Fernanda Augusta de
3414 Almeida/SEMAD: “Boa tarde, Sr. João. O senhor vai se manifestar ou somente se necessário?” João Augusto Dias
3415 Silva/AMG Brasil S/A: “Somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ok. Obrigada. Sr. Diego
3416 Koite de Brito.” Diego Koite de Brito Fugiwara/AMG Brasil S/A: “Boa tarde. Permaneço à disposição se necessário.”
3417 Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Robert Luiz dos Santos.” Robert Luiz Gomes dos
3418 Santos/AMG Brasil S/A: “Boa noite, pessoal. Eu vou me manifestar somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta
3419 de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Paulo Augusto Bueno da Rocha.” Paulo Augusto Bueno da Rocha/AMG Brasil S/A:
3420 “Olá a todos. Eu vou me manifestar somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “OK,
3421 obrigada. Aos demais que estão na sala, nós chamamos, fizemos a chamada dos inscritos, alguém que não estava
3422 durante a chamada está na sala? Sem manifestação, senhor presidente. Encerramos os inscritos.” Presidente Yuri
3423 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Repasso ao Conselho. Tem algum destaque, antes de passar para a equipe do Sul?
3424 Não havendo, eu passo a palavra à equipe do Sul. Sr. Anderson, pois não.” Anderson Ramiro de Siqueira/URA Sul de
3425 Minas: “Boa noite, senhor presidente. Boa noite a todos os conselheiros. Estaremos aqui trazendo as informações

3426 solicitadas por aqueles que fizeram inscrições, tanto por mim quanto pelo diretor Eridano. No que me compete, o
3427 que eu tenho a esclarecer aos conselheiros e obviamente ao inscrito que assim indagou é que o processo foi feito
3428 por equipe integrante dos quadros de servidores da FEAM. No que se refere a existência de auto de infração, o
3429 Decreto Estadual 47.383 determina que a existência da infração seja fator que reflita na validade das licenças
3430 ambientais. A exceção está na validade da licença de ampliação, as quais deverão estar adstrita ao prazo
3431 remanescente da licença principal. Este processo é um processo de uma licença de ampliação, assim não foi verificada
3432 a existência de AI nessa análise, já que não está presente no fluxo processual vigente. O coordenador Eridano vai
3433 fazer também a manifestação de alguns pontos técnicos, e eu estou à disposição se caso surgir alguma outra
3434 manifestação no sentido legal.” Eridano Valim dos Santos Maia/URA Sul de Minas: “Boa noite a todos... Boa noite,
3435 senhor presidente, boa noite, demais conselheiros e demais que acompanham a reunião. Na condição de
3436 coordenador de análise técnica da equipe do Sul de Minas, responsável pela equipe que fez a gestão e análise desse
3437 processo, vou tentar responder algumas questões que eu notei e que foram elencadas nos questionamentos.
3438 Inicialmente, sobre a audiência pública, inclusive, posso falar com conhecimento de causa porque estive na audiência
3439 pública acompanhando não só todo o planejamento, mas a execução e as tratativas posteriores à audiência. Acredito,
3440 sim, que todos os questionamentos foram respondidos. E já tem um tempo da realização dessa audiência, acredito
3441 que se houvesse alguma demanda a gente teria recebido. Não tenho hoje nenhuma demanda pendente de resposta,
3442 pelo menos da nossa parte aqui, identificada ou rastreada. Entre os principais questionamentos elencados na
3443 reunião, como já adiantado pelo próprio Felipe, foi uma reunião que contou com número expressivo de pessoas.
3444 Acho que tiveram quase 300 ou mais de 300 pessoas. Enchemos um estádio, a empresa conseguiu encher quase que
3445 um ginásio nessa audiência. Parte das pessoas que se inscreveram para fazer perguntas se se manifestaram favorável
3446 e colocaram alguns pontos positivos em relação à empresa, empregabilidade e outras questões. E no que diz respeito
3447 aos aspectos negativos ou que incomodavam a população, aqueles que não estão mencionados no item específico
3448 do parecer de audiência pública é porque foram destrinchados nos demais. Mas citaria aqui entre os principais
3449 questões socioeconômicas que dizem respeito entre a mineração e a prefeitura e que, parcialmente, extrapolam um
3450 pouco o âmbito do licenciamento ambiental, mas que ainda assim a gente tratou, trouxe a relação de projetos que
3451 a empresa executa. E até depois da reunião continuou acompanhando até certo ponto as tratativas entre prefeitura.
3452 E ao que nos é de conhecimento agora eles vêm desenvolvendo bem essa relação, vêm amadurecendo bem essa
3453 relação no que diz respeito a esses aspectos de empregabilidade, de cursos e tudo mais. De fato, o principal ponto
3454 relacionado ao impacto ambiental e de maior incômodo da empresa levantado pela população na audiência pública
3455 foi a emissão de poeira, principalmente no que diz respeito a uma estrada que dá, se eu não me engano, se não me
3456 falha a memória, com uma extensão de 6 Km aproximadamente, que dá acesso à empresa, e que pela alta
3457 trafegabilidade de caminhões trazia um prejuízo, um incômodo, não só incômodo, mas malefícios à própria saúde da
3458 população no entorno. Para resolução disso, havia uma dependência de outros órgãos, que no caso é o DER, porque
3459 era uma rodovia estadual. Esse item foi objeto de solicitação de informação complementar dentro do processo, onde
3460 nós solicitamos para a empresa que detalhasse para nós qual era o diagnóstico atual que diz respeito ao estado de
3461 conservação da estrada e da comunidade afetada, acompanhado de projeto e cronograma das ações que seriam
3462 realizadas. E a empresa apresentou um contrato que foi assinado com o DER onde ela de fato se comprometeu a dar
3463 toda a manutenção que é necessária nessa estrada que dava acesso. Esse de fato era o principal ponto. É claro, saindo
3464 um pouco da questão pontual do impacto atmosférico dos caminhões, existe o impacto difuso da qualidade do ar.
3465 Apesar de não constar no relatório, porque é um resultado muito detalhado, consta nos estudos que foram
3466 apresentados na empresa. Inclusive, um ponto que foi levantado que eu acho de fato que é importante, o EIA/Rima
3467 da empresa continua disponível. Eu ‘dei um Google’ rápido aqui, ‘Eia/Rima AMG’, ele continua disponível para acesso.
3468 E a empresa fez a análise de qualidade do ar, com os amostradores de grandes volumes, os conhecidos hi-vols, e
3469 todos os resultados apresentados foram satisfatórios para a equipe técnica, demonstravam eficiência e
3470 demonstravam o atendimento dos padrões que são normatizados. Então no que diz respeito à audiência pública foi
3471 isso. Já puxando o gancho da questão atmosférica, que também envolve, é claro, recobrimento da vegetação,
3472 também é uma medida importante da empresa para não deixar o solo exposto e evitar que tenha um acúmulo de
3473 material particulado. Outro item mencionado foi a questão da biosfera. De fato, é um fator de sensibilidade
3474 ambiental do empreendimento ele estar localizado em reserva da biosfera, apesar de – nos estudos que foram
3475 realizados e corroborados pela equipe técnica – chegar-se à conclusão de que ela tem uma vulnerabilidade natural
3476 baixa ou muito baixa, pelo fato de que estamos falando de uma ampliação de um complexo minerário e que ali no
3477 entorno tem outras atividades, sejam elas agrossilvipastoris ou as próprias comunidades. Então de fato a ampliação

3478 e a instalação da pilha se dão numa área já bastante perturbada e antropizadas. Mas de toda forma a questão
3479 específica da biosfera foi analisada, foi avaliada. É, inclusive, um critério locacional que implica na empresa trazer um
3480 estudo específico de avaliação de impacto na reserva da biosfera, e esse estudo foi trazido e foi avaliado. Em relação
3481 às comunidades também, temos tratado dentro dos processos ambientais como talvez o principal instrumento de
3482 avaliação o programa de educação ambiental. O programa de educação ambiental hoje foge um pouco do escopo
3483 informal da educação ambiental e da relação com a comunidade e traz isso de uma forma um pouco mais rigorosa
3484 no aspecto normativo. Então a empresa já tem vinculada às demais licenças dela a elaboração do programa de
3485 educação ambiental, o qual já foi analisado e aprovado pela equipe e hoje encontra-se em execução. É parte da
3486 condicionante de outras licenças o acompanhamento, o envio de relatórios e formulários de acompanhamento das
3487 ações que foram propostas no programa de educação ambiental e aprovadas por nós. Eu me lembro até da discussão
3488 que gerou, inclusive, uma implicação no PEA, nesse processo em tela, que foi estender o PEA para os trabalhadores
3489 que viriam a trabalhar na empresa nesse projeto específico da pilha, principalmente durante a instalação, onde teria
3490 um número maior. Durante a operação o número, provavelmente, se não me falha a memória, se mantém. Então
3491 nós acrescentamos nesse parecer a condicionante e a determinação de que fosse incluída no PEA aquela população
3492 flutuante que viesse a trabalhar no empreendimento durante a instalação e operação dessa nova pilha.
3493 Interessantíssimo, muito importante trazer a questão das alternativas tecnológicas de reaproveitamento, de
3494 percentagem de geração de rejeito e estéril. É um questionamento que nós vimos aqui e estamos aplicando em
3495 praticamente todos os processos minerários nossos, de tentar entender um pouco melhor de qual é essa relação do
3496 que é gerado, de quais as tecnologias disponíveis, do que a empresa vem fazendo. E nesse sentido nós também
3497 aplicamos – eu não me lembro exatamente se foi como informação complementar ou informação adicional – que a
3498 empresa trouxesse a relação do que ela vem fazendo e daquilo que é possível de ser feito de tecnologias e ações
3499 para o reaproveitamento e a diminuição da geração desse estéril. No caso da AMG, estamos falando de estéril. A
3500 geração de rejeitos deles, se eu não me engano, é mínima, é muito baixa. Mas a pilha diz respeito e se resume a
3501 estéril. Acho que é só isso que eu tinha aqui anotado e que eu consegui responder de antemão. Seriam essas
3502 questões. Espero ter respondido e esclarecido aos senhores.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.
3503 Agradeço, Eridano, pelos esclarecimentos. Mais alguma ponderação, Eridano, pela equipe? Não? Retorno ao
3504 Conselho. Tem algum destaque? Não havendo destaque adicional, então eu coloco em votação o item 7.2, AMG
3505 Brasil S/A. Ausente Assemg. Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede:
3506 “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras
3507 Franco/Sedese: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheira Selma
3508 Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa
3509 está ausente. Segov, como vota? Desculpa. Copasa.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa:
3510 “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov:
3511 “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues
3512 Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheiro
3513 Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “De acordo com o Parecer Único da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de
3514 Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta está ausente. IHMBio, ausente. ANM, como vota?” Conselheiro Cícero Antônio
3515 Miranda Barbosa/ANM: “ANM vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara está
3516 ausente no momento. Então processo deferido por oito votos favoráveis e quatro ausências no momento da
3517 votação.” ***Suspensão da reunião, em 26.7.2024. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores
3518 conselheiros, já são 18h22. Nós já excedemos o prazo exigido no Regimento Interno, que seria não exceder as 8 horas
3519 de reunião. Já ultrapassamos esse prazo. Nós temos ainda processos, seriam dois processos para deliberar. Nós
3520 temos também inscritos nos Assuntos Gerais e ainda nós temos a ata para deliberar. Então a hora avançada aqui,
3521 assim como o tempo de reunião, eu vou usar da prerrogativa da reunião em continuidade, conforme previsão do
3522 Regimento Interno, no seu Art. 21. Então a reunião em continuidade ocorrerá dia 1º, quinta-feira. Então quinta-feira,
3523 às 9h da manhã. Lembrando que as regras da reunião em continuidade estão dispostos no nosso Regimento. Isso
3524 quer dizer, apenas é uma continuidade, como o próprio nome já indica, é uma continuidade da reunião, não se trata
3525 de uma reunião nova, não há possibilidade de novas inscrições, obedece à regra daqueles que já estão inscritos nesta.
3526 E todas as outras nuances relativas à reunião em continuidade os senhores podem pegar no nosso Regimento
3527 Interno. Jeiza, você quer fazer alguma complementação? Pois não.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
3528 “Senhores conselheiros, apenas para complementar a fala do senhor presidente, Art. 21, Regimento Interno, a
3529 reunião em continuidade não é publicada a decisão; a decisão é apenas publicada com o final da reunião em

3530 continuidade. A publicação da reunião vai ser realizada através do ‘Diário Oficial’. Os senhores vão poder a verificar
3531 a publicação desta reunião em continuidade com data e horário, conforme praxe de todas as reuniões. Não é
3532 necessário, conforme §2 do Art. 21, observar os prazos de convocações de reuniões extraordinários e ordinárias. Sr.
3533 Francisco...” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Eu gostaria de saber se pode haver a troca de
3534 conselheiro nesta reunião. Ou tem que ser o mesmo conselheiro?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
3535 “Nesta reunião pode trocar de conselheiro, sim. Deixa eu só pegar o artigo correto para o senhor se identificar. Só
3536 um minuto, por favor. Só um minuto, por gentileza... Art. 34, §3º, na hipótese de reuniões em continuidade a que se
3537 refere o art. 21, ‘será permitida a substituição de conselheira na abertura da sessão subsequente, independente do
3538 disposto no §1º, salvo em caso de impedimento ou suspeição’. Então é necessário os senhores verificarem a questão
3539 da substituição de impedimento e suspeição e os motivos de substituição durante a reunião. Se for troca, iniciou a
3540 próxima sessão, a continuidade desta reunião, por exemplo, como o Sr. Francisco, que já substituiu o conselheiro
3541 anterior, não pode ter a troca, salvo aprovado pelo presidente e os casos excepcionais que estão no Regimento. Deu
3542 para entender, Sr. Francisco e todos os conselheiros?” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra:
3543 “Obrigado.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Disponha. Mais alguma dúvida sobre a reunião? Senhores
3544 conselheiros, nós vamos também, como já informei, dar publicidade no ‘Diário Oficial’. Vai sair publicada. E aos
3545 conselheiros que participaram desta reunião, conforme foi comunicado da convocação – a convocação é a publicação
3546 no ‘Diário Oficial –, nós estaremos encaminhando o e-mail informando da publicação. E aos inscritos, solicitamos aos
3547 senhores, que acompanhem. Como o Yuri já informou, a reunião está marcada para o dia 1º, às 9h da manhã. E
3548 também vai estar disponibilizada na página da reunião a publicação da reunião em continuidade. Outro ponto
3549 importante para todos, os inscritos e conselheiros, porque os inscritos permanecem os que já se inscreveram nesta
3550 reunião, por se tratar de uma continuidade. Nós vamos encaminhar novamente o ID e a senha; não é o mesmo. Gera
3551 uma outra sala com outro ID e senha. Então todos vocês receberão o ID e a senha novamente para esta reunião em
3552 continuidade, incluindo os inscritos que não se manifestaram, considerando os itens de pauta ainda pendentes.”
3553 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois bem, agradeço os esclarecimentos. A Vânia está me alertando aqui
3554 para não dar por encerrada a reunião. Não dou por encerrada porque a reunião, de certa forma, não acabou. A
3555 reunião é em continuidade. Estamos encerrando apenas a sessão neste momento, e a continuidade será na quinta-
3556 feira, às 9h, dia 1º. Aguardo todos os senhores, todas as senhoras, os inscritos. Boa noite a todos. Agradeço a
3557 presença de todos. Que Deus os abençoe. Até quinta-feira.” *****Reabertura da reunião em continuidade, em**
3558 **1º.8.204**. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia, senhores conselheiros, senhoras conselheiras,
3559 servidores, aqueles que nos acompanham pelo canal do YouTube, inscritos. Nós temos aqui uma reunião em
3560 continuidade, relativa à 113ª reunião, ordinária, que teve seu início em 26 de julho de 2024. Eu vou passar a palavra
3561 à nossa assessora regimental para algumas considerações, e já vamos para os itens de pauta. Pois não, Jeiza.” Jeiza
3562 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, senhores conselheiros. Apenas para
3563 registro, é uma reunião em continuidade, nós não realizamos a contagem do quórum, considerando que ela se iniciou
3564 no dia 26. Entretanto, nós já temos mais de oito conselheiros, salvo engano, nove conselheiros presentes.
3565 Automaticamente, já haveria atingido o número de quórum. Aos inscritos nos itens de pauta, como já informado
3566 anteriormente, antes da suspensão da reunião, não caberiam novas inscrições, considerando o Art. 21 do Regimento
3567 Interno. E nós encaminhamos a todos eles os dados de acesso à reunião, bem como aos conselheiros que estão aqui
3568 presentes. Então nós vamos chamar novamente pela ordem, como de praxe, e aí nós vamos aceitando na sala. E no
3569 momento de pauta nós solicitamos que os inscritos acessem a sala de reunião. Acompanhar: como de praxe, como
3570 está no manual e a orientação, solicitamos que seja acompanhada a reunião pelo YouTube, e o inscrito fique na sala
3571 de espera no item de pauta específico. Dúvidas, a gente está à disposição. Muito obrigada. Boa reunião a todos.”
3572 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço pelos esclarecimentos.” ****(Reunião em continuidade*
3573 *prossegue a partir do item 10.1).* **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1)**
3574 **Sandra Mineração Ltda. Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos**
3575 **minerários; Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Prudente**
3576 **de Moraes/MG. PA/SLA/Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III,**
3577 **alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Processo retirado de pauta com pedido de vista do**
3578 **IHMBio e vista conjunta solicitada pelo Ciemg e a Zeladoria do Planeta. Justificativas. Conselheiro Heleno Maia Santos**
3579 **Marques do Nascimento/IHMBio**: “Só com o Parecer Único não deu para entender a fundo o processo. Eu queria
3580 entender um pouquinho mais sobre esse processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Avaliar as
3581 condicionantes colocadas no processo.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Para

3582 poder entender a fundo o processo.” Destaque do órgão ambiental. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu
3583 passo a palavra à DGR para os destaques.” Mariana Antunes Pimenta/FEAM: “Bom dia a todos. O destaque são
3584 pequenas alterações. Na página 6, no segundo parágrafo, onde lê-se atividade A-05-01-0, de UTM com tratamento
3585 a seco, com capacidade instalada 2.000.000 t/ano; também se colocou a atividade A-05-05-3, estrada para transporte
3586 de minério e estéril, externa aos limites de empreendimentos minerários, com extensão de 5 km. O código foi
3587 repetido duas vezes no Parecer Único, faltando o descritivo da segunda atividade. Só esse destaque, um destaque
3588 de erro material. É só um destaque de erro material. Acredito que não tem mais nada no Parecer Único para ser
3589 alterado. E aguardamos os relatos de vistas para fazer as alterações que forem necessárias, na próxima reunião.
3590 Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Mariana. Depois, Mariana, pede à DGR para
3591 encaminhar para nós o parecer com essa correção, para disponibilizar no site.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
3592 EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 9.1) Mineração Fazenda dos Borges Ltda. Lavra a céu aberto.
3593 Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Postos revendedores, postos ou pontos de
3594 abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de
3595 combustíveis de aviação; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; e Disposição de
3596 estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina,
3597 em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Pedro
3598 Leopoldo/MG. PA/Nº 00291/1991/010/2016. ANMs: 832.352/2009, 812.554/1970, 831.852/1998, 830.015/1981
3599 e 830.876/2020. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão
3600 Regional (DGR). Processo retirado de pauta com pedido de vista da Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada
3601 pelo Ciemg e o Sindiextra. Justificativas. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta:
3602 “Pedido de vista para poder analisar a fundo o processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Vista
3603 conjunta, também pelos mesmos motivos colocados pelo conselheiro Fernando.” Conselheiro Francisco de Assis
3604 Lafeté Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, eu também gostaria de solicitar vista conjunta para verificar a questão
3605 de condicionantes.” Destaque do órgão ambiental. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu passo a palavra à
3606 DGR para fazer o destaque.” Mariana Antunes Pimenta/FEAM: “Bom dia, de novo, senhor presidente. Bom dia,
3607 senhores conselheiros... Eu queria convidar a gestora do processo, a Fernanda, para poder fazer os destaques.
3608 Obrigada.” Fernanda Meneghin/FEAM: “Bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros. O nosso destaque é a
3609 respeito, inicialmente, das autorizações que foram emitidas pelas Unidades de Conservação do Parque Estadual do
3610 Sumidouro e Monumento Natural Estadual da Lapa Vermelha. Elas foram concedidas na última reunião do conselho
3611 consultivo, dia 16. Porque não estavam listadas no parecer, porém já tinha aprovação, de acordo com os pareceres
3612 técnicos. E as medidas mitigadoras dessas autorizações foram incluídas como condicionantes desse processo de
3613 licença. O outro destaque é que foram apresentadas pelo empreendedor algumas contrapropostas, principalmente
3614 dos prazos das condicionantes que estabelecemos nesse parecer. E eu queria deixar registrado aqui as que foram
3615 aprovadas pela equipe. A primeira condicionante, que fala sobre a apresentação do projeto, propondo as ações do
3616 poder público, com relação ao tráfego. O empreendedor solicitou 180 dias ao invés de 90 dias, informando
3617 principalmente pelo fato de ter que se tratar de um acompanhamento junto à Prefeitura de Pedro Leopoldo, e a
3618 prefeitura está no momento de período eleitoral. Da mesma forma a segunda condicionante, ele solicita que seja
3619 semestral, porém após a aprovação do projeto junto à prefeitura. Isso também foi aprovado pela equipe. A 13ª
3620 condicionante, sobre o cercamento das áreas de influência. A condicionante estava com prazo de 120 dias, o
3621 empreendedor solicitou 180 dias, informando que para a implantação dessas placas vai depender da autorização da
3622 APA Carste, de um projeto junto a eles. As condicionantes 16 e 17, que falam sobre a análise da água da cava Norte,
3623 como análise comparativa. Também inicialmente o prazo estava de 60 dias, e o empreendedor solicitou o prazo de
3624 180 dias, sendo a justificativa pelo próprio laboratório que faz as análises, sobre o período de análise, principalmente
3625 de isótopos, que demandariam um tempo maior. A 19ª, projeto de realocação do posto, também que estava com
3626 prazo de 60 dias, e o empreendedor solicitou o prazo de 90 dias, para poder executar o projeto e apresentar o
3627 projeto. Na 26ª, sobre a instalação do viveiro, o prazo das condicionantes estava de 60 dias, o empreendedor solicitou
3628 120 dias, tendo em vista que para a implantação vai demandar outros atos, outras atividades, para suplementação.
3629 A 39ª condicionante, incluir no PEA ações junto às comunidades do Fidalgo e da Quinta do Sumidouro. O prazo inicial
3630 era de 60 dias, e o empreendedor solicitou 120 dias, para poder ter mais tempo de alinhar ações junto com a
3631 comunidade local. E todos esses prazos solicitados foram acatados pela equipe, entendendo que não há prejuízo com
3632 relação ao desempenho ambiental e à análise do processo. Somente esses destaques.” Presidente Yuri Rafael de
3633 Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço, Fernanda. Por favor, encaminhar o parecer com as retificações, Fernanda, para a**

3634 Secretaria disponibilizar. Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “O meu pedido
3635 era exatamente esse, senhor presidente. Como eu pedi vistas baseado muito com relação aos condicionantes, é
3636 exatamente para atualizar o Parecer Único, para a próxima reunião já estar com o Parecer Único já normalizado.
3637 Muito obrigado.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1)**
3638 **Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos; Lavra a céu aberto com tratamento**
3639 **a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de**
3640 **rejeito / estéril; Unidade de tratamento de minerais - UTM; Aparelhamento, beneficiamento, preparação e**
3641 **transformação de minerais não metálicos, não associados à extração; Outras formas de tratamento ou de**
3642 **disposição de resíduos não listadas ou não classificadas; Minerodutos; Correias transportadoras; Canais para**
3643 **drenagem; Estradas para transporte de minério/estéril; Jateamento e pintura; Subestação de energia elétrica;**
3644 **Tratamento de esgotos sanitários; Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); Tratamento**
3645 **de água para abastecimento; Linhas de transmissão de energia elétrica. Tapira/MG. PA/Nº 00001/1988/025/2014.**
3646 **SEI/Nº 1370.01.0017213/2021-52. ANMs: 930.78/1988; 810.331/1968; 812.362/1968; 821.674/1969;**
3647 **816.066/1970; 827.081/1972; 831.405/1997; 830.198/2009; 830.199/2009; 830.200/2009; 830.201/2009;**
3648 **830.202/2009; 830.204/2009; 830.205/2009; 830.206/2009; 830.408/2011 e 833.476/2012. Classe 6.**
3649 **Apresentação: URA TM.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então na nossa sequência dos nossos processos,
3650 senhores conselheiros, item 10.1, Mosaic Fertilizantes P & K. Pois não, Paulo.” Conselheiro Paulo Eugênio de
3651 Oliveira/Codemig: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, Jeiza, bom dia a todos os conselheiros. A Codemig gostaria
3652 de se declarar impedida no item de pauta da Mosaic.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Impedimento
3653 da Codemig. Ainda com o Conselho.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Bom dia, pessoal.
3654 Alessandro, Copasa, eu atrasei um pouco, não sei se a chamada já foi feita. Se puder registrar a minha presença, por
3655 favor. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Alessandro. Esta é uma reunião em
3656 continuidade. Como a reunião é em continuidade, nós não verificamos o quórum regimental. O quórum de instalação
3657 foi na reunião de sexta-feira. Nós temos aqui então uma reunião em continuidade. Inclusive, se ficar um conselheiro
3658 só, já que o quórum exigido, o quórum é qualificado é para a instalação e não para deliberação... Para deliberação é
3659 quórum simples. Mas fica o registro do senhor.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Obrigado.”
3660 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como a própria Jeiza falou, só questão de registro, nós já temos também
3661 quórum aqui, como se fosse o quórum qualificado, de dez conselheiros. Ainda com o Conselho. João, pois não.”
3662 Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Bom dia. Eu só queria registrar que na última reunião eu tive um
3663 problema sério com a internet, porque eu estava na cidade fora do Estado, e todo mundo ficou sem internet até à
3664 noite. E normalmente – pode consultar nos registros – a Assemg tem participado de todas as reuniões, estando a
3665 postos pontualmente. E houve esse problema em uma das reuniões mais importantes. Então eu queria deixar
3666 registrado. Mandei por escrito a explicação e estou registrando novamente. Muito obrigado. Bom dia.” Presidente
3667 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Bom dia, João, agradeço a consideração. Ainda com o Conselho. Sem
3668 manifestação adicional, eu vou passar para os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Vou projetar,
3669 senhor presidente. Só um minuto. Primeiro inscrito, senhor presidente, é o Sr. Felipe Gomes.” Presidente Yuri Rafael
3670 de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe Gomes está na sala?” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, pessoal. Bom dia.” Presidente
3671 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. O senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/sociedade
3672 civil: “Só um segundinho, deixa eu só entrar no carro para facilitar. Bom dia a todas, a todos conselheiros. É com
3673 muita alegria que eu participo desta reunião em continuidade e gostaria até de perguntar ao nobre presidente se
3674 esta é a primeira reunião em continuidade que já teve no COPAM, nas Câmaras Temáticas. Eu desconheço outra
3675 reunião de continuidade. Queria saber se é. E queria também, presidente, fazer uma pergunta: existe limite de tempo
3676 para uma reunião? Vamos supor que a gente inscrevesse 1.000 inscritos em todos os pontos de pauta, e todo mundo
3677 quisesse se manifestar durante os seus 5 minutos, talvez 6, talvez 11 minutos. Isso demoraria vários e vários meses,
3678 se fôssemos ter reuniões de oito em oito horas. Como é que isso se procederia, presidente, sempre se chamaria uma
3679 reunião em continuidade com uma semana e tal. Eu queria saber isso. Por que eu estou perguntando? Porque foi
3680 justamente esse o pensamento, enquanto alguns aí falaram que a gente estava fazendo, a gente não, que ‘estavam
3681 fazendo, tumultuando a reunião’, eu prefiro chamar isso de cidadania ativa, aonde que a população mobilizada tem
3682 o direito e o dever constitucional, Art. 225 da Constituição Federal, de lutar por um ambiente ecologicamente
3683 equilibrado para gerações futuras. E se entendemos que a atuação deste Conselho está indo contra isso, é de direito
3684 e dever constitucional das pessoas atuarem, e não podem ser qualificadas como baderneiros ou qualquer outra coisa
3685 que seja, porque estão aqui exercendo seu livre direito de fala, o seu livre direito de manifestação contrária. Contrária

3686 à atuação que está sendo uma concessão indiscriminada de todo tipo de licença. Quando vemos projetos que têm
3687 uma atuação bem complexa, bem ruim. Inclusive, em relação a este empreendimento em questão, gostaria de
3688 perguntar se ele tem autos de infração, se ele já teve a suspensão de atividade decretada. E se ele teve a suspensão
3689 de atividade decretada se ele desrespeitou essa suspensão de atividade e continuou operando mesmo assim,
3690 obrigando o Conselho... Oi, Fernando, tudo bem? Bom dia, boa noite, beijo para você, te amo, meu irmão. Sigamos
3691 juntos na luta socioambiental, cada um pensando da forma que pensa. E aí, presidente, gostaria de que o
3692 empreendedor deste empreendimento se manifestasse a respeito. Quais autos de infração ele tem, ele já apresentou
3693 informação falsa quando foi fazer um processo de licenciamento ambiental, ele já desmatou sem licença ambiental?
3694 Eu gostaria que o empreendedor também explicasse o processo produtivo. E gostaria de questionar se o parecer foi
3695 elaborado por um servidor ou por uma empresa que presta serviço para outras minerações. E gostaria de perguntar
3696 ao empreendedor e aos analistas – de preferência, inclusive, caso tenha sido feito por uma empresa terceira, que ela
3697 também se manifeste – o que foi tratado de questão climática nesse empreendimento. Quais os tempos de
3698 recorrência eles adotaram para os cálculos das estruturas dos sistemas de drenagem, se foi um tempo de recorrência
3699 adequado à nova realidade de eventos climáticos extremos ou foi um tempo de recorrência de 500, 1.000 anos,
3700 sabendo que isso já não é a realidade que a gente observa mais. Também gostaria de entender quais são as inovações
3701 que este empreendimento tem feito para reduzir a taxa de geração de rejeito, a taxa de geração de resíduo, se ele
3702 tem promovido reaproveitamento do rejeito e do resíduo produzido, quais produtos ele conseguiu colocar no
3703 mercado com o reaproveitamento e a reutilização desse rejeito. Como é que está o uso de água nesse
3704 empreendimento? Quantos litros por tonelada de material entregue, vendido para o cliente, ele consome de água?
3705 É circuito fechado ou é circuito aberto? Ele implementa práticas de produção mais limpa e melhoria contínua que
3706 lhe garantam um menor impacto ambiental, isso foi tratado na análise da licença, pensando práticas que melhorem
3707 toda essa questão ambiental? E em termos de cavidade tem algum risco, tem cavidades próximas, foi feito algum
3708 estudo espeleológico, foi identificada alguma cavidade de máxima relevância no entorno? Se sim, quais são as
3709 medidas para que preserve. E tudo isso eu estou perguntando ao empreendedor e à equipe técnica do órgão
3710 ambiental, que eu gostaria muito que eles se manifestassem a respeito desses temas, porque a população precisa
3711 entender e os próprios conselheiros, que eu imagino que leram o parecer e tudo mais. Mas estou pedindo aqui uma
3712 elucidação maior, porque nem todo mundo tem o conhecimento, tem a expertise de ler um parecer..." Presidente
3713 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, o tempo do senhor acabou. Se o senhor precisar de tempo adicional, eu
3714 tenho que colocar em votação." Felipe Gomes/sociedade civil: "Eu gostaria de solicitar aos nobres conselheiros que
3715 me fosse deliberado mais tempo, porque eu ainda tenho um pouco mais de questões a tratar neste item." Presidente
3716 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, aqueles que concordarem com tempo adicional ao Sr. Felipe
3717 se manifestem. Os contrários permaneçam como estão. Não foi dado tempo adicional para o senhor. Em relação aos
3718 questionamentos que o senhor me dirigiu, faço as seguintes ponderações. Esta é a terceira reunião em continuidade,
3719 não é a primeira. É a terceira reunião em continuidade. Em relação ao tempo de processo, se tiver muitos inscritos,
3720 vai haver reuniões em continuidade. Em relação ao tumulto que o senhor estava falando, provavelmente o senhor
3721 está referindo a minha fala, eu vou abrir aspas aqui à orientação que foi dada em um determinado grupo. Pode ser
3722 que não seja isso mesmo, dado as fake news que têm aí, isso pode ter alterado. Mas, abre aspas: 'Quem for fazer as
3723 perguntas do documento não se preocupe se elas já tiverem sido realizadas. Repete a pergunta e boa. É só tumultuar
3724 mesmo.' Então a palavra 'tumultuar' que eu utilizei é em virtude desses prints que eu recebi dessas orientações, que
3725 na minha opinião estão equivocados e só fazem demorar a reunião. Poderia estar sendo aproveitada para outros
3726 fins, todavia foi utilizada como está no print das mensagens que eu recebi, 'é só', abre aspas, 'é só tumultuar mesmo'.
3727 A palavra 'tumultuar' foi utilizada. Se a pessoa se arrependeu e agora tem outra visão, que bom. Passo para outro
3728 inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sr. Sebastião Filho. Não está na sala. Sr.
3729 Artur Colito. Sr. Artur está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Artur." Artur
3730 Freixedas Colito/sociedade civil: "Olá, bom dia. Me ouvem?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos
3731 escutando, sim, Sr. Artur. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Artur Freixedas Colito/sociedade civil:
3732 "Beleza. Obrigado pelo tempo. Eu queria dizer, acompanhando a reunião do COPAM, e também a última, de que
3733 novamente vocês têm uma oportunidade histórica aqui hoje, de mostrar que podem votar diferente, que estão
3734 abertos ao diálogo sobre o tema, que aqui não é uma máquina de só sabe agir de um jeito, que a participação, a
3735 opinião popular importa, que as pessoas que serão atingidas pelos empreendimentos aqui aprovados, não só ali
3736 diretamente, mas também de uma maneira estrutural, têm o direito de serem contempladas nas decisões que
3737 afetam suas vidas. Então se este é um órgão colegiado que apenas sabe emitir aprovações sem levar em consideração

3738 a fundo ali o contexto, a realidade relacionada a cada caso, qual é a função deste órgão colegiado? O povo precisa
3739 ver se a gente está num teatro ou não. Se seria o caso de atualizar as operações aqui. Então mostrem, por favor,
3740 dialogo assim abertamente com os conselheiros, sua capacidade de dúvida, sua capacidade de ação, de solicitar mais
3741 informações, de pedir mais estudos, fazer visitas presenciais, pedir vistas, mudar de opinião, como humano,
3742 representante da sociedade civil, do poder público, responsável por emitir uma posição em relação a uma causa que
3743 pode prejudicar muita gente se for tocada da forma errada. E que muitas situações têm sido, sim, tocadas de forma
3744 errada. É por isso que existe, presidente, o que você fala que é tumulto. É indignação das pessoas. A população está
3745 ficando cada dia mais revoltada e indignada com essa situação, com essa exploração e violação de direitos humanos
3746 diária, sistemática, centenária e estrutural que existe no Brasil e aqui em Minas Gerais, que deu nome a este Estado.
3747 E esse sistema pode, sim, melhorar, nada é impossível de mudar. 'Desconfiai do mais trivial na aparência singela,
3748 examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos, expressamente, não aceiteis o que é de hábito como coisa
3749 natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
3750 humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.' Então com esse
3751 poema de Bertold Brecht eu vou encerrando minha fala, agradecendo pelo tempo. Mas por último eu queria dizer
3752 que caso algum conselheiro que esteja passando pela mesma situação da secretária de Meio Ambiente, de ser
3753 ameaçado por algum empreendedor, eu queria emitir nossa solidariedade, se for esse o caso, e pedir que denunciem.
3754 Denunciem essa violação de direitos humanos, caso ocorra, porque, além de corajoso, é também cumprir com seu
3755 papel institucional, pois nos ajuda a compreender como as coisas são na prática, na realidade, que não é o paraíso
3756 artificial que geralmente tentam emplacar de forma mentirosa num EIA/Rima. Então não é correto ser ameaçado por
3757 cumprir a legislação ambiental no nosso Estado, não podemos normalizar isso, não podemos aceitar como natural.
3758 Por isso, caso necessário, existe o programa de proteção e defesa de direitos humanos e ambientalistas, que
3759 funciona, é executado muito bem pelo Instituto de Direitos Humanos aqui no Estado, o atendimento é rápido, pode
3760 ser solicitado de forma virtual e, caso necessário, pode ser estendido aos conselheiros, se sofrerem ameaças, como
3761 aparentemente a secretária de Meio Ambiente tem sofrido pela Fleurs Global, tanto que foi aberto inquérito pelo
3762 Ministério Público. Beleza? Muito obrigado. E uma boa reunião a todos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
3763 "Agradeço a participação do Sr. Artur. Lembrando aos inscitos que, após a manifestação, deve deixar a sala." Jeiza
3764 Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito. Sra. Ingrid Rodrigues. Não está na sala, senhor presidente.
3765 Roseli Correa. Não está na sala. Nayara Marques." Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: "Senhor presidente,
3766 conselheiros, bom dia. Meu nome é Nayana, eu sou gerente de licenciamentos ambientais da Mosaic. O Sr. Felipe
3767 fez várias questionamentos aqui que a gente até já respondeu na reunião passada, porque essa é a nossa segunda
3768 licença na pauta desta reunião. Então eu vou me ter aqui a responder as novas perguntas. Nós já respondemos sobre
3769 as questões climáticas, reaproveitamento de rejeito, quais são as ações de melhoria da empresa, como que é o
3770 processo. Eu até projetei aqui um fluxograma simplificado do processo para ajudar na explicação. Das perguntas
3771 novas que vieram, ele questionou sobre a questão da água. A recirculação hoje estamos no patamar de entre 95 e
3772 98% de recirculação de água na unidade, temos essa premissa importante de reuso, reutilização da água. E sobre
3773 cavidades não temos nenhuma cavidade, de acordo com o levantamento de campo e também a base de dados do
3774 Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas, o Cecav. Então nós fizemos os estudos espeleológicos para
3775 a unidade, fizemos a avaliação com essa base de dados e não identificamos nenhuma cavidade na nossa área.
3776 Finalizando, a última pergunta, sobre a estrutura, a nossa estrutura está dimensionada para PMP, que é até acima
3777 da decamilenar, que é a precipitação máxima possível. Então ela tem uma condição de bastante segurança em
3778 relação aos dimensionamentos da estrutura. Temos mais algumas perguntas, mas vou deixar para cada um dos meus
3779 colegas aqui responder na sequência, de forma a garantir que todas as perguntas tenham sido respondidas. Mas eu
3780 permaneço à disposição aqui caso tenha algum questionamento adicional." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
3781 "Obrigado, Nayana." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Camila Carvalhal."
3782 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Camila está na sala?" Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD:
3783 "Não está na sala, senhor presidente. Kátia Rabelo. Não está na sala. Solange Rodrigues. Solange Rodrigues está na
3784 sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Solange Rodrigues." Solange Cirino
3785 Rodrigues/sociedade civil: "Bom dia a todos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Bom dia. A senhora tem 5
3786 minutos. Pois não. Com a palavra." Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: "Vamos lá, gente. Primeira coisa, eu
3787 gostaria de esclarecer uma coisa para vocês conselheiros sobre a minha fala na última reunião. Eu fiz a primeira fala,
3788 tive que me ausentar, não tinha visto o resultado da licença da Fleurs. E aí quando eu vi, quando eu tive a minha
3789 segunda fala, eu ainda não sabia dele, e aquela minha fala sobre filosofia, sobre 'canalha', sobre 'canalnice', foi

3790 totalmente sem saber o resultado. Então só esclarecer, com a minha honestidade, e que é um pensamento que eu
3791 ainda continuo com ele e peço ele para hoje: que vocês pensem no bem comum, que vocês pensem na decisão de
3792 vocês. Eu rogo por isso. Porque quando nós estamos em crise climática extrema e vemos um órgão como o de vocês,
3793 que a gente pensa que ele é para proteger o meio ambiente, que ele é para proteger a população, e a gente analisa,
3794 de novo, até pelo nome dele, quando a gente vê a palavra 'COPAM' e pensa que COPAM é Conselho Estadual de
3795 Política Ambiental e que ele está sendo usado como 'conselho estadual de poder ambiental' na mineração, é uma
3796 coisa muito triste, muito séria. E aí de novo eu vou pedir para vocês, repensem, porque abalos sísmicos que nós
3797 estamos tendo, o mundo está mudando e a sensação que eu tenho é que aqui só passa a boiada, aqui passa direto,
3798 que cria-se um órgão para que ele proteja o meio ambiente, e na realidade ele não protege, muito pelo contrário. A
3799 sensação que eu tenho que os conselheiros são eleitos é que eles são eleitos já para ser carta marcada, com raras
3800 exceções. E por isso..." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Senhor presidente,
3801 pela ordem, senhor presidente. Eu infelizmente, senhor presidente, considero que a fala da inscrita está ofendendo
3802 o servidor público..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Fernando, por favor, Fernando. Por favor,
3803 Fernando." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Me desculpe, senhor presidente."
3804 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu entendo... Sr. Fernando, por favor. Por favor, Sr. Fernando. A partir do
3805 momento..." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Muito obrigado." Presidente
3806 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Já antecipando o pedido de desculpa, se o senhor interrompe a fala de um inscrito,
3807 o inscrito também vai entender que tem direito de interromper a fala do senhor. Então vamos seguir conforme a
3808 gente sempre deliberou: os inscritos falam, o prazo de 5 minutos é do inscrito, deixa ele se manifestar. Eu posso
3809 interromper faltando o decoro. Eu acho que chega até próximo disso. Mas vamos aguardar, depois o senhor tem
3810 toda a chance, a possibilidade de estar se manifestando. Eu peço desculpa. Peço desculpa ao senhor, Fernando, peço
3811 desculpa também à Sra. Solange pela interrupção da fala. Por favor, Felipe, os 2min30 para a inscrita." Solange Cirino
3812 Rodrigues/sociedade civil: "E aí, gente, de novo, eu vou falar para essa pessoa que entrou para ela repensar, para ela
3813 repensar na hora de dar o voto dela: pense na hora de dar o seu voto e pense ao que você foi eleito, qual a sua
3814 função. E por favor execute a sua função e execute a sua função com humanidade, aja com coração, ponha isso para
3815 fora, porque nós estamos numa situação caótica, nós estamos numa situação dramática. Vai faltar água, água vai
3816 valer ouro. E a gente está aí vendo essas mineradoras entrarem, destruindo as nossas serras, destruindo a nossa
3817 Minas Gerais, e tudo que vocês podem fazer de melhor é dar voto favorável. Os que não dão o voto, o que eles fazem,
3818 eles se abstém, eles não estão lá na hora, deixam só ali e vão fazendo um revezamento. E desculpa, gente, mas é isso
3819 que eu vejo. E vendo a recorrência das votações do COPAM a gente vai tendo sempre essa sensação mesmo. Então
3820 eu peço para vocês, olhem bem os dados técnicos e lembrem-se que papel assina tudo. Falta neste Estado
3821 fiscalização. O número de fiscais para corrigir essas coisas é muito pequeno. A demanda é muito, os operários são
3822 poucos... Então a gente tem que repensar sobre isso. Porque está aí a mineradora, já é carta marcada, eu tenho
3823 certeza que no final vai ser aprovado. Era isso que eu queria falar para vocês. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael
3824 de Oliveira Trovão: "Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Juliana
3825 Matos." Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: "Presidente, senhor presidente. Senhor
3826 presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pois não, Sr. Heleno." Conselheiro Heleno Maia Santos
3827 Marques do Nascimento/IHMBio: "Eu só queria que constasse na ata a íntegra da fala dessa senhora, que é a segunda
3828 vez que a senhora vem aqui atacar a gente, sabe. Então eu queria que constasse na ata, porque a gente vai recorrer
3829 ao Poder Judiciário, já que COPAM não está dando essa garantia para a gente. Nós estamos sendo atacados aqui,
3830 covardemente. Mais um ataque, eu vou deixar esta reunião, eu não vou ficar na reunião para ouvir ataques de
3831 pessoas que eu posso dizer 'mesquinhas'. Se elas sabem do resultado, se vai ser aprovado, se elas são uma 'Mãe
3832 Dináh' da vida, o que elas estão fazendo aqui então, para que vêm aqui perder o seu tempo? Porque se ela está
3833 achando, já tem certeza do voto nosso, de nós conselheiros aqui nesta Câmara, então para que ela está fazendo
3834 aqui? Vir atacar? Não. Vou recorrer ao Poder Judiciário. Então por favor conste na íntegra a fala dessa senhora, por
3835 favor. Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Por solicitação do senhor conselheiro Heleno,
3836 solicitamos. Nós já solicitamos na reunião passada, senhor conselheiro. Como esta é em continuidade, a ata vai ser
3837 descrita na íntegra. Próximo inscrito." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Senhor
3838 presidente, Fernando Benício." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Oi, Fernando, pois não." Conselheiro
3839 Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Senhor presidente, primeiro eu queria agradecer a todas
3840 as manifestações. Acho que são colaborativas. Queria reforçar o coro do nosso companheiro Heleno Maia com
3841 relação ao julgamento de certas falas que ofendem diretamente os conselheiros, a sua integridade moral, o seu

3842 trabalho que desenvolve aqui tão seriamente. Eu queria ressaltar, senhor presidente, a sua fala, me desculpar
3843 pessoalmente pela interrupção. A gente, além de conselheiro, de trabalhar arduamente aqui de forma gratuita, nos
3844 esmerando para poder ler os processos, acompanhar, fazer as visitas técnicas, enquanto sociedade civil, e
3845 representar a sociedade de forma competente, a gente vê pessoas aí abrindo a boca, porque falar mal não precisa
3846 de nenhuma qualificação, infelizmente. Mas a gente compreende que a fala extrapolou um pouco a medida do bom
3847 senso. Então, senhor presidente, eu quero me desculpar pela interrupção e agradecer. Muito obrigado.” Presidente
3848 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de
3849 Almeida/SEMAD: “Sra. Juliana Matos. Paulo Baptista. A Sra. Juliana não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala.
3850 Cristina Maria de Oliveira. Não está na sala. Sra. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida Rodrigues. Sra.
3851 Adriane está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Adriane... Pois não.” Adriane
3852 Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia. Tudo bem com vocês? É o seguinte, a gente, como ambientalista –
3853 eu sou educadora ambiental também –, a gente vive um momento de muita comoção em torno das questões
3854 ambientais, sobretudo da mineração, no Estado de Minas Gerais. E nesse conjunto todo nós ambientalistas a gente
3855 é uma turma unida e muitas vezes a gente não se sente representado por ONGs, por instituições que dizem nos
3856 representar, mas na verdade não nos representam, não nos ouvem. E aí ocupam os espaços de poder, os espaços de
3857 decisão e não representam o anseio popular. Isso seja no Comam, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente de
3858 Belo Horizonte, seja nas esferas do Estado, são pessoas que que entraram primeiro na fila do pão, a gente não sabe
3859 as razões, e de fato não nos representam. Elas não representam o anseio popular, não representam o que a gente
3860 espera nas tomadas de decisões, nos votos, a mineração na serra do Curral, isso se torna muito visível para nós. A
3861 luta ambiental, a questão do meio ambiente é uma luta que se dá muito pelo amor à causa, e tem pessoas, tem
3862 ONGs, instituições que não se pautam pela história, não se pautam pelo coração verde, pela alma. Ambientalista é
3863 aquele que defende a casa, a mãe Terra, com afinco. O nosso trabalho muitas vezes se dá de forma voluntária, a
3864 gente não ganha nada para isso, a gente não tem nenhum favor. A gente se dispõe, seja na serra do Curral, seja na
3865 questão da Stock Car no Mineirão também, seja no embate da mineração no Estado como um todo. Eu já estive no
3866 Serro acompanhando a audiência pública lá, audiências na Assembleia que tratam do tema também acompanho
3867 quase todas. Porque antes de mais nada a luta ambiental, ser ambientalista, se pauta também pela questão do
3868 reconhecimento da ciência. A gente não profere palavras em vão, a gente não fala à toa, a gente fala porque a gente
3869 tem conhecimento de causa, de luta, e amor, sobretudo, à nossa casa que a mãe Terra. Então muitas vezes tocados
3870 por esse sentimento, por esse amor, a gente acaba que realmente não tem como não se indignar e se sentir revoltado
3871 diante de certas atitudes, de certos votos. A gente também é atacado, muitas vezes, em virtude disso também, por
3872 sermos ambientalistas e por defendermos de forma imparcial e ética a natureza, a mãe Terra, o Art. 225 da
3873 Constituição Federal. Então a gente também sofre, e sofre bastante, não é pouco não. E é como se a gente tivesse
3874 que ficar calado, a gente tem que ser ambientalista, tem que lutar, mas calado, a gente não pode falar, sob pena de
3875 sermos julgados pelo que a gente está falando. Só que a gente não tem cadeia. Eu mesmo não ocupo cadeia em
3876 lugar nenhum. Então o que eu falo eu falo é com a minha ética, com a minha moral, com o meu pensamento, com a
3877 ciência, porque eu estudei. E eu tenho um compromisso em honrar os diplomas que eu adquiri ao longo da vida e
3878 honrar também a mãe Terra, que acolhe os meus pés, que acolhe a minha vida. Então é isso, essa mensagem que eu
3879 deixo. E peço mais uma vez coerência. E quem de fato se diz que representa a sociedade, que representa o meio
3880 ambiente, que representa a sociedade civil, que faça jus à cadeia que ocupa. Eu falo isso de maneira muito clara,
3881 muito discreta e muito respeitosa também. E que pense bem, se vai falar em nosso nome, que nos honre. Muito
3882 obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda
3883 Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Carolina Laboissiere. Não está na sala. Sra. Vera Inez. Não está
3884 na sala. Agnes Antunes. Não está na sala. Elgen Leonardo. Não está na sala. Pedro Leite. Não está na sala. Sra. Helena
3885 Lopes. Não está na sala. Sr. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Sr. Ewerton Aparecido Rodrigues. Não está
3886 na sala. Sra. Polyana Gandra. Não está na sala. Sr. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Sra. Taynara Estefane
3887 Ferreira. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Não está na sala. Doralice de Oliveira e
3888 Silva. Não está na sala. Wânia Valquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi. Não está na sala. André Silvério
3889 Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias. Não está na sala. Caroline Favaro. Não está na sala. Maria Teresa Corujo.
3890 Está na sala, senhor presidente.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Bom dia. Eu vou trazer aqui
3891 alguns questionamentos sobre o projeto em pauta. Que fique registrado também em ata, na íntegra, que já está
3892 combinado. Então em relação a esse projeto da Mosaic nós estamos tratando de barragem de contenção de rejeitos,
3893 canais de drenagem, pilhas de rejeito e estéril de um complexo minerário em Tapira de longa data. Estamos tratando

3894 de uma renovação automática da Licença de Operação, conforme está na página 1 do Parecer Único. Estamos
3895 tratando de uma renovação automática de uma Licença de Operação que a pretensão é que fique válida até ulterior
3896 conclusão. Ou seja, não é nem ainda uma renovação da Licença de Operação automática, é um adendo no sentido
3897 de manter a Licença de Operação até uma conclusão da análise de licença de renovação automática ulterior, ou seja,
3898 depois. Por que eu estou trazendo isso? Porque na página 4 está muito claro para todos os conselheiros que leram
3899 que está afirmado no Parecer Único que existem pessoas permanentemente na área a jusante, entre 0 a 100 pessoas,
3900 que possui impacto ambiental significativo em caso do rompimento por causa da área de interesse ambiental e áreas
3901 protegidas, que possui impacto socioambiental médio em caso de rompimento por causa das atividades que existem
3902 residenciais, agrícolas e industriais, que se enquadra na categoria de dano potencial associado alto. E que está
3903 informado, inclusive, que no site da Agência, mesmo sendo um Parecer Único de julho, que ainda não foi possível
3904 verificar se uma das estruturas que é a barragem possui declaração de condição de estabilidade geotécnica emitida
3905 em março, atestando a segurança de barragem. Então reparem, nós estamos tratando nesse processo de
3906 licenciamento de um adendo para continuar valendo uma Licença de Operação antes mesmo de ser analisado o que
3907 seria uma licença em renovação automática. Pelo que eu entendi do Parecer Único. E aí eu me pergunto em relação
3908 à Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que é a Lei Mar de Lama Nunca Mais, alguns artigos que eu separei aqui
3909 para mencionar. Porque no Parecer Único não são mencionadas essas exigências da Lei Mar de Lama. No Art. 6º diz
3910 que a construção, a instalação, o funcionamento – e aí tem ampliação, alteamento, que não é o caso – é vedado,
3911 além de emissão de licenças concomitantes, é vedada a emissão de licenças provisórias. Nós estamos falando aqui
3912 de um funcionamento que, inclusive, prevê no Parecer Único que vai haver o desassoreamento dessas estruturas.
3913 Ou seja, vai haver o funcionamento nessas estruturas de rejeito para desassorear, para retirar o rejeito, que é
3914 funcionamento. E está se cogitando conceder um adendo para manter um funcionamento com uma Licença de
3915 Operação que ainda não foi feita nem a análise da possibilidade de licenciamento provisório dessa continuidade.
3916 Temos outra questão, que é o Art. 7º, que diz que ‘no processo de licenciamento ambiental de barragens, deverão
3917 ser atendidas várias exigências’ e que nós estamos tratando aqui de um licenciamento que, mesmo com o nome de
3918 adendo, é para atividades dentro das estruturas de barragens e que para a obtenção da LO, esse Art. 7º, ele apresenta
3919 várias questões. Ok, dizem, ‘mas já tem uma LO’. Mas está se tratando de um adendo para a continuidade da
3920 operação, ou seja, do funcionamento de uma LO. E a lei já vigora, e todas essas exigências, que são quatro, não foi
3921 mencionado que isso foi apresentado pelo empreendedor. E no Art. 24 está falando que ‘as barragens em operação,
3922 em processo de desativação ou desativadas’, no caso, quando se fala ‘desassoreamento’, a pergunta é: se é para
3923 desassorear, retirar rejeito, isso é um processo de desativação ou o que é isso nesse licenciamento? Porque no caso
3924 de ser um processo de desativação, o que seja com essas estruturas, teriam que atender o Art. 24, que também
3925 apresenta uma série de exigências para essa situação. E por último dizer que no §12 desse Art. 24 também é expresso
3926 que ‘quando houver mais de uma barragem na área de influência, os estudos de cenários de rupturas deveriam ter
3927 uma análise sistêmica’. Não se sabe se nesse complexo de Tapira, que tem várias estruturas, se nessas estruturas em
3928 foco nesse processo de licenciamento está sendo considerada essa questão expressa no §12 do Art. 24. Por último...”
3929 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora precisa de prazo adicional? Porque a senhora já falou 5, eu já
3930 dei mais 1. Se necessitar, tenho que colocar em votação.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu
3931 gostaria. Não vai tomar os 5 minutos, mas tem mais duas questões para eu fazer constar de preocupação com esse
3932 adendo à Licença de Operação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhores conselheiros, quem
3933 concordar com 5 minutos adicionais, se manifeste. Os contrários permaneçam como estão? Sim pela Maria Eugênia,
3934 sim pelo Paulo, sim pelo João, sim pelo Alessandro, Dr. Thiago, José... Cinco minutos adicionais.” Maria Teresa Viana
3935 de Freitas Corujo/sociedade civil: “Então continuando. Eu quero terminar lembrando o que eu vim trazendo na
3936 primeira parte da reunião, que eu quero que fique sempre constando, porque é fundamental ficar registrado o
3937 histórico. Porque quando a gente traz essas questões é porque estamos preocupados, estamos preocupados como
3938 sempre estivemos com as barragens e testemunhamos os três rompimentos: 2014, 15 e 19. E agora estamos
3939 preocupados com essas duas questões. Então eu trago de novo. No Parecer Único nada foi mencionado sobre clima,
3940 sobre o tempo de retorno em relação às chuvas, sobre a questão sísmica, o que aconteceria se essas estruturas que
3941 estão aí postas nesse item de pauta, inclusive com essa questão de uma intervenção para desassorear, o que
3942 aconteceria se houver uma chuva com tempo de retorno de 1.000 ou 10.000 ou superior a 10.000, que tem sido
3943 realmente o que tem se verificado tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo. Não tem absolutamente nada
3944 neste processo de licenciamento, que pretende dar um adendo. Ou seja, a Licença de Operação venceu, precisa
3945 continuar, vai fazer intervenções, vai mexer com drenagem, vai desassorear, retirar material, ou seja, vai ter

3946 funcionamento nessas estruturas sem considerar essa questão grave que é o tempo do retorno das chuvas e também
3947 a questão do risco sísmico, que, embora ainda não se traz, é fundamental e tem sido apontado por vários painéis,
3948 vários artigos, vários estudos que Minas Gerais é o Estado no Brasil que tem tido maiores números de terremotos, a
3949 maioria entre 1 e 4 graus na escala Richter. Eu estou aqui como uma ambientalista, uma pessoa que vem preocupada
3950 e atuando frente à mineração não é de hoje, que testemunha desde 2001 centenas de situações gravíssimas de
3951 perdas ambientais, de perdas humanas, de perdas das futuras gerações. E que é angustiante a gente continuar
3952 testemunhando que aspectos como esses que eu estou trazendo e que muitas outras pessoas vêm trazendo
3953 continuam sendo completamente desconhecidos. E, pior, completamente não escutados. Então aqui entre nós a
3954 gente fala pelo menos a gente tem que deixar escrito na história, nas atas, nas memórias para que nunca digam no
3955 futuro que ninguém falou e por isso a gente não viu. Então em relação a esse processo de licenciamento eu apresentei
3956 questões técnicas, fiz perguntas e apresentei questões jurídicas que não tão trazidas no Parecer Único e que vou
3957 aguardar ver de que forma os conselheiros vão escutar ou não escutar e vão tomar decisão, porque estarão dando a
3958 decisão em relação a estruturas que já nos trouxeram um histórico de tragédias de tamanho incomensurável que
3959 não há nenhum dinheiro do mundo que pague todo o sofrimento ambiental das pessoas e das futuras gerações. Era
3960 essa a minha manifestação, dou por encerrada a minha palavra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo
3961 inscrito.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, eu só queria dois
3962 minutinhos só para parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pelas falas e mostrar que é isso que é uma fala, senhor
3963 presidente, de inscrito, uma fala assim totalmente... Então eu só queria parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pela
3964 fala, com a fala assim bem complexa e também conexa com o tema que estamos discutindo. Em momento algum ela
3965 usou dessa fala para nos agredir, nos atacar. É isso que nós precisamos, pessoas que vêm aqui falar, se manifestar
3966 com falas contundentes, falas que estão dentro do tema, dentro do assunto e não para vir aqui para atacar. A fala
3967 dela foi muito importante, parabéns pela fala. Bem esclarecedora também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
3968 Trovão: “Sr. Heleno, o microfone do senhor cortou aqui, por fim, para mim, novamente.” Conselheiro Heleno Maia
3969 Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Só o final?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É, o finalzinho. Eu
3970 só ouvi o senhor agradecendo, mais um pouquinho antes não deu para ouvir.” Conselheiro Heleno Maia Santos
3971 Marques do Nascimento/IHMBio: “É só mesmo para parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pela fala dela e dizer que
3972 é isso que precisamos aqui no COPAM, pessoas que vêm esclarecer alguns pontos e falar sobre o tema, sobre o
3973 assunto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. José Antônio, pois não.” Conselheiro José Antônio de
3974 Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Eu gostaria de fazer umas poucas observações, não vou tomar muito tempo. Essas
3975 observações estarão em linha com comentários que já fiz nas reuniões anteriores. E eu acho que também alinhadas
3976 com alguns comentários dos nossos colegas do Conselho. É evidente, não consigo nem imaginar que tem alguma
3977 pessoa que esteja agindo aqui de má-fé. As reuniões, basicamente, quer dizer, toda a base das decisões que são
3978 tomadas pelo Conselho são decisões de caráter técnico. Mas o que eu observo, e também antes até de observar,
3979 reconheço, como já falei em reuniões anteriores, que os processos podem ser melhorados. Como algumas pessoas
3980 já comentaram, a gente sempre pode buscar meios através dos quais o processo de decisão e a fundamentação
3981 técnica possam ser melhorados. Uma das preocupações que tenho, já manifestei anteriormente, se refere à questão
3982 da governança e do compliance. A governança e o compliance, evidentemente, estão sustentados em princípios
3983 éticos e morais. No meu caso particular, eu acho que esse assunto ambiental vai além disso até, para mim é até uma
3984 questão – vou tomar a liberdade de fazer um comentário pessoal – de ordem espiritual, porque nós não temos outro
3985 planeta, nós não temos outra natureza, e isso precisa ser preservado. Mas a gente tem que ter uma linha mestra
3986 para poder decidir. E as decisões têm sido tomadas baseadas no Parecer Único que nos é apresentado. E esses
3987 pareceres são muito bem-feitos, podem ser melhorados. Justamente sobre isso que eu quero falar. Mas eles são
3988 muito bem-feitos, muito bem embasados. É evidente que as pessoas que produzem esses pareceres ninguém
3989 consegue ser especialista em tudo. Então às vezes é difícil, as pessoas têm que se adaptar, porque são temas às vezes
3990 muito distintos. Mas volto a essa questão ambiental em linha com os pedidos que têm sido colocados aqui, porque
3991 me parece – vocês me corrijam se eu estiver enganado – que o que tem sido questionado, principalmente, é a
3992 qualidade do Parecer Único que tem sido produzido pelas equipes. Eu pessoalmente acho que esses pareceres me
3993 parecem muito razoáveis. Então o que podemos fazer para poder melhorar? A gente ter alguma coisa a mais que nos
3994 dê sustentação além do parecer técnico que já é produzido, além evidentemente da possibilidade para que as
3995 pessoas que estão ouvindo, as pessoas do governo, os técnicos especializados, eles, com boa formação, que eles
3996 escutem e vejam se tem alguma coisa a mais que possa ser colocada nesses pareceres. Além disso, eu só queria
3997 reforçar mais uma vez que eu entendo, ainda estou pensando, não produzi nenhum ofício, agradeço a contribuição

3998 dos colegas: o que pode ser melhorado com relação a isso? Se existe alguma dúvida com relação aos pareceres
3999 técnicos, no conceito da governança e do compliance, a única sugestão que eu posso dar – e já dei, então estou
4000 reforçando o que já falei no intuito de melhorar a governança e o compliance –, em primeiro lugar, porque nós temos
4001 preocupação com a vida humana e com a natureza, em segundo lugar porque isso é uma proteção para a própria
4002 empresa que está necessitada da licença ambiental e também é uma questão de segurança para o próprio Conselho,
4003 que está tomando as decisões baseado nos pareceres técnicos. Nesse sentido, como já sugeri, vou reforçar mais uma
4004 vez, porque nem todos estavam aqui nas reuniões anteriores, que eu entendo que seria importante que as empresas
4005 buscassem um parecer de empresa ou de instituição ou de consultoria de reputação internacional. Pode ser uma
4006 empresa estrangeira, uma empresa brasileira, mas desde que tenha reputação internacional. Que a empresa possa
4007 apresentar e que dê suporte a todos esses questionamentos, além do próprio parecer do COPAM. Que dê suporte a
4008 todos esses questionamentos que estão sendo levantados aqui ao longo das últimas reuniões, principalmente nesta
4009 reunião que estamos tendo hoje, que é uma continuidade da reunião que tivemos na sexta-feira. Nesse sentido, eu
4010 sugiro – isso é para a gente poder pensar – que essas organizações, esses consultores, eles sejam indicados por
4011 organismos multilaterais com credibilidade e reputação, como o Banco Mundial, com o Banco Interamericano de
4012 Desenvolvimento; as empresas teriam que contratar. Isso poderia ser uma iniciativa e uma sugestão também das
4013 entidades de classe, todos que estão aqui, de sugerir ‘olha, nós sugerimos, nós pedimos ao Banco Mundial, ao Banco
4014 Interamericano de Desenvolvimento que indique’. Porque existe também uma questão correta que eu entendo, que
4015 foi levantada, se não estou enganado, pelo Sr. Felipe, que essa etapa adicional – eu não estou querendo aumentar a
4016 burocracia do processo, mas talvez seja necessário – de contratação de um parecer de uma entidade com reputação
4017 internacional não pode ser uma organização que já preste serviços para as empresas contratantes. Porque senão
4018 haverá nessa situação uma questão de conflito de interesse, o que vai contra os princípios básicos da governança e
4019 do compliance, mais uma vez. Então eu sugiro que seja, mais uma vez, vamos pensar. Eu fico muito grato se os outros
4020 conselheiros pudessem, junto comigo, pensar a esse respeito. Se estiverem de acordo, evidentemente. Já que o
4021 questionamento principal o tempo todo tem sido sobre a qualidade, da qual até nesse aspecto eu discordo, embora
4022 entenda que todos os pareceres sempre podem ser melhorados de uma forma ou de outra, e aquilo que estiver
4023 faltando tem que ser incluído. Porque esses pontos com relação a problema das chuvas, a questão climática, que no
4024 meu entendimento já é levada em consideração, mas pode ser aprimorado. Coisas que não estão na legislação, como
4025 por exemplo um vácuo da legislação, que é um problema muito sério, que é o problema do empilhamento. Se você
4026 sair da barragem e entrar para empilhamento, você sai de um problema e pode estar entrando para o outro tão igual,
4027 tão grave quanto ou até pior. Então a minha sugestão é essa. Eu gostaria que ficasse registrado para que todos
4028 pudéssemos pensar. E acho que isso é um conforto também para todos os técnicos que produzem os pareceres, que
4029 no meu entendimento, mesmo que não sejam perfeitos, possam ser melhorados. São de boa qualidade, são de ótima
4030 qualidade. Eu gostaria de deixar isso registrado. Peço desculpa porque eu tomei muito tempo, mas é porque eu acho
4031 que essa questão é muito importante. Outra coisa também que eu gostaria, finalmente, de falar é que houve uma
4032 insinuação por parte de algumas pessoas de que os conselheiros deixariam de votar. Não é isso. Na última reunião,
4033 eu no meu caso, especificamente, fiquei aqui sete horas aguardando todas as leituras e todos os questionamentos e
4034 tive que sair por uma questão urgente relacionada a saúde e a hospital. Então por isso eu não pude manifestar o meu
4035 ponto de vista. Mas essas sete horas provavelmente não teriam sido necessárias pelos comentários que o nosso
4036 presidente, lendo algumas mensagens de que o intuito era postergar. E como o próprio presidente, na primeira parte
4037 da reunião, comentou, esta postergação na verdade prejudica, porque dá menos tempo para que todos os
4038 questionamentos possam ser respondidos e em certas circunstâncias acaba adiando uma votação, que na verdade
4039 poderia ir, inclusive, em direção dos questionamentos ou a favor dos questionamentos que foram apresentados, por
4040 exemplo, na última reunião. Senhor presidente, desculpe, acho que nunca tomei tanto tempo, mas eu acho que essas
4041 ponderações eu ficaria muito feliz se elas pudessem ser levadas em consideração. Muito obrigado a todos.”
4042 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço as considerações. Eu vou passar para o Fernando Benício, e aí
4043 eu só peço licença aos demais conselheiros, que estamos naquela sequência de ouvir os inscritos. Para a gente
4044 terminar os inscritos, aí eu volto aos senhores. Mas pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
4045 Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu vou pedir licença também para fazer umas explanações
4046 rapidamente. Eu queria parabenizar todos que estão participando, inscritos. Mas voltando ao tema principal que os
4047 inscritos estão colocando, que é o processo já votado, deliberado por esta Casa, relativo à serra do Curral. Ficou
4048 explícito que o empreendimento que foi votado não estava na serra do Curral, não está na área de abrangência e
4049 que não impacta diretamente o mosaico da serra do Curral, e que eu como representante da sociedade civil aqui

dentro deste Conselho, eleito, me debrucei sobre o processo, que fiz visita técnica para justamente comprovar isso. Atuando então de forma a representar essa sociedade, que tanto almeja a preservação desse nosso patrimônio. Então as manifestações que fizeram aqui nesta Casa, muitas delas motivadas por interesses pessoais e políticos, tentaram desqualificar a participação representativa aqui da sociedade civil. Eu acho isso lamentável. Queria colocar também que nós estamos aqui participando de um novo momento, realmente, climático, e este novo momento exige uma renúncia de todos nós com relação ao entendimento, à sabedoria que nós temos. Então dizer que ‘eu sei que vai acontecer isso’ ou que ‘eu sei que vai acontecer aquilo’, neste momento, é impróprio e inadequado. Acredito que todos nós estamos aprendendo juntos, colaborando juntos. Então eu queria parabenizar aqueles que estão aqui para colaborar no processo de preservação e conservação da vida. Mas para isso – senhor presidente, só tomando mais um momento – é necessário que a gente entenda a cadeia, entenda a sociedade. Nós somos seres humanos que mudamos o meio natural, somos transformadores do meio natural. Nós chegamos a um lugar, desmatamos, construímos nossa casa, nossa habitação, nós vamos ao supermercado, compramos produtos, e esses produtos têm que ser produzidos por uma empresa. Isso provoca todo esse processo que nós temos de produção, consumo e modificação do meio natural. Para preservar o meio ambiente é preciso preservar a vida e a qualidade, e esse equilíbrio é fundamental. Mas tem pessoas que não entendem isso, não entendem que a sua ação pessoal, enquanto compra o celular, enquanto dirige um carro, enquanto faz essas ações, move toda essa cadeia. Então eu queria, aos inscritos aqui, fazer uma provocação para que eles também tomem a sua atitude enquanto ser humano, enquanto pessoa para preservar este planeta que nós tanto amamos, parem de consumir, reduzem o consumo. Isso ajuda bastante. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Continuando a chamar os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita, Sra. Letícia Ribeiro.” Letícia Ribeiro/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia. Eu sou representante da Mosaic e estou aqui só caso necessite de maiores esclarecimentos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ok. Próximo inscrito, Sr. Vinícius Henrique.” Vinícius Henrique/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia. Sou representante da Mosaic, do corpo técnico. Só respondendo alguns questionamentos. A estrutura aqui analisada tem Declaração de Condições de Estabilidade positiva. A análise também do processo, ela não é um processo de descomissionamento. E dentro da Declaração de Condições de Estabilidade que temos, positiva, são consideradas, sim, as análises sobre condições sísmicas, também são analisadas as questões das chuvas de projeto. Reforçando o que a Nayana já pontuou, a estrutura consegue laminar chuvas de projeto decamilenar, e estamos adequando para PMP, que é a precipitação máxima provável, onde é 25% acima da decamilenar. Estou à disposição para maiores esclarecimentos. Agradeço a minha fala.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Vinícius. Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Sr. Antônio Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas de Ávila, senhor presidente, informou que não vai se manifestar. Sr. Cláudio Britto. Não está na sala. Sra. Helena Duarte. Não está na sala. Sra. Helena, perdão, também informou que não vai se manifestar. Sr. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Sra. Élica Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira Pereira. Não está na sala. Sr. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. O Sr. Elvis Eleno informou que não vai se manifestar. Sr. Gabriele Araújo informou que não vai se manifestar. Sr. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Não está na sala. Sra. Karen Suzana. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida de Souza. Não está na sala. Daniela Amaral. Não está na sala. Marina Alves. Não está na sala. Yula Fernanda Brasil Santos. Ela esteve, mas não está no momento na sala. Olímpia Leal de Oliveira. Não está na sala. Senhor presidente, chamamos todos. Perdão, Sr. Flávio de Araújo Amorim. O Sr. Fábio está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Flávio, pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Flávio de Araújo Amorim/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor presidente, os senhores conselheiros. Meu nome é Flávio Amorim, eu sou também representante da Mosaic, vou fazer alguns esclarecimentos que o Sr. Felipe Gomes fez no início da reunião. Ele fez dois questionamentos que eu vou responder, sobre a existência de autos de infração e áreas embargadas. E respondendo de forma bem objetiva esclareço que não temos nenhuma autuação relacionada ao processo de licenciamento que está em pauta hoje e também não temos nenhuma área embargada. Sobre o questionamento em relação à supressão sem licença, também de uma forma bem objetiva, a Mosaic segue a legislação e, em consequência, não faz supressão de vegetação sem autorização dos órgãos competentes. Acho que a prova disso é o próprio processo que está em pauta hoje. Eu acho que os demais questionamentos já haviam sido respondidos pela Nayane e pelo Vinícius, então fico à disposição para eventuais novos esclarecimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação, Sr. Flávio.

4102 Encerramos os inscritos?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Encerramos os inscritos, senhor presidente.”
4103 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Retorno ao Conselho. Destaque adicional? Não havendo, eu passo para a
4104 equipe do Triângulo Mineiro. Tem alguma manifestação? Anderson, pois não.” Anderson Mendonça Sena/URA
4105 Triângulo Mineiro: “Bom dia a todos. Eu acho que do Sr. Felipe só ficou uma questão pendente, referente aos técnicos
4106 que compõem o processo. Responder que eu sou o gestor do processo, sou servidor de carreira há 15 anos. A outra
4107 servidora que acompanha o processo também já é servidora de carreira há dez anos. O Rodrigo, nosso coordenador
4108 de análise técnica, há mais de 15 anos que é servidor também. Nosso chefe hoje da URA TM é servidor de carreira.
4109 Então deixar esses esclarecimentos para o Sr. Felipe. Não tem ninguém de empresa privada ou terceirizada que
4110 compõe esse processo, principalmente. Depois eu quero só corroborar com o conselheiro José Antônio a respeito da
4111 fala dele sobre os pareceres. Como eu disse, eu tenho 15 anos que sou servidor efetivo do Estado, e o objetivo nosso
4112 enquanto técnico é realmente cada vez nossos pareceres. Eu olho parecer meu de dez ou 12 anos atrás e percebo
4113 que a qualidade realmente tem subido. Um exemplo, hoje por exemplo, da inscrita Maria Teresa, é que essa questão
4114 do tempo de recorrência e sísmica era uma coisa que realmente eu não trazia nos pareceres, e eu percebo que hoje
4115 se faz necessário trazer essas informações nos pareceres. Então a gente busca realmente evoluir a cada
4116 questionamento técnico que é feito, e a cada levantamento que é feito a gente busca evoluir nos nossos pareceres.
4117 Eu também quero corroborar com o conselheiro Heleno e parabenizar a Maria Teresa também pelos
4118 questionamentos técnicos que, por se tratar de uma Câmara Técnica, foram levantados por ela, a pessoa que a gente
4119 vê que leu o parecer. E aí eu vou responder agora os questionamentos da Maria Teresa. Com referência à renovação
4120 da Licença de Operação do empreendimento, hoje o empreendimento possui uma Licença de Operação realmente
4121 em renovação automática, dentro dos moldes da lei. E a análise técnica da renovação está praticamente concluída,
4122 está para deferimento. Só que em virtude do atendimento justamente da Lei 23.291 o processo ainda não foi pautado
4123 porque o empreendimento não tem seu PAEBM aprovado. Então ela, como conhecedora da lei, sabe que a gente
4124 não pode conceder essa renovação de licença enquanto não for aprovado o PAEBM das barragens da unidade do
4125 complexo. Esse adendo não tem objetivo de prorrogar a Licença de Operação dessa barragem de contenção de
4126 sedimentos, não é barra de contenção de rejeitos. Ela é uma barragem de contenção de sedimentos. E que o objetivo
4127 desse processo é o desassoreamento dessa barragem. Não visa o descomissionamento, é o desassoreamento, que
4128 vai promover o aumento da vida útil dessa barragem, tirando necessidade de novas barragens. Então eu vejo que é
4129 até um benefício ambiental. E acho que era isso. Obrigado a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
4130 “Agradeço, Anderson, pelas contribuições. Fernando Benício, pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
4131 Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu queria só parabenizar a equipe técnica. Nós tivemos a
4132 possibilidade de ler o processo, verificar que não se trata de barragem de rejeito. Queria também parabenizar a
4133 Maria Teresa, há tantos anos milita pela causa ambiental, tem a sua metodologia de trabalho, mas pelo menos lê o
4134 processo e se apresenta aqui de forma pelo menos respeitosa e tecnicamente viável, colaborando. Acho que é esse
4135 o caminho, o caminho do diálogo, do controverso. E parabenizar toda a equipe técnica. Eu queria ressaltar que
4136 realmente melhoria é uma melhoria contínua. Nós antes de entrarmos no COPAM víamos a necessidade de uma
4137 melhoria da participação do terceiro setor ambientalista aqui, se fazer mais presente, fazer as visitas técnicas, pedir
4138 vistas, visitar mesmo os empreendimentos, que é o que nós estamos fazendo. Muito obrigado. Parabéns a todos.”
4139 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Ainda com o Conselho. Sem manifestação. Então
4140 senhores conselheiros, não havendo mais a tratar no processo, coloco em votação o item 10.1, Mosaic Fertilizantes
4141 P & K Ltda. Como vota a Assemg?” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Assemg vota favorável, senhor
4142 presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de
4143 Castro e Silva/Sede: “Sede vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?”
4144 Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Sedese vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4145 Trovão: “Paulo Eugênio colocou como impedido. Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira
4146 Palhares/Copasa: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa
4147 Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro
4148 Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?”
4149 Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindiextra: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria
4150 do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Voto favorável,
4151 senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota?” Conselheiro Heleno Maia
4152 Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Contrário, senhor presidente. Baseado na questão de existir uma
4153 barragem de mineração e existirem pessoas e comunidades a jusante, eu voto contrário.” Presidente Yuri Rafael de

4154 Oliveira Trovão: “ANM, como vota?” Conselheiro Rubens Gilberto da Silva/ANM: “Rubens, da ANM, vota favorável.”
 4155 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?” Conselheiro José Antônio de Sousa
 4156 Neto/Dom Helder Câmara: “Voto favorável, com a observação de que existe a questão do empilhamento e que isso
 4157 é uma questão séria. E incentivar as empresas, mais uma vez, a buscar mais suporte com relação a essa questão do
 4158 empilhamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado. Então processo deferido por dez votos
 4159 favoráveis, um contrário e um impedimento.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO /**
 4160 **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A**
 4161 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 11.1) Agroindustrial Delta de Minas S/A. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos,**
 4162 **exceto rochas ornamentais e de revestimento; extração de rocha para produção de britas e unidade de tratamento**
 4163 **de minerais (UTM), com tratamento a seco. ANMs: 812.723/1970, 809.959/1969, 833.139/1993, 830.607/1985,**
 4164 **831.331/2008 e 830.906/2005. Sete Lagoas/MG. PA/Nº 00348/1998/014/2015. SEI/Nº 1370.01.0000113/2021-32.**
 4165 **Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM.** Presidente Yuri Rafael de
 4166 Oliveira Trovão: “Passamos, senhores conselheiros, para o item 11.1, Agroindustrial Delta de Minas S/A. Não há
 4167 destaque por parte do Conselho. Nós temos inscritos para este ponto de pauta. Chame os inscritos, por favor, Jeiza.”
 4168 Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Primeiro inscrito, senhor presidente, é o Sr. Felipe Gomes.” Presidente
 4169 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor
 4170 presidente, eu vou chamar o próximo, depois a gente retorna ao Sr. Felipe, que ele já está acessando. Próximo
 4171 inscrito, Sr. Sebastião Fortunato... Não está na sala. Sr. Artur Colito. Próximo inscrito, Sra. Ingrid Rodrigues. Não está
 4172 na sala a Sr. Ingrid. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila Carvalhal. Não está na sala. Sra. Kátia Rabelo. Não
 4173 está na sala. O Sr. Felipe Gomes já entrou na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr.
 4174 Felipe, pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, pessoal. Bom dia. Eu
 4175 gostaria de dizer, eu fiquei muito assustado com algumas falas aí. Não é nada fácil para que a população se manifeste,
 4176 e parece que incomoda muito essa manifestação popular, quando as pessoas estão organizadas, vêm cá, começam
 4177 a falar. Falam de forma não direcionada a nenhum conselheiro, mas sim a todo o processo, e alguns conselheiros
 4178 parecem tomar para si aquilo que foi dito. Salvo melhor juízo, até onde eu entendi, a Solange em momento nenhum
 4179 falou nada diretamente a nenhum conselheiro aqui. Ela falou o sentimento que ela tem disso tudo aqui. E não sei se
 4180 lembram, teve inclusive, se eu não me engano, salvo melhor juízo também, uma investigação do TCE, do Tribunal de
 4181 Contas do Estado, que provou que não existe igualdade de forças, que não é um conselho paritário, que as decisões
 4182 são majoritariamente favoráveis. Teve uma investigação sobre isso. Me corrijam se eu estiver errado. Falo isso com
 4183 muita tranquilidade, tanto que teve aquela renúncia coletiva das ONGs, que chegaram à conclusão de que não
 4184 adiantava. Ficavam aqui... Tivemos lá o crime da Vale, com 272 vítimas enterradas vivas, e o Conselho concedeu uma
 4185 licença de ampliação, se eu não me engano, um mês antes. Tem aí a Tamisa, a licença está suspensa porque não foi
 4186 escutado o quilombo Manzo, e agora o Estado entende mais uma liberalidade, ‘ah não, tem que estar em um
 4187 determinado nível de processo’. A Justiça Federal não entendeu assim, porque é o mesmo quilombo Manzo que não
 4188 foi escutado lá no caso da Tamisa que não foi escutado no caso da Fleurs. Simples assim. E votaram. Vamos ver o que
 4189 vai dar, vamos ver se a Justiça vai concordar com o Estado de Minas Gerais ou não. Espero que não, do fundo do meu
 4190 coração. E eu queria chamar a população para ocupar esse espaço. Agradecer muito todo mundo que veio aqui, se
 4191 manifestou, que é direito, é o direito constitucional, Art. 225, ‘defender o meio ambiente equilibrado para as
 4192 gerações futuras’. Se a população entende que este Conselho não representa ou parte da população entende que
 4193 este Conselho não está representando, assim como o Tribunal de Contas do Estado, se eu não me engano, salvo
 4194 melhor juízo, falou, tem todo o direito. E eu fico imaginando quais serão as mudanças que virão no Regimento Interno
 4195 que já começam a ventilar. Quando teve a reunião da Tamisa, fizeram também mudança no Regimento Interno. Se
 4196 eu não me engano, o Yuri se puder me corrigir, não tinha reunião de continuidade naquele momento. Agora teve.
 4197 Aí, Yuri, eu te faço mais uma pergunta: já teve algum processo que teve duas reuniões de continuidade, alguma
 4198 reunião, ou o máximo foi uma? Porque realmente eu acho que a população deveria se manifestar e fazer reuniões
 4199 em continuidade ad aeternum. Existem brechas, por exemplo, pode ir lá e dar ad referendum à licença, igual o Shelley
 4200 de Souza Carneiro fazia com uma maestria. Foi a época que eu trabalhei no órgão ambiental, ele trabalhava na
 4201 Superintendência de Política Ambiental. Era tanta licença ad referendum que eu ficava assustado. Eu nem entendia
 4202 o motivo, depois eu vim a entender como que as peças se encaixavam. E quando a gente vê uma pessoa falando que
 4203 já imagina a votação, me desculpa, Heleno, não é sendo ‘Mãe Dináh’. Veja as votações, a grande maioria.
 4204 Antigamente eram dois, três votos contrários, mas só. Hoje está tendo muito você. Obrigado por estar votando
 4205 contra, por ter votado contra, inclusive, à Fleurs, votou contra agora. E aí pessoal, trazendo aqui para este

4206 empreendimento, eu volto a fazer as mesmas perguntas, em especial ao empreendedor. Você tem autos de infração,
4207 você tem auto de infração por impedir fiscalização do órgão ambiental, tem auto de infração por apresentar
4208 informações falsas ao processo de licenciamento ambiental, tem autos de infração por desrespeitar o embargo da
4209 SEMAD de suspensão de atividades mais de uma vez, tem autos de infração por desmate de Mata Atlântica? Como
4210 é que está a questão climática no seu processo? Você levou em conta ou quando vai citar de clima cita só o clima da
4211 região onde você está instalado? A questão climática fez parte dos seus cálculos do seu sistema de drenagem? Qual
4212 é o tempo de recorrência adotado no cálculo dos sistemas de drenagem deste empreendimento que está em
4213 processo de licenciamento agora? Gostaria de questionar: quem foi que fez este parecer? Foi uma empresa que
4214 presta serviço para a mineração e mesmo assim elaborou o parecer que o Estado depois foi lá referendar ou foi feito
4215 por servidores com estabilidade, que podem se posicionar contrário sem ter risco de serem movidos de local?"
4216 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, o prazo de 5 minutos já foi, eu dei o prazo já de 1 minuto. O
4217 senhor tem interesse de solicitar prazo adicional?" Felipe Gomes/sociedade civil: "Solicito aos conselheiros a análise
4218 do prazo adicional." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, os conselheiros que
4219 concordarem, por favor, se manifestem. Os contrários permaneçam como estão." Conselheiro Heleno Maia Santos
4220 Marques do Nascimento/IHMBio: "Senhor presidente, eu manifesto contrário." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4221 Trovão: "Somente um foi favorável, então não tem prazo adicional ao senhor. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda
4222 Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sr. Murilo Laurindo." Murilo Laurindo/Agroindustrial Delta de Minas
4223 S/A: "Bom dia, meu nome é Murilo Laurindo, sou gerente de meio ambiente da Agroindustrial Delta de Minas. Quero
4224 agradecer a oportunidade ao presidente e a todos os conselheiros. Só talvez respondendo um pouco... Então eu
4225 queria reforçar aqui o agradecimento pela oportunidade. Represento a Agroindustrial Delta de Minas. Só tentando
4226 responder o questionado. O nosso empreendimento é uma mineração de calcário, mineração a seco. E essa
4227 mineração está licenciada, então segue todos os requisitos da norma. Então o processo de licenciamento nós temos,
4228 nós estamos vendo hoje é um adendo no processo de licenciamento, já é uma licença de 2019. Essa empresa produz
4229 calcário com uma fábrica de cimento e segue todas as normas, todas as leis. Não temos nenhum processo ilegal.
4230 Então foi feito um parecer muito bem-feito pela URA Central, que certamente pode depois falar sobre ele. Então
4231 estou à disposição, mas reforçando que nós seguimos todas as leis, as normas, então o parecer demonstra tudo isso.
4232 Se precisar de mais esclarecimentos, senhor presidente, conselheiros, estou à disposição." Presidente Yuri Rafael de
4233 Oliveira Trovão: "Ok, agradeço, Sr. Murilo. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Sra.
4234 Solange Rodrigues. Não está na sala. Sra. Juliana Minardi. Não está na sala. Sr. Paulo Baptista. Não está na sala.
4235 Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida Rodrigues. Não está na sala. Carolina Laboissiere. Não está na
4236 sala. Vera Inez. Não está na sala. Sra. Débora Pôssa Pereira." Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas
4237 S/A: "Bom dia, pessoal. Eu sou representante da Agroindustrial, do jurídico. Só reforçando o que o Murilo já colocou,
4238 caso alguns conselheiros tenham tido dificuldade para escutar, o nosso processo não é para concessão de licença.
4239 Nós temos uma licença já concedida em 2019. É um processo de adendo para ajuste das condicionantes e outras
4240 questões relacionadas ao empreendimento. Sobre os questionamentos feitos, o empreendimento não tem nenhum
4241 auto de infração lavrado por impedir fiscalização, prestar informação falsa, desrespeitar suspensão de atividades ou
4242 embargo. O processo está bem instruído. O Parecer Único da URA está bem explicativo, com todas as questões que
4243 levaram a esse adendo. E havendo alguma outra dúvida eu fico à disposição." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4244 Trovão: "Agradeço. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Sr. Agnes Felipe. Não está na
4245 sala. Sr. Elgen Leonardo. Não está na sala. Helena Lopes. Não está na sala. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na
4246 sala. Polyana Gandra. Não está na sala. Antônio Marcos Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane. Não está na
4247 sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Não está na sala. Sra. Doralice de Oliveira. Não está na sala.
4248 Wânia Walquíria. Não está na sala. Diorela Bruschi. Não está na sala. André Silvério. Não está na sala. Roberto Celso.
4249 Não está na sala. Não está na sala. Maria Teresa. Está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4250 Trovão: "Sra. Maria Teresa..." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Bom dia, novamente. Em relação
4251 a esse processo de licenciamento, eu tenho só algumas dúvidas e uma pergunta. Eu li o Parecer Único, entendi que
4252 tem a ver, como está aqui claramente colocado, com a questão de alteração de condicionante de um processo de
4253 licenciamento concomitante e que tem a ver com três cavidades: B190, B205 e B211. Está claro que é um
4254 empreendimento que tem toda uma tramitação, que começou, como está na própria página 4, já a partir de uma
4255 Licença de Operação Corretiva nos idos de 98. É informado que no decorrer do tempo a produção foi ampliada, novas
4256 frentes de lavra adquiridas, resultando em diversos processos de licenciamento, que foram unificados no único
4257 processo de 2013, que recebeu um certificado. Então foi esse certificado de LO de 2014, que é informado que tinha

4258 validade até 29/4/2017, ou seja, sete anos, e que vem ainda sem uma revalidação, porque na página 4 diz 'cuja
4259 revalidação se encontra em análise'. Tem aqui o número do processo, que deve ter sido formalizado no tempo legal
4260 para continuar valendo essa Licença de Operação, após sete anos sem um processo de renovação da Licença de
4261 Operação desse empreendimento, com todas as suas estruturas unificadas, em 2013. Aí informa – e aí vem a minha
4262 dúvida – sobre um outro processo inicial, um outro processo de 2015, falando que foram então apresentados
4263 estudos. Eu imagino que é um processo de alguma coisa nova dentro desse conjunto, desse complexo minerário, e
4264 que informa no parecer que não puderam ter sido apresentadas na sua completude para ser analisados no Parecer
4265 Único que concedeu essa licença em 2019, e que naquela época já foram indicadas complementações necessárias
4266 para que se procedesse a devida análise. Então uma primeira dúvida é: se foi concedida em 2019 uma licença LP + LI
4267 + LO nº 210/219, isso foi concedido apesar de haver necessidade de complementações necessárias para se proceder
4268 à devida análise? Isso ficou alvo de um questionamento porque esses detalhes não estão no que se refere a uma
4269 licença concedida. E aí finaliza na página 4 dizendo: 'Ressalta-se que, como desdobramento, o presente adendo ao
4270 parecer sugere a inclusão de condicionantes nessa licença de 2019 do resgate espeleológico e de manifestação do
4271 lphan'. Tem a ver, inclusive, com a possibilidade de supressão dessas cavidades. E coloca como condicionante
4272 precisamente o que seria o documento importante para saber se é possível haver a supressão e o resgate. Coloca
4273 como condicionante 2, na página 22, 'apresentar a manifestação do lphan quanto à ausência de relevância histórica
4274 e cultural dessas três cavidades'. E coloca na condicionante 'antes das intervenções'. Ou seja, mais uma vez, ao longo
4275 desse tempo todo da atuação, inclusive no COPAM, estou diante de um processo licenciamento já para deliberar
4276 sobre a possibilidade de supressão de cavidades nesse adendo, mas colocando a apresentação da manifestação do
4277 lphan a posteriori da decisão que vai ser tomada. Lógico, está colocado também que no caso a autorização para
4278 supressão da cavidade somente se realiza após a emissão da manifestação do lphan, declarando a ausência do
4279 atributo..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa, a senhora precisa de prazo adicional?
4280 Porque aí eu tenho que colocar em votação." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Na realidade, é
4281 o prazo de 1 minuto, mas seria necessário para eu terminar esse fechamento aqui." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4282 Trovão: "Ok. Então prazo adicional para a Sra. Maria Teresa. Quem concordar se manifesta, quem for contra
4283 permaneça como está. Sim pelo Fernando, sim pelo Paulo, sim pela Maria Eugênia, sim pelo João, sim pelo Dr. Thiago,
4284 Fernando, pelo Rubens, Alessandro... Então 5 minutos adicionais. Sim pelo José Antônio também." Maria Teresa
4285 Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Então como eu estava colocando nós estamos diante de algo que fere até a
4286 lógica e o rito. Então reparem. Sempre é colocado que são decisões técnicas. Este Conselho hoje vai deliberar se
4287 concede a possibilidade desse adendo, inclusive prevendo a supressão de três cavidades, com um Parecer Único que
4288 informa como condicionante que o lphan tem que se manifestar quanto à ausência da relevância, antes das
4289 intervenções. Se o lphan ainda não se manifestou, e vai ser feito a posteriori, como é que esse rito está correto de
4290 deliberação, falando do âmbito técnico, se ainda não tem a manifestação? Ou seja, hoje, se o COPAM decidir
4291 conceder esse adendo, está deliberando pela autorização para supressão dessas três cavidades e resgate
4292 arqueológico, ou seja, está tomando uma decisão técnica baseada num parecer que é colocado como parecer técnico
4293 do órgão ambiental do Estado, que diz que precisa de uma manifestação antes de se poder autorizar a supressão. Eu
4294 só queria deixar registrado. Não é a primeira vez. Quando eu fui conselheira da CMI, isso também aconteceu.
4295 Continuamos testemunhando isso reiteradamente. E espero que um dia as questões legais, as questões jurídicas,
4296 elas também tenham uma coerência até técnica. Porque como é que eu hoje vou deliberar como um julgador de um
4297 licenciamento que pode suprimir previamente a uma manifestação do lphan? É isso, é só para registrar essa
4298 incoerência que eu vejo nesse processo de licenciamento. Deveria sempre se ter as manifestações antes para quando
4299 se deliberar tecnicamente e juridicamente estar deliberando a partir de questões concretas e reais no momento
4300 adequado. Encerro aqui a minha fala." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu estou vendo que a Sra. Débora
4301 levantou a mão. Sra. Débora, os inscritos falam apenas uma vez. Eu abro exceção quando há uma solicitação por
4302 parte do conselheiro, Eu vou aguardar a manifestação da equipe, qualquer coisa eu retorno à senhora. A senhora é
4303 procuradora, não é? Advogada constituída?" Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: "Isso."
4304 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então a senhora sendo advogada constituída, conforme previsão do
4305 Estatuto da OAB, eu passo a palavra à senhora. Pois não." Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A:
4306 "Obrigado, senhor presidente. Só trazer alguns esclarecimentos sobre esse ponto que foi levantado pela inscrita que
4307 falou antes de mim, que pode até solucionar as dúvidas. Quando o Parecer Único fala no início, no histórico do
4308 empreendimento, que não tiveram alguns documentos apresentados na concessão da licença de 2019, na verdade,
4309 são documentos relacionados ao pedido de supressão de cavidade que agora foi apreciado neste Parecer Único.

4310 Então o empreendimento apresentou o que foi necessário. Só para reforçar que não faltaram estudos em relação à
4311 operação do empreendimento. Foram apresentados esses estudos de modo a se fazer a caracterização do grau de
4312 relevância dessas cavidades. Dentre esses estudos, conforme consta na tabela do Parecer Único na página 13, tabela
4313 2, o empreendimento já destacou que está ausente a relevância histórica, cultural e religiosa nas cavidades. Só que
4314 para isso, seguindo o que a legislação fala, tem que ter uma manifestação do Iphan. O Iphan não se manifestou no
4315 prazo de 120 dias que prevê a legislação mineira. E, conforme previsto no Decreto 47.383/2018, o órgão ambiental
4316 está autorizado a conceder. A sistemática é: a conceder licenças, no caso, a conceder o adendo sem a manifestação
4317 quando ela não é tempestiva. O Iphan não manifestou tempestivamente, ficando o empreendimento impedido de
4318 fazer qualquer ação até que se apresente a manifestação do Iphan. Então não tem qualquer ilegalidade na
4319 continuidade do processo de licenciamento, conforme feito pela URA CM. Esse adendo só autoriza a supressão da
4320 cavidade B190, não autoriza a supressão das três cavidades. E para que essa supressão da cavidade seja feita o
4321 empreendimento vai ter que apresentar a manifestação do Iphan, que ainda não foi concluída por uma questão de
4322 prazos procedimentos da autarquia federal. Essa manifestação, se vier a ser contrária à supressão dessa cavidade, a
4323 empresa tem um comprometimento de apresentar isso para o órgão ambiental, inclusive como condicionante, e não
4324 vai fazer a supressão da cavidade. Mas, não sendo, o processo segue o trâmite normal. O que vemos aqui é uma
4325 aplicação do princípio da eficiência da administração pública. Quando o órgão já concluiu a sua análise, mas aí tem
4326 um outro órgão, que não é da competência estadual, que não conseguiu concluir, a legislação autoriza a conclusão
4327 do processo, ficando só sem efeitos. Acho que são esses os esclarecimentos que precisavam ser feitos sobre processo,
4328 acho que isso esclarece as dúvidas da senhora – perdão, esqueci o nome – que falou antes de mim. E caso algum
4329 conselheiro também tenha alguma dúvida eu fico à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço.
4330 Pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu só queria
4331 aproveitar a oportunidade da nobre advogada só para que ela reforce: já existe o laudo técnico da própria empresa
4332 da relevância, estipulando os graus. Correto? Que está dentro do processo. É isso?” Débora Pôssa
4333 Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: “Isso, senhor conselheiro. Que foi validado pelo órgão. Todas as três
4334 cavidades consideradas como baixa relevância.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do
4335 Planeta: “Perfeito. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda
4336 Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Daniela Godinho. Não está na sala. Antônio Wilson. Não está na
4337 sala. Sr. Lucas de Ávila. Não está na sala. Sr. Cláudio Britto Silveira. Não está na sala. Helena Duarte. Não está na sala.
4338 Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élda Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander
4339 Meira. Não está na sala. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel de Castro
4340 Rocha informou que não vai se manifestar. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza.
4341 Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. Sr. Elvis Eleno da Silva também informou que não vai
4342 se manifestar. Sra. Gabriele Araújo também informou que não vai se manifestar. Karen Suzana Arroyo. Não está na
4343 sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida de Souza. Não está na sala. Daniela Amaral também informou
4344 que não vai se manifestar. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal de Oliveira também informou que não vai
4345 se manifestar. Sr. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Não está na sala. Senhor presidente, encerramos as listas de
4346 inscrições.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Retorno ao Conselho. Algum destaque?” Conselheiro Heleno
4347 Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, restou demonstrado claramente que essas
4348 reuniões foram convocadas para obstruir nossos trabalhos aqui nesta Câmara. Veja bem a quantidade de pessoas
4349 que não compareceram aqui para se manifestar, ou seja, não teriam interesse nenhum em se manifestar nesse
4350 processo, só fizeram inscrição para conturbar essa reunião, para atrapalhar essa reunião. Isso é crime, senhor
4351 presidente, previsto na própria Carta Magna brasileira. Então a gente poderia anotar o nome dessas pessoas, deixar
4352 anotado em ata, inclusive, constar em ata, inclusive, todas elas, para que possamos, futuramente, ver se vai haver
4353 novamente algo recorrente dessa forma. Havendo, senhor presidente, eu acho que é mais do que justo a SEMAD, o
4354 Estado, tomar uma providência contra esse tipo de pessoa. A gente não pode ver aqui numa reunião tão importante
4355 como são as reuniões do COPAM e passar por essas situações. As pessoas se inscrevem para conturbar uma reunião,
4356 para atrapalhar uma sessão de julgamento, e aí fica por isso. Não pode mais ficar por isso. Pessoas que se inscreveram
4357 e tinham realmente interesse de falar sobre os processos aqui se manifestaram. Muito obrigado, senhor presidente.”
4358 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação, Sr. Heleno. Ainda com o Conselho. Sem
4359 manifestação adicional, passo a palavra à equipe da URA Central.” Giovana Randazzo Baroni/URA Central
4360 Metropolitana: “Bom dia, presidente. Eu queria agradecer a participação dos inscritos no exercício dessa cidadania
4361 ativa aqui nesta Câmara porque, além de legítimo, isso também traz legitimidade para as decisões administrativas

4362 que estão sendo deliberadas no nosso processo de licenciamento e contribui também para melhoria do nosso
4363 serviço, inclusive com aprimoramento do nosso trabalho em prol do movimento econômico e do equilíbrio ecológico.
4364 Sobre os questionamentos que foram feitos aqui, eu queria falar que muito se falou do Art. 225 da Constituição, e
4365 temos que saber que ele tem que ser interpretado juntamente com outros artigos também da Constituição. Então
4366 temos que interpretar de forma conjunta. E um dos artigos também é o 170, que fala do desenvolvimento
4367 sustentável. Dignidade, cidadania, é também direito fundamental, igual foi falado aqui por alguns conselheiros, o
4368 direito ao trabalho, à existência digna. E tem o desenvolvimento sustentável, além do equilíbrio ecológico também.
4369 E o licenciamento ambiental é muito importante para trazer esse desenvolvimento sustentável, porque é o
4370 licenciamento que traz isso para regularização, essas atividades para regularização. Isso é importante e é um
4371 instrumento essencial da política nacional do desenvolvimento. Sobre os questionamentos se o Parecer Único foi
4372 elaborado por servidores, eu sou servidora, sou coordenadora de controle processual da Unidade Regional Central
4373 Metropolitana, sou servidora de carreira há mais de dez anos. Outros membros que também elaboraram o parecer
4374 também são servidores de carreira. Sobre os autos de infração, a empresa já falou. Sobre os questionamentos
4375 relacionados à questão climática, drenagem, tempo de recorrência, isso não se aplica porque este adendo à licença
4376 originária trata apenas de análise dos estudos de relevância, que até então, quando foram apresentados no processo
4377 originário, não tinham sido satisfatórios. Então o parecer estabeleceu certas restrições às operações da empresa
4378 relacionadas a essas três cavidades, até que fossem elaborados esses estudos de análise das relevâncias das
4379 cavidades, que agora foram apresentados e foram analisados pelo órgão ambiental competente, sendo definida a
4380 relevância dessas cavidades como de baixa relevância. Ainda assim, somente está sendo autorizada a supressão de
4381 uma delas, porque as outras duas compõem a área de influência de outras cavidades. Então a área irá permanecer
4382 protegida. Foi solicitada a inclusão de condicionantes. Uma dessas inclusões seria que fosse apresentada a
4383 manifestação do Iphan sobre esses atributos de relevância histórica, cultural e religiosa das três cavidades, antes de
4384 qualquer intervenção. Então não existe prejuízo porque não vai haver intervenção até que haja essa manifestação
4385 do Iphan. Isso foi feito em prol dos princípios da precaução e da prevenção, uma vez que a relevância já foi até
4386 definida pelo órgão ambiental. Não tem qualquer prejuízo porque nós não estamos autorizando aqui a intervenção,
4387 até a apresentação dessa manifestação pelo Iphan. As compensações, como são de baixa relevância, não são
4388 incididas no decreto. Então seria isso, presidente. Não sei a equipe técnica também quer complementar alguma
4389 coisa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Giovana. Pois não, Gabriel.” Luís Gabriel Menten
4390 Mendoza/URA Central Metropolitana: “Bom dia, presidente, bom dia a todos que nos acompanham. Só mais um
4391 registro adicional. Foi feita, como dito, a comunicação ao Iphan, e o prazo definido foi cumprido. E o que esse adendo
4392 autoriza são impactos sobre apenas uma cavidade, a B190. As outras duas, a B205 e a B211, não foram autorizadas
4393 por pertencerem ao grupo 1 de cavidades, sem relevância definida, em que pese ser necessária a manifestação do
4394 Iphan para a conclusão da definição da relevância dessas duas cavidades. Acho que os outros itens foram
4395 contemplados, as outras perguntas foram respondidas, tanto pela advogada da empresa quanto pela coordenadora
4396 de controle processual, a Giovana. Eu creio que não precisamos de complementações adicionais por parte da equipe
4397 técnica. De todo modo, permanecemos à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a
4398 manifestação do Gabriel e da Giovana. Retorno ao Conselho.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
4399 Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente... Muito obrigado, senhor presidente. Eu queria parabenizar a
4400 Giovana. Esse foi o entendimento da Zeladoria do Planeta na hora da leitura do processo. E assim que tiver o aval do
4401 Iphan com relação às demais cavidades a Zeladoria se compromete a fazer a visita técnica nesse empreendimento
4402 futuro. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Dr. Thiago, pois não.”
4403 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Bom dia a todos. Presidente, eu queria só me manifestar sobre um
4404 ponto que muito bem a Giovana colocou. E aliás parabéns pela manifestação, Giovana. A Giovana mencionou a
4405 respeito do que vem sendo falado toda hora nessas últimas reuniões, o Art. 225 da Constituição, e lido
4406 separadamente dos outros 249 artigos que a nossa Constituição da República tem. A Giovana mencionou isso muito
4407 bem, o senhor presidente, como advogado também, sabe da necessidade de interpretação da Constituição como um
4408 todo e não somente de artigos em separado. E aproveitando o que a Giovana disse eu vou ler um trecho de uma
4409 decisão do Supremo Tribunal Federal que fala exatamente o que ela disse e que é extremamente necessário termos
4410 em mente aqui. É um acórdão relatado pelo ministro Luiz Fux, o acórdão do Código Florestal, que foi muito falado
4411 no Brasil nos últimos tempos. E ele diz, na página 4: ‘Deveras não se deve desprezar que a mesma Constituição
4412 protetora dos recursos ambientais do país também exorta o Estado Brasileiro a garantir a livre iniciativa (artigos 1º,
4413 IV, e 170) e o desenvolvimento nacional (art. 3º, II)...’ Artigo 170, o mesmo da ordem econômica que a Giovana muito

4414 bem citou. ‘... a erradicar a pobreza e a marginalização, a reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art.
 4415 170, VII), a proteger a propriedade (art. 5º, caput e XXII; art. 170, II), a buscar o pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º)
 4416 e a defender o consumidor (art. 5º, XXXII; art. 170, V) etc.’ Então entre aspas o que disse o Supremo Tribunal Federal
 4417 sobre a necessidade de interpretarmos a Constituição como um todo e não somente o Art. 225 e muito bem dito
 4418 pela Giovana. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Dr. Thiago. Ainda com o
 4419 Conselho. Sem manifestação adicional, em votação item 11.1, Agroindustrial Delta de Minas S/A. Como vota Assemg?
 4420 Eu retorno ao João daqui a pouco. Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede:
 4421 “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras
 4422 Franco/Sedese: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheiro Paulo
 4423 Eugênio de Oliveira/Codemig: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?”
 4424 Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Favorável ao parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 4425 Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 4426 Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de
 4427 Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindiextra: “Favorável.” Presidente
 4428 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
 4429 Paula/Zeladoria do Planeta: “Voto favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio,
 4430 como vota?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “De acordo com o parecer, senhor
 4431 presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “ANM, como vota?” Conselheiro Rubens Gilberto da
 4432 Silva/ANM: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?”
 4433 Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Sigo o parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 4434 Trovão: “Assemg, como vota?” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de
 4435 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, processo aprovado por 12 votos favoráveis.” **5) EXAME DA ATA DA 112ª**
 4436 **REUNIÃO, DE 28/6/2024 (INVERSÃO DE PAUTA)**. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu retorno,
 4437 conselheiros, à ata da 112ª reunião, de 28/6/2024. Algum destaque por parte do Conselho?” Jeiza Fernanda Augusta
 4438 de Almeida/SEMAD: “Sem destaque. Temos inscrito, senhor presidente.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de
 4439 Castro e Silva/Sede: “Presidente, eu gostaria de fazer um destaque.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois
 4440 não, Maria Eugênia.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Em relação à minha fala na última
 4441 reunião, na verdade, na reunião que se refere a essa pauta, foi falado por um manifestante que eu havia dito a
 4442 palavra ‘crime ambiental’. Eu só queria enfatizar isso. Em relação ao processo da Fleurs, o que eu comentei é que
 4443 foram ditas as palavras ‘multas’ e ‘infração’, não a palavra ‘crime’. Era só para deixar isso registrado.” Presidente Yuri
 4444 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Maria Eugênia. Como a transcrição está sendo feita de forma integral, a gente deixa
 4445 isso registrado.” Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “OK, obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 4446 Trovão: “Agradeço. Mais algum conselheiro? Temos inscritos para este ponto de pauta?” Jeiza Fernanda Augusta de
 4447 Almeida/SEMAD: “Sim, senhor presidente. Temos inscritos. Vou chamar o primeiro, vou projetar também para
 4448 registrar. Primeiro inscrito, Sr. Felipe Gomes. Sebastião Fortunato não está na sala. Senhores conselheiros e demais
 4449 que estão nos ouvindo, não há ninguém na sala, mas, entretanto, para registrar, nós vamos chamar todos os listados
 4450 que fizerem inscrição para este item de pauta. Próximos inscritos seriam Sra. Ingrid Rodrigues, Roseli Correa, Camila
 4451 Carvalho, Kátia Benati, Solange Cirino, Juliana Minardi, Paulo Baptista, Isadora Muller, Adriane Aparecida, Vera Inez,
 4452 Agnes Antunes, Elgen Leonardo, Helena Lopes, Geraldo de Oliveira, Polyana Gandra, Antônio Marcos de Oliveira,
 4453 Taynara Estefane Ferreira, Camila Cortielha, Yuri Correia, Doralice de Oliveira e Silva, Wânia Walquíria Bragança,
 4454 André Silvério, Roberto Celso, Maria Teresa. Maria Teresa, a senhora gostaria de se manifestar no item da ata?”
 4455 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Maria Teresa.” Maria Teresa Viana de Freitas
 4456 Corujo/sociedade civil: “Eu estou trazendo aqui algumas preocupações, aproveitando os ‘Assuntos Gerais’, que é
 4457 primeiro...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, estamos no item da pauta, ‘Exame da ata
 4458 da 112ª’...” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Desculpa. Como eu entrei na sala, eu pensei que
 4459 era ‘Assuntos Gerais’. Já estou saindo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.” Jeiza Fernanda Augusta de
 4460 Almeida/SEMAD: “Sra. Maria Teresa, é que a senhora também estava inscrita neste, e nós estamos lendo os inscritos.
 4461 Próximo vai ser ‘Assuntos Gerais’. Sr. João Bosco de Carvalho, Daniela Vidigal, Lucas de Ávila, Cláudio Britto, Helena
 4462 Duarte, Euler de Carvalho Cruz, Élide Murta, Aparecida Ribeiro, Sandoval Filho, Vander de Meira Pereira, Taciana
 4463 Souza Rego, Lucas Monteiro Mourão, Gabriel Castro Rocha, Ludmila Alves Rodrigues, Ana Patrícia Barbosa de Souza,
 4464 Bruno Victor, Elvis Eleno, Gabriel Araújo, Karen Suzana, Ludmila Alves, Edneia Aparecida, Daniela Amaral, Yula
 4465 Fernanda, Olímpia Leal, Sr. Antônio Wilson. E o Sr. Felipe, que também já entrou na sala, e eu vi que ele pediu

4466 manifestação, senhor presidente. Esse é o item da ata.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o
4467 senhor tem 5 minutos. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, muito bom dia a todas, a todos. Presidente,
4468 assim como foi definido que esta reunião e a anterior serão transcritas na íntegra, gostaria de sugerir ao senhor que
4469 o fizesse o mesmo na reunião 112. Eu fiz inúmeras manifestações em todos os processos, e não consta minha
4470 manifestação em nenhum dos processos, o que consta é somente a manifestação, se eu não me engano, no ‘Assuntos
4471 Gerais’, ao final da reunião. Então eu não tenho nem como comentar se estava ok, se não estava aquela manifestação
4472 nos processos, porque lá constou somente a decisão. Então eu gostaria de fazer esse pedido. Senão a transcrição
4473 integral da reunião, se vocês acharem inadequado, como o senhor bem diz várias vezes, ‘agora é só a ata sucinta’,
4474 eu gostaria de pedir que as minhas falas fossem transcritas na integralidade, se possível, em toda reunião. E aí, sendo
4475 acatado isso, já solicito, peço que seja avaliada a inclusão na próxima reunião da CMI, novamente, o exame da ata
4476 para que a gente tenha a possibilidade de fazer os devidos ajustes que porventura possam ocorrer. Queria também
4477 perguntar, presidente, se fosse possível, quando eu pedi tempo adicional na minha última manifestação, o senhor
4478 virou e falou que apenas um conselheiro concedeu o tempo adicional: eu gostaria, se fosse possível, porque estou
4479 no celular, eu não consigo ver as manifestações, temos esse problema com o Zoom quando estamos no celular;
4480 inclusive não consigo ver o meu tempo, não sei quanto tempo já transcorreu. Mas gostaria que me fosse informado
4481 qual foi o conselheiro que me deu esse voto de confiança. Os outros, não, ok, é do jogo. Uma vez eu falei isso aqui,
4482 ficaram bravo comigo, que eu falei ‘é do jogo’. Mas é do jogo. É do jogo ter o tempo, é do jogo não ter o tempo. Na
4483 reunião inicial desta aqui, estavam brilhantemente concedendo o tempo adicional a todo mundo, só não concederam
4484 à Solange, por ela ter falado fora do ponto de pauta. Mas ela até se explicou, porque é bem complexo aqui
4485 acompanhar essa reunião e tudo mais, saber o momento de fala e tal. É muito ruim. Então presidente, para que a
4486 gente consiga trabalhar direitinho, eu gostaria muito de solicitar a vossa senhoria que avaliasse a possibilidade da
4487 transcrição, na integralidade, da ata da reunião 112, e, se isso não for acatado, a transcrição integral de todas as
4488 minhas falas; e se algum desses dois pontos for acatado que esta ata volte à deliberação na próxima reunião para
4489 que a gente possa opinar sobre a correção, sobre se tem algum ponto a ser adequado ou não. Era isso. Muito
4490 obrigado. E eu volto a falar no ‘Assuntos Gerais’. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à
4491 ata, a da reunião passada é sucinta, ela já foi transcrita. Então indefiro as duas solicitações do senhor, tanto a
4492 transcrição da sua fala como qualquer alteração de mudança, a não ser aquela que foi votada na presente data ou
4493 que foi destaque na presente data. Em relação ao conselheiro que votou favorável à sua manifestação, salvo engano,
4494 foi o conselheiro Paulo Eugênio, da Codemig. Só esclarecer que não é agora que a ata é sucinta, a ata é sucinta desde
4495 2012. Então sempre foi assim, sempre a transcrição foi de ata sucinta. Nós só repetimos neste novo Regimento.
4496 Conselheiros, não havendo mais nada em relação à ata... Paulo, pois não.” Conselheiro Paulo Eugênio de
4497 Oliveira/Codemig: “Só para esclarecer que eu comungo dos mesmos princípios que o presidente, que todos tenham
4498 chance de se manifestar, mesmo que essa manifestação não nos agrade. Então não é por preferência, não é por
4499 concordar nem discordar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Paulo. Então em votação a ata. Assemg,
4500 como vota.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Assemg favorável, presidente.” Presidente Yuri Rafael de
4501 Oliveira Trovão: “Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Sede favorável.”
4502 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese:
4503 “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheiro Paulo Eugênio de
4504 Oliveira/Codemig: “Codemig vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?”
4505 Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Copasa favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
4506 “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Segov favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4507 Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de
4508 Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindiextra: “Favorável.” Presidente
4509 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira
4510 Paula/Zeladoria do Planeta: “Favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio,
4511 como vota.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Favorável, senhor presidente.”
4512 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “ANM, como vota.” Conselheiro Rubens Gilberto da Silva/ANM:
4513 “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?” Conselheiro José Antônio
4514 de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ata aprovada por 12
4515 votos favoráveis.” **12) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passo ao último ponto da nossa
4516 pauta, ‘Assuntos Gerais’. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente,
4517 Fernando Benício, Zeladoria do Planeta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Fernando.”

4518 Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, demais conselheiros, eu
4519 gostaria de falar do orgulho que eu tenho de participar desta ilibada casa, este Conselho que prima por preservar o
4520 meio ambiente, por analisar todos os processos de pauta com muita dedicação. Gostaria de lembrar que existiu
4521 realmente uma debandada do terceiro setor desta casa, recentemente, uma debandada que infelizmente não foi
4522 compactuada com os demais do terceiro setor ambientalista do Estado. Foi uma iniciativa de algumas entidades e
4523 que deixou uma lacuna gigantesca, abandonando, deixando o meio ambiente. E lembrar que o servidor público,
4524 enquanto estamos aqui, somos equiparados ao servidor público. Então é um abandono também das suas obrigações.
4525 E que a Zeladoria do Planeta e as demais entidades que temos aqui eu tenho certeza que estão representando um
4526 trabalho digno, sério, fazendo as visitas técnicas, o que tanto faltou nas gestões passadas dos antigos ocupantes
4527 desta cadeira. Eu gostaria de ressaltar também a importância da equipe técnica que nos dá suporte, desta casa.
4528 Muito obrigado. E dizer que estamos aqui, a Zeladoria do Planeta, pronta para ouvir todas as entidades, o Sr. Felipe...
4529 Estamos aqui, ele tem meu canal de comunicação. Estamos aqui enquanto representantes deles para poder ouvir as
4530 suas opiniões, estamos abertos aqui para poder trabalhar em conjunto. Muito obrigado a todos. E um ótimo resto
4531 de reunião, um ótimo dia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Eu passo aos inscritos.”
4532 Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, primeiro inscrito, Sr. Felipe Gomes.” Presidente
4533 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/sociedade
4534 civil: “Presidente, eu queria só pedir um segundinho porque eu estou no meio da estrada. Passa para os próximos,
4535 depois deixa eu voltar, porque eu não tenho nem como parar o carro onde eu estou. Pode ser?” Presidente Yuri
4536 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, pode sim.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de
4537 Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Gláucia
4538 Cristine. Não está na sala. Daniel Cruz. Não está na sala. Luiz Fernando Vieira Tropa. Não está na sala. Alva Rodrigues.
4539 Não na sala. Rosiane Souza. Não está na sala. Renata Cristina. Não está na sala. Gilberto Todt. Não está na sala.
4540 Antônio Pomar. Não está na sala. Tânia Rosalina. Não está na sala. Cristiane Bomtempo. Não está na sala. Bruno
4541 Cesar Araújo. Não está na sala. Isabella Gonçalves Miranda.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil:
4542 “Por gentileza, senhores conselheiros. Yuri, eu só justifico aqui, a deputada Isabella Gonçalves, Bella Gonçalves, se
4543 encontra em plenário, está fazendo a oposição ao regime de recuperação fiscal e neste momento não consegue se
4544 manifestar. Mas de todo modo eu também, enquanto assessoria, fiz a minha inscrição e solicito daqui a pouco, no
4545 meu momento, então, na ordem dos inscritos, a manifestação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu chamo
4546 a senhora.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Sebastião Fortunato. Não está na sala.
4547 Artur Colito. Não está na sala. Ingrid Rodrigues. Não está na sala. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila
4548 Carvalhal. Não está na sala. Sra. Amanda Couto. Sra. Amanda, é a senhora que é assessora, não é?” Amanda Couto
4549 de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Isso mesmo. Bom dia a todos. Sou Amanda, assessora da deputada estadual
4550 Bella Gonçalves. De antemão, eu gostaria de solicitar autorização para ter o prazo estendido para a manifestação, de
4551 mais 5 minutos. Peço que os conselheiros, nobres pares, possam por gentileza aprovar, porque eu gostaria de exibir
4552 dois pequenos vídeos muito breves, mas que eventualmente excedam esses 5 minutos.” Presidente Yuri Rafael de
4553 Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, em votação prazo adicional a Sra. Amanda. Se os conselheiros concordarem,
4554 se manifestem. Sim pela Maria Eugênia, Dr. Thiago, pelo Alessandro, João, José Antônio. Ok, 5 minutos adicionais
4555 mais 1 minuto pela Presidência: 11 minutos. Pois não.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Coloco
4556 aqui, portanto, vou compartilhar a tela para uma exibição, se me permitem. Não sei se conseguem ver...” ***Exibição
4557 de vídeo*** Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Eu retorno somente para informar que o
4558 quilombo de Manzo se encontra a 6,85 distante do empreendimento da Fleurs Global Mineração, cuja Licença de
4559 Operação Corretiva foi aprovada no início desta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Amanda,
4560 desculpa incomodar, mas o prazo adicional de 11 minutos já se passou.” Amanda Couto de Medeiros
4561 Cardoso/sociedade civil: “Perfeito. Com isso concluo que de fato seria fundamental, imperativo que se realizassem a
4562 consulta livre, prévia e o estudo de componente quilombola que não foi feito no âmbito desse processo de
4563 licenciamento. Imperioso...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sra. Amanda, Desculpa, eu não
4564 posso continuar dando a palavra para a senhora, que já ultrapassou o prazo. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda
4565 Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, Sr. Felipe. O senhor já pode se manifestar, Sr. Felipe Gomes?”
4566 Felipe Gomes/sociedade civil: “Posso, sim. Só um segundinho. Primeiro eu queria agradecer imensamente a toda a
4567 população que se mobilizou de forma muito brava e aqui esteve para tentar, dentro das nossas possibilidades, barrar
4568 esse empreendimento. Em momento nenhum, fazer pergunta eu vejo como baderna, como transtorno, como
4569 qualquer outra palavra que foi dita. É sim um direito constitucional. Então eu queria agradecer e convocar a

4570 população para a gente manter essa vigília. Quem sabe a gente não pensa uma moratória, a população tem o poder
4571 dessa moratória, usando simplesmente o seu direito de fala, nada mais do que isso. Eu queria dizer aqui, Fernando,
4572 da Zeladoria do Planeta, respeito sua posição, mas deixo aqui de público que não me representa de forma alguma, e
4573 não tenho o menor interesse de conversar com o senhor sobre qualquer projeto que seja, tendo em vista a forma
4574 como tem atuado neste Conselho. Eu como cidadão não sou representado por vossa senhoria. Me desculpa. Não
4575 tenho o menor interesse de conversar contigo sobre qualquer coisa que seja que envolva questões ambientais.
4576 Inclusive, já tivemos problemas quando me acusou de estar querendo influenciar o seu voto, sendo que eu nem tinha
4577 conversado com o senhor nada a respeito daquilo. Dito isso, gostaria de dizer que a população é soberana e tem
4578 plenas condições de, se bem organizada, bem municada de informações, incidir, interferir, obstruir, assim como os
4579 nobres deputados e senadores fazem na Câmara. Isso não é baderna, isso não é transtorno, isso não é tumulto, isso
4580 é nada mais do que exercer o direito constitucional de defesa da natureza, como roga o Art. 225 da Constituição
4581 Federal. Também queria dizer que o que foi feito em relação ao quilombo Manzo é um absurdo, porque já teve,
4582 inclusive, licença aqui suspensa porque não escutaram. E aí pegam e fazem a mesma coisa. Parabéns ao Matheus, à
4583 Makota. Espero que a Justiça Federal intervenha sobre este Conselho para que absurdos como esse não voltem a
4584 ocorrer, que esse seja o último. Tomara que a decisão seja nessa linha, de proibir este Conselho de votar a licença
4585 sem a consulta livre, prévia, informada, para que não tenha que agir de forma pretérita ao mal já feito. Digo ainda
4586 que a forma de participação neste Conselho deveria ser revista. Já que estão aí para rever o Regimento Interno, que
4587 façam de uma forma que permita a verdadeira participação popular. É um absurdo a forma como ocorre o
4588 impedimento de participação presencial. Qual foi a última reunião presencial? Eu gostaria de ouvir, porque tem muita
4589 gente que não tem acesso à internet, que tem dificuldade para acessar, e a reunião meramente online impede isso.
4590 Então rogo que voltem às reuniões híbridas. Em momento nenhum, nunca falei que sou contra a reunião online.
4591 Muito pelo contrário, até porque ela que permite ações de cidadania ativa como foi executada na última reunião da
4592 CMI e que espero ver ocorrer mais vezes, com mais gente, com 1.000, 2.000, 5.000, 1 milhão de pessoas inscritas
4593 para falar e ocupar, se os conselheiros permitirem, os 11 minutos. Parabéns ao conselheiro que me concedeu 1
4594 minuto a mais. Te agradeço. Com posições tão antagônicas que temos, respeitou o direito à livre manifestação. E eu
4595 que estava, inclusive, tratando dos projetos. Então peço que sejam pensadas formas. Se querem manter meramente
4596 online, sejam pensadas formas, como por exemplo entrar em contato efetivamente com a pessoa quando chegar o
4597 momento dela de fala. As pessoas ficam igual não sei o quê esperando a rodinha rodar sem saber, totalmente
4598 perdidas se elas vão ser chamadas, se não vão ser chamadas. Então que tenha uma ação. Se querem manter somente
4599 a reunião online, que o Estado garanta, através de uma ação mais bem planejada e bem executada, como que vocês
4600 vão informar a população que chegou o momento de fala daquela pessoa. A pessoa tem que ser informada no
4601 momento, 'fulano de tal, item tal, você foi chamado, você quer se manifestar?' Manda uma mensagem. O que custa
4602 mandar esta mensagem no momento de fala? É muito desumano você achar que a pessoa é obrigada a ficar vendo
4603 aqui a reunião. E outra coisa, volto a dizer, como as reuniões são híbridas, deveria ser obrigado aos conselheiros
4604 manter as câmeras abertas durante toda a reunião. Se ele não quer estar presente, que ele saia, mas que notifique.
4605 Porque é muito simples, você fecha a câmara, você não sabe o que está ocorrendo, se o conselheiro está lá, se ele
4606 não está, se ele está trabalhando. Ele é livre, tem liberdade para fazer o que quiser, ele não é obrigado a estar aqui.
4607 É um Conselho que é de livre iniciativa a participação. A pessoa se candidata, eu não sei se ela tem obrigação de estar
4608 presente. Mas que seja obrigado a manter a câmara para o Conselho estar..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4609 Trovão: "Sr. Felipe, o prazo adicional do senhor de 1 minuto, inclusive, já acabou. Questiono se o senhor quer prazo
4610 adicional. Tenho que colocar em votação." Felipe Gomes/sociedade civil: "Adoraria." Presidente Yuri Rafael de
4611 Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, prazo adicional ao Sr. Felipe. Aqueles que concordarem se manifestem. Os
4612 contrários permaneçam como estão... Não tem prazo adicional para o senhor. Próximo inscrito, por favor." Felipe
4613 Gomes/sociedade civil: "Obrigado." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Kátia Rabelo.
4614 Não está na sala. Kátia Lopes. Não está na sala. Solange Rodrigues. Não está na sala. Rodolpho Mares. Não está na
4615 sala. Juliana Minardi. Não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane
4616 Aparecida. Não está na sala. Vera Inez, não está na sala. Agnes Antunes. Não está na sala. Elgen Leonardo. Não está
4617 na sala. Helena Lopes. Não está na sala. Geraldo Oliveira. Não está na sala. Polyana Gandra. Não está na sala. Antônio
4618 Marcos de Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri
4619 Correia. Não está na sala. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala.
4620 Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias. Não está na sala.
4621 Maria Teresa." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa..." Maria Teresa Viana de Freitas

4622 Corujo/sociedade civil: “São algumas questões. Primeiro dizer que no SLA não estão os limites dos municípios quando
4623 apresentam o mapa do empreendimento. Isso no caso da Fleurs significava que quem acessava o SLA não podia
4624 conseguir visualizar quais estruturas da área diretamente afetada estavam em Raposos, quais as que estavam em
4625 Sabará e quais as que estavam em Belo Horizonte. A única solução, além de procurar no EIA o mapa, era baixar
4626 shapes, que é uma linguagem que não é de fácil acesso; procurar converter esses shapes em kml e usar um Google
4627 Earth, que também não é algo simples para o cidadão tratar. Então isso precisa ser consertado no SLA, os limites
4628 municipais precisam ser incluídos na visualização do mapa. Segundo: permanece a não informação no SLA sobre
4629 quais os títulos minerários abrangidos em processo de licenciamento de empreendimentos minerários, informação
4630 essencial em relação a essas atividades de extração mineral. A pessoa para saber qual é o título minerário envolvido
4631 precisa fazer busca nos demais documentos do processo de licenciamento, e no Siam, em contrapartida, essa
4632 informação sempre esteve. Outra questão aqui de ‘Assuntos Gerais’ como sempre é afirmado, os Pareceres Únicos
4633 e decisões sobre conceder licenças são técnicos, os conselheiros deliberam baseados nos fundamentos técnicos
4634 apresentados nos Pareceres Únicos. E esses, quando se manifestam pelo deferimento, expressam de forma clara,
4635 sempre tem esse parágrafo, que não tem qualquer responsabilidade sobre as informações técnicas apresentadas
4636 pelos empreendedores. Há divergências jurídicas sobre esse entendimento, mas não é o caso aqui de se tratar disso
4637 neste momento, mas que é fundamental então que em todos os Pareceres Únicos sejam informadas as ARTs que
4638 foram dadas, de quem e o número, nas questões técnicas que estão sendo colocadas nos Pareceres Únicos, para que
4639 essa informação seja de acesso à população. Lamento profundamente que as manifestações da sociedade de
4640 preocupação com os problemas e riscos socioambientais sejam desqualificadas por alguns conselheiros. Defender o
4641 meio ambiente é um direito constitucional. Nós testemunhamos parlamentares e gestores públicos o tempo inteiro
4642 fazendo manifestações na televisão, a gente assiste, também permeadas de indignação, algumas delas usando
4643 expressões até desrespeitosas com os opositores às suas ideias e interesses. E isso eu não vi em nenhuma das
4644 manifestações, e eu assisti à reunião completa da semana passada e hoje. E isso é considerado normal, e é uma
4645 prática considerada republicana num Estado democrático de direito. Qual a razão de o mesmo não acontecer quando
4646 as manifestações são nossas, da sociedade civil, seja como ambientalistas e cidadãs, como a Solange. A Solange falou
4647 respeitosamente sobre o que sente e observa em relação às decisões sobre a mineração. Por que é que somos
4648 ameaçados e até processados judicialmente por defender o meio ambiente? Sobre a manifestação do conselheiro
4649 Heleno, eu quero ler o que está no site da Câmara de Deputados sobre obstrução: ‘Recurso utilizado pelos
4650 parlamentares em uma casa legislativa com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo
4651 dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da
4652 discussão e da votação e saída do plenário para evitar quórum’. Então assim a prática considerada é legal, e nós
4653 sociedade civil temos o mesmo direito que os parlamentares no que envolve a defesa do meio ambiente. E por
4654 último, considerando que nenhum dos meus questionamentos sobre a Fleurs foi respondido, inclusive, o fato de as
4655 declarações das prefeituras não estarem no processo de licenciamento – e eu solicitei que fosse averiguado naquele
4656 momento, como sempre foi feito em processos de licenciamento pautados no COPAM; e que, inclusive, se fosse
4657 verificado...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, desculpe incomodá-la. Se a senhora
4658 precisar de prazo adicional, eu tenho que solicitar ao Conselho.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade
4659 civil: “Eu preciso terminar uma frase de duas linhas. Peço então a prorrogação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
4660 Trovão: “Um minuto, pois não.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Então terminando essa frase:
4661 porque deveria ter sido verificado naquele momento porque, se fosse confirmado o que eu afirmei, teria que ter sido
4662 baixado em diligência. Então solicito que a minha fala e a resposta do Sr. Vitor Salum sejam transcritas na íntegra.
4663 Dou por encerrada a minha manifestação e saio da sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a
4664 manifestação. Lembrando que toda a reunião vai ser transcrita de forma integral. Só ressaltando, mais uma vez, igual
4665 eu falei na sessão anterior, em momento nenhum, quando eu falei ‘tumultuar’ eu disse em relação às questões, se
4666 as questões eram relevantes ou não. Pelo contrário, eu até citei que eram perguntas relevantes. Eu falei da
4667 orientação que foi repassada e li aqui para os senhores mensagem no grupo do WhatsApp que estava escrito
4668 claramente para repetir várias vezes porque era só ‘tumultuar’. Então quando eu disse ‘tumultuar’ foi a orientação
4669 que estava sendo repassada e, na minha perspectiva, de forma equivocada. Mais algum inscrito?” Jeiza Fernanda
4670 Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Solange, ela entrou na sala agora. Solange Rodriguez.” Solange Cirino
4671 Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia a todos. Posso falar?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, com
4672 a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Muito obrigado. Primeira coisa
4673 que eu gostaria de falar para vocês é fazer uma observação. Eu adorei ver o rosto do conselheiro, dos conselheiros.

4674 Porque às vezes a gente entra nessas salas, e os conselheiros não aparecem. Agora eu achei muito interessante. Uma
4675 observação para eles. Quando a gente pede para eles aparecerem na hora da votação, eles se escondem atrás da
4676 câmera, mas hoje eu tive a felicidade de ver o rosto de dois deles. E falo para eles, ninguém vai cercear a minha fala.
4677 E lembrando, a minha fala é filosófica. E eu sugiro para eles que olhem, pesquisem sobre o assunto quanto à filosofia.
4678 Eu sou especializada em ética e moral. Então quando eu falo é sobre isso que eu estou falando. E falo para vocês, as
4679 minhas falas são falas que provocam para apelar para a consciência, é um pedido. Na realidade, eu rogo, eu imploro.
4680 E infelizmente a única arma que eu tenho é essa, a minha voz. Se algum dia eu tiver um problema de saúde e ficar
4681 sem voz, lascou. Porque eu não vou parar enquanto eu tiver voz e eu for ouvindo e vendo coisas absurdas
4682 acontecendo, essa vai ser a minha postura, porque eu sou cidadã. A Constituição me garante esse direito. E falo para
4683 vocês, parabéns por serem voluntários. Eu não acho que não sejam, eu sei que são. Porém, a eleição acontece de
4684 forma legítima, de forma legal, mas depois que a pessoa está no sistema a gente não sabe como a coisa acontece.
4685 Mas a gente vê o resultado. Daqui de fora assistindo às reuniões do COPAM, eu falo para vocês, a gente pode fazer
4686 uma estatística disso, uma pesquisa, assistir todas as reuniões, que elas são gravadas e estão no YouTube, e fazer
4687 uma análise técnica disso também. Porque tecnocrata, legal, mas a gente tem que ir para o empírico, e quando a
4688 gente vai para o empírico eu falo para vocês: quando vocês leem esses documentos que as mineradoras levam para
4689 vocês, vocês deviam também fazer um trabalho de campo, sair para a pesquisa e ir ver a comunidade que está
4690 insatisfeita. Por que ela está insatisfeita? Vai fazer uma visitinha em Conceição do Mato Dentro? Vai fazer uma
4691 visitinha em Congonhas, Taquaraçu de Minas, Sarzedo. Vai fazer, gente. A região metropolitana está cheia. Como eu
4692 falei para vocês em outra reunião, eu participei de 23 audiências públicas, que eram no total 34. E as cidades que
4693 têm mineração todas estão devastadas. Já tem crise hídrica muito clara na região. Então o 'imploramento' para vocês,
4694 senhores conselheiros, é em cima disso. Porque o papel aceita tudo. Agora vamos ver a real, vamos ver como essas
4695 coisas funcionam. Então falo para vocês que eu não quero ofender ninguém, não quero ofender o trabalho de
4696 ninguém, o voluntariado de ninguém. Mas eu imploro para vocês, repensem antes de dar um sim para uma
4697 mineradora que destrói o meio ambiente, para uma mineradora que mata rio, mata peixe, mata gente. Hidrominério,
4698 hidronegócio. No curral do vale tudo, o bom negócio, onde o crime compensa. E compensa por quê, gente?
4699 Compensa porque eles conseguem tudo, quem manda em Minas Gerais é a mineração. Quem manda e quem vai
4700 destruir o Brasil, vai faltar água para o Brasil, é a mineração. Porque se nós tivermos chuva, como aconteceu no Sul,
4701 não teremos água. Se essas barragens colapsarem todas, vai ser isso, não vai ter água para a região metropolitana.
4702 A única barragem que não corre risco é a da Vargem das Flores, mas que é ameaçada pelo Rodoanel, que é presente
4703 ainda para a mineradora que matou rio, peixe e gente. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
4704 "Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Sr. Antônio
4705 Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas Ávila. Não está na sala. Cláudio Britto não está na sala. Helena Duarte não está na
4706 sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Aloísio Prince. O Sr. Aloísio está na sala, senhor presidente." Presidente
4707 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Aloísio, pois não." Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: "Bom dia para todos.
4708 Estão me ouvindo bem?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos, sim, Sr. Aloísio. Pois não." Aloísio de
4709 Araújo Prince/sociedade civil: "Cumpra nesta oportunidade manifestar, respeitosamente, a minha indignação pela
4710 forma injusta e desrespeitosa com que fui tratado pelo representante da IHMBio, na última reunião, do dia 26,
4711 chamando-me de 'covarde, ignorante e burro', com alegação de que eu teria criticado covardemente os integrantes
4712 deste Conselho. O que não fiz, em absoluto, como pode ser visto na gravação da referida reunião, disponível no
4713 YouTube. Na verdade, o que eu fiz foi uma crítica genérica à forma de composição das entidades neste Conselho, em
4714 que os cidadãos comuns têm uma representação mínima e insuficiente. Já pelo representante da Agência Nacional
4715 de Mineração, fui citado como alguém que estava desinformando a população, ou seja, como mentiroso, por eu ter
4716 citado reportagem veiculada no Uol com a denúncia de que a Agência autorizou 870 garimpos em unidades de
4717 conservação ambiental. Isso eu fiz com base nessa denúncia, nesse artigo, que está bem fundamentada em
4718 reportagem extensa e completa do prestigiado jornal 'Folha de São Paulo', datado do dia 21 de julho, e também
4719 disponível no Google. Ou seja, simplesmente informei a existência da reportagem de um dos mais prestigiosos e
4720 respeitados órgãos da imprensa nacional. Em hipótese alguma desejei desinformar a população, como fui acusado,
4721 mas para dar oportunidade aos presentes de conhecer e depois avaliar a notícia informada. Bem sei que poderei ser
4722 novamente atacado, sem direito a defesa, na sequência desta reunião. Por isso peço a todos que estão me ouvindo
4723 que releiam a ata desta reunião e revejam a minha fala na reunião do dia 26. E que leiam a reportagem da 'Folha de
4724 São Paulo' acima citada. Na referida reunião do dia 26 de julho, alguns conselheiros afirmaram que irão propor a
4725 inclusão no Regimento de funcionamento das reuniões do COPAM um artigo para proibir manifestações

4726 desrespeitosas dos cidadãos participantes. Pergunto: por que apenas dos cidadãos? Isso deve ser exigido de todos
4727 os participantes, inclusive dos conselheiros. Mudando de assunto, eu não poderia deixar de elogiar e incentivar os
4728 muitos cidadãos e cidadãs que se manifestaram na reunião em questão e hoje também, criticando e se colocando
4729 contra ações que representam ameaça a ambientes naturais sensíveis e a aglomerações urbanas próximas, em
4730 prejuízo da qualidade de vida da mesma população e a sobrevivência de espécies vegetais e animais importantes.
4731 Faço também um apelo veemente a esses mesmos cidadãos e cidadãs e à população civil em geral para que, através
4732 de suas manifestações e mediante a ajuda da Universidade de Profissionais Independentes, não deixem de fiscalizar
4733 e denunciar ao Ministério Público do Meio Ambiente e ao Legislativo os empreendimentos que prejudicam ou
4734 ameaçam o meio ambiente e a própria vida. São estas as únicas instâncias com quem podemos contar efetivamente
4735 nos últimos tempos. Finalizando, peço que esta minha fala, em sua íntegra, conste da ata desta reunião. Muito
4736 obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a presença. Próximo.” Jeiza Fernanda Augusta de
4737 Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Élide Murta. Senhor presidente, só para registro na reunião, não temos mais
4738 nenhum inscrito na sala e nem na sala de espera. Então todos os próximos que eu vou ler é só para registrar a
4739 inscrição, mas eles não estão na sala. Sra. Élide Murta, Aparecida Ribeiro, Sr. Sandoval, Sr. Vander Meira Pereira,
4740 Lucas Monteiro, Taciana Souza, Gabriel Castro, Ludmila Alves Rodrigues, Ana Patrícia Barbosa de Sousa, Bruno Victor,
4741 Elvis Eleno, Gabriele Araújo, Karen Suzana, Ludmila Alves, Edneia Aparecida, Daniela Amaral, Marina Alves, Yula
4742 Fernanda, Olímpia Leal de Oliveira e Sr. Antônio Wilson de Oliveira. Nós não identificamos essas pessoas na sala nem
4743 na sala de espera, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Jeiza. Senhores
4744 conselheiros, eu quero agradecer a presença dos senhores conselheiros, das senhoras conselheiras, servidores, os
4745 inscritos, aqueles que nos acompanharam pelo canal do YouTube. Reporto que todas as pessoas, todas, sem exceção,
4746 que se inscreveram foram chamadas. Inclusive, na reunião passada, nós apresentamos a lista de ordem das inscrições
4747 para que as pessoas pudessem ter acesso, pudessem se organizar para participar. Chamamos todas, não deixamos
4748 ninguém para trás. Todas as pessoas, sem exceção. Então agradeço imensamente, mais uma vez, a presença de todos
4749 os senhores. Não havendo mais nada a tratar nesta reunião.” **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
4750 serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
4751 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias